



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA ___a VARA CÍVEL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO/SP

“O resultado de uma total e consistente substituição da verdade dos fatos por mentiras é que, com isso, vão se destruindo os sentidos com base nos quais nos orientamos no mundo real”.
(Hannah Arendt – Entre o passado e o futuro)

“O poder da mídia para criar e destruir valores humanos fundamentais vem com grande responsabilidade. Aqueles que controlam tais meios de comunicação devem responder por suas consequências”.
(Tribunal Penal Internacional para Ruanda – Caso Rádio Télévision des Mille Collines)

Ref: Inquérito Civil Público nº 1.34.001.000088/2023-11

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, apresentado pelo Procurador e pela Procuradora da República signatários, no exercício de suas atribuições, em especial as previstas no art. 127 e no art. 129, II, da Constituição Federal, e no art. 5º, I e II, *d e e*, e IV, e no art. 6º XIV, *a*, da Lei Complementar nº 75/1993, vem, com fulcro no art. 5º, I, da Lei nº 7.347/1985, ajuizar

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

com pedido de antecipação de tutela

em face da **JOVEM PAN**¹ e da **UNIÃO**², pelos fundamentos a seguir expostos.

-
- 1 Nome empresarial da **RÁDIO PANAMERICANA S/A**, CNPJ nº 60.628.922/0001-70, detentora de outorgas de radiodifusão sonora, sediada à Av. Paulista nº 807, 24º andar, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01.311-915.
 - 2 Pessoa jurídica de direito público, a ser intimada via Advocacia da União, pelo sistema PJE, como de praxe.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Tópicos da presente inicial:

- 1) Objetivo da demanda
- 2) Contexto da demanda: desinformação em larga escala e seu potencial de incitação à violência e à ruptura democrática
- 3) A **JOVEM PAN** como concessionária e permissionária de serviço público de radiodifusão sonora, submetida a um regime especialmente limitado de liberdade de discurso
- 4) Condutas ilícitas praticadas pela **JOVEM PAN**, no contexto exposto
 - 4.1) Observação preliminar: metodologia de análise da programação da **JOVEM PAN**
 - 4.2) Abusos da liberdade de radiodifusão praticados pela **JOVEM PAN**
- 5) Consolidação: abusos sistemáticos e multifacetados, em patente violação ao regime de radiodifusão em vigor no país, e a necessidade de adoção de medidas proporcionais à gravidade dos fatos apurados
 - 5.1) Antecipação de tutela: direito de resposta em favor da sociedade brasileira
 - 5.2) Cancelamento das outorgas detidas pela **JOVEM PAN**, por abusos sistemáticos de sua liberdade de radiodifusão
 - 5.3) Indenização pelos danos morais coletivos causados à sociedade brasileira
- 6) A posição da **UNIÃO** na demanda
- 7) Competência da Justiça Federal para processar e julgar a demanda
- 8) Legitimidade do Ministério Público Federal para a demanda e cabimento desta ação
- 9) Conclusão e requerimentos



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

1) Objetivo da demanda:

A presente ação civil pública tem por objetivo precípuo responsabilizar a **JOVEM PAN** pela veiculação *sistemática e multifacetada*, ao menos entre 01 janeiro de 2022 e 08 de janeiro de 2023, de conteúdos desinformativos a respeito do funcionamento de instituições públicas nacionais, contextualmente atrelados a conteúdos incitatórios à *violência* e à *ruptura do regime democrático brasileiro*.

No âmbito do Inquérito Civil Público em epígrafe, este órgão ministerial realizou, ao longo dos últimos meses, uma análise detida e minuciosa da programação da emissora, e constatou que, no período citado, ela praticou um enorme número de atos que configuram, à luz do ordenamento jurídico vigente, abusos da liberdade de radiodifusão, veiculando notícias falsas que engendraram riscos concretos à ordem pública do país, caluniando membros dos Poderes Legislativo e Judiciário, incitando a desobediência da legislação e de decisões judiciais, incitando a rebeldia e a indisciplina das Forças Armadas e de forças de segurança pública, e fazendo propaganda de processos de subversão social.

Em face disso, a presente ação pretende que esse d. juízo promova, entre outros, o cancelamento das outorgas de rádio atualmente detidas pela JOVEM PAN (tanto de *permissão* quanto de *concessão*), e obrigue-a não apenas a indenizar a sociedade brasileira pelos graves danos morais coletivos causados, como também a conceder direito de resposta à população, por meio da veiculação compulsória de conteúdos oficiais sobre a higidez das instituições afetadas pela emissora demandada, e em defesa do regime democrático do país.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Desde logo, este órgão ministerial consigna que tem plena consciência do valor fundamental das liberdades de expressão, jornalística e de radiodifusão no Brasil, em especial considerando nosso trágico histórico, ainda recente, de ditaduras e de governos autoritários. Sociedades democráticas, sobretudo as organizadas como Estado de Direito, devem garantir amplas margens de discurso a suas cidadãs e seus cidadãos, e seus meios de comunicação em massa devem poder ser palco de visões de mundo diversas, sem ingerências estatais indevidas³. Como se verá, no entanto, as condutas praticadas pela JOVEM PAN extrapolaram, em muito, os marcos constitucionais e legais de tais liberdades. A propósito, devem-se ter em conta tanto o fato de que a ora demandada é uma concessionária de serviço público (submetida, por isso, a um regime jurídico marcado por limites mais estritos do que o aplicável a outros produtores e difusores de conteúdo⁴), quanto o fato de que as condutas apuradas, no contexto em que praticadas, tiveram potencial real de incitar atos violentos e de ruptura democrática.

- 3 Nesse sentido, por exemplo, Daniel Sarmiento lembra que a “*O ideário democrático norteia-se pela busca do autogoverno popular, no qual os cidadãos podem participar com igualdade e liberdade da formação da vontade do Estado. Esta participação se dá não apenas através do exercício do direito de voto, como também pela atuação na esfera pública, em múltiplos fóruns e espaços que pressionam e fiscalizam a ação dos governantes. Mas, para que ela seja consciente e efetiva, as pessoas devem ter amplo acesso a informações e pontos de vista diversificados sobre temas de interesse público, a fim de que possam formar livremente as suas próprias convicções (...). Por isso, a liberdade de expressão é tão importante em qualquer regime que se pretenda democrático. É a sua garantia que possibilita que a vontade coletiva seja formada através do confronto livre de idéias, em que todos os grupos e cidadãos tenham a possibilidade de participar, seja para exprimir seus pontos de vista, seja para ouvir os expostos por seus pares.*” (cf. SARMENTO, Daniel. “Liberdade de expressão, pluralismo e o papel promocional do Estado”. In: Revista Diálogo Jurídico, nº 16. Salvador, 2007. P. 20)
- 4 A propósito, ver AFONSO DA SILVA, Virgílio. *Direito Constitucional Brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2021. Pp. 172-173, que aponta que o regime de comunicação social já é mais restritivo do que o regime padrão de liberdade de expressão, sendo isso que está na base, por exemplo, dos deveres de classificação indicativa dos programas veiculados, e das limitações a propagandas comerciais de tabaco, bebidas alcólicas, agrotóxicos e medicamentos nesses meios (segundo o autor, “*Ao contrário do que ocorre em geral com os demais direitos fundamentais, para os quais a Constituição raramente prevê explicitamente a possibilidade de restrições, o art. 220 da Constituição, ao regulamentar a comunicação social, estabelece expressamente uma série de possíveis restrições*”). E como se verá (tópico 3 *infra*), o regime incidente nos meios de radiodifusão, pertinente ao presente caso, é ainda mais restritivo, impondo limites fortes a quem os explora.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Esta ação, portanto, não se volta contra discursos que legitimamente fazem parte ordinária dos dissensos políticos e ideológicos de sociedades plurais, mas sim busca a devida responsabilização de quem, praticando graves atos ilegais, *abusou* de outorgas de serviço público e *desvirtuou* os princípios e as finalidades sociais que lhes dão lastro. Aos olhos do Ministério Público, a imposição judicial de medidas severas à **JOVEM PAN**, proporcionais à gravidade dos fatos apurados, é fundamental para, traçando uma linha no chão, firmar que condutas como as praticadas pela emissora ora demandada são juridicamente *inaceitáveis*, e para que, atribuídos os ônus cabíveis, outras condutas análogas a elas não se repitam mais no futuro.

2) Contexto da demanda: desinformação em larga escala e seu potencial de incitação à violência e à ruptura democrática:

Veículos de comunicação social não violam direitos coletivos por meio de ações com consequências *materiais* imediatas. Quando praticam ilícitos em prejuízo a grupos ou à sociedade como um todo, eles não o fazem apertando gatilhos, derrubando tonéis de óleo em um bahia, ou executando diretamente agressões à integridade física, de locomoção ou patrimonial de terceiros, e sim *disseminando*, na esfera pública, conteúdos que, no plano simbólico, são capazes de minar valores sociais fundantes – como os de dignidade humana, de igualdade, de respeito à diversidade, de democracia, entre tantos outros.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Tratando-se, assim, de violações de direito que se praticam por meio de formas específicas de *disseminação de ideias* na esfera pública, o *contexto* em que elas são veiculadas é fundamental para compreendermos seu sentido e, sobretudo, seu alto grau de reprovabilidade.

Nos últimos anos, o Brasil tem sido palco de disseminação de desinformação em larga escala. Embora sem qualquer base na realidade dos fatos, conteúdos desinformativos têm reverberado, em meios diversos, ganhando a acolhida de um enorme contingente de pessoas.

É evidente que toda democracia funcional pressupõe ampla liberdade de opinião, sobre os mais variados temas, todos devendo poder expressar suas preferências ideológicas, e falar a respeito de suas visões sobre o papel do Estado, a economia, os costumes etc. No entanto, cada vez mais têm circulado, nas sociedades democráticas mundo afora, não apenas expressões espontâneas e legítimas de *opiniões*, mas também as chamadas “fake news”, isto é, conteúdos *sabidamente falsos*, fabricados muitas vezes com roupagem jornalística que lhes dão certa aparência de credibilidade, e que são criados (e não raro, impulsionados) por agentes *intencionalmente engajados* em prejudicar o acesso da população a informações verdadeiras sobre assuntos de relevância pública⁵.

5 Essa definição consta do glossário elaborado pela Folha de São Paulo em parceria com o CNPq, disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/11/entenda-o-que-sao-fake-news-trolls-e-outras-armas-usadas-para-desinformacao.shtml>>. Relatório de especialistas da Comissão Europeia ressalta que tais formas de falsidade são produzidas intencionalmente, com o fim de causar danos à compreensão pública, não abarcando, portanto, meros erros jornalísticos, distorções satíricas ou paródias. Cf. EUROPEAN COMMISSION, “A multi-dimensional approach to disinformation. Report of the independent High level Group on fake news and online disinformation” (<https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/6ef4df8b-4cea-11e8-be1d-01aa75ed71a1/language-en>)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Tais conteúdos, quando veiculados em larga escala na esfera pública, ganham a forma de verdadeiras “campanhas de desinformação”⁶, que, engendrando cenários de “desordem informacional” ou de “caos informativo”⁷, trazem consigo graves riscos à sociedade, em diferentes planos⁸. Basta lembrar, por exemplo, do que se viu na pandemia da COVID-19, quando conteúdos falsos sobre a origem do vírus SARS-COV-2, sobre a suposta eficácia de medicamentos para conter a doença, e mesmo sobre supostos efeitos colaterais de vacinas produzidos globalmente prejudicaram a eficácia de políticas sanitárias de defesa da população, e contribuíram para mortes evitáveis em todo o globo⁹.

Em um plano especialmente grave, o Brasil, em linha com o que se verifica em outros países, viu crescerem campanhas de desinformação sobre nosso sistema de votação¹⁰, sobre o funcionamento das instituições por ele responsáveis, e sobre, no limite, a própria confiabilidade dos resultados que advém das urnas, após os cidadãos e as cidadãs do país exercerem seus direitos fundamentais políticos.

6 <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil-tem-tropa-cibernetica-de-desinformacao-diz-estudo-da-oxford/>

7 Os termos, também constantes do Glossário, representam uma paisagem em que informações falsas, enganosas e distorcidas circulam em larga escala, sobretudo em plataformas digitais.

8 Estudos têm apontado, por exemplo, os efeitos negativos de campanhas de desinformação para a conscientização da população a respeito do aquecimento global e da preservação do meio ambiente para as gerações futuras (cf. <https://www.theguardian.com/environment/2021/mar/21/climate-fight-is-undermined-by-social-medias-toxic-reports>).

9 A respeito, o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI da Covid-19, instalada no Senado Federal, após meses de investigações sobre a gestão da pandemia no Brasil, consignou que o Brasil foi palco de “*verdadeiras campanhas, disseminadas pelas redes sociais, baseadas em conteúdos claramente contrários as evidências técnicas e científicas disponíveis até o momento, gerando enorme confusão na população, por meio de um processo que se convencionou denominar fake news*”, e que “*tais ações tiveram como consequências diretas o agravamento dos riscos de saúde para as pessoas, o rápido incremento da contaminação pelo coronavírus, o aumento do índice de ocupação dos leitos hospitalares e, finalmente, nefastas perdas*” (cf. item 9.1 do relatório. Íntegra em <https://static.poder360.com.br/2021/10/relatorio-final-renan-calheiros-cpi.pdf>)

10 <https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/eleicoes-2020-urna-eletronica-e-alvo-preferencial-da-desinformacao-nas-redes/>



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

De fato, um recente estudo da Fundação Getúlio Vargas¹¹, analisando duas das principais plataformas digitais que operam no Brasil, identificou, nos últimos sete anos, nada menos que 337.204 publicações que, *com dezenas de milhões de visualizações*, ventilavam desinformação sobre os meios pelos quais elegemos nossos representantes – na forma de “notícias” sobre alegados defeitos nas urnas eletrônicas, sobre supostas interferências ilegítimas de atores nacionais e internacionais nos pleitos brasileiros, sobre supostas quadrilhas cobrariam dinheiro para fraudar as urnas eletrônicas, sobre ataques hackers que teriam afetado sua segurança¹², sobre um suposto incêndio misterioso que teria destruído urnas eletrônicas na Venezuela (único país do mundo, segundo alegado¹³, que, ao lado do Brasil, também se valeria desse sistema de votação), entre outros. Referido estudo, ainda, identificou numerosas “notícias” dando conta da suposta participação direta até mesmo de ministros dos Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral na manipulação de diferentes pleitos nacionais.

Conteúdos desinformativos como esses, sabidamente inverídicos e sem qualquer base real, por versarem não sobre candidatos ou partidos específicos, mas sobre a integridade de nossos processos cívicos como um todo, afetam não determinado lado de uma disputa eleitoral, mas o próprio regime democrático. Afinal, ao incutirem na população dúvidas infundadas a respeito da legitimidade das eleições, os governos, postos em xeque, vêm afetada sua própria capacidade de funcionar regularmente. Ao cabo, é a confiança das pessoas na democracia que fica abalada.

11 Íntegra disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/30085/%5bPT%5d%20Estudo%201%20%281%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y> .

12 Tal informação é inverídica e já foi desmentida reiteradas vezes:
<https://www.justicaeleitoral.jus.br/checagens/tentativa-de-ataque-hacker-ao-sistema-do-tse-nao-viola-seguranca-das-urnas>

13 Tal informação também é inverídica, já tendo sido desmentida reiteradas vezes, embora sigam sendo repetidas:
<https://www.justicaeleitoral.jus.br/checagens/outros-paises-alem-de-brasil-butao-e-bangladesh-usam-urnas-sem-voto-impresso>



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Mas essas campanhas não se limitam a prejudicar a compreensão da população sobre diversos temas diversos. Pois elas têm se tornado, mais recentemente, supedâneos de movimentos violentos contra os Poderes constituídos, de pedidos de intervenção das Forças Armadas e, no limite, de ruptura da ordem democrática. Pudera: quando um grande contingente de cidadãos e cidadãs passa, bombardeados por notícias falsas, a desacreditar na higidez dos processos de escolha de seus governantes, a *derrubada* do regime político vigente passa a ser vista como uma suposta saída para um cenário de alegada anormalidade, e atos contra a institucionalidade que lhe conforma irrompem entre grupos mais radicalizados.

Ainda em 2020, os Estados Unidos da América, uma das democracias mais longevas do mundo, experienciaram os efeitos deletérios dessa relação entre *fake news* em larga escala e desordem pública. Ali, a quebra de confiança na integridade do pleito presidencial daquele ano, induzida por campanhas de desinformação que ganhavam corpo já há alguns anos, esteve na base de insurreições violentas que culminaram na invasão do Capitólio, considerado o mais grave evento da história institucional daquele país, e na morte de cinco pessoas¹⁴.

Lamentavelmente, o Brasil, que por algumas de suas autoridades públicas já antevia os riscos de eclodirem cenários análogos a esse¹⁵, viveu situação tão ou mais grave, entre o segundo semestre de 2022 e o começo deste ano de 2023.

14 Sobre a relação entre esses movimentos insurretos e a desinformação em larga escala que circulava, na época, nas redes sociais, o Comitê de investigação criado pelo Congresso Americano elaborou um amplo relatório, cuja íntegra pode ser acessada em https://www.washingtonpost.com/documents/5bfed332-d350-47c0-8562-0137a4435c68.pdf?itid=lk_inline_manual 3. Um resumo de suas conclusões pode ser visto em <https://nucleo.jor.br/curtas/2023-01-17-o-que-o-comite-do-6-jan-concluiu-sobre-redes-sociais/>

15 <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/brasil-corre-risco-de-ter-evento-mais-grave-que-invasao-do-capitolio-diz-fachin-em-washington/>



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

De fato, após o resultado das últimas eleições nacionais, milhares de pessoas, fiando-se em desinformação sobre a higidez destes processos¹⁶, além de acamparem na frente de quartéis pedindo intervenção militar¹⁷, bloquearam vias terrestres país afora¹⁸, em atos com apedrejamento de veículos, concentração de armamentos nesses locais¹⁹, e até acidentes²⁰, alguns fatais²¹.

A esse conjunto de atos, em si já bastante preocupantes, somou-se um evento até então inédito na história de Brasília/DF: em 13/12/2022 e 14/12/2022, grupos de manifestantes extremistas atearam fogo em ao menos cinco ônibus, forçaram jogar um deles de um viaduto²², depredaram prédios públicos e tentaram invadir a sede da cúpula da Polícia Federal na capital²³.

Essa escalada, contudo, não parou por aí, e foi reforçada por uma seríssima tentativa de atentado em 24/12/2022, quando um cidadão envolvido nessas manifestações foi preso por, armado, participar da preparação de um caminhão-bomba, que seria detonado nas imediações do Aeroporto Internacional de Brasília/DF. Na ocasião, ele teria reconhecido que atuava para que fosse decretado Estado de Sítio e houvesse intervenção das Forças Armadas²⁴, e sua ação apenas não se consumou por falha no planejamento, assim como por ação dos órgãos policiais locais.

16 <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/11/01/bloqueios-em-rodovias-contra-resultado-das-urnas-apos-derrota-de-bolsonaro-entram-no-2o-dia.ghtml>

17 <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/grupos-fazem-atos-antidemocraticos-e-pedem-intervencao-militar-diante-de-quarteis/>

18 <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/11/01/bloqueios-em-rodovias-contra-resultado-das-urnas-apos-derrota-de-bolsonaro-entram-no-2o-dia.ghtml>

19 <https://www.estadao.com.br/politica/timeline-eleicoes-2022/violencia-bloqueio-telegram-bolsonaro/>

20 <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/11/01/a-gente-se-sentiu-intimidado-a-todo-momento-os-impactos-causados-pelos-bloqueios-bolsonaristas-nas-rodovias.ghtml>

21 <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/11/empresario-morre-ao-bater-em-carreta-que-bloqueava-estrada-em-mt.ghtml>

22 <https://www.agazeta.com.br/brasil/protesto-e-veiculos-incendiados-videos-mostram-noite-de-terror-em-brasilia-1222>

23 <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/manifestantes-tentam-invadir-predio-da-policia-federal-em-brasilia-diz-a-pm/>

24 <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/terrorista-tinha-cumplices-confira-a-integra-do-seu-depoimento/>



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Como é amplamente sabido, o ápice desses crescentes movimentos veio no último dia 08/01/2023, quando milhares de pessoas se deslocaram a Brasília/DF, vindas de várias cidades do país e infladas por desinformação em larga escala sobre a lisura do processo eleitoral²⁵, e lá chegando invadiram o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal, quebrando janelas de suas sedes, vandalizando gabinetes, destruindo objetos de valor histórico, em um quadro de violência política sem precedentes na história da Nova República brasileira²⁶.

É nesse contexto, de campanhas de desinformação sendo disseminadas em larga escala na esfera pública, sobre a higidez dos processos democráticos brasileiros e sobre o funcionamento das instituições responsáveis por sua condução, que se tornam supedâneos de movimentos violentos e de mote antidemocrático, que devem ser analisados os conteúdos veiculados pela JOVEM PAN, objeto da presente ação civil pública.

Como se verá, a JOVEM PAN, por meio de vários de seus programas, veiculou – sem evidências que o embasassem – numerosos conteúdos (entre reportagens, debates ao vivo e comentários no formato de coluna e opinião) fortemente convergentes com as citadas campanhas de desinformação, e ocupou, assim, uma posição destacada na comunicação social que contribuiu, ao longo do tempo, para minar a confiança de boa parte da população nos processos cívicos brasileiros e na própria importância de preservação de nosso regime democrático.

-
- 25 Basta ter em mente que, segundo levantamento, boa parte das pessoas que invadiram criminosamente as sedes dos 3 Poderes na semana passada ventilava, na ocasião, uma suposta falta de entrega de códigos-fontes necessária para se auditar o resultado das urnas: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2023/01/09/desinformacao-sobre-codigo-fonte-da-urna-mobilizou-bolsonaristas-que-invadiram-congresso.htm>
- 26 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/01/bolsonaristas-sobem-em-teto-do-congresso-e-pm-reage-com-bombas.shtml>
-
-



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Não bastasse, a **JOVEM PAN** veiculou ainda diversos conteúdos com flagrante mote incitatório à desobediência à legislação e a decisões judiciais, assim como com patente potencial de incitação de animosidade das Forças Armadas contra os Poderes constituídos, e legitimadores de insurgências contra a ordem pública, por parte de grupos radicalizados.

E como se verá no tópico a seguir, o fato de tais conteúdos, componentes de campanhas de desinformação que alimentaram tais movimentos, terem sido – e ainda estarem sendo – disseminados pela **JOVEM PAN** em *diversos* ambientes, em parte via internet²⁷ (sobretudo por meio de plataformas digitais de diferentes arquiteturas²⁸), mas em parte, também, **via radiodifusão**, exige que sua licitude seja analisada também à luz do regime jurídico específico que vigora para esse meio específico de comunicação social.

27 Consigne-se que as práticas organizadas de desinformação veiculadas no âmbito das 07 principais plataformas digitais que operam no Brasil já são objeto de investigação própria, atualmente conduzida por este órgão ministerial, no âmbito do Inquérito Civil Público nº 1.34.001.009969/2021-35.

28 Sobre as diferentes arquiteturas das plataformas digitais e seus reflexos na disseminação de campanhas de desinformação, ver https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/18/opinion/1539892615_110015.html. Cite-se, por exemplo, o fato de que incentivos econômicos criados por plataformas, como o Youtube, remuneraram conteúdos de acordo com o alcance que angariam, mesmo que eles não se mostrem verdadeiros, o que pode levar à viralização de desinformação sobre temas de importância (v.g., <https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/288133/videos-com-fake-news-sobre-meio-ambiente-ja-foram-.htm>).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

3) A JOVEM PAN como concessionária e permissionária de serviço público de radiodifusão sonora, submetida a um regime especialmente limitado de liberdade de discurso:

A JOVEM PAN (nome empresarial da **RÁDIO PANAMERICANA S/A**), além de produtora de conteúdos veiculados na internet²⁹ e controladora de um canal de TV por assinatura³⁰, é atualmente detentora de três outorgas de radiodifusão sonora³¹, localizadas em São Paulo/SP e em Brasília/DF, sendo duas delas *concessões* de rádio de Onda Média (a chamada “AM”)³², e uma delas *permissão* de rádio de Frequência Modulada (a chamada “FM”)³³.

O conteúdo veiculado via radiodifusão sonora pela JOVEM PAN, contudo, não se limita ao alcance destas três outorgas, pois cerca de 103 empresas atuam hoje como suas associadas. Assim, a chamada “Rede Jovem Pan”, composta por uma *cabeça* (a JOVEM PAN, detentora das referidas três outorgas), mas também por numerosas *afiliadas*, veicula conteúdos que alcançam centenas de municípios brasileiros, distribuídos em ao menos 19 estados da federação³⁴.

29 Esses conteúdos, de fato, são veiculados por diferentes meios da rede mundial de computadores, como por seu sítio na internet (<https://jovempn.com.br/>) e por canais controlados pela JOVEM PAN na plataforma YouTube (<https://www.youtube.com/@jovempnnews/channels>).

30 https://pt.wikipedia.org/wiki/TV_Jovem_Pan_News

31 Conforme Nota Informativa no 68/2023/MCOM, do Ministério das Comunicações, constante do Documento 33, pg. 04, do Inquérito Civil Público nº 1.34.001.000088/2023-11, e juntada, para facilitar a consulta, como anexo 01. Detalhes sobre tais outorgas constam dos processos trazidos nos Documentos 65 a 68 do referido feito.

32 Localizadas em São Paulo/SP, na frequência 620 (processo de renovação nº 53000.049124/2013-82) e em Brasília/DF, na frequência 750 (processo de renovação nº 53000.049125/2013-27).

33 Localizada em São Paulo/SP, na frequência 100.9 (processo de renovação nº 53000.028737/2013-86).

34 Tal número é *não oficial*, pois, como se exporá mais à frente (tópico 06 *infra*), os acordos de afiliação entre emissoras de radiodifusão são negociados sem a intervenção ou aprovação do Poder Público Concedente. Por esse motivo, nem mesmo o Ministério das Comunicações não dispõe de informações exatas a respeito de quais empresas integram quais redes de rádio. De qualquer forma, o número acima indicado tem como base tanto a página oficial do grupo (<https://jovempn.com.br/afiliadas>) quanto consultas ao Sistema Mosaico, da ANATEL, que concentra os dados das outorgas de radiodifusão em todo o país (<http://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/srd.php>), como esclarecido na já citada Nota Informativa no 68/2023/MCOM, do Ministério das Comunicações, Documento 33, pg. 08, do Inquérito Civil Público nº 1.34.001.000088/2023-11, e juntada como anexo 01.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

O fato de a JOVEM PAN veicular os conteúdos que produz, entre outros, via radiodifusão sonora tem uma consequência jurídica fundamental: ao fazê-lo, ela se submete a um regime com limites mais estritos do que os vigentes para outros meios de comunicação.

O art. 220 da Constituição Federal de 1988 prevê que a comunicação social no país pauta-se, como regra, pela liberdade de manifestação de pensamento, de criação, de expressão e de informação, sendo vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica ou artística. Trata-se, como se sabe, de um desdobramento da liberdade de expressão, especificamente incidente nas relações entre meios de comunicação e o grande público, e sua proteção tem especial relevância no processo de redemocratização do país, que superou um período no qual, por exemplo, atividades jornalísticas eram alvo de censura e controle prévio, além de sujeitas a embaraços diversos.

A conformação concreta das liberdades na comunicação social, no entanto, varia de acordo com o meio pelo qual ela é feita³⁵. Isso ocorre porque, enquanto alguns veículos (como o jornal impresso e mesmo as plataformas digitais) têm infraestruturas amplamente disponíveis a quem desejar explorá-las (como a prensa, o papel e os provedores de conexão e aplicação da internet), outros veículos têm infraestruturas limitadas, as quais precisam, por isso, ser exploradas sob gestão do Estado. É neste plano que se inserem a rádio e a TV aberta: como a comunicação feita por esses meios depende de um espectro de ondas eletromagnéticas (a radiodifusão), cujas faixas são finitas³⁶ elas não podem, por isso, ser exploradas por um número indefinido de atores.

35 Sobre isso, ver, por todos, IGLESIAS KELLER, Clara. *Liberdade de expressão e os mecanismos de promoção do pluralismo nos meios de comunicação social*. Dissertação de mestrado defendida na Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2021. Pp. 83-84. Em igual linha, AFONSO DA SILVA, José. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 35ª Edição. São Paulo: Malheiros, 2012. P. 248.

36 Nesse sentido, expressamente prevê o art. 157 da Lei nº 9.472/1997 que “o espectro de radiofrequências é um recurso limitado, constituindo-se em bem público, administrado pela Agência Nacional de Telecomunicações”.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

O caráter limitado do espectro de radiodifusão é o que explica o art. 21, XII, a, da Constituição Federal ter indicado que sua exploração compete, a princípio, à União³⁷. Aqui, nada mais se faz que reconhecer que o espectro de radiodifusão é um bem *escasso*, e conseqüentemente deve ser considerado como de natureza *pública*, a ser gerido primordialmente pelo Estado³⁸.

Nesse passo, particulares que queiram explora-lo até podem fazê-lo, mas apenas e tão somente se obtiverem *outorgas* (na forma de concessão ou permissão) do Poder Público. A entrega dessas outorgas, no entanto, não podem ser aleatórias, nem seguir critérios meramente mercadológicos, exatamente porque, sendo o espectro de radiodifusão um bem escasso, a alocação de atores privados na exploração de suas faixas de frequência tem de mirar **o máximo benefício para a sociedade**, tanto em relação à *eficiência* do serviço que lhe é oferecido, quanto em relação à *qualidade dos conteúdos* a serem veiculados por esses meios³⁹.

É por essa razão que a Constituição Federal de 1988, ao abordar especificamente a comunicação social via radiodifusão, previu em seu art. 221 que a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão devem dar preferência a finalidades *educativas, artísticas, culturais e informativas*, e respeitar os valores *éticos e sociais* da pessoa – entre os quais estão, **indubitavelmente, os direitos fundamentais das cidadãs e dos cidadãos brasileiros**⁴⁰.

37 “Art. 21. Compete à União: (...) XII - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão: a) os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens”.

38 GUTERRES, Egon Cervieri. *Administração de recursos escassos no Brasil: espectro, canalização, numeração e órbita*. Brasília: Núcleo de Direito Setorial e Regulatório, 2014. Pp. 01-46.

39 Nesse sentido, por exemplo, ver SARAIVA, Enrique. “O novo papel regulatório do Estado e suas conseqüências na mídia”. In: SARAIVA, Enrique *et all* (Org.). *Democracia e regulação dos meios de comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. Pp. 67-68.

40 Recorde-se, aqui, que o art. 1º da Constituição Federal prevê que a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como um de seus fundamentos a livre iniciativa, mas a protege por seus valores sociais, em consonância com os pilares da cidadania e da dignidade da pessoa humana.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

É também por essa razão – garantir que a exploração desse bem escasso sirva ao máximo à *coletividade* – que o art. 222 da Constituição embute uma principiologia voltada a evitar que as outorgas de radiodifusão violem a soberania do país. Aqui, reconhece-se a necessidade de impor limites para que a exploração desses meios seja sempre compatível com o funcionamento das instituições de Estado brasileiro, e não ameace nosso regime democrático.

Estão em harmonia com esse marco constitucional⁴¹, assim, tanto o art. 38, d, da Lei nº 4.117/1962 (conhecida como Código Brasileiro de Telecomunicações), ao prever que, nas outorgas de radiodifusão, os serviços de informação, divertimento, propaganda e publicidade estão subordinados às finalidades educativas e culturais a elas inerentes, visando aos superiores interesses do país, quanto o art. 3º do Decreto nº 52.795/1963 (que institui o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão), ao dispor que os serviços de radiodifusão tem finalidade educativa e cultural, mesmo em seus aspectos informativo e recreativo, e são considerados de interesse nacional, sendo permitida sua exploração comercial apenas na medida em que não os prejudique.

Desse modo, o ordenamento jurídico em vigor: i) partindo do caráter *limitado* da infraestrutura de ondas eletromagnéticas, atribui sua exploração primordialmente ao Estado, franqueando-a à iniciativa privada apenas mediante outorga; e ii) ligado a isso, consciente de que a distribuição desse bem escasso deve atender ao máximo à coletividade, submeteu a comunicação social por radiodifusão a princípios e finalidades públicas, e impôs limites mais estritos à liberdade de discurso nesse meio, quando comparado com outros, como o jornal e a internet.

41 Obviamente, “as normas legais e regulamentares vigentes à data da entrada em vigor da nova Constituição têm de ser reinterpretadas em face desta e apenas subsistem se conforme às suas normas e a seus princípios” (Cf. MIRANDA, Jorge. *Manual de Direito Constitucional. 6ª Edição*. Coimbra: Coimbra Editora, 2007. P. 327), sendo este, precisamente, o caso das normas em tela.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Esses limites mais estritos ganham expressão concreta em diferentes planos. Por exemplo, do comando constitucional de respeito aos valores éticos e sociais da pessoa na exploração de radiodifusão, deriva um dever de que os detentores destas outorgas não veiculem conteúdos discriminatórios e atentatórios à dignidade humana⁴². Ainda, do comando constitucional de observância às finalidades educativas e culturais da radiodifusão, derivam deveres, a estes detentores, de não veicularem sistematicamente conteúdos desinformativos a respeito de temas de fundamental interesse público.

Noutro plano, mas também aderente a esse marco constitucional, o art. 53 da Lei nº 4.117/1962 prevê tipificações específicas de condutas que configuram não uso, mas **abuso da liberdade de radiodifusão**, proibindo que detentores de outorgas veiculem conteúdos que possam gerar graves consequências para a coletividade, como de incitação à desobediência às leis ou decisões judiciais, de propaganda de guerra ou de processos de subversão da ordem política e social, de insuflação de indisciplina nas forças armadas ou nas organizações de segurança pública, e contendo notícias falsas que coloquem em perigo a ordem pública, econômica e social⁴³.

42 Dando concretude a esse dever, vale lembrar que o art. 22 do Decreto nº 52.795/1963 impõe às concessionárias do serviço de radiodifusão o dever de submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas a que existam ou venham a existir referentes ou aplicáveis ao serviço – o que inclui, por exemplo, a Convenção Americana de Direitos Humanos, internalizada no Brasil com *status* supralegal, que prevê, em seu art. 13, que o exercício do direito à liberdade de expressão não impede responsabilização necessária à proteção da segurança nacional e da ordem pública, e que rejeita propaganda a favor da guerra, bem como toda apologia ao ódio racial ou religioso que constitua incitação à discriminação, à hostilidade, ao crime ou à violência.

43 De se notar que o art. 122 do aludido Decreto nº 52.795/1963 também trata tais condutas como abusos de liberdade de radiodifusão. Vale ainda notar que algumas dessas condutas encontram correspondência em recentes inclusões no Código Penal, como as trazidas pela Lei nº 14.197/2021, que, por exemplo, inserindo o parágrafo único no art. 286 do Código Penal, tornou crime de incitação a conduta de “*quem incita, publicamente, animosidade entre as Forças Armadas, ou delas contra os poderes constitucionais, as instituições civis ou a sociedade*”, e, inserindo o art. 359-L no referido diploma, tornou crime “*rentar, com emprego de violência ou grave ameaça, abolir o Estado Democrático de Direito, impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais*”.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Em suma, aqueles agentes privados que detêm outorgas de radiodifusão estão sujeitos a um regime de direito público marcado por limites mais estritos à liberdade de discurso e comunicação⁴⁴, como forma de compatibilizar, de um lado, a livre iniciativa e a exploração de meios voltada ao lucro, e, de outro, os princípios e as finalidades sociais que lastreiam esse meio⁴⁵.

E como se exporá no tópico a seguir, a JOVEM PAN, embora submetida ao regime jurídico de radiodifusão, transgrediu gravemente esses limites, ao praticar um grande número de condutas que configuram abusos previstos em lei e violações aos princípios e às finalidades públicas que dão lastro a suas outorgas. Ao cabo, tendo veiculado conteúdos desinformativos sobre o funcionamento das instituições e dos Poderes constituídos, assim como conteúdos com mote de *incitação* à violência e à ruptura democrática (cf. exposto no tópico 4 *infra*), a emissora mostrou-se indigna da aposta social que nela foi feita ao se admiti-la como concessionária e permissionária de rádio, e deve, por isso, arcar com as consequências cabíveis, proporcionais à gravidade dos ilícitos cometidos (tópico 5 *infra*).

44 Esses limites, cabe frisar, sequer estão presentes apenas no Brasil. Mesmo nos Estados Unidos da América, país conhecido por reconhecer amplas margens à liberdade de expressão, a Suprema Corte já decidiu, no famoso caso *Red Lion Broadcasting Co. v. FCC*, que acolheu a chamada *Fairness Doctrine*, que as emissoras de rádio e televisão “são fiduciárias do público”, precisamente por explorarem um recurso limitado: o espectro de radiodifusão. A íntegra do julgado pode ser encontrada em <https://supreme.justia.com/cases/federal/us/395/367/>

45 Sobre isso, tratando da exploração de radiodifusão de sons e imagens (a chamada TV aberta), ensina Rodolfo Mancuso: “*Lendo-se os dispositivos que regem a programação televisiva à luz do que visa garantir a liberdade de iniciativa e a livre concorrência (CF, art. 170, caput e inciso IV), chega-se a esta exegese: é autorizada a exploração comercial da difusão televisiva privada, com natural apropriação dos lucros daí resultantes, desde que venham observados os princípios e guardadas as restrições especificadas para tal atividade. Em suma, livre iniciativa com responsabilidade social (...) é evidente que não esteve na intenção do Constituinte franquear um laissez-faire, justamente na programação televisiva, atividade para a qual a própria Constituição fixou parâmetros cogentes. Seria no mínimo estranhável (...) que se houvesse de deixar a determinação ao arbítrio das próprias emissoras, isto é, dos próprios infratores potenciais ou atuais*” (cf. MANCUSO, Rodolfo de Camargo. “Controle Jurisdicional do Conteúdo da Programação Televisiva”. In: *Boletim dos Procuradores da República* nº 40, Agosto de 2001)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

4) Condutas ilícitas praticadas pela JOVEM PAN, no contexto exposto:

4.1) Observação preliminar: metodologia de análise da programação da JOVEM PAN:

Antes de expor em detalhes as condutas praticadas pela **JOVEM PAN**, cabe fazer uma breve observação sobre a *metodologia* adotada por este órgão ministerial para investigar sua programação, ao longo dos últimos meses.

Como se sabe, as programações de rádio e de TV aberta, tradicionalmente, são transmitidas de forma *efêmera*. Isso significa que, como regra, ouvintes e telespectadores têm acesso aos conteúdos que compõem as grades de programação somente enquanto eles estão sendo transmitidos. Assim, salvo em casos excepcionais das chamadas *reprises*, uma vez concluída a transmissão de dado conteúdo, apenas as emissoras e produtoras seguem podendo acessá-lo.

Em razão desse caráter efêmero, durante muito tempo investigações sobre eventuais ilegalidades envolvendo programas de rádio e TV aberta dependiam de requisições, às emissoras responsáveis, dos registros pertinentes (fitas, mídias físicas, textos-base dos programas etc.)⁴⁶.

46 É nesse contexto que o art. 71 da Lei nº 4.117/1962 prevê um dever de as emissoras preservarem certos materiais pertinentes às suas programações, precisamente a fim de que eles possam ser objeto de eventual requisição posterior, para fins de fiscalização: “Art. 71. Toda irradiação será gravada e mantida em arquivo durante as 24 horas subsequentes ao encerramento dos trabalhos diários de emissora.

§ 1º As Emissoras de televisão poderão gravar apenas o som dos programas transmitidos.

§ 2º As emissoras deverão conservar em seus arquivos os textos dos programas, inclusive noticiosos devidamente autenticados pelos responsáveis, durante 60 (sessenta) dias.”



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Na última década, contudo, a emergência de processos de *multiplataformização*⁴⁷, pelos quais conteúdos até então veiculados exclusivamente via rádio ou TV aberta passam a ser transmitidos *também* por outros meios (sobretudo via internet), vem alterando esse cenário. Na esteira do avanço tecnológico, produtoras de conteúdo de radiodifusão tem investido em modos de promover sua disseminação para além do espectro eletromagnético, expandindo suas audiências. Emissoras de TV aberta, por exemplo, criaram aplicativos de internet que servem para *reproduzir* os conteúdos já transmitidos via radiodifusão de som e imagem, permitindo que seus telespectadores os acessem não apenas por um aparelho televisor, mas também por smartphones ou computadores⁴⁸.

A **JOVEM PAN** está hoje fortemente inserida nesses processos. Afinal, além de veicular conteúdos por meio das citadas três outorgas de radiodifusão que detém hoje, ela também o faz por meio de um canal de TV por Assinatura, por meio de seu site na internet⁴⁹ e, no que aqui importa, por meio do Youtube.

Como, nesta última frente, os conteúdos por ela produzidos ficam depositados em diferentes canais da referida plataforma digital, para acesso, por qualquer interessado, quando quiser, este órgão ministerial conseguiu analisá-los em detalhes, no âmbito do Inquérito Civil Público em epígrafe, sem ter de requisitar à emissora os registros pertinentes.

47 A respeito desse processo, com foco na rádio brasileira, ver DEL BIANCO, Nélia Rodrigues e PINHEIRO, Elton Bruno Barbosa. “O rádio brasileiro no contexto da plataforma: experiências, impasses e desafios”. In: *Esferas* n° 23, 2022. Pp. 56/83.

48 Cite-se, como exemplo, o conteúdo transmitido pela Rede Globo, via TV Aberta, que também está disponível para acesso via internet, por meio do aplicativo Globo Play.

49 De fato, em seu site na internet, a **JOVEM PAN** disponibiliza acesso tanto ao conteúdo ao vivo, em áudio e vídeo, da chamada “Jovem Pan News”(cf. <https://jovempan.com.br/jpnews>) quanto ao conteúdo ao vivo, em áudio, de todas as rádios AM e FM da chamada “Rede Jovem Pan”, por meio do botão “ouça ao vivo”, em sua página inicial.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

De fato, como a própria **JOVEM PAN** informou após ser instada⁵⁰, *“há reprodução simultânea (espelhamento) dos conteúdos ao vivo em sua rádio, no canal de youtube (transmissão de live) e no canal de televisão por assinatura”* e, ainda, *“em relação ao canal de youtube (...), ademais do conteúdo ao vivo que é espelhado, são disponibilizados cortes dos melhores momentos dos programas”*. Dessa forma, **como todos os conteúdos disponibilizados pela JOVEM PAN em seus canais no Youtube foram, invariavelmente, também transmitidos via rádio**⁵¹, **uma investigação que se debruçou sobre eles pôde detectar ilicitudes por ela praticadas na qualidade de concessionária e permissionária de serviço público de rádio difusão sonora.**

Seguindo essa metodologia, este órgão ministerial, ao longo dos últimos meses, **investigou a programação da JOVEM PAN a partir de uma análise abrangente de várias um número de vídeos publicados nos canais de Youtube controlados pela emissora, entre 01/01/2022 e 08/01/2023**, com foco naqueles relativos aos programas “Os Pingos nos Is”, “3 em 1”, “Morning Show” e “Linha de Frente”, e no canal JovemPan News – todos, vale frisar, integrantes sua grade de programação de rádio no período⁵². Foi nesse escopo que se apurou o conjunto de numerosas condutas ilícitas, que configuram abusos de sua liberdade de radiodifusão e violações graves tanto dos princípios quanto das finalidades sociais que lastreiam as outorgas que hoje detém, que se exporá em detalhes no subtópico a seguir.

50 Petição PR-SP-00014593.2023, constante do Documento 38 do Inquérito Civil Público nº 1.34.001.000088/2023-11, pgs. 02/03 (juntada, para facilitar consulta, como anexo 02).

51 De se registrar apenas dois casos excepcionais em que a transmissão em rádio não necessariamente coincide com a da TV por assinatura, segundo a própria emissora informou na petição citada: o de jogos de futebol, dos quais a **JOVEM PAN** tem apenas o direito sobre a narração, mas não sobre a imagem, e por isso são transmitidos apenas na rádio, não na televisão, e o da “Voz do Brasil”, que é de transmissão compulsória apenas em rádio, e não é, pois, transmitida em seu canal de TV.

52 A grade de programação foi apresentada pela emissora, por requisição ministerial, e consta do Documento 38.3 do Inquérito Civil Público nº 1.34.001.000088/2023-11 (juntada, para facilitar consulta, como anexo 03).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Isso esclarecido, as condutas apuradas serão expostas, nesta inicial, com referências aos links dos vídeos específicos do Youtube em que reproduzidas, especificando-se as minutas pertinentes, não apenas porque eles necessariamente espelham conteúdos transmitidos pela demandada via radiodifusão, mas porque essa é a forma mais fácil disponível, tanto a esse juízo quanto a todos os interessados na presente ação civil pública, de também acessá-los e analisá-los.

De qualquer forma, cabe consignar que este *Parquet*, tão logo instaurou o Inquérito Civil Público epígrafado, expediu à GOOGLE BRASIL, responsável pelo Youtube, ordem cautelar de preservação de todo o conteúdo postado pela **JOVEM PAN** no período em tela⁵³, em seus canais da plataforma, sendo que, em pronta resposta, a empresa informou o cumprimento da ordem já em 11/03/2023⁵⁴. Nessa esteira, para que o material probatório pertinente ao caso não apenas seja *acessível* pelos links citados ao longo desta inicial, como também possa estar *vinculado definitivamente* aos presentes autos, pede-se, ao final (tópico 9 infra), que esse juízo expeça ordem à GOOGLE BRASIL, desta vez para a definitiva vinda, em favor da instrução, dos conteúdos já devidamente preservados por requisição ministerial.

Por fim, é importante registrar que determinados conteúdos veiculados pela **JOVEM PAN** por meio de suas outorgas de rádio no período em tela não foram analisados porque, embora publicados em seus canais de Youtube, foram, em dado momento, por ela indisponibilizados ao público geral que tente acessá-los na referida plataforma⁵⁵.

53 Cf. Documento 07 do referido feito apuratório, juntada, para facilitar consulta, como anexo 04.

54 Cf. petição de Documento 20 do referido feito apuratório, juntada, para facilitar consulta, como anexo 05.

55 Essa é uma função criada pela plataforma, para restringir acesso a conteúdos que os usuários que os postaram não queiram mais publicar: <https://support.google.com/youtube/answer/157177?hl=pt-BR#unlisted&zippy=%2Cvídeos-não-listados%2Cunlisted-videos%2Cprivate-videos%2Cvídeos-privados>



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

De fato, notícias⁵⁶ de que tais indisponibilizações estavam sendo realizadas pela **JOVEM PAN**, no ano de 2022, foram *confirmadas* pelo Ministério Público Federal durante a instrução do Inquérito Civil Público em epígrafe, tendo sido atestado que milhares de vídeos publicados pela demandada, no período sob análise, foram mesmo por ela depois apagados ou colocados em visibilidade restrita⁵⁷. Nada obstante, cabe ter em conta que muitos deles poderão (e até deverão) ser oportunamente analisados no bojo da ação que ora se ajuíza⁵⁸, na medida em que, embora eles estejam inacessíveis por meio de *links* aos usuários padrão, a **GOOGLE**, uma vez recebida a mencionada ordem que se espera seja expedida por esse juízo, tem condições técnicas de apresentar suas íntegras – eis que devidamente preservadas – para serem vinculadas aos presentes autos.

56 A seguinte matéria, por exemplo, noticia que, no final de 2022, a **JOVEM PAN** retirou mais de quatrocentos vídeos de Youtube do ar, na esteira de uma decisão, da **GOOGLE BRASIL**, de desmonetizar seus canais: <https://piaui.folha.uol.com.br/doeu-no-bolso-estrategia-da-jovem-pan-para-recuperar-receita/>. De se registrar que tal desmonetização, como informado pela **GOOGLE BRASIL** a este órgão ministerial, foi promovida após terem sido detectadas violações consistentes aos termos de uso e às regras da comunidade da plataforma, pela **JOVEM PAN**, notadamente em relação às políticas contra desinformação em eleições e às diretrizes específicas sobre conteúdo adequado para publicidade, incluindo as envolvendo questões polêmicas e eventos sensíveis, atos perigosos ou nocivos (cf. petição de Documento 78, pp. 06, do Inquérito Civil Público nº 1.34.001.000088/2023-11 (juntada, para facilitar consulta, como anexo 06).

57 Por requisição deste *Parquet*, a **GOOGLE** listou todos os vídeos que a **JOVEM PAN** indisponibilizou, no período, resultando na planilha de Documento 45.1 do Inquérito Civil Público nº 1.34.001.000088/2023-11 (juntada, para facilitar consulta, como anexo 07).

58 Até considerando que, pelos títulos de muitos dos vídeos da planilha citada na nota anterior, muitos desses vídeos podem trazer conteúdos *análogos* a ou *até mais graves* que aqueles este órgão ministerial analisou e ora expõe nesta inicial, desafiando respostas estatais cabíveis.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

4.2) Abusos da liberdade de radiodifusão praticados pela JOVEM PAN:

Ao longo dos anos, a programação produzida pela **JOVEM PAN** tem se voltado ao entretenimento, a transmissões esportivas e, hoje, mais preponderantemente ao jornalismo.

No que aqui importa, os programas jornalísticos da ora demandada adotam um modelo diferente do da maioria das emissoras de rádio e de televisão aberta brasileiras, pois, nos últimos anos, ela se afastou de um modelo conhecido como de *hard news* (usado no jargão do setor, grosso modo, para designar uma exposição mais *factual* de notícias, isso é, uma apresentação de reportagens *desacompanhadas de avaliações pessoais por parte dos âncoras e dos repórteres*), e abraçou um modelo pelo qual as notícias do dia são trazida por um âncora, que as relata brevemente e, na sequência, dá espaço a *análises e opiniões* dos chamados *comentaristas de bancada*.

Essa modelo de jornalismo mais opinativo marca todos os programas jornalísticos veiculados pela **JOVEM PAN**. As variações ficam, quando muito, por conta da existência, ou não, de alguma pluralidade nas bancadas: enquanto alguns programas (como o “Pingos nos Is” e o “Linha de Frente”) são marcados por uma maior concordância – quando não propriamente um consenso – entre os comentaristas, outros (especialmente o “Morning Show” e o “3 em 1”) são marcados pela presença de algum comentarista que, sempre *minoritário*, faz o papel de *divergente* em relação aos demais⁵⁹.

59 No período analisado na presente ação, o papel de divergente foi desempenhado, no programa “3 em 1”, por exemplo, por Amanda Klein e Fábio Piperno, que debatiam com uma maioria formada, entre outros, por Rodrigo Constantino, por Marco Antonio Costa e por Jorge Serrano. Já no programa “Morning Show”, foi desempenhado, por exemplo, por Guga Noblat, que debatia com uma maioria formada, entre outros, por Adrilles Jorge, Zoe Martinez, Rodrigo Constantino e Paulo Figueiredo. Vale notar que o quadro de comentaristas da **JOVEM PAN** é cambiante e não se reduz aos mencionados ao longo desta peça.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Seja como for, a estrutura de todos os noticiários da **JOVEM PAN**, na essência, é uma só: neles, um âncora traz à baila algum fato tido como relevante naquele dia, faz um resumo rápido sobre ele, e passa a palavra para que os comentaristas – esses os verdadeiros *protagonistas* dos programas – apresentem suas respectivas avaliações, normalmente pelo tempo de um a dois minutos cada. Nessa estrutura, com sucessivos sendo trazidos pelos âncoras e ensejando sucessivas análises pelos comentaristas das bancadas, os noticiários da emissora estendem-se por horas, cobrindo boa parte da grade de programação da emissora.

É esperado que aqueles que seguem esse modelo de jornalismo mobilizem mais intensamente, em seus meios, não apenas a liberdade de *imprensa*, mas sobretudo a liberdade de *opinião* e de *expressão* em um sentido mais amplo. Afinal, uma vez que esse modelo dá espaço para *avaliações* de comentaristas sobre as notícias do momento, há mais espaço para estes expressarem opiniões – inclusive críticas – sobre fatos, agentes públicos etc., como é natural em uma democracia sob a égide do Estado de Direito. Mas mesmo sendo abstratamente legítimo esse modelo de jornalismo mais opinativo, os programas da JOVEM PAN extrapolaram os marcos constitucionais vigentes, abusaram de sua liberdade de radiodifusão, e violaram os princípios e fundamentos que embasam as outorgas de serviço público de radiodifusão sonora que ela hoje ainda detém, ao veicularem, ao menos entre janeiro de 2022 e janeiro de 2023, um enorme volume de conteúdos que configuram sistemáticas ilegalidades tipificadas no art. 53, alíneas a, d f, i, j e l, da Lei nº 4.117/1962⁶⁰.

60 a) incitar a desobediência às leis ou decisões judiciais; d) fazer propaganda de guerra ou de processos de subversão da ordem política e social; f) insuflar a rebeldia ou a indisciplina nas forças armadas ou nas organizações de segurança pública; i) caluniar, injuriar ou difamar os Poderes Legislativos, Executivo ou Judiciário ou os respectivos membros; j) veicular notícias falsas, com perigo para a ordem pública, econômica e social; e l) colaborar na prática de rebeldia, desordens ou manifestações proibidas.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

O termo *sistemáticas* merece ser salientado porque, embora muitos dos conteúdos veiculados pela **JOVEM PAN** no período analisado se enquadrem – mesmo quando *isoladamente* considerados – em tipos previstos no art. 53 da Lei nº 4.117/1962, uma leitura constitucional que leve a sério os valores da liberdade de expressão e da liberdade de discurso na comunicação social deve reconhecer que, se tais enquadramentos tivessem sido *pontuais*, seria difícil falar de um efetivo abuso de suas outorgas, para fins do tipo de responsabilização que ora se promove. Dito com um exemplo: se um comentarista caluniasse *pontualmente* um membro de um Poder constituído, tal fato poderia até justificar uma queixa-crime oferecida pelo ofendido, mas dificilmente autorizaria uma responsabilização da emissora por abuso de sua outorga de radiodifusão, pois tal medida importaria um ônus desproporcional ao controlador desse meio, a quem a Constituição Federal de 1988 conferiu grande importância no plano da comunicação social do país. Ocorre que a **JOVEM PAN** não veiculou apenas conteúdos que *isolada* e *pontualmente* se enquadram em tipos previstos no art. 53 da Lei nº 4.117/1962. Muito pelo contrário, violou **sistematicamente** esse dispositivo legal, naquilo que ele tem de *ratio* e sentido fundamental no marco constitucional vigente: evitar que um bem escasso – e de grande importância para a esfera pública brasileira ainda hoje – seja utilizado para colocar em risco a ordem pública, inflamar a população e as Forças Armadas contra as instituições civis e incitar a ruptura de nosso regime democrático.

Assim, quando se imputa à **JOVEM PAN**, nesta ação civil pública, *abuso* à sua liberdade de radiodifusão, este órgão ministerial o faz reconhecendo que, no marco constitucional vigente, apenas se pode falar de tal figura quando se está diante de fatos que se enquadram no art. 53 da Lei nº 4.117/1962 não isolada ou pontualmente, mas sim *sistematicamente*. **A emissora, em outras palavras, é demandada nesta sede por ter se posto *incurso no bloco de juridicidade previsto no art. 53, alíneas a, d f, i, j e l, da Lei nº 4.117/1962.***



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Isso fixado, nos subtópicos a seguir os abusos à liberdade de radiodifusão praticados pela JOVEM PAN serão expostos também em seu caráter multifacetado. Como se verá, a análise detida de um sem-número de programas veiculados pela emissora no período em tela permitiu identificar quatro diferentes planos de ilegalidades. Em um *primeiro plano*, a emissora veiculou de forma persistente conteúdos desinformativos que, infundadamente, minaram a confiança de seus ouvintes e espectadores na higidez dos processos democráticos realizados no país, e de conteúdos que deslegitimaram os Poderes constituídos, sobretudo membros do Poder Judiciário e do Poder Legislativo. Em um *segundo plano*, a emissora veiculou numerosos conteúdos que incitaram, sem qualquer fundamento idôneo, a desobediência à legislação e a decisões judiciais, não apenas pela população em geral, mas até mesmo pela Polícia Judiciária e por órgãos de segurança ostensiva. Em um *terceiro plano*, a emissora veiculou persistentemente conteúdos que incitaram a rebeldia, a indisciplina e mesmo a intervenção das Forças Armadas brasileiras sobre as instituições e os Poderes civis constituídos. E em um *quarto e último plano*, veiculou graves conteúdos que incentivaram a população à subversão da ordem política e social, e que legitimavam inclusive insurgências *em curso*, como as que o país viu, atônito, eclodirem entre outubro de 2022 e 08 de janeiro de 2023.

Esses planos, cabe frisar, não são estanques, mas sim estão intimamente ligados entre si. Eles devem, de fato, ser lidos como um crescente cumulativo, em que conteúdos desinformativos se avolumaram por meses, até que em dado momento se tornaram supedâneos de conteúdos incitatórios à violência e à ruptura do regime democrático. Diante desse conjunto, exposto nos subtópicos a seguir, o que se pode perceber é que a JOVEM PAN contribuiu de forma sistemática e multifacetada para a radicalização da esfera pública brasileira, e revelou-se, com isso, indigna das apostas sociais plasmadas nas outorgas de radiodifusão sonora que hoje ainda detém.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

4.2.1) Primeiro plano de abusos: veiculação de conteúdos desinformativos sobre a higidez dos processos democráticos realizados no país e sobre o funcionamento dos Poderes constituídos:

O ano de 2022 iniciou já sob uma grave preocupação relacionada à desinformação eleitoral⁶¹. Mais do que voltada ao que se poderia chamar de “desinformação eleitoral tradicional”, que se dá em desfavor de dado candidato, de dado partido ou dada coligação, a grave preocupação que surgia tinha por foco a desinformação a respeito da higidez do processo eleitoral em si.

O receio era justificado: enquanto a veiculação, por exemplo, de fatos falsos sobre um candidato, ainda que seja problemática, tem condão de afetar quando muito a honra e a imagem de certo lado que disputa o pleito, a veiculação de fatos falsos sobre, por exemplo, a segurança das urnas eletrônicas, ou sobre as regras e as decisões emanadas do Superior Tribunal Eleitoral, tende a ter *efeitos persistentes no tempo*, para além do período de campanha e de votação, já que, independentemente de o resultado das urnas, é a *confiança* dos cidadãos e das cidadãs na democracia da qual participam e no governo a partir dela eleito que fica abalada. Ao fim e ao cabo, a desinformação sobre os *processos eleitorais* e as *instituições* do país traz efeitos deletérios para o próprio regime democrático e para a capacidade de funcionamento regular do sistema representativo brasileiro.

61 Foi nesta esteira que o Tribunal Superior Eleitoral, responsável pela condução e pela gestão das eleições nacionais de 2022, criou, em 2021, o chamado “Programa de Enfrentamento à Desinformação”, por meio da Portaria-TSE nº 510, de 4 de agosto de 2021. Detalhes podem ser acessados em <https://www.justicaeleitoral.jus.br/desinformacao/>



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

A **JOVEM PAN**, no período analisado, mostrou-se fortemente engajada em veicular esse tipo de conteúdo desinformativo sobre a higidez do processo eleitoral brasileiro e sobre as instituições civis nele envolvidas.

Como se verá a seguir, desde o começo de 2022, os programas jornalísticos da emissora, em um uma sintonia comum, já ventilavam supostas vulnerabilidades das urnas eletrônicas e insistiam em uma suposta falta de transparência que marcaria o momento de contagem de votos, ligando a isso a ideia de que apenas uma forma alternativa de votação (o “voto impresso”), diferente da que vem sendo usada há décadas no país, seria de fato confiável.

Também como se verá, indo além, esses conteúdos não se voltavam apenas contra o sistema de votação, e tinham também por alvo diferentes autoridades da República, envolvidas, em maior ou menor medida, na condução dos processos democráticos e em sua *accountability*. Nessa linha, os diversos programas da **JOVEM PAN** ventilavam, por exemplo, um grande número de teses vagas (e por vezes com ares conspiratórios) sobre como membros dos Poderes constituídos estariam conluiados para impedirem que a eleição que ocorreria naquele ano se desse com auditabilidade e segurança, e sistematicamente sustentavam que decisões por ele tomadas seriam arbitrárias, ilegais e inconstitucionais – semeando, com isso, uma ideia que floresceria na sequência: a de que tais autoridades não mereceriam qualquer mínimo respeito, e suas decisões, sequer observância. A tônica geral, em dado momento, passou a ser de que o Poder Judiciário e o Poder Legislativo estariam “fora da lei” e “à margem da Constituição”. Em uma escalada, a emissora chegou ao ponto de ventilar, sem apontar qualquer prova que o embasasse, que um Ministro do Supremo Tribunal Federal estaria envolvido em uma arapongagem para monitorar, ilegalmente, as conversas de um Deputado Federal sob investigação.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

É importante pontuar que, até pelo modelo de jornalismo abraçado pela **JOVEM PAN**, é esperado que seus programas sejam marcados por avaliações críticas sobre as notícias em pauta. Afinal, não estando focado em apenas expor os fatos em reportagens sucessivas, esse modelo dá, naturalmente, mais espaço para opiniões mais livres (e mesmo as opiniões equivocadas podem estar albergadas por diferentes liberdades de discurso). Mas é chamativo, no que importa a esta ação, que numerosos temas abordados nos programas da emissora, no período em tela, tinham uma dimensão *técnica*, e que a esmagadora maioria de seus comentaristas não são *especialistas* neles. De fato, enquanto em programas de modelo “*hard news*” decisões judiciais costumam ser analisadas por juristas, advogados etc. entrevistados, e questões de segurança de urnas costumam ser analisadas peritos, que são entrevistados precisamente por conta de seus saberes especializados, nos programas da **JOVEM PAN** elas eram (e são) analisadas por comentaristas que não têm qualquer formação seja em Direito, seja em cibersegurança⁶². Com isso, o ouvinte/espectador leigo que via e ouvia os programas jornalísticos da demandada, no período em tela, acabou se informando sobre temas técnicos a partir de comentaristas também leigos, ficando sistematicamente exposto, sem ser alertado a esse respeito⁶³, a conteúdos genéricos⁶⁴, e muitas vezes simplesmente equivocados⁶⁵, sobre temas de interesse público com dimensões técnicas inegáveis.

62 Sobre o que chama de “colapsos de contexto entre experts e leigos” na comunicação contemporânea, ver CESARINO, Letícia. *O mundo do avesso. Verdade e política na era digital*. São Paulo: Ubu, 2022. Pp. 229 e ss.

63 Em uma rara exceção, no início de uma discussão sobre a constitucionalidade de um decreto de indulto editado pelo então Presidente da República, o âncora do “Morning Show”, Paulo Mathias, se reconhece como leigo em Direito Constitucional. Contudo, dito isso, passa a palavra, dando risada, na sequência, a dois comentaristas (Adriles Jorge e Zoe Martinez, por exemplo), que também são leigos, para que falem a respeito: <https://www.youtube.com/watch?v=o-Aq14VS5eQ&t=218s> (00m02s a 01m00)

64 Cite-se, por exemplo, que este órgão ministerial se deparou, em sua análise, com inúmeras falas que não apontavam quaisquer fundamentos *concretos* ao qualificarem decisões judiciais como “ilegais” e “inconstitucionais”, além de falas absolutamente *genéricas* e desprovidas de lastro, sobre a suposta falta de auditabilidade das urnas eletrônicas.

65 Cite-se, por exemplo, que este órgão ministerial se deparou com comentaristas que criticavam virulentamente uma “prisão em flagrante” pelo fato de ela estar se prolongando no tempo, e que a chamavam, nessa linha, de ilegal por se tratar de uma “prisão em flagrante perpétua”, ignorando que ela, na realidade, já havia sido convertida em prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Portanto, não se trata de negar legitimidade de programas jornalísticos com foco opinativo, algo que abstratamente está albergado pela liberdade de discurso reconhecida aos meios de comunicação, mas de perceber que a **JOVEM PAN**, no período em tela, sistematicamente deu voz a falas, alegações e análises genéricas, desprovidas de qualquer comprovação, por meio de comentaristas que, embora leigos, veicularam discursos peremptórios, capazes de minar a confiança das pessoas na higidez do processo eleitoral em curso e de alimentar a sensação de que viveríamos em uma *anomia*, com “ilegalidades” e “inconstitucionalidades” supostamente praticadas por diversas autoridades brasileiras sendo citadas diariamente sem qualquer fundamentação⁶⁶.

Os exemplos desse primeiro plano de abusos – que configuram, em conjunto, as infrações tipificadas no art. 53, alíneas j e i, da Lei nº 4.117/1962 – são numerosos e serão, aqui, expostos em caráter meramente ilustrativo, para evitar redundâncias.

Em agosto de 2021, o Tribunal Superior Eleitoral convidara o Ministério da Defesa a participar da comissão de transparência eleitoral, que teria por função, entre outras, avaliar a segurança das urnas eletrônicas⁶⁷. Nesse passo, no fim de janeiro de 2022 o Ministério apresentou ao Tribunal diversos questionamentos técnicos⁶⁸, e no dia 31/01/2022, eles foram pauta do programa “Os Pingos nos Is”, da **JOVEM PAN**.

66 Os comentários ao vivo, no chat do Youtube, durante a transmissão dos programas da **JOVEM PAN** são prova de como essa sensação de anomia ganhava espaço, com diversos usuários pedidos de fechamento das instituições criticadas, e bradando expressões como “STF Vergonha Nacional”, “FORA MINISTROS”, “Artigo 142”, “O Exército tem que colocar um frio”, “Senado Omisso”, “a culpa é do parlamento”, “Supremo é o povo” etc.

67 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/08/17/barroso-pede-que-braga-netto-indique-nome-das-forcas-armadas-para-comissao-de-transparencia-eleitoral.ghtml>

68 <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/defesa-apresenta-ao-tse-duvidas-sobre-seguranca-de-55-pontos-das-eleicoes/>



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Na ocasião, o âncora do programa esclareceu que o Tribunal Superior Eleitoral ainda não havia prestado as informações em razão do período de recesso forense. Mas ignorando essa explicação, os comentaristas Cristina Graeml e Guilherme Fiuza, que compunham a bancada, passaram a ventilar uma suposta *omissão* da Corte em responder aos questionamentos oriundos das Forças Armadas, via Ministério da Defesa, e a sustentar que o processo eleitoral estaria marcado por falta de transparência, por instabilidade e por uma suposta falta de isenção dos responsáveis por sua gestão. Na ocasião, disseram o seguinte⁶⁹:

[Cristina Graeml, 10m34] “Essa discussão [da urna eletrônica] vai se prolongar ao longo do ano inteiro porque **o brasileiro não está convencido de que o sistema eleitoral é seguro**. Essa discussão continua forte nas redes sociais, continua forte nos grupos de Whatsapp... [...] **não estão satisfeitas com as respostas que foram trazidas até hoje. Não estão satisfeitas com a militância política que ministros do STF fizeram junto ao parlamento** na época em que estava sendo discutida a questão da PEC do Voto Impresso. Então, **há muitas dúvidas no ar, há muitos e muitos e muitos brasileiros com histórico de tentar votar em um candidato e ver aparecer na urna eletrônica outra foto** [...] É uma discussão que vai longe ainda. Eu acho muito bom que as Forças Armadas, agora convidadas a participar do processo, façam questionamentos, exijam mais transparência, para quem sabe o eleitor consiga acompanhar esse processo e segue ao dia da eleição um pouco mais tranquilo, porque **nesse momento não há tranquilidade.**”

[Guilherme Fiuza. 13min18s] “**O Tribunal Superior Eleitoral hoje é um fator de instabilidade do processo**. Infelizmente, **isso é uma constatação muito fácil, cristalina**, que a gente é obrigado a fazer. O Tribunal Superior Eleitoral, como ele é presidido por um ministro do STF [Roberto Barroso] que faz política contra o presidente da

69 Vídeo disponível em https://www.youtube.com/watch?v=gf_0ah5Neww&t=255s.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

República, e o que irá substituí-lo, Alexandre de Moraes, a mesma coisa [...]. **[O TSE] teria que dar todos os sinais ostensivos de boa-fé e de transparência.** Fazendo o que nesse momento? Prontamente respondendo ao ministro da Defesa. [...] **Poderia ter sido dada uma resposta.** Poderia ter sido feito um aceno, mesmo político até, sobre a disposição clara de colaboração. **Não foi feito nada disso porque, evidentemente,** como eu falei, **essas autoridades que presidem o Tribunal Superior Eleitoral estão fazendo política contra o presidente da República.** [...] **Até aqui o processo é de dúvida, é de instabilidade, e a parte da autoridade eleitoral não está fazendo o seu papel para mostrar que quer a transparência total do processo**".

É chamativo, no ponto, não apenas que a explicação para a falta de resposta imediata aos questionamentos foi simplesmente ignorada pelos comentaristas⁷⁰, mas também que, mesmo sem serem especialistas em cibersegurança, e sem trazerem qualquer elemento concreto para fundamentar suas falas, eles indicaram que “o brasileiro não está convencido de que o processo é seguro”, que “há muitas dúvidas” (sem dizerem quais), e que o Tribunal Superior Eleitoral seria um fator de instabilidade, com seus ministros “fazendo política” contra o então Presidente da República (também sem dizerem em que termos).

Poucos dias depois, em 12/02/2022, o mesmo programa “Os Pingos nos Is” retornou ao tema. Em sua abertura, o apresentador noticiou que o Tribunal Superior Eleitoral havia indicado que ainda estava elaborando as respostas aos questionamentos feitos pelas Forças Armadas⁷¹.

⁷⁰ E ela tanto fazia sentido que, poucos dias depois do fim do recesso, em 16/02/2022, os esclarecimentos foram prestados, inclusive publicamente, pela Corte: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Fevereiro/tse-divulga-informacoes-prestadas-as-forcas-armadas-sobre-o-processo-eletronico-de-votacao>

⁷¹ De fato, um dia antes, a Corte havia divulgado nota oficial para esclarecer que as perguntas de natureza técnica realizadas pelas Forças Armadas tinham certo grau de complexidade, e seriam respondidas nos próximos dias: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Fevereiro/nota-de-esclarecimento-perguntas-das-forcas-armadas->



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Ao passar a palavra à bancada, contudo, os comentaristas José Maria Trindade, Augusto Nunes e Ana Paula Henkel repisaram, sem qualquer prova ou embasamento concreto, discursos incutindo nos ouvintes/espectadores uma desconfiança no processo eleitoral realizado por meio da urna eletrônica. Veja-se⁷²:

[José Maria Trindade. 1min18s] “O meu susto dessa história toda foi entender, através das conversas que eu tive no Congresso, que os deputados e senadores que participam de eleições não sabiam como acontecia a eleição. Não sabiam como funciona essa urna, que de eletrônica não tem nada. Ela pode ser até elétrica, mas de eletrônica não tem nada. É uma calculadora metida a besta. Eles não entendiam – talvez não entendam até hoje – como é o processo.”

[Augusto Nunes. 3Min05s] “Quando foi oficializada a participação desse grupo das Forças Armadas nos preparativos eleitorais, as Forças Armadas indicaram técnicos muito competentes que entendem do assunto e fizeram perguntas muito pertinentes, não tenho a menor dúvida. Agora, são complexas as perguntas? Sim. Elas têm que ser respondidas por quem entende, ou não tem mais ninguém no TSE que entenda disso? Então, o TSE tem tanta certeza baseada em quê? Nos estudos ou nas teses defendidas por quem?”

[Ana Paula Henkel. 4min40s] “Essa resposta do TSE é inacreditável! Uma Corte encarregada das nossas eleições classificar como complexas dúvidas elaboradas pelas Forças Armadas e dúvidas que fazem parte também do debate político no Brasil, do debate público no Brasil. Então o TSE prometer dar resposta aos militares e classificar... empurrar com a barriga, a verdade é essa, empurrar com a barriga as respostas dizendo que são dúvidas complexas, isso mostra que é uma Corte que não dá pra gente levar a sério.”

[para-compreender-o-sistema-serao-respondidas-em-breve](#)

72 Minutagem de 0min1s a 5min22s do vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=6Bk3RARid8&t=1s>



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

É chamativo, aqui, como o comentarista José Maria Trindade, referindo supostas fontes parlamentares com quem teria falado, argumenta, *sem identificar uma única que fosse*, que elas não entenderiam como funciona a urna eletrônica (mesmo já tendo sido eleitas por esse meio). Pior: é chamativo que ele, mesmo sendo formado em comunicação social e agropecuária⁷³, sem ter conhecimento técnico para tanto, tenta deslegitimar essa tecnologia, genericamente, chamando-a de “calculadora besta”. É chamativo, também, como a comentarista Ana Paula Henkel, sendo formada em arquitetura e em ciência política⁷⁴, afirma com indignação que as razões técnicas mencionadas pelo Tribunal para ainda não ter apresentado respostas aos questionamentos seriam “inacreditáveis”, concluindo que a Corte estaria, na realidade, “empurrando com a barriga”, não sendo uma instituição “para a gente levar a sério”. Por fim, é notável como o comentarista Augusto Nunes, jornalista⁷⁵, fala não ter “a menor dúvida” de quão pertinentes são os questionamentos formulados, sugerindo, genericamente, que o Tribunal Superior Eleitoral não teria estudos ou teses para embasar suas afirmações de que as urnas eletrônicas são seguras e confiáveis.

Apenas dois dias depois, em 14/02/2022, a **JOVEM PAN** voltou a abordar o tema. No programa “Os Pingos nos Is” daquela data, o apresentador noticiou que o Tribunal Superior Eleitoral tinha acabado de apresentar as respostas aos aludidos questionamentos feitos pelas Forças Armadas. No entanto, mesmo tendo a Corte se desincumbido desse ônus, inclusive de forma pública, perante toda a sociedade⁷⁶, os integrantes da bancada do programa continuaram a incutir desconfiança sobre ela, sobre o sistema eleitoral que ela conduz e sobre as urnas eletrônicas.

73 <https://br.linkedin.com/in/jos%C3%A9-maria-trindade-863687277>

74 https://pt.wikipedia.org/wiki/Ana_Paula_Henkel

75 https://pt.wikipedia.org/wiki/Augusto_Nunes

76 <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Fevereiro/tse-divulga-informacoes-prestadas-as-forcas-armadas-sobre-o-processo-eletronico-de-votacao>



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Não bastasse, depois de o âncora noticiar que o Tribunal, pelo seu então presidente, o Ministro Luís Roberto Barroso, pretendia firmar acordos com as plataformas digitais que operam no país, para combater *fake news* na internet durante as eleições, os comentaristas também passaram a fomentar a falar desse tema como um episódio que reforçaria a falta de higidez e lisura do processo eleitoral daquele ano. Confira-se a transcrição pertinente⁷⁷:

[José Maria Trindade. 44min20s] “Pois é, acordo né? Que tipo de acordo? Acho estranho esse acordo com as mídias sociais que dominam, que agora fazem edição e que publicam. São responsáveis. Então, **é um acordo que eu posso considerar suspeito.**”

[Guilherme Fiuza. 47min52s] “Estamos aguardando a apreciação técnica desse material. Porque **evidentemente que sem o sistema de auditoria dessa eleição, não tem segurança alguma.** [...] O que falta nessa eleição é, na verdade, ou você trazer para a gestão do sistema eleitoral, desde a programação das urnas, outras forças externas – quase como se fosse um acompanhamento de todo o processo –, ou então você vai ter que ter um sistema criado às vésperas da eleição para aferição e contagem pública de votos onde haja controvérsia. E **se o sistema se mantiver desse jeito vai haver controvérsia, porque o sistema é vulnerável!** (...). Não tem como! Então vamos ver o que os que estão na equipe do ministro Braga Neto dirão sobre esse calhamaço que foi enviado. Mas **até aqui a postura do TSE, pelo menos até onde a vista enxerga, não é de colaboração**”.

[Ana Paula Henkel. 49min57s] “[... aqui nos Estados Unidos] vários Estados já passaram leis mais restritas para as eleições. No Brasil, infelizmente, a gente não tem isso. **E deixar tudo nas mãos do TSE, sem questionamento, é suicídio eleitoral.**”

⁷⁷ Minutagem 43min22s a 50min45s do vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=JiwWpX1Xdww&t=2605s>



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Nessas falas, notam-se diversos tipos de alegações recorrentes nos programas da **JOVEM PAN**, como menções genéricas ao caráter “suspeito” ou “estranho”, sem qualquer detalhamento de fundamentação, e muitas vezes sobre temas sobre os quais os comentaristas não têm qualquer conhecimento. O acordo considerado “suspeito” por José Maria Trindade, por exemplo, havia sido celebrado em evento público, transmitido naquele mesmo dia pela internet⁷⁸, e tinha base normativa na Portaria TSE nº 510 de 04 de agosto de 2021⁷⁹, bastando o comentarista buscar, com poucos cliques, essa informação, se quisesse informar o ouvinte/espectador. Também são recorrente falas como a feita nessa ocasião por Guilherme Fiuza, no sentido de que “não tem como”, “o sistema é vulnerável!”, “não tem segurança nenhuma”, sem que este tenha formação técnica para fazer uma avaliação como essa. Chama atenção, por fim, como Ana Paula Henkel, mesmo não tendo havido, até aquele momento, sequer um posicionamento do Ministério da Defesa sobre as respostas do Tribunal, afirmou de forma tão categórica quanto genérica que deixar as eleições na mão da Corte constitucionalmente especializada no tema seria “suicídio eleitoral”.

Poucos dias depois, em 22/02/2022, na abertura do programa “Os Pingos nos Is”, o âncora repercutia uma entrevista dada pelo Ministro Edson Fachin, que assumiria naquela data a Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, na qual teria afirmado que ataques à Corte ensejariam sanções legais. A partir disso, os comentaristas Ana Paula Henkel, Cristina Graeml e Guilherme Fiuza passam a ventilar falas contra a instituição e contra seus membros, sustentando que as eleições por eles organizadas não poderiam ter qualquer credibilidade ou segurança.

78 <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Fevereiro/tse-e-plataformas-digitais-assinam-acordo-nesta-terca-feira-15>

79 <https://sintse.tse.jus.br/documentos/2021/Ago/6/diario-da-justica-eletronico-tse/portaria-no-510-de-4-de-agosto-de-2021-institui-o-programa-permanente-de-enfrentamento-a-desinformac>



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Confira-se⁸⁰:

[Ana Paula Henkel. 16min24s] “A gente tem que falar do TSE, né? **O que é o TSE? Uma jabuticaba brasileira**, difícil de explicar aqui nos Estados Unidos, por exemplo. Agora vai explicar o TSE com ministros ativistas e militantes como esses (...). **Sabemos hoje claramente que, se fizermos pesquisa sobre qual é a instituição em que você menos confia, eu não tenho a menor dúvida de que o Supremo Tribunal Federal será essa instituição, por causa dessa composição ativista, militante**”.

[Cristina Graeml. 18min05s] “O ministro Barroso sai da Presidência do TSE, se despede de forma grandiosa, participando de evento no exterior, falando como derrubar um presidente da República. Absolutamente ativista. **Absolutamente política a atuação dele**. Não deveria! Apesar de ser um tribunal superior eleitoral, **ele deveria, como presidente, atuar como juiz, que ele é efetivamente. No STF, cuidando da Constituição, no TSE, da realização de eleições com credibilidade, com segurança e com transparência, o que não está acontecendo, infelizmente!**”

[Guilherme Fiuza. 26m50] “Olha, a pergunta é muito simples: **um ministro com essa conduta pode ser árbitro do processo eleitoral?** (...) Eu não vou fazer biografia do Fachin, não vou fazer psicanálise do Fachin. Vou olhar para o cargo que ele ocupa, para o processo que ele vai presidir, e perguntar: **essa conduta é compatível com esse cargo?** (...) **Nós não vamos dourar a pílula. Ele está apostando na confusão**. A pergunta é muito simples: essa conduta é compatível com alguém que tem que zelar pela segurança do processo eleitoral? **Há idoneidade nessa pessoa? E o Presidente do Senado se omite**”.

80 Minutagem 11min33s a 19min15s do vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=IkJRN48AK9s&t=693s>, com 655 mil visualizações.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

É chamativo, aqui, que as críticas formuladas pelos comentaristas não eram concretas, voltadas contra *atos específicos* dos Ministros do Tribunal Superior Eleitoral. Ao contrário, eram *vagas*, aduzindo, sem apresentar qualquer lastro, que a Corte Eleitoral brasileira seria uma “jaboticaba”⁸¹, que, em uma suposta pesquisa de opinião que se realizasse, não haveria “a menor dúvida” de que a instituição em que a população menos confia seria o Supremo Tribunal Federal (sem apontar em que elementos essa percepção estaria amparada), e que as eleições daquele ano não estariam sendo conduzidas com credibilidade, com segurança e com transparência. Em específico, nota-se, nesses comentários, uma linha de discurso que, ao longo de 2022, ganharia cada vez mais tração na JOVEM PAN: o de que o Tribunal Superior Eleitoral estaria “apostando na confusão” e de que, diante de supostas atuações arbitrárias de seus Ministros, o Presidente do Senado estaria “se omitindo” (em referência à sua competência para deflagrar processos de *impeachment* contra magistrados de Cortes Superiores).

Esses conteúdos seguiram, em março, sendo veiculados insistentemente pela emissora. Em 28/03/2022, por exemplo, no programa “Os Pingos nos Is”, o âncora repercutia declarações do então Presidente da República Jair Bolsonaro, no sentido de que sentia “*enjoo por ser o único a atuar dentro de quatro linhas, enquanto outros políticos e instituições atuam fora*”. A propósito dessas falas, o comentarista Guilherme Fiuza, então, repisou o padrão de ventilar críticas vagas e genéricas, sem citar exemplos concretos, imputando ao Tribunal Superior Eleitoral uma suposta parcialidade na condução das providências pertinentes ao período pré-eleitoral.

81 É importante registrar que o modelo de governança eleitoral brasileira encontra par em diversos países do mundo. Sendo um modelo permanente, não ligado ao Poder Executivo, ele encontra similitudes com países como Armênia, Austrália, Canadá, Indonésia, México, África do Sul, Tailândia e tantos outros. Para detalhes a respeito, ver o estudo comparado “Electoral Management Design”, produzido pelo International Institute for Democracy and Electoral Assistance, em 2014, e disponível em <https://www.idea.int/sites/default/files/publications/electoral-management-design-2014.pdf>



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Veja-se⁸²:

[Guilherme Fiuza. 38min45s] “**O presidente [da República, Jair Bolsonaro] usa essa imagem das ‘quatro linhas’, se referindo a uma metáfora com jogo de futebol, ou qualquer jogo em campo, quadra etc. Jogar dentro das quatro linhas, jogar o jogo limpo. E o que a gente vê nesse ambiente pré-eleitoral é uma série de desconfianças, de fato, de que o jogo não está sendo jogado dentro das quatro linhas ou está sendo jogado de uma forma suja, dentro das quatro linhas, se é que isso é possível. Você tem um Tribunal Eleitoral que faz um tipo de adesão a campanhas eleitorais que são para expelir esse presidente [da República] (...)**”

Algumas semanas depois, em 03/05/2022, falas análogas, que levantavam suspeitas sem qualquer amparo em evidências específicas, foram veiculadas novamente, desta vez durante o programa “3 em 1”. Na oportunidade, estava em pauta um encontro entre o então Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Luiz Fux e Presidente do Senado, Senador Rodrigo Pacheco, tendo por objeto, entre outros, o processo eleitoral que se iniciaria em breve⁸³. Ao comentar o tema, Rodrigo Constantino afirmou que a população não deveria acreditar na correção do resultado das eleições, caso o então Presidente da República Jair Bolsonaro não fosse reeleito para o cargo naquele pleito.

82 Minutagem 32min45s a 42min35s do vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ACkDSEZVQ-s&t=1965s>, com 812 mil visualizações.

83 <https://www12.senado.leg.br/tv/programas/noticias-1/2022/05/pacheco-se-reune-com-presidente-do-stf-ministro-luiz-fux-nesta-terca-1>



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Em suas palavras⁸⁴,

[Rodrigo Constantino] “O sistema é opaco. Falta transparência. Só tem Butão, Bangladesh e Brasil com essa urna totalmente fechada. Barroso é um iluminista, gosta muito da França, como nossa imprensa esquerdista, adora a revolução francesa e tudo e deveriam olhar como foi a eleição na França. Foi com papel. Então o Rodrigo Pacheco está sendo demagogo (...) Então veja, **está tudo errado. É um esforço muito grande de mascarar a situação e calar o povo. É o povo que tem que confiar no sistema. O sistema eleitoral transparente é aquele em que o povo confia. Não adianta você duplicar o cabo de força, abrir a urna em uma universidade e chamar até mesmo o exército para olhar de longe porque isso não vai acalmar o povo. E o povo tá vendo o seguinte.** Tem um larápio, tem um ladrão ali (...) que é o líder nas pesquisas. Só que ele não tem povo. Ele não consegue colocar meia dúzia de pessoas nas ruas. **É óbvio que se esse sujeito ganhar, com uma certa folga, é óbvio que a turma toda vai desconfiar, e com razão.** Aqui é a análise, não estou incitando nenhuma reação, não. Mas a análise é a seguinte: **uma boa parcela da população brasileira vai ficar bastante revoltada se isso acontecer.**”

É importante ter em conta, aqui, o contexto em que essas falas, especificamente, se colocaram: alguns dias antes, o país tinha sido palco de manifestações pedindo não apenas a adoção do chamado “voto impresso”, como também a intervenção das Forças Armadas sobre os Poderes constituídos⁸⁵, sendo que muitas pediam a destituição de Ministros do Supremo Tribunal Federal⁸⁶.

84 Minutagens de 11min03s a 11min23s e de 13min30s a 14min22s do vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=wtl5v7MY2sY&t=45s>, com 100 mil visualizações pelo Youtube.

85 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/05/01/manifestantes-fazem-atos-a-favor-de-bolsonaro-no-1o-de-maio.ghtml>

86 <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/atos-pro-bolsonaro-tem-ataques-contr-o-stf/>



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

É nesse cenário de escalada de manifestações pedindo intervenção das Forças Armadas, portanto, que a **JOVEM PAN** nesse dia estava veiculando a ideia de que o processo eleitoral daquele ano não merecia confiança, de que um resultado diverso da reeleição do então Presidente da República apenas ocorreria por força de uma fraude e, sobretudo, de que se ele não fosse reeleito seria de se esperar que *revoltas* viessem a acontecer.

Essa tônica seguiu se intensificando. Dias depois, em 26/05/2022, o programa “Os Pingos nos Is” noticiava uma declaração do então Presidente da República Jair Bolsonaro, em crítica ao Tribunal Superior Eleitoral e a seu já então Presidente, o Ministro Alexandre de Moraes, no sentido de que “*nós estamos esgotando tudo dentro das quatro linhas da Constituição (...) Desconfiar é um direito meu. Eu estou num país democrático. Porque o Senhor Alexandre de Moraes diz que porventura duvidar da urna eletrônica, terá o registro cassado e preso*”. Ao comentarem a notícia, e o fato de Jair Bolsonaro estar sendo investigado por vazamento de sigilo de um inquérito que apurava supostos ataques aos sistemas do Tribunal Superior Eleitoral⁸⁷, os comentaristas Guilherme Fiuza e Ana Paula Henkel não apenas *aprofundaram* as falas que já vinham fazendo (minando, com argumentações vagas, genéricas e desprovidas de comprovação, a confiança da população na lisura do processo eleitoral daquele ano), como ainda deram passos adiante, afirmando que o Ministro Alexandre de Moraes seria “um ser inconstitucional”, que o Supremo Tribunal Federal seria “o nosso grande entrave no Brasil” e estaria “apostando na ruptura”, e repisando a ideia de que o Presidente do Senado, o Senador Rodrigo Pacheco, estaria se omitindo no cumprimento de suas atribuições, ao não deflagrar processos de impeachment contra os magistrados da Corte.

87 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/08/12/moraes-manda-investigar-bolsonaro-por-vazamento-de-inquerito-sigiloso-da-da-pf.ghtml>



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Vejam-se as transcrições pertinentes⁸⁸:

[Ana Paula Henkel, 17m30]: “**nós temos dúvidas em relação à transparência, o próprio artigo 37 da nossa Constituição, ele não é respeitado na contagem**, que diz que tem que ser sob escrutínio público. **Como vamos fazer essa auditoria sob escrutínio público se o voto ele fica no ar. Se ele sai da urna, fica no ar, vai para o software, ninguém sabe como ele saiu, como ele entrou**. Não, mas vocês não podem perguntar porque eu estou dizendo que as urnas eletrônicas são confiáveis e acabou o debate. É assim que eles acham que vão conseguir o respeito que eles merecem dentro de uma instituição que sim, merece o nosso respeito, mas não com essa comissão aí. Eles formaram uma comissão da transparência eleitoral que tem tudo menos transparência, documentos sob sigilo, relatórios sob sigilo, nenhuma transparência. **Perguntas da sociedade que não foram respondidas**. Perguntas das forças armadas que foram respondidas. Houve recomendação de melhorias no nosso sistema. Eles não querem deixar o público saber, ou seja, **cada dia fica mais claro que hoje o nosso grande entrave no Brasil é essa insegurança jurídica trazida pelo Supremo Tribunal Federal**. (...). **Desconfiar das urnas é um direito nosso**. É um direito meu, seu, nosso. Nós estamos numa democracia. Nós temos liberdade de expressão, de questionar. (...) **Alexandre de Moraes é um ser inconstitucional. Uma caneta tirânica inconstitucional que casou com medidas draconianas e um absoluto desrespeito pela nossa Constituição**. Mais uma vez, **não estaríamos falando desses seres iluminados e ungidos e de suas inconstitucionalidades se o senhor Rodrigo Pacheco estivesse fazendo uma de suas prerrogativas institucionais como Presidente do Senado, de colocar em plenário um processo de impeachment de Ministros que desrespeitam nossa Constituição**. Não podemos jamais tirar de qualquer debate que venha colocar o nome desses Ministros que aplicam essas inconstitucionalidades, sem colocar o nome de Rodrigo Pacheco.

⁸⁸ Minutagem 18min36s a 22min15s do vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=3LSyDgODIvA>, com 872 mil visualizações pelo Youtube.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

[Guilherme Fiuza, 12m38s] **“Ele deu a entender que tem a impressão que Ministros do Supremo Tribunal Federal parecem estar apostando na ruptura. Essa impressão não é só do Presidente da República. Essa impressão é de boa parte da população** que, aliás, tem ido as ruas pacificamente, grande manifestações, pedir legalidade e criticar essa postura ostensiva do Supremo e de Ministros do Supremo. Esse expediente de colocar o Presidente da República no inquérito das fake news, que é o inquérito do fim do mundo, alegando que ele vazou o sigilo que não existia e, dessa maneira, protegendo um desvio que houve no sistema eleitoral, de uma invasão, que precisava ser investigada, que precisava ser esclarecida e esse esclarecimento é devido ao público, o Supremo e o TSE agindo na posição contrária disso e, ostensivamente, volto a dizer, muito agressivamente, **parece mesmo vontade de apostar na ruptura, no confronto, no conflito**, como se queira chamar. **Em concorrência com esses atos estranhos, que a sociedade brasileira está estranhando, ela não acordou de mau humor querendo duvidar do Supremo e dos Ministros do Supremo. Ela está estranhando essa conduta”**

Nessas falas, é importante atentar não apenas para as objeções *pueris* feitas à confiabilidade das urnas eletrônicas (com menções no sentido de que os votos “ficam no ar, vai para o software, ninguém sabe como ele saiu, como ele entrou”, a demonstrar uma patente falta de conhecimento técnico sobre o tema, por parte da comentarista), mas sobretudo para as imputações de uma suposta omissão ao Presidente do Senado e para a ideia de que o Supremo Tribunal Federal estaria “apostando na ruptura”. Pois, como se verá, essas falas, ventiladas *por meses* pela **JOVEM PAN**, em dado momento passaram a servir de supedâneo para comentaristas da emissora defenderem a desobediência de decisões judiciais e proporem “alternativas” à institucionalidade vigente, por meio da intervenção das Forças Armadas e de insurgências de grupos radicalizados.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Algumas semanas depois, em 13/06/2022, nada menos que três programas da **JOVEM PAN** veicularam falas de tom peremptório contra a lisura do processo eleitoral em curso.

No programa “3 em 1”, o comentarista Rodrigo Constantino afirmou que a condução das eleições por Ministros do Tribunal Superior Eleitoral e do Supremo Tribunal Federal seria “uma espécie de golpe brando”. Disse ele, na ocasião⁸⁹:

“Tudo é muito suspeito aí. A fala do Presidente Bolsonaro não tem absolutamente nada de falso ali. Não existe fake news. Aconteceu exatamente aquilo que ele disse. O Ministro Fachin, que foi garoto propaganda da Dilma Roussef, que é simpatizante do MST, ele chamou embaixadores para dar a entender que o Presidente Bolsonaro é uma espécie de golpista. O Ministro Barroso foi no Congresso tentar interferir no processo de votação de uma PEC para tentar mudar o sistema e adotar o voto impresso. Há esse ativismo escancarado, **Ministros do TSE e do STF deixam muito claro que querem derrotar Bolsonaro. E isso **tudo já se configura, por si só, uma espécie de golpe brando. No mínimo, uma eleição manietada, influenciada de alguma forma pelo próprio sistema contra um dos candidatos**”.**

Já no programa Jornal da Manhã, Cristina Graeml comentava falas feitas pelo então Presidente Bolsonaro sobre o Tribunal Superior Eleitoral, após este não aceitar uma sugestão, feita pelas Forças Armadas, de se promover uma contagem simultânea de votos nas eleições de 2022⁹⁰.

89 Minutagem de 13min06s a 12min1s, do video disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=jxNdDc1HJ9s>, com 65 mil visualizações pelo Youtube.

90 A sugestão não foi aceita pelo Tribunal, porque se mostraria desnecessária diante dos mecanismos de contagem já existentes para tanto, a partir dos boletins disponibilizados pela Corte: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/fachin-rebate-bolsonaro-e-diz-que-critica-sobre-contagem-simultanea-de-votos-e-indevida/>



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Na ocasião, a comentarista sustentou, sem apresentar qualquer evidência ou fonte, que o processo em curso não seria transparente, afirmou enfaticamente que a população estaria “em dúvida”, e que essa seria “as voz das ruas”. Ainda, mobilizando críticas absolutamente genéricas, chegou mesmo a sugerir – embora sendo formada comunicação social⁹¹, não em direito – que o sistema de votação por urnas eletrônicas estaria há décadas violando diretamente não apenas a Constituição, como ainda o Código Eleitoral. Segundo ela⁹²,

“O processo eleitoral não é transparente. Não adianta a gente ficar aqui elucubrando e dizendo que o TSE é isso, que o Ministro Barroso falou aquilo e agora o Ministro Fachin. **A população está em dúvida e precisa da transparência**, até porque a Constituição determina que seja assim, e eu lembro sempre que o Código Eleitoral no art. 221 exige contagem pública dos votos, o que não é feito há mais de 25 anos. Antes o eleitor não estava atento para isso, agora está e precisa ser respeitado”.

Essa mesma alegação, igualmente em tom peremptório, se repetiu, aliás, na boca de outra comentarista leiga em direito, naquele mesmo dia 13/06/2022. No programa “Pingos nos Is”, abordando a mesma notícia sobre a não aceitação de sugestão de contagem paralela pelo Tribunal Superior Eleitoral, também Ana Paula Henkel afirmou que uma fiscalização aceita pela Corte de nada adiantaria, porque a contagem de votos “não estaria sob escrutínio público como exigiria o art. 37 da Constituição”, inculcando, assim, uma vez mais a desconfiança dos ouvintes da **JOVEM PAN** no processo eleitoral em curso.

91 <https://www.gazetadopovo.com.br/autor/cristina-graeml/>

92 Minutagem de 01h29min28s a 01h30min07s do vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=IOeMPku7j8A>, com 401 mil visualizações pelo Youtube



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

De acordo com a comentarista⁹³,

“(Não é possível) saber se tivemos fraude, porque as urnas não são auditáveis, não existe o voto físico. Aquele relatório que eu sempre leio da Polícia Federal [produzido em 2016], que não é possível auditar de forma satisfatória essa viagem do voto entre a urna eletrônica e o boletim de urna, o software não sabe, ninguém sabe, nem o próprio TSE sabe, o que acontece nessa viagem do voto. Não tem como saber se um hacker entrou Não tem como saber se o voto do jeito que o eleitor teclou na urna vai entrar com o mesmo número no software. (...) Não tem como auditar, não tem como saber se houve ou não”

Apenas um dia depois, em 14/06/2022, no programa “3 em 1” o comentarista Rodrigo Constantino foi além. Curiosamente, enquanto no começo daquele ano discurso era de que seria necessário responder aos questionamentos feitos pelas Forças Armadas, e, depois, de que seria necessário acatar as sugestões que elas haviam feito, agora o discurso, ventilado pelos comentaristas Jorge Serrão e Rodrigo Constantino, era de que “mesmo acatando 100% das demandas dos militares, não havendo voto impresso, o sistema segue opaco”. Ou seja, na oportunidade, a **JOVEM PAN** passou a ventilar um patamar de exigência, para reconhecer a lisura do processo em curso, que sequer técnicos das Forças Armadas estavam adotando. Ao assistir ao programa, os ouvintes da emissora demandada recebiam a ideia – vinda, frise-se, de leigos em segurança da informação, mas que não se declaram nunca para o público como tais – de que a única forma de se ter uma eleição justa era se o modelo de votação chamado “voto impresso” fosse adotado (algo que, àquela altura do ano, sabidamente não era sequer mais possível).

93 Cf. 37min23s a 37min37s do video disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=qbnRgXiV1Tk&t=2098s>, com 842 mil visualizações pelo Youtube.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Confira-se a transcrição pertinente⁹⁴:

[Jorge Serrão, 33m17s] “Posso ser o justiceiro eleitoral do diabo? Mesmo que toda essa discussão das Forças Armadas seja aceita, o sistema continua o mesmo. Igual os meus cabelos. Não vai mudar nada. Ele continuará opaco, ele continuará sem a possibilidade física da conferência”.

[Rodrigo Constantino, 33m48s] “**É verdade, dificulta o processo de sacanagem**, se tiver, mas concordo com o Serrão, **Mesmo acatando 100% das demandas dos militares, não havendo voto impresso, não há apuração pública e o sistema seguirá opaco**”.

Esse patamar seguiu sendo normalizado pela emissora nas semanas seguintes. Em 14/07/2022, por exemplo (às vésperas das convenções partidárias, quando o sistema de votação já estava definido para aquele ano), Rodrigo Constantino repisa a ideia de que mesmo se tivessem sido acolhidas as sugestões de alteração formuladas pelas Forças Armadas, o processo eleitoral em curso seguiria “uma caixa preta”, e, repetindo o que já vinha sido afirmado por outros comentaristas nos meses anteriores, também ventilou – mesmo não sendo especialista no tema – a ideia de que o atual sistema de votação violaria a Constituição “há anos”. Em especial, referido comentarista, nessa fala, sustentou que, por conta disso, estaríamos diante de um processo sem legitimidade, algo que, como se verá, viria a ser mobilizado, nos meses seguintes, para se apoiar uma demanda de intervenção das Forças Armadas sobre os Poderes constituídos.

94 Minutagem de 33min17s a 34min25s do video disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=iJEMUCeG2I&t=2555s>, com 87 mil visualizações pelo Youtube).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Em suas palavras⁹⁵,

“O protagonismo das eleições pertence ao TSE. E a gente sabe disso. **É por isso que agente não dorme muito tranquilo** (...). Então, **é uma coisa estranha**. Convidam as Forças Armadas para essa comissão de transparência só para dar uma aura de legitimidade e depois alfinetam as Forças Armadas. **É tudo muito esquisito**. Agora, **as Forças Armadas estão tentando fazer o seu papel: melhorar o que for possível melhorar. Agora, não conseguem atingir o âmago da questão, que é essa caixa preta**, centralizada, daquele super computador, daquela salinha lá com 20 pessoas. Então, não adianta dizer que tem o boletim de urna. Isso não é a mesma coisa que materializar o voto para poder ter uma aferição pública (...) Algo que, aliás, está na nossa Constituição também, né, sendo ignorada há anos. **É preciso ter legitimidade. E só consegue legitimidade se todos os eleitores acreditarem que quem eles votaram recebeu um voto. Isso existe hoje? Não**”.

Conteúdos como esse, com críticas vagas genéricas ao sistema eleitoral brasileiro, emitidas sistematicamente por pessoas sem qualquer conhecimento técnico ou especialidade em temas jurídicos e de cibersegurança, e em contrariedade com as informações técnicas produzidas por peritos de órgãos públicos⁹⁶ e da academia⁹⁷, **seguiram sendo veiculados pela JOVEM PAN ao longo de todo o ano de 2022, até mesmo após o término das eleições**.

95 Minutagem de 42min04s e seguintes do video disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=FO5tEPmoDoM&t=1804s>, com 180 mil visualizações pelo Youtube.

96 Ver, por exemplo, <https://valor.globo.com/politica/noticia/2022/07/19/delegados-e-peritos-da-pf-defendem-urna-eletronica-e-lembram-que-nunca-houve-comprovao-de-fraude.ghtml>

97 <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2022/08/25/unicamp-usp-e-ufpe-chancelam-seguranca-das-urnas-eletronicas>



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Apenas para que se tenha um exemplo eloquente, em 10/11/2022, o programa “Linha de Frente” iniciou com o âncora Tiago Pavinatto noticiando a entrega, ao Tribunal Superior Eleitoral, do relatório final de fiscalização do processo eleitoral de 2022 elaborado pelo Ministério da Defesa. E embora a reportagem exibida tenha mencionado que o relatório “não aponta falha ou inconsistência nas urnas”, tanto o âncora quanto os comentaristas passaram o tempo todo reforçando, sem argumentos concretos, a desconfiança dos ouvintes no resultado que delas adveio⁹⁸. Para sustentar que as urnas eletrônicas não seriam confiáveis, um dos comentaristas afirmou, *sem prova alguma*, que a mesma diferença de votos a favor do candidato de esquerda sempre se repetiria em eleições em outros países da América Latina que também usam esse meio de votação, sugerindo que o resultado dele extraído seria *artificial*. Transcrevem-se, abaixo, as falas pertinentes⁹⁹:

[Tiago Pavinatto. 20min20s] “**As Forças Armadas**, através de equipe especializada em tecnologia da informação, **foram fazer um teste de paternidade e proibiram o exame DNA?**”

[Rodolfo Mariz. 20min40s] “Sabia analogia. **Nós estamos mostrando aqui na Jovem Pan News a verdade dos fatos. O brasileiro, na verdade, está cansado de ser passado para trás, está cansado de ser enganado e nós temos o compromisso com a verdade.** E aí **está sendo aqui dito**, lendo do jeito que você colocou aqui, **todas as verdades sobre essas urnas eletrônicas, que desde o início nunca nos enganou. Sempre houve uma falta de transparência, sempre foi combatido aqui por nós e por todos os**

98 É chamativo que, na ocasião, o âncora faz a leitura de uma nota oficial divulgada pelo Ministério da Defesa, no sentido de que o trabalho dos *técnicos* militares das Forças Armadas na fiscalização do sistema eletrônica de votação, “embora não tenha apontado, também não excluiu a possibilidade da existência de fraude ou inconsistência nas urnas eletrônicas e no processo eleitoral de 2022”. E o foco de todas as falas feitas no programa é, visivelmente, não sobre o material técnico produzido, mas sobre o trecho da nota que “não exclui a possibilidade da existência de fraude ou inconsistência nas urnas eletrônicas”.

99 Minutagem de 20min0s a 37min05s do vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=uTaKs1rhBv0>, com 257 mil visualizações no Youtube.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

brasileiros que acreditam que essa eleição foi uma eleição de um jeito... [interrupção do âncora: '**de um jeito moleque**']. (...) **Imagina você chegar na sua casa e dizer que o filho é seu sem ter feito um teste de DNA.** Eu quero deixar claro uma coisa aqui também. As Forças Armadas foram feitas a convite do então ministro Barroso (...). Eles estavam ali de uma forma, simplesmente como se fossem uns bonecos, de mãos atadas, sem poder fazer nada. Então **o que veio à tona agora é o que o brasileiro já imaginava** – e na verdade, tinha a certeza: **estamos sendo passados para trás.**”

[Tiago Pavinatto. 27min30s] “Sinceramente, os países democráticos têm recontagem. Isso de você só pode ver no telão parece inspeção da ONU no Irã para ver se tem instalação nuclear. Você não acha, Caio?”

[Caio Mastrodomênico. 28Min05s] “**Essas atitudes do TSE não são novidades para ninguém. Há tempos do TSE vem agindo de maneira a dificultar o acesso ao sistema.** [...] **Esse relatório das Forças Armadas – eu sei que frustrou muita gente que estava esperando uma bomba e veio como um traque** – eu acredito que esse relatório não deslegitimou a eleição, **mas também não avalizou o processo eleitoral. Muito pelo contrário,** ele diz, portanto, que houve possível risco à segurança na geração dos programas. Como a Juliana mencionou, que **as urnas eletrônicas aferiram ali o resultado com dois milhões de votos para o presidente Lula, eu lembro que todos os países, principalmente aqui da América do Sul, que utilizam a urna eletrônica acabam exatamente com este esse resultado de diferença do candidato da direita para o candidato da esquerda. Assim na Venezuela, assim em todos os países que utilizam as urnas eletrônicas.** [...] **É só pesquisar no Google,** para quem está assistindo, pode pesquisar no Google quais são os resultados dos países que utilizam as urnas eletrônicas. **O resultado é sempre muito pequeno na diferença e ele sempre se cruza. As curvas são muito semelhantes, as curvas de aferição do resultado. Então, isso sim traz ainda mais desconfiança para a população.** [...] Nós estamos vendo milhares de pessoas nas ruas,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

espalhadas por todo o país, simplesmente questionando o sistema que não tem transparência. **E se não tem transparência, o TSE precisa se posicionar e resolver o problema de transparência**, porque é isso que o povo está pedindo, eu acho que é isso que todo mundo deseja: mais transparência para ter segurança de que o candidato que você apertou o botão de fato é o candidato que foi computado.”

[Ronaldo Mariz. 33min30s] “Como o Caio acabou de falar, nós não estamos aqui falando de quem ganhou, quem perdeu, ou PT ou direita. **Nós estamos falando aqui da falta de transparência, principalmente agora na apuração dessas urnas**. Olha aqui o que coloca em nota oficial as Forças Armadas: **‘houve restrições ao acesso adequado dos técnicos ao código fonte’**. A partir desse momento aqui, é um órgão sério, eu já começo a duvidar. **É a mesma coisa que você comprar uma casa e o proprietário falar ‘tem um quarto aqui que você não pode nunca abrir essa porta’**. Como que eu não posso abrir essa porta? Seja transparente, eu quero saber o que tem dentro dessa casa. ‘Não, não pode abrir essa porta’. **Opa, se está fechado é porque alguma coisa tem. Não há transparência**”.

Nessas falas, ilustrativas de várias outras que vinham sendo sistematicamente feitas nos programas da **JOVEM PAN** no período, é chamativo como comentaristas sem qualquer especialização no tema discorrem sobre supostas fragilidades nas segurança das urnas **mesmo diante da notícia, pauta daquele mesmo dia, de que os técnicos das Forças Armadas não haviam detectado problemas no sistema**. Afastando-se dessa informação especializada, os comentaristas recorrem a analogias até mesmo toscas (como a entre testes de integridade eleitoral e exames de DNA), as quais, apesar de não terem qualquer valor epistêmico no campo de governança de eleições, por sua simplicidade tinham grande potencial para ser lidas pelo ouvinte médio como plausíveis, nele se incutindo ainda mais desconfianças sobre o resultado do pleito que havia se encerrado há pouco.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Não bastasse, o comentarista Caio Mastrodomênico, mesmo sendo formado em odontologia e envolvido nas áreas de empreendedorismo e gestão¹⁰⁰, faz acusações de manipulação que beiram o absurdo, sugerindo que as urnas eletrônicas não apenas seriam vulneráveis, como ainda entregariam o mesmo resultado percentual em todos os países em que é usada. Sem prova alguma, perguntado sobre sua fonte, o comentarista se limitou a dizer aos ouvintes que eles podem “encontrar isso no Google” (sem sequer apresentar parâmetros de busca, frise-se), procurando passar ao público a impressão de que essa informação seria confiável. Ainda, é chamativo que, no programa, haja falas que não apenas põem sob suspeita a higidez do processo eleitoral, mas sugeriram que “o brasileiro está sendo enganado e passado para trás”, tudo em um período em que, como é sabido, esse tipo de discurso poderia ter especial efeito sobre o grande contingente de pessoas que já então estavam nas ruas pedindo intervenção das Forças Armadas, irresignadas com o resultado das urnas.

Que esses comentaristas tinham plena ciência de que tais manifestações tinham em sua base essa desconfiança incutida em parte da população quanto à lisura do processo eleitoral ficou, aliás, evidente alguns dias depois. Em 22/11/2022, o mesmo programa “Linha de Frente” repercutiu um “manifesto” assinado por autodeclaradas “entidades de todo o Brasil”, que pediam “resgate da ordem, progresso e liberdade de expressão”. Na abertura do programa, o âncora, Tiago Pavinatto, leu trechos da referida nota, atribuindo-a a “grupos de advogados”, à “Escola Superior de Guerra” e a “associações e sindicatos ligados ao setor rural e às polícias militares”, ao que seguiram comentários que, em tom virulento, faziam referências à “galera que está nas ruas se manifestando”, reforçando a desconfiança delas tanto no resultado das urnas, quanto nas instituições envolvidas na gestão das eleições.

100 https://www.amazon.com.br/Caio-Mastrodomenico/e/B0BGMBPND1%3Fref=dbs_a_mng_rwt_scns_share



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Veja-se¹⁰¹:

[Rodolfo Mariz. 36min20s] “**A galera que está nas ruas se manifestando, elas só estão buscando o direito delas de transparência.** Ela fala assim: ‘**olha, tudo bem, fulano ganhou a eleição. Mostra pra gente, só mostra pra gente**’. Porque 58 milhões de pessoas ainda não conseguiram, não desceu na goela dessas pessoas. Então o povo está lá na rua acampado, manifestando, respeitando o direito de ir e vir, mas **eles só querem respostas.** É simplesmente isso que eles querem. Nada além de respostas.”

[Tiago Pavinatto. 40min15s] “**Eu só sei que o TSE podia acabar com tudo isso.** Ele podia chegar e falar assim: ‘olha, tá tudo aqui’. **Escancarar tudo. Veja quem quer ver**”.

[Rodolfo Mariz. 40min30s] “**Ele [TSE] é o grande responsável por essas manifestações.**”

[Tomé Abduch. 40min35s] “Então, por que não fazem [auditoria externa nas eleições presidenciais]? Essa é a grande pergunta. **Se há um clamor da população, por que não fazem?** É simples: contratem duas, três grandes empresas de auditorias internacionais renomadas, entreguem a eles. Vai ver um retorno. Como dizem que as urnas são seguras, tenho certeza que eles vão validar que as urnas são seguras e todo o restante do povo brasileiro segue a vida. É natural que haja uma alternância no poder, é saudável para o país. **O que nós não podemos é ter dúvidas.** Tá muito simples de resolver isso e eu tenho certeza que os senhores vão ter compromisso com a nação brasileira e dar um democrático, porque depende dos senhores que o caminho seja democrático. O quê que a população brasileira pode fazer? Os senhores têm a caneta na mão. **As decisões são dos senhores. O que**

101 Minutagem de 8min00s a 48min20s do vídeo disponível em https://www.youtube.com/watch?v=RRR_NUTmTOs, com 317 mil visualizações no Youtube.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

não se pode é olhar para todas essas pessoas e nada a fazer como se eles não representassem os anseios da nossa sociedade”.

[Tiago Pavinatto. 41min35s] **“Não fazem porque estão escondendo alguma coisa ou porque querem taxar o povo de maluco. Eles querem brincar com o povo. [...] Ou não põe transparência porque tem gato nessa tuba, como diria minha avó, ou porque eles querem realmente transformar o movimento de direita no Brasil em lunáticos.”**

[Nelson Kobayashi. 42min45s] **“Essas manifestações não são as manifestações que resolverão a situação. Essas manifestações elas servem a instigar, a pressionar, a colocar calor nas instituições para que democraticamente as coisas se resolvam. A gente já vê isso acontecendo, agora depois de algumas semanas, por exemplo com essas entidades. As pessoas se juntam, as pessoas começam a organizar inclusive as entidades associativas, associação de advogados, associação de ruralistas, enfim. Essas entidades passam a se juntar também, agora são grupos de entidades, e com, cada vez mais, mais inteligência na sua manifestação. A gente precisa direcionar essas manifestações para que elas cresçam, sim, com a pauta correta e com o foco correto. E o foco correto está no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados para que seja fiscal do governo executivo e no Senado, para que exerça sua função de freio, de contrapeso do Judiciário, que hoje no país é o maior poder desta nação.”**

[Tiago Pavinatto. 44min00s] **“O povo do Senado está muito ocupado, fazendo nada. Veja a inversão das coisas e como você quer esvaziar os termos democráticos, como você quer deixar o povo bem maluco: a presidente do Superior Tribunal Federal [sic], a Ministra Rosa Weber, afirmou que ‘o grande desafio que o Poder Judiciário enfrenta neste momento são os impulsos autoritários de descumprimento de decisões judiciais, uma ameaça democracia e ao próprio Estado de Direito Democrático [...]’. Ela está falando aqui –**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

isso é muito sério, porque é de uma desfaçatez tamanha –, vejam por aí, essa expressão: ‘em resposta legítima a impulsos autoritários’. E o impulso autoritário que vem de certos ministros? Isso ela não fala. Ela fala do impulso autoritário em descumprir decisões autoritárias”.

[Tiago Pavinatto. 47min45s] “Nós estamos vivendo o momento em que estão sendo chamados de autoritários aqueles que lutam contra o autoritarismo. E quando o sujeito que luta para Democracia é chamado de antidemocrático – porque você viu que elas [referência à ministra Rosa Weber] já se incensaram ali à categoria de ‘acima do bem e do mal’. Eles [ministros do STF] estão acima da Constituição: **‘Olha, a Constituição é assim, mas eu sou a Corte Constitucional, se eu defecar na Constituição eu estou certo, a Constituição tá errada e quem lutar pela Constituição tá errado’.**”

Nessas falas, é possível notar, antes de tudo, que os comentaristas têm ciência dos efeitos propulsores que suas falas têm sobre os grupos que, à época, estavam se manifestando nas ruas, em reação ao resultado das eleições. Em um momento eloquente, é dito com todas as letras “**a gente precisa direcionar essas manifestações para que elas cresçam, sim, com a pauta correta e com o foco correto**”. Ou seja: sabia-se do poder de um veículo como a JOVEM PAN tem de influenciar a população que a acompanha. É possível notar, também, discursos no sentido de que as manifestações seriam “culpa do TSE”, e que seria simples, para ele, interromper a escalada de dúvidas sobre a lisura das eleições. Segundo ventilado aqui e alhures, bastaria o Tribunal “ser transparente”, que então não haveria qualquer questionamento (como se uma avalanche de conteúdos desinformativos não fosse disseminada ao longo de todo o ano, inclusive pela emissora demandada, sobre o funcionamento das urnas), e, se o Tribunal não o faz, seria porque “estão escondendo alguma coisa”. Por fim, chama atenção a cobrança por pressão sobre o Legislativo, na linha de que ele estaria “se omitindo” em sua tarefa de exercer controle sobre Judiciário.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

O que se tem, portanto, é que a JOVEM PAN veiculou sistematicamente conteúdos desinformativos (sempre por meio de falas genéricas, vagas, inexatas, quanto não factualmente equivocadas, na maioria das vezes envolvendo temas técnicos sobre os quais os comentaristas não tinham qualquer conhecimento especializado) que minaram a confiança de seus ouvintes na higidez do processo eleitoral brasileiro, em especial por meio de críticas às urnas eletrônicas e a uma suposta atuação opaca do Tribunal Superior Eleitoral. As falas ora transcritas, como pontuado, são meramente ilustrativas de um sem-número de outras que foram feitas, por meio das outorgas de rádio da demandada, ao longo do período analisado. Não importava se pesquisadores universitários, a Polícia Federal, e mesmo a área técnica das Forças Armadas atestassem a segurança do sistema, ele seguiu sendo tachada de não transparente, seguiu sendo apontado como “caixa-preta”, seu funcionamento seguiu sendo qualificado como algo sobre o qual “ninguém sabe”, “ninguém entende”. Tampouco importava se o Tribunal Superior Eleitoral disponibilizou para toda a sociedade os códigos-fonte das urnas¹⁰², se ele convidou as Forças Armadas a participarem de uma Comissão de Transparência e contribuírem com o processo, se organizou um Programa de Enfrentamento à Desinformação para dar maiores elementos para a população conhecer melhor o processo do qual participava, a Corte seguiu sendo chamada de “grande entrave do Brasil hoje”, seguiu sendo a ela imputada “a culpa pelas manifestações” que questionavam os resultados das eleições, seguiu sendo tratada como um ator que promovia “um golpe branco”.

Esses conteúdos desinformativos, em críticas sistemáticas às urnas eletrônicas e ao processo eleitoral em si considerados, conviveram, no mais, conteúdos deslegitimadores dos Poderes constituídos e de atores que os integram.

102 <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Janeiro/codigo-fonte-das-urnas-eletronicas-e-de-acesso-publico-a-toda-a-sociedade>



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

De fato, as já citadas falas sugerindo que o Poder Judiciário estaria conduzindo um “golpe branco”, e representaria “o principal entrave do Brasil hoje”, assim como falas sugerindo que o Senado Federal estaria “se omitindo”, compuseram um conjunto mais amplo de conteúdos veiculados pela JOVEM PAN, em vários de seus programas, inculcando, nos cidadãos e nas cidadãs, a ideia de que o Poder Judiciário e o Poder Legislativo não estariam exercendo devidamente seus papéis constitucionais, e de que autoridades que os integram estariam, concretamente, atuando tanto de forma arbitrária (no caso do Judiciário), quanto de forma omissa (no caso do Legislativo).

No dia 10/08/2022, por exemplo, durante o programa “Os Pingos nos Is”, Guilherme Fiúza incentivou a população a participar dos protestos que estavam sendo organizados, para o próximo 07 de setembro, contra o Supremo Tribunal Federal. Na ocasião, o comentarista usou de um tom virulento, sustentando que a sociedade estaria se sentindo “agredida” pela Suprema Corte. Em suas palavras¹⁰³,

“Vemos o STF seguindo na sua campanha de irritar a sociedade brasileira. **De irritar, de afrontar, de escarnecer a sociedade brasileira** (...). A população tem saído às ruas no Brasil, com grande capacidade de mobilização, com grande consciência da sua força. Por liberdade, principalmente, **e por abusos do Supremo Tribunal Federal**. (...) **É uma corte que está mergulhando no seu delírio de grandeza**. Que fala em semi-presidencialismo em Portugal. **Que se coloca como poder moderador**. Isso é um delírio. É um completo delírio. (...) **Eles perderam qualquer inibição, se é que já tiveram**. E evidentemente **a sociedade brasileira está irritada está preocupada, agredida. Por esse comportamento ostensivo, lamentável**”.

103 21min07s a 23min00s <https://www.youtube.com/watch?v=lmaAZtwhjLY&t=1339s>, com 667 mil visualizações .



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Nessa fala, chama atenção que o comentarista, exaltado, se volta contra a instituição do Supremo Tribunal Federal como um todo, afirmando – genericamente – que ela estaria sendo alvo de protestos por praticar “abusos”, e que teria “perdido qualquer inibição, se é que já teve”, “mergulhada no seu delírio de grandeza”.

No dia 14/10/2022, durante o programa “Pingos nos Is, a pauta era uma recente decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes, trancando uma exótica investigação que havia sido tentada, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica, a respeito de um suposto cartel formado por institutos de pesquisas eleitorais que convergiam em dar a dianteira ao oponente do então Presidente da República. E ao comentar o assunto, Guilherme Fiuza fala como se tal decisão estivesse inserida em um processo de “desvio da própria democracia”, e conclama instituições do país, em especial o Senado Federal, a “contestarem”. Veja-se o teor de seu comentário¹⁰⁴:

“O Alexandre de Moraes está tentando criar uma crise institucional. Na minha opinião, já criou. Já tá mais do que criada. Ele vai e diz que outras instituições não podem atuar. Por que não podem atuar? Porque ele disse. Então ele tá dizendo que a Polícia Federal não pode investigar. O CADE não pode investigar. O Ministério da Justiça não pode requerer uma investigação (...). Então eu to aqui, chovendo no molhado perguntando a essas instituições, todas as outras do Brasil, quem é que vai dizer a mesma coisa para ele? Quem vai ter a ideia e tomar a providência, mais do que urgente, de dizer assim: ‘não reconhecemos essa decisão’. Ele diz que não reconhece a nossa autoridade para investigar, e nós não reconhecemos a autoridade dele para embargar a investigação. Não é simples assim? (...) A questão é a seguinte. **O Ministro Alexandre**

104 Minutagem de 19min10s a 25min12s do video disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=z1VcLIHrHss>, 1 mi de visualizações pelo Youtube.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

de Moraes não tem autoridade para embargar essa investigação. Ele disse que isso é do escopo, do espectro do TSE, mas não é. Se houver má-fé, uma articulação ilegal entre essas instituições em investigação, e há todos os indícios autorizando que se suponha que pode haver e, portanto, suficiente para se investigar. Vamos supor. Chega-se ao fim da investigação, descobrindo-se que há uma articulação não só entre essas empresas de pesquisa, como entre as mídias que a divulgam. E qual é o objetivo? É pecuniário? Não, **esse objetivo vai muito além de um processo eleitoral.** Esse objetivo se for a indução de uma percepção do senso comum sobre quem tem mais importância, mais influência ou mais popularidade, **isto aí é um desvio da própria democracia. Isso aí é uma deformação do processo de representação democrática.** Se essa investigação chegar a termo constatando, não é uma ação para montagem de um carro não. Isso é uma ação para a montagem de um falso senso comum, de um mal entendido no senso comum. Então, não está na seara do Presidente do TSE que acha que pode tudo, e ele pode tudo. Porque ele decide, ele caneta. O consórcio vai lá, joga ele para alto, diz que ele é o máximo, que ele é a muralha e fica valendo. Então **eu não estou nem mais me referindo ao Alexandre de Moraes que faz o que quer. Estou me referindo as demais instituições da República brasileira, o que aconteceu com vocês? Tá todo mundo dormindo?** Vou nem falar do Senado, o próprio Ministério Público, a própria Polícia Federal, o restante do Poder Judiciário, o Ministério da Justiça. (...) **As instituições brasileiras precisam contestar.** Quem que vai dizer que isso é um abuso? Quem é que vai dizer que isso não é próprio?”

Aqui, chama a atenção a ideia, presente também em vários comentários sobre o Tribunal Superior Eleitoral, de que **o Supremo Tribunal Federal estaria atuando para criar uma crise institucional ao proferir suas decisões, e que precisaria ser, por isso, alvo de controle.**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Essa fala é, de fato, **representativa de tantas outras veiculadas período** (algumas das quais serão expostas nos subtópicos a seguir), pelas quais **a JOVEM PAN foi disseminando, sistematicamente, entre seus ouvintes, a ideia de que a cúpula do Poder Judiciário estaria sistematicamente atuando de forma arbitrária, ilegal e inconstitucional no país, e precisaria, por isso, ser contida de alguma forma.**

Um exemplo especialmente grave ilustra isso. Em 05/04/2022, no programa “Os Pingos nos Is”, abordava-se uma suposta ordem dada pelo Ministro Alexandre de Moraes, à Polícia Federal, para “procurar a mãe do parlamentar Daniel Silveira e constrangê-la para que se torne testemunha em um dos inquéritos contra o próprio filho”. Nesse contexto, depois que o âncora passou a palavra aos comentaristas, o que se viu foi uma série de falas altamente agressivas contra a instituição do Supremo Tribunal Federal como um todo, no sentido de que a sociedade brasileira o “detesta”, de que seus integrantes estariam “zombando da democracia e da população”, de que “o povo não pode ser tratado como “um bando de idiotas”, e de “a impopularidade dos atuais componentes da Corte vai piorar, vai piorar”. Ainda, o Ministro Alexandre de Moraes foi chamado de “mafioso” e “o maior entrave que o país tem hoje”, e, o que é mais grave, a ele foi imputado, sem qualquer prova ou mesmo indício, nada menos que a prática do crime de escuta ilegal, tipificado no art. 10 da Lei nº 9.296/1996, afirmando-se que ele poderia ter determinado a instalação de um mecanismo, clandestinamente, na tornozeleira eletrônica do então Deputado Federal Daniel Silveira, para ouvir indevidamente suas conversas. Não bastasse tudo isso, os comentaristas ainda repisaram as cobranças de que o Senado e a Câmara atuassem para confrontar o Supremo Tribunal Federal, sugerindo que, se não fizessem, seria por “conivência”, por “covardia” e por “falta de honra”.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Para que se tenha plena clareza da gravidade desse conteúdo veiculado pela **JOVEM PAN**, em seu programa de maior audiência, faz-se, abaixo, a transcrição pertinente¹⁰⁵:

[Ana Paula Henkel. 11min35s] **“Quem vai parar esse homem? Senhor Rodrigo Pacheco, Senado... Quem vai parar esse homem, pra que ele pare de colocar o Brasil em uma vala obscura? (...) Dentro de tudo isso que nós temos visto, que não apenas o STF, mas o ministro Alexandre de Moraes, têm a coragem e a petulância de continuar fazendo todas essas inconstitucionalidades e agora perseguições, fica a pergunta: onde estão os homens de coragem no Brasil? Os homens do Senado que tem em suas mãos nossa ferramenta constitucional e institucional para parar esse tipo de tirano? Porque isso não é mais ministro, isso não é mais sobre Alexandre de Moraes, o ministro do STF. Isso é sobre Alexandre de Moraes, um homem que está com uma caneta tirânica na mão numa perseguição desenfreada a um parlamentar, à sua família e a todos aqueles que ousam questionar. (...) Porque ninguém para, ninguém tem coragem de parar esse homem! E é preciso que usemos a nossa Constituição, as nossas ferramentas institucionais, para frear esse tipo de tirano! Nós temos uma eleição agora em outubro, que é uma eleição democrática, uma eleição de um país, de uma nação, de uma república que anseia por laços com caminhos democráticos. E com esse tipo de homem no caminho do Brasil não há como chamar o nosso país de democracia. Mais uma vez fica o apelo para os senadores. Senhor Rodrigo Pacheco, presidente do Senado: mostre que o senhor tem um pouco de honra! Mostre que o senhor tem um pouco de coragem! Coloque no Plenário a votação do impeachment desse senhor que, hoje, é o maior entrave que o país tem.”**

105 Cf. 10min20s a 45min15s do vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=iof2k7J40jk&t=620s>, com 784 mil visualizações no Youtube.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

[Guilherme Fiuza. 16m37s] **“A Câmara dos Deputados está com uma tornozela eletrônica no pescoço e uma mordaca na boca, enquanto ela não exercer o seu papel”.**

[Augusto Nunes. 21Min35s] “Até moleque que briga na porta do colégio sabia que não se põe a mãe no meio. Até moleque. **O Alexandre de Moraes está empenhado em impedir que o deputado Daniel Silveira exerça o mandato e sobretudo que seja reeleito deputado ou eleito senador pelo Rio de Janeiro.** É disso que se trata, o resto é pretexto, **o resto é lei inventada...inventa o flagrante perpétuo,** inventa o crime de atos antidemocráticos sem caracterizá-lo, e por aí vai. Agora ele ultrapassou todos os limites! Vai ultrapassar mais alguns. Mas ultrapassou os tinha ultrapassado – o que não é pouca coisa. [...] **Esse tipo de técnica eu só vejo usado pela máfia e por organizações criminosas,** que ameaçam a mãe, os filhos de alguém. Os parentes, a mulher... Isso é coisa de mafioso! Estou dizendo com toda a clareza que o Alexandre de Moraes agora adota métodos não só fora da lei, mas mafiosos! **O que ele está fazendo é parecido com extorsão.** É um tipo de pressão criminosa que não pode ser tolerada. Aí o Guilherme [Fiuza] tem toda a razão: **onde é que estão as instituições que podem se manifestar contra isso?** As entidades? A OAB, que também virou um partido político – pelo menos a direção? **A Câmara? O Congresso?** (...) Então é o seguinte: tem que haver algum limite! **Alguma entidade tem de convocar manifestações populares contra o Ministro Alexandre de Moraes, sim!”**

[Ana Paula Henkel. 27min45s] **“E se tem uma escuta nessa tornozela? E se o ministro Alexandre de Moraes consegue acessar de alguma forma – ilegal, como as mensagens da ‘Vaza Jato’ foram usadas – as conversas aí através desta tornozela que tem ruídos estranhos? E se isso acontece e as conversas do deputado Daniel Silveiras possam estar sendo gravadas? Isso tudo aí, hoje em dia, a gente tem que considerar esses absurdos (...) Tudo é possível. Fica mais uma vez a pergunta: quem vai parar**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Alexandre de Moraes? Senador Rodrigo Pacheco, mostre que o senhor merece estar na Presidência do Senado, porque até agora a covardia e o silêncio que o senhor tem demonstrado em relação a esse Ministro é inacreditável”.

[Guilherme Fiuza. 32min05] “Eu quero, para concluir dizer, que essa perseguição do ministro Alexandre de Moraes contra o deputado Daniel Silveira e alguns outros, isso aí é um estandarte eleitoral. (...) Então é claro que isso aí é um estandarte eleitoral! **O TSE fazendo política 24 horas por dia, condecorando aí personalidades simpáticas a um candidato que se opõe ao candidato da situação... então onde é que isso vai parar? A gente precisa ver a Câmara dos Deputados se debruçando sobre esse caso, porque ele é um emblema da eleição como um todo.**”

[José Maria Trindade. 33Min30s] “**Esse processo ele é todo esquisito.** Quando se fala onde está a legalidade, por absurdo que pareça, a legalidade está nas mãos do ministro Alexandre de Moraes nessa disputa com deputado Daniel Silveira. Então **seria inocência – seria até não pensar direito – imaginar que o deputado Daniel Silveira não está sendo monitorado** – e legalmente, porque a legalidade está na caneta do ministro Alexandre de Moraes. **Não é estranho, não é ficção dizer que a tornozeleira eletrônica teria também a capacidade de, além de dizer onde está a pessoa, de captar sinais, outros finais, inclusive a possibilidade de ouvir, ou seja, seria uma escuta.** Porque o deputado Daniel já está com os direitos suprimidos. E isso aí vai muito além da escuta telefônica, do acompanhamento através da internet... **tudo isso já deve ter sido determinado pelo ministro Alexandre de Moraes.**”

[Augusto Nunes. 37min25s] “Vamos botar os pingos nos is. (...) **Isso aí é atitude de bandido, a que vem tomando o ministro Alexandre de Moraes. (...) quem age assim é mafioso, repito! Essa história, por exemplo, da escuta na tornozeleira (...) eu até já adianto: se ele tava interessado em ouvir conversas, eu conversei com o**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

deputado Daniel Silveira mais de uma vez, como fazem jornalistas com as suas fontes, **e deixei muito claro que eu achava que ele tinha toda a razão**. Se vai ficar ofendido, Alexandre de Moraes, pode antecipar a irritação. E aproveito para o Arthur Lira também: pode ficar irritado. Porque eu disse que o Congresso estava agindo covardemente e que o Supremo estava agindo fora da lei. Já antecipo. (...) Eu não confio no Supremo e a prisão, como tudo que se faz com o deputado Daniel Silveira, é ilegal e inconstitucional.”

[Âncora. 39min50s] “Uma pesquisa realizada pelo PoderData, divulgada nesta segunda, apontou que 43% dos brasileiros consideram a atuação do Supremo Tribunal Federal como ruim ou péssima. É a pior avaliação sobre a atuação da corte em um ano, com percentual negativo subindo cinco pontos em três meses. A variação negativa acontece em um momento de tensão na relação do STF com outros poderes, principalmente em razão do caso Daniel Silveira. 1.300 advogados publicaram na última semana um manifesto em apoio ao parlamentar e a seu advogado, Paulo Faria, criticando decisões do ministro Alexandre de Moraes contra o deputado.”

[Augusto Nunes. 40Min35s] “Ótimo, até que enfim. Não sabia da manifestação dos advogados. Perfeito! **E o Supremo está vendo agora o começo da curva ascendente da impopularidade dos atuais componentes da Corte. Vai piorar, vai piorar! O povo não pode ser tratado como um bando de idiotas, porque não é! [...] Perderam a confiança do povo brasileiro, de uma boa parte, e logo será a maioria, mas muito expressiva, do povo brasileiro, que vai exigir atitudes corretas de deputados, de senadores e de integrantes do Supremo.**”

[Guilherme Fiuza. 42Min30s] “**O STF é detestado pela sociedade brasileira, isso aí é muito fácil constatar!** (...) Faz política contra esse governo, contra esse presidente [da República] o tempo inteiro, com conluio vergonhoso da imprensa. Vocês acham que a população não vê isso? **A população está vendo isso o tempo inteiro. Isso é**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

caricato. Isso é óbvio. Evidentemente que essa situação não vai terminar bem, porque é isso... (...) A sociedade não vai se deixar subjugar dessa forma! [...] E é claro que essas manifestações caudalosas de 2021, elas tinham no STF um dos seus alvos. (...) É porque eles detestam o STF, porque o STF é prepotente! Porque os ministros do STF agem zombando da democracia e da população, tentando lhe tirar a liberdade. A população tá vendo isso. Isso é muito simples. É um quadro infelizmente muito fácil de se ver – e eu digo ‘infelizmente’ porque é grosseiro, é claro que isso tende ao conflito (...). A gente espera que o juízo recaia sobre esses que estão aí apostando na convulsão.”

Cabe pontuar que é impactante ver como, nesses comentários, o Supremo Tribunal Federal é colocado como um inimigo da sociedade brasileira, sendo-lhe atribuída, genericamente, uma postura de prepotência, de zombaria para com a democracia e a população, e como uma instituição, mais uma vez, que estaria “apostando na convulsão”. É também impactante ver comentaristas ventilarem uma acusação grave, baseada em nada além de suas opiniões, no sentido de que um Ministro de Suprema Corte atuaria para montar uma arapongagem e escutar, de forma *criminosa*, conversas de um Deputado sob investigação, chamando-o de “mafioso” e de “bandido”. É também chamativo que, nesse contexto todo, os comentaristas se voltem também contra o membros do Poder Legislativo, como se a não abertura de impeachment de Ministros do Supremo Tribunal Federal apenas pudesse ser explicada por uma falta de coragem e de honra, ou mesmo por conivência. Evidentemente, falas como essa, ecoando sistematicamente nos programas da **JOVEM PAN**, contribuíram para minar a legitimidade das instituições civis e das autoridades que as integram, junto a milhões de pessoas que acompanham a emissora.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Neste ponto, não é demais consignar que, por óbvio, uma democracia pressupõe amplos espaços para críticas a decisões judiciais, mesmo aquelas que, por emanarem da Suprema Corte, não podem mais ser recorridas. Também pressupõe amplos espaços para cobranças pelo funcionamento correto dos mecanismos de freios e contrapesos. Contudo, o que a análise da programação da **JOVEM PAN** permitiu ver é que ela, no período analisado, veiculou – segundo a mesma lógica das falas sobre a segurança das urnas e a lisura do processo eleitoral, vale frisar – um conjunto imenso de falas de tom raivoso, ventilando diariamente supostas arbitrariedades e ilegalidades que, na maioria das vezes, sequer eram *especificadas* ao público, mas que, por sua forma peremptória, tinham inegável potencial de ativar afetos negativos em relação às instituições civis do país. O mote, visto em amplo espectro, era não o de exercício de crítica legítima e desejada na esfera pública, mas o de **deslegitimação tanto dos Poderes Judiciário e Legislativo, quanto de vários de seus membros.**

Por tudo isso, é de se reconhecer que esses conteúdos todos configuram, em conjunto, as infrações tipificadas no art. 53, alíneas i) e j) da Lei nº 4.117/1962¹⁰⁶. E se eles já não fossem absolutamente graves, quando em si considerados, fato é que sua disseminação, como se verá a seguir, ainda pavimentou o caminho para outro plano de abusos à liberdade de radiodifusão praticados pela JOVEM PAN: o de veiculação, sem qualquer fundamento idôneo, de conteúdos incitatórios à desobediência à legislação e a decisões judiciais, pela população em geral e por forças policiais.

¹⁰⁶ Constitui abuso, no exercício de liberdade da radiodifusão, o emprego desse meio de comunicação para a prática de crime ou contravenção previstos na legislação em vigor no País, inclusive: j) veicular notícias falsas, com perigo para a ordem pública, econômica e social; i) caluniar, injuriar ou difamar os Poderes Legislativos, Executivo ou Judiciário ou os respectivos membros.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

4.2.2) Segundo plano de abusos: veiculação, sem qualquer fundamento idôneo, de conteúdos incitatórios à desobediência à legislação e a decisões judiciais, pela população em geral e por forças policiais:

Como visto, ao longo de meses, os programas jornalísticos da **JOVEM PAN** foram palco de um enorme número de conteúdos *desinformativos* sobre a higidez do processo eleitoral brasileiro e sobre as instituições civis nele envolvidas. Desde o começo de 2022, comentaristas da emissora sugeriam ou mesmo afirmavam peremptoriamente que as urnas eletrônicas seriam vulneráveis, insistiam que o Tribunal Superior Eleitoral não viria conduzindo com transparência as eleições, e sustentavam que as eleições, uma vez realizadas, estavam potencialmente eivadas de fraudes e de manipulações escusas.

Não fosse isso suficiente, também como visto, em diversos programas, **JOVEM PAN** também veiculou sistematicamente discursos de *deslegitimação* dos Poderes constituídos e de vários de seus membros. De forma vaga, genérica, inexata ou mesmo factualmente incorreta, sugeria-se que eles estariam atuando para evitar que as eleições fossem auditadas, e que ações e inações por ele adotadas seriam flagrantemente arbitrárias, ilegais, inconstitucionais, e em dados momentos até mesmo criminosas – sem que quaisquer provas nesse sentido fossem apresentadas, e sem que sequer houvesse o cuidado de colocar pessoas especialistas para abordarem temas que, sem dúvida, tinham uma dimensão técnica jurídica ou de segurança da informação.

Mas a emissora demanda não se limitou a isso. De fato, **na esteira desse conjunto de conteúdos desinformativos e deslegitimadores, a JOVEM PAN passou a veicular conteúdos que incitavam, sem fundamento idôneo, a desobediência da legislação e de decisões judiciais.**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Essa incitação apoiava-se precisamente no conjunto de narrativas que ventilavam, insistentemente, que os processos eleitorais e muitas das instituições do país vinham operando na chave da fraude, da arbitrariedade e da irregularidade. Martelada essa imagem no imaginário dos ouvintes e espectadores, a providência que se propõe acaba parecendo compreensível: desobedecer.

Nesse plano, o fato de a esmagadora maioria dos comentaristas da JOVEM PAN não terem formação jurídica desempenhou efeitos especialmente problemáticos. Como se verá, mesmo sendo leigos em direito, muitos dos comentaristas insistiram que determinados atores e até instituições como um todo estariam praticando “inconstitucionalidades” e “ilegalidades” em série, ainda que, na esmagadora maioria das vezes, sequer especifiquem, concretamente, quais dispositivos normativos estariam sendo violados, e por quê. E a partir disso, diversos deles defenderam que a Constituição Federal autorizaria a desobediência a determinadas decisões, sem comunicar ao público que o ordenamento jurídico do país prevê mecanismos institucionais próprios – como recursos, ações de impugnações etc. - e apenas em casos excepcionalíssimos abre espaço para o não cumprimento da legislação e de ordens do sistema de justiça¹⁰⁷.

Não se ignora, aqui, que existe um debate sobre a legitimidade da desobediência civil¹⁰⁸, tampouco a possibilidade de muitas decisões ilegais merecerem, sim, análise crítica à luz da Constituição Federal. Tampouco se está a dizer que todas as decisões criticadas pelos comentaristas são juridicamente inquestionáveis e não merecem qualquer reparo. Contudo, a análise atenta da programação da **JOVEM PAN** faz ver que seus comentaristas, embora por vezes tentem dar roupagem de legitimidade à cobrança por desobediência (usando da ideia de “cumprimento à

107 Por exemplo, o fato de o Código Penal tipificar como crime desobedecer ordem legal de funcionário público, em seu art. 330, sequer é mencionado.

108 Sobre o tema, por todos, ver SCHEUERMANN, William. *Civil Disobedience*. Cambridge: Polity Press, 2018.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Constituição”), sequer se desincumbem do ônus mínimo de embasar essa postura, que apenas em contextos muito excepcionais e particulares é admissível. Analisados em amplo espectro, tais conteúdos incitatórios à desobediência da legislação e de decisões judiciais, sem fundamento idôneo, mostram-se parte de um crescente, pelo qual conteúdos desinformativos e deslegitimadores dos Poderes constituídos e de autoridades públicas passam a ter efeitos concretos e a contribuir para o enfraquecimento das instituições civis e do regime democrático que elas representam.

Os exemplos desse segundo plano de abusos – que configuram, em conjunto, infrações tipificadas no art. 53, alínea a), da Lei nº 4.117/1962¹⁰⁹– também são numerosos, sendo aqui expostos em caráter meramente ilustrativo.

Já em 30/03/2022, os integrantes do programa “Morning Show” abordavam a situação do então Deputado Federal Daniel Silveira, em face do qual o Ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, havia expedido uma determinação para usar tornozeleira eletrônica. Na época, o caso tinha grande destaque na mídia, em razão da possibilidade de a Polícia Federal fazer cumprir a decisão nas dependências da Câmara dos Deputados¹¹⁰, onde o deputado se mantinha durante a madrugada. Nesse passo, o comentarista Adrilles Jorge passou a questionar a legalidade da decisão, sustentando que ela não deveria ser cumprida, e, usando de um jogo de palavras que recorrentemente era usado pela comentarista Ana Paula Henkel, sustentava que o não cumprimento não seria desobediência, mas “cumprimento da Constituição”.

109 Art. 53: Constitui abuso, no exercício de liberdade da radiodifusão, o emprêgo dêsse meio de comunicação para a prática de crime ou contravenção previstos na legislação em vigor no País, inclusive: a) incitar a desobediência às leis ou decisões judiciárias.

110 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/03/30/daniel-silveira-camara.ghtml>



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Veja-se a transcrição¹¹¹:

[Paulo Mathias, apresentador. 16min10s] “A gente está em um empasse. Um empasse que gira em torno de uma única figura: Arthur Lira. O que vocês acham que ele vai fazer? Porque ele é o chefe da Casa Legislativa, é o Presidente da Câmara dos Deputados. Cabe a ele autorizar ou não a entrada da Polícia Federal. E aí, o que ele faz, Adrilles?”

[Adrilles Jorge. 16min30s] “**E aí ele deveria obedecer às quatro linhas da Constituição, coisa que o Daniel Silveira está fazendo** e coisa que o Alexandre de Moraes, através de inquéritos ilegais, imorais, que está prendendo pessoas, que está perseguindo pessoas, que eventualmente está tolhendo o direito constitucional do deputado Daniel Silveira de se expressar, de ir e vir, de estabelecer um princípio de defesa [...] A gente está num ponto de impasse, num ponto de inflexão: **‘a gente vai obedecer um homem que está desobedecendo a constituição, que é o senhor Alexandre de Moraes? Que está impondo um regime tirano, que está impondo opressão ao deputado, que está impondo prisões ilegais? A Câmara vai obedecer a esse princípio não constitucional, ou vai estabelecer um princípio – não de desobediência civil – mas de obediência civil à Constituição, protegendo a liberdade parlamentar? [...] Ou a gente reage aos desmandos, à opressão, à ditadura do Alexandre de Moraes – um juiz sem votos –, ou o STF reage com verbo e não fica subserviente à ditadura do Alexandre de Moraes, ou então a gente vai perceber que quem manda no Brasil é o juiz não eleito, Alexandre de Moraes, que prende quem quiser, faz inquérito que quiser e persegue quem quiser’**”.

111 Minutagem de 16min10s a 19min30s do vídeo <https://www.youtube.com/watch?v=PpbuYxtv5r0&t=970s>, com 221 mil visualizações no Youtube.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

É chamativo que essas falas, em primeiro lugar, embora façam avaliações fortes sobre o caráter inconstitucional e ilegal de decisões cujo não cumprimento incitam, são feitas por um comentarista formado em *jornalismo*, sem qualquer conhecimento jurídico¹¹². Elas ventilam, de fato, supostas incompatibilidades de uma decisão com o ordenamento jurídico, mas de forma absolutamente genérica, sem apontar em que elas consistiriam, qual dispositivo constitucional e legal estaria sendo violado, e qual fundamento – jurídico ou metajurídico – autorizaria o não cumprimento de uma ordem emanada da Suprema Corte do país. É claro que, mesmo que o comentarista se desincumbisse desse ônus, o ordenamento jurídico ainda exigiria que discordâncias em relação a dada decisão fossem direcionadas pelas vias adequadas. Caberia ao Deputado, no caso, recorrer, ou mesmo a outras pessoas mobilizarem, em seu favor, outras medidas de impugnação. A simples discordância, mesmo que fundamentada, não afasta o caráter vinculante de ordens judiciais. Seja como for, é digno de nota como o comentarista *naturalizou*, perante todos os ouvintes da emissora, uma ideia genérica de que estaríamos diante de uma decisão “de um tirano”, questionando: “a gente vai obedecer um homem que está desobedecendo a Constituição?”.

É importante registrar que, poucos dias depois, em 01/04/2022, o plenário do Supremo Tribunal Federal havia formado maioria *referendado* a decisão do Ministro Alexandre de Moraes de compelir Daniel Silveira a usar tornozeleira eletrônica. Esse respaldo (que mostrava que não se tratava de uma decisão isolada do Ministro, portanto), contudo, não apenas não freou os discursos incitatórios à desobediência de tal ordem, como engrossou as falas de deslegitimação da Corte, assim como da Câmara dos Deputados e de seu presidente Arthur Lira. A legenda da chamada, no vídeo transmitido pelo Youtube, era representativa da tônica dos comentários que viriam: “Autoritarismo do Judiciário: STF forma maioria para validar perseguição de Moraes”.

112 https://pt.wikipedia.org/wiki/Adrilles_Jorge



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Confira-se a transcrição pertinente¹¹³:

[Apresentador. 5min41s] “Como esperado, o Plenário do Supremo Tribunal Federal formou maioria a favor das medidas impostas pelo ministro Alexandre de Moraes ao deputado federal Daniel Silveira [...] Apoiadores e cidadãos inconformados com a perseguição a Daniel Silveira e as medidas impostas se reuniram nas redes sociais para criar um movimento e arrecadar o valor da multa para que o parlamentar possa fazer o pagamento. Nessa sexta-feira, o parlamentar teve a conta-salário bloqueada, segundo a defesa”.

[José Maria Trindade. 6min45s] “O sequestro de créditos alimentares é uma situação grave. Essa disputa entre o ministro Alexandre de Moraes – e, agora, confirmado pelo Plenário Supremo Tribunal Federal – e o Deputado Daniel Silveira é injusta. [...] O deputado Daniel Silveira não tem defesa porque o Supremo Tribunal Federal é um tribunal único: ele não permite apelação a não ser a ele mesmo. E todas as medidas estão ligadas diretamente ao Plenário. Então nem pode se dizer mais que se trata de uma decisão unilateral do ministro Alexandre de Moraes, e sim agora do Plenário do Supremo Tribunal Federal, ainda que virtual. [...] É evidente que se trata de uma injustiça. [...] Cabe agora aos deputados e senadores votarem o pedido do PL e do PTB que pede exatamente isso: que o Supremo suspenda, cancele e anule o processo contra o deputado Daniel Silveira. Que pelo menos leve ao Plenário esse pedido. [...] Nesse caso aí é evidente. Não tem nada de político nisso. **É só entender um pouco da Constituição. Ler. Não precisa nem explicação. É explícito demais, redundante, essa história de que o parlamentar pode falar quaisquer comentários.**”

[Guilherme Fiuza. 10min30s] “**A Câmara dos Deputados está usando uma tornozeleira eletrônica pra sempre...** enquanto essa

113 Minutagem 05min41s a 16min00s, e 22m33 e ss, do vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=WfKM1VtJfao&t=341s>, com 932 mil visualizações no Youtube.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

covardia não for saneada por uma nova legislatura – essa aí já era. **Não se trata de defesa do conteúdo do discurso do deputado Daniel Silveira.** Nós já ressaltamos isso várias vezes. **Trata-se de uma Câmara dos Deputados fechando os olhos para a lei, fechando os olhos para a Constituição, permitindo um ato de perseguição.** Primeiro, com a prisão de ofício ilegal, passando por cima da Constituição e da imunidade e do parlamentar. E isso sendo sancionado pelo Plenário Supremo Tribunal Federal... **Isso sendo encorajado e instigado pelo ‘Consórcio’ – que antigamente se chamava imprensa. Estão todos alegremente sapateando em cima da Constituição, atropelando a lei!** Vamos deixar isso bem claro. **Vocês todos estão fazendo um pacto de atropelo às leis brasileiras!** [...] Isso não é uma perseguição a ele [deputado Daniel Silveira], não, **isso é um teatro para fazer política contra o governo, para aparecer que esses personagens do STF são Justicheiros do Brasil contra o fascismo imaginário.** Então, **a Câmara dos Deputados se acovardou! O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira** – que tem tido em outros momentos, destacamos aqui, uma postura construtiva na agenda macroeconômica brasileira – **esta instituição se acovardou flagrantemente!** (...) **Se tivesse ativez, o presidente da Câmara dos Deputados deveria ter dito: ‘nada pode ser feito contra o parlamentar antes do exame dessas medidas contra ele pelo Plenário da Câmara’. Ele não fez nada disso.** Ele disse que não concordava com o uso midiático do plenário. Que uso midiático? **É um deputado mostrando os atropelos aos seus direitos. E os seus pares, incluindo o presidente da Câmara, fecharam os olhos para isso!** Estão todos preocupados aí com que o ‘Consórcio’ bota na manchete. Então, é isso: é um ato de covardia. A Câmara dos Deputados, moralmente, está com a tornazeleira eletrônica e ela será monitorada pela sociedade brasileira como a protagonista de um vexame sem precedentes, até que essa legislatura se renove.”

[Augusto Nunes. 14min50s] **“A ditadura real, que é do Supremo, a ditadura do Judiciário, vai se consolidando aí na cara de todo mundo. Ontem, a Câmara colocou-se de joelhos diante do**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Alexandre de Moraes. Hoje, o Supremo mostrou que está de cócoras, também, diante do Alexandre de Moraes. (...) É inacreditável que juristas – agora entre aspas – tenham validade atos flagrantemente inconstitucionais. (...) a Constituição está sendo rasgada todos os dias”.

[Guilherme Fiuza. 22min25s] “O que acontece? **Existe esse tabu de impeachment de Ministros do STF**, o Senado tem esse acordo tácito de não colocar nunca em votação (...) Esses Senadores têm que mostrar que estão intransigentes em relação à convocação do Ministro Alexandre de Moraes vá ao Senado discutir as suas medidas. **Se isso não acontecer, isso não é mais democracia. Eles têm que ser intransigentes até o fim**, a gente quer ver isso do Senado. Eles têm que parar tudo (...). **Porque a sociedade está vendo medidas discricionárias do STF, e todo mundo chupando o dedo no Senado**. Essa é a verdade. O Senado está chupando o dedo diante de atos discricionários e até absolutistas vindo do Supremo Tribunal Federal (...), Nessa hora o Senado não pode tremer. **A democracia está na encruzilhada”.**

Nessas falas, nota-se **uma lógica presente em diversos programas da JOVEM PAN analisados no período: de início, uma decisão é tachada de arbitrária, passando-se a cobrar, sem qualquer fundamentação idônea, que ela seja desobedecida; e quando, depois, ela não apenas é confirmada pelas instâncias revisoras, como tampouco é enfrentada por outras instituições do sistema de freios e contrapesos, passa-se a ventilar discursos deslegitimadores de todos os envolvidos no processo.** Ao cabo, dissemina-se a ideia de que os Poderes Judiciário e Legislativo estariam, para usar das palavras do comentarista Guilherme Fiuza, em “**um pacto de atropelo às leis brasileiras”.**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Essa lógica foi sendo disseminada nos programas ao longo dos meses, e não se restringiu a incitações de desobediência por parte do Presidente da Câmara dos Deputados, passando a envolver, também, incitações de desobediência por parte da população em geral.

Os casos são vários¹¹⁴, mas um merece destaque nesta sede. Em 26/08/2022, o programa “Pingos nos Is” noticiava falas do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (e na mesma linha, do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro), de que o eleitor que não entregasse seu celular aos mesários, quando fosse votar, corria risco de prisão. Na ocasião, o comentarista Guilherme Fiuza não apenas repisou os inúmeros discursos vagos sobre suposta falta de transparência do processo eleitoral em curso, como ainda falou da vedação de entrada com celular na cabine de votação como se fosse uma ameaça arbitrária dos Presidentes das referidas Cortes Eleitorais. Na sequência, o comentarista Augusto Nunes indicou que não observaria essa vedação, que não reconhecia o poder de polícia dos mesários, e deu a entender que essa seria uma opção disponível a todo cidadão. Veja-se¹¹⁵:

[Guilherme Fiuza. 1h46min04s]: **“O Presidente da máxima Corte faz o que quer (...) Isso não vai acabar bem, senhoras e senhores. Isso é uma diretriz que já vimos o que aconteceu com o TRE do Rio de Janeiro. Só se fala em polícia, em prender o eleitor.** Isso é uma intimidação flagrante. (...) Eu já falei isso, o Alexandre de Moraes é um sintoma. Isso é uma irresponsabilidade (...). **O Desembargador Elton Lemen, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, fez uma declaração intimidatória ao eleitor. ‘Se tumultuar com negócio de urna não funcionando vai**

114 Por exemplo, em 18/05/2022, durante o programa “3 em 1”, o comentarista Jorge Serrano afirma com todas as letras que “quem cumpre ordem ilegal é criminoso ou conivente com o crime” (cf. minutagem 1h01m10 do vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=SRTWIVqkJys>, com 70 mil visualizações no Youtube.

115 Cf. minutagens 1h46min04s a 1h48min20s e 1h52min03s a 1h52min33s do vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=G2HbM-aO91Q&t=13s>, com 1 milhão de visualizações no Youtube.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

ser preso em flagrante’. Isso é um escândalo. Isso é um escândalo ético. Ele não pode fazer isso. **Funcionário público não pode ameaçar prender ninguém. Nem o Alexandre de Moraes. Isso é um ato intimidatório (...)** **Uma eleição que não se tem certeza sobre a segurança nas urnas.** Eles não querem falar sobre segurança. Eles não deixam funcionar a comissão de transparência. **E o eleitor agora não pode fazer o que sempre fez, que é mostrar a fraude, a fraude ou o defeito da urna.** Ele não pode mais porque ele vai ter medo”.

[Augusto Nunes. 1h52min03s] **“Primeiro, mesário não tem poder de polícia. Só diz isso quem desconhece a Constituição ou é maluco. Segundo, nenhum eleitor pode ser revistado ao entrar na cabine eleitoral. Quem diz isso ou desconhece a lei, ou é maluco. Então, eu vou votar sem entregar o celular ao mesário, que não tem poder de polícia, e nenhum ministro, louco ou não, vai me proibir de fazer isso”**

É visível como essas falas são marcadas por um grande desconhecimento das regras jurídicas sobre o tema. O comentarista Guilherme Fiuza, ao tratar da vedação de uso de celular na cabina de votação como se fosse uma ordem unilateral e arbitrária dos Presidentes de duas Cortes Eleitorais, que estariam fazendo uma “declaração intimidatória ao eleitor”, mostra ignorar não apenas o caráter colegiado da decisão que alterou a Resolução TSE nº 23.669/2021¹¹⁶ (no exercício de poder normativo do Tribunal Superior Eleitoral), como também a própria existência do art. 91-A da Lei nº 9.504/1997, que proíbe expressamente o ingresso do eleitor, na cabina de votação, portando celular, e ignora que ela tem base na garantia de sigilo do voto, cuja violação, aliás, configura *crime* tipificado no art. 312 da Lei nº 4.737/1965, punido com detenção de até dois anos.

116 <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Setembro/tse-altera-resolucao-e-regulamenta-entrega-do-celular-aos-mesarios-e-proibicao-de-porte-de-arma-nos-locais-de-votacao>



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Também é visível como o comentarista Augusto Nunes, sem qualquer formação em direito, fala como se a não observância da lei e da Resolução TSE nº 23.669/2021 (dotada de força de lei, *ex vi* arts. 1º, parágrafo único, e 23, IX, do Código Eleitoral¹¹⁷) fosse facultativa a qualquer cidadão, e afirma peremptoriamente que ele não iria ser obrigado a cumpri-las. No ponto, o fato de referido comentarista ser à época a principal figura do jornalismo da **JOVEM PAN**, uma pessoa pública com grande poder de influenciar seus ouvintes, tornava sua fala, na prática, um convite para que toda a população desobedecesse a legislação sobre o tema.

Essas incitações à desobediência da legislação e de decisões judiciais, promovidas pela emissora demandada em seus programas, mostraram-se ainda mais graves, quando dirigidas **às forças policiais.**

Já em 05/01/2022, esse tipo de discurso aparecia. Naquela data, o programa “Os Pingos nos Is” noticiava que a Polícia Militar do Estado de São Paulo havia editado uma norma para restringir o uso das redes sociais por seus integrantes¹¹⁸. A partir daí, comentaristas – sem conhecimento em direito, e aparentemente sem sequer terem lido o teor da norma editada, vale notar – passaram a ventilar, de forma genérica, a suposta ilegalidade da medida.

117 Art. 1º Este Código contém normas destinadas a assegurar a organização e o exercício de direitos políticos precipuamente os de votar e ser votado. Parágrafo único. O Tribunal Superior Eleitoral expedirá Instruções para sua fiel execução.

Art. 23. Compete, ainda, privativamente, ao Tribunal Superior: (...) IX - expedir as instruções que julgar convenientes à execução deste Código.

118 A medida, embora tratada como absurda pelos comentaristas do programa, tinha objeto muito específico e razoável: evitar que policiais militares postassem em suas redes sociais *pessoais* fotos fardados e de operações em curso, para preservar a imagem da instituição e não permitir que ela fosse confundida com a de seus integrantes. Detalhes podem ser vistos em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/01/01/pm-de-sp-cria-regras-para-policiais-nas-redes-sociais-e-veda-exposicao-de-armas-e-comentarios-sobre-operacoes.ghtml>



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

As falas, no entanto, foram muito além de simples alegação do caráter supostamente ilegal da norma criada pela cúpula da Polícia Militar, e sustentaram com naturalidade o suposto direito dos policiais de descumpri-la. Confira-se¹¹⁹:

[Augusto Nunes] **“É um decreto fundamentado em qual das leis? Qual artigo? Eu não sei... Então, é uma lei inconstitucional, uma lei que não vale e que precisa ser jogada ao lixo.”**

[Guilherme Fiuza] “Nós não gostamos desse cenário, não gostamos de fazer essa projeção... mas **nós estamos diante de uma situação em que as instituições estão sendo colocadas em xeque...[...]** **A instituição é o que o indivíduo que a representa faz para honrá-la. A instituição é uma convenção. A instituição não existe, é um prédio.** E nós estamos vendo essa tentação de manobrar as instituições de Estado em favor de ações políticas. Eu acho muito desagradável essa projeção... eu estou falando aqui com completa sinceridade: **isso não vai terminar bem. Esse negócio de você constranger o servidor,** seja ele um procurador, seja ele um policial, militar, federal... (...) Eu pergunto: **quantas serão as ordens aberrativas, disparatadas, daqueles que estão usando as instituições em desvio de finalidade? Quantas serão necessárias para os servidores, que têm seu espírito de missão, entenderem que eles não poderão se subordinar?”**

[Ana Paula Henkel] **“Obviamente que não dá pra gente restringir cidadãos de usar as redes sociais [...] Devemos cumprir leis que são inconstitucionais?** Leis que ferem a nossa Constituição? Já há um movimento grande aqui nos Estados Unidos [...], um movimento das forças policiais que estão se negando a cumprir ordens inconstitucionais. **Enquanto alguns tentam falar que isso é desobediência civil, a verdade é que esses policiais estão, sim,**

119 Minutagem 00min43s a 7min05s do vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=MtiSUIiIulc&t=43s>, com 42 mil visualizações.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

protegendo a Constituição e o Estado Democrático de Direito. Então, **a gente tem que começar a questionar onde estão os homens de coragem que precisam** – não colocar em prática essa ‘desobediência civil’ como alguns tentam retratar, mas – [colocar em prática] a obediência e a proteção a nossa Constituição e as nossas leis.”

Já aqui, estão presentes elementos que passarão a repercutir em outras falas ao longo do período analisado: a ideia de que policiais devem ter “coragem” e não acatarem determinações superiores; a ideia de que “servidores com espírito de missão não devem se subordinar”, e a ideia de que, se o fizessem, estariam não praticando desobediência, mas “protegendo a Constituição e o Estado Democrático de Direito”. É chamativo, também, como pessoas leigas em Direito falam da diretriz editada pela cúpula da Polícia Militar sem, ao que tudo indica, nem mesmo terem lido o texto (tanto que ora a chamam de “lei”, ora afirmam “é um decreto fundamentado em qual das leis? Qual artigo? Eu não sei”), e ainda assim fazem falas peremptórias, como “obviamente que não dá pra gente restringir cidadãos de usar as redes sociais”. Vale lembrar: os membros das Polícias Militares estão regidos, segundo o art. 42 da Constituição Federal, pela hierarquia e pela disciplina, e por definição estão sujeitos a uma série de limitações.

Poucos dias depois, esse tipo de discurso foi veiculado novamente. Em 10/02/2022, o programa “Os Pingos nos Is” exibia trechos de uma entrevista em que o então presidente da República Jair Bolsonaro aduzia que o país vivia uma “ditadura das canetas”, e que algo viria a acontecer nos próximos dias para “nos salvar no Brasil”. Nesse contexto, a comentarista Ana Paula Henkel, faz menção a uma suposta lista de “decisões/canetadas tirânicas” que teriam sido proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, e a partir daí são feitas falas de legitimação de sua desobediência.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Vejam se as transcrições pertinentes¹²⁰:

[Ana Paula Henkel. 4min50s] “**E fica agora a dúvida: quem vai parar? Nós fazemos nosso papel como jornalistas, questionando, levantando as atrocidades, as inconstitucionalidades... Mas quem vai parar? Isso tem que partir muito, também, das forças policiais, que precisam proteger a constituição.** Mais uma vez: não é desobediência civil, mas a proteção à constituição. **Essas forças policiais podem muito bem iniciar um movimento de ‘basta!’: ‘isso não é constitucional, isso não está dentro das nossas leis e eu não posso cumprir isso’. Nós precisamos colocar um pouco mais de coragem.**”

[Guilherme Fiuza. 8Min01s] “Eu não sei a que o presidente se refere, porque **[para] salvar, hoje, o país dos abusos da caneta são necessárias algumas questões.** Para reaver a institucionalidade: tem problema no Judiciário, tem problema no Executivo, tem problema no Ministério Público... Então, eu acho que é um processo gradual a salvação disso, mas sem dúvida alguma, **ações demonstrativas serão necessárias** como foi no 7 de Setembro, como são os caminhoneiros no Canadá¹²¹. Isso não é sublevação, isso não é guerra civil, isso não é nada disso [...]”

Esse tipo de discurso seguiu sendo veiculado ao longo do período em tela, ganhando especial tração no segundo semestre de 2022.

120 00min25s a 8min40s do vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=oMcQwIRi4RY&t=25s>, com 487 mil visualizações.

121 Ao mencionar ações semelhantes àquelas do dia 7 de Setembro de 2021 e dos caminhoneiros canadenses, o comentarista fazia referência, primeiro, aos atos antidemocráticos ocorridos naquela data e que repercutiram internacionalmente (<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58479785>) e, segundo, aos bloqueios de vias, estradas e pontes, em protesto contra a obrigatoriedade federal da vacina contra covid-19 (vide <https://exame.com/mundo/caminhoneiros-do-canada-bloqueiam-ponte-mais-movimentada-com-os-eua/>).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

No dia 26/09/2022, por exemplo, durante o programa “Pingos nos Is”, repercutia-se um artigo com críticas a decisões recentes do Supremo Tribunal Federal. Na oportunidade, porém, Augusto Nunes e Guilherme Fiuza não se limitaram a comentar essas críticas, e sustentaram que forças policiais, em especiais agentes e delegados da Polícia Federal, teriam “direito” de não cumprirem decisões proferidas pelo Ministro Alexandre de Moraes, indicaram que estariam fazendo um “chamado” à Polícia Federal, e que se desobedecessem “ordens ilegais e inconstitucionais” teriam “o apoio da maioria da população”. Na mesma linha, aduziram que “as instituições estão desmanchando” por uma suposta omissão, e que essa seria “uma anestesia geral que precisa desaparecer”. Veja-se a transcrição¹²²:

[Augusto Nunes. 25m10s a 26m00] “Tudo tem que ter limite. Os avanços sucessivos em direção ao penhasco, protagonizado pelo Ministro Alexandre de Moraes, tem que parar. São atos ilegais que ele está cometendo, e **a qualquer momento um Delegado da Polícia Federal da ativa vai se recusar a cumprir uma ordem ilegal, e tem todo o direito de fazer isso** (...) os demais Ministros do Supremo não se manifestam. Eles estão ajudando a manchar a imagem do órgão mais alto do Poder Judiciário (...) **O STF está indo longe demais? Mas já foi muito longe. Em nome da democracia, você pratica atos ditatoriais, típicas de ditadura. Prende gente, toma decisões baseadas em lei nenhuma (...)** É bom que o Alexandre de Moraes e seus pares reflitam sobre isso. **Daqui a pouco teremos um Delegado, com apoio da maioria da população brasileira, se recusando a cumprir uma ordem ilegal ou inconstitucional (...)**”.

[Guilherme Fiuza. 31min09s a 35min03s] “Evidentemente que nós falamos aqui várias vezes já, **nós fizemos aqui esse chamado**, se posso dizer assim, **para as instituições, incluindo a Polícia Federal**.”

122 Cf. vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=7bRXC402lCk&t=1866s>, com 1 mi de visualizações pelo Youtube



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

A Polícia Federal é uma instituição muito respeitada, ainda, no país. Ela tem uma ala, não sei se é uma parte, que estão sancionando esse tipo de ação, e que não ficará de pé (...). **As instituições estão se desmanchando. Com influência de que? De dinheiro, de poder. Não tem ideologia nenhuma.** Eles estão montando um governo mundial. Porcaria nenhuma. **É influência, é grana, é comunicação.** É aliciamento dos meios, dos novos meios para censurar. Para fingir que o que o Alexandre de Moraes faz é uma coisa comum. Ai vem uma imprensa fajuta, com complacência dessas redes sociais que saem cortando língua. É esse o esquema. **Isso é um esquema.** Isso não é um momento ideológico, institucional. **Isso é um esquema vergonhoso.** E a gente não está falando isso porque a gente torce para um determinado partido não. A gente está aqui chocado, perplexo. **Há muito tempo esperando, evidentemente, a reação da sociedade como um todo, da Polícia Federal, do Ministério Público.** Estão aparecendo com algumas reações aqui e ali. **E isso tem que virar uma reação.** Não estamos falando que fulano tem que sofrer. A gente não pensa nisso. Você sanciona a covardia dessa maneira, daqui a pouco você vai ser a vítima, todos vocês que estão aí sancionando. (...). E **parece que tem uma anestesia geral que precisa desaparecer**".

Pouco tempo depois, no dia 27/10/2022, o programa os “Pingos nos IS” noticiava que o Supremo Tribunal Federal havia convertido a prisão temporária de ex-Deputado Federal Roberto Jefferson, em prisão preventiva, após este ter resistido à primeira, e atirado contra agentes da Polícia Federal que cumpriam a ordem¹²³, usando de um pesado arsenal que tinha em sua casa.

123 <https://g1.globo.com/politica/playlist/videos-roberto-jefferson-resiste-a-prisao-e-atira-em-policiais-federais.ghtml>



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Na ocasião, o comentarista Paulo Figueiredo, incitou estes a desobedecerem a decisão do Supremo Tribunal Federal. Em suas palavras¹²⁴,

“Eu chamo atenção para uma falha lógica que eu entendo no argumento de que ‘o inquirido é ilegal, Roberto Jefferson foi preso ilegalmente’, mas as pessoas depois criticam a forma como ele reagiu aos **supostos policiais. E eu vou dizer aqui por que usei a palavra ‘supostos’.** **Você só é um agente policial se você age sob as égide da lei. O que diferencia um policial de um cidadão comum armado? O policial representa o Estado e a lei.** A minha pergunta, e eu volto a insistir nessa pergunta que já fiz em outras oportunidades: **se alguém esta cumprindo uma ordem flagrantemente ilegal** - e não há nenhum policial a essa altura, federal ou estadual ou de nenhuma outra esfera, que possa dizer que desconhece as múltiplas ilegalidades desse processo - , **se ele está agindo às margens da lei, ele ainda é um policial? Por quê? Eu não acho que ninguém deva reagir dessa forma, a tiros de fuzil para receber ninguém,** um policial ou quem quer que seja, **mas, por outro lado, o que dizer de policiais que cumprem ordem desse tipo? O que dizer dos policiais quem pensam na sua própria conveniência,** no conforto, no seu salário, **em vez de pensarem em ‘será que eu devo cumprir essa ordem? Sabendo que ela é ilegal?’.** Policiais que preferiram trocar tiros com o senhor de 70 anos, perseguido político, a desobedecer o Xandão. Então isso tem que ter consequências morais. **Tem que haver essa cobrança. Até quando essas ordens absolutamente ilegais vão continuar sendo cumpridas? (...)** Então, nós temos que admitir que **essas pessoas que estão garantindo o exercício ilegal do poder por Alexandre de Moraes, elas são cúmplices.** Eu lamento dizer. **Mas em algum momento a sociedade vai precisar cobrar aqueles que estão agindo de forma a garantir o exercício das arbitrariedades”.**

124 Minutagem de 53min37s a 55min30s do vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=1Pgmwv0jAZA&t=3303s>, com 1,2 milhões de visualizações pelo Youtube.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

É chamativa a forma como o comentarista, nessa fala que se repetirá em várias outras vezes, atinge a imagem de policiais que estão em cumprimento de decisões judiciais. Ao usar do adjetivo “supostos”, ao sugerir que policiais estariam escolhendo um caminho de “conforto” e “conveniência” ao invés de fazerem seu papel (recorde-se: o que estava em pauta era um cenário em que policiais foram alvo de tiros de fuzil, algo absolutamente longe de uma situação confortável ou conveniente), ao chamar agentes policiais de “cúmplices” de ações ilegais¹²⁵, a emissora não apenas afetava a *autopercção* dos policiais que estavam acompanhando o programa, como ainda a forma como a sociedade os olhava. É patente o incentivo criado para que policiais descumprissem ordens emanadas pela cúpula do Poder Judiciário do país.

No dia 01/11/2022, dois dias após o pleito presidencial, o Brasil vivia uma série de bloqueios de rodovias que ocorriam à época, em face do resultado das urnas. O programa “Os Pingos nos Is”, nesse contexto, noticiava que policiais militares de São Paulo supostamente não atuavam para desmobilizar as manifestações, caso fossem pacíficas, ainda que prejuízo ao tráfego viário. O âncora pergunta os comentaristas se eles acreditariam na continuidade e ampliação dos movimentos que questionam o desfecho do processo eleitoral. Nessa esteira, Paulo Figueiredo sustenta que seria não apenas “direito” dos policiais militares descumprirem ordens judiciais para desmobilizar os bloqueios de via, mas até mesmo “dever”. Mais: aponta que isso seria “ponto pacífico no direito”. Eis a transcrição pertinente¹²⁶:

125 Como se verá mais adiante, em outro programa, o comentarista Paulo Figueiredo afirma que todo e qualquer policial que cumpre decisões proferidas pelo Ministro Alexandre de Moraes é um “capanga”.

126 Cf. 58min35s a 1h04min30s do vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=INQDodeRYGs> com 1,2 milhão de visualizações no Youtube.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

[Paulo Figueiredo. 59min10s] “Eu tenho ouvido de tudo nas redes sociais, inclusive greve geral. Comerciante dizendo que vão liberar seus funcionários em algum momento, **ameaças de desobediência de desobediência civil. Eu continuo vendo um entusiasmo muito grande nas manifestações**, mesmo depois palavras do presente Bolsonaro. E no fundo, **nós temos que cumprimentar o bom senso com qual a maioria dos policiais têm lidado com a população**. A gente acabou de ouvir: ‘não tem confronto, nós vamos conversar’. [...] Eu quero reforçar a ideia de que **é ponto pacífico no direito de o descumprimento de ordens manifestamente ilegais. Não é porque uma ordem saiu de um tribunal que ela é necessariamente legal**. Veja, **todas as ordens de truculência em todos os regimes ditatoriais do mundo saíram de alguma autoridade, de algum tribunal**. [...] A história está repleta de heróis – posso citar aqui o Oskar Schindler – **que se recusaram a cumprir ordens manifestamente ilegais contra opressores**. E como é que a gente decide se uma ordem é ilegal? A vida exige escolhas difíceis de consciência. Se o Alexandre [de Moraes, presidente do TSE] manda você sentar spray de pimenta e bala de borracha em família e trabalhadores insatisfeitos com a situação no Brasil, revoltados, inclusive, talvez, crianças, eu acho que é de bom senso dos policiais questionarem a consciência antes de agirem dessa forma. Lembrando que esse é o mesmo tribunal que limita ações policiais contra traficantes armados com fuzis no meu Rio de Janeiro. Com as drogas é uma coisa, com manifestação popular é outra. (...) **É claro que o caminho para você contrariar uma ordem manifestamente ilegal, idealmente, é um recurso legal. Mas em casos de ditaduras não há a quem recorrer**. E eu me pergunto: **a quem recorrer no caso do Supremo Tribunal Federal? Ora, se eles mesmos são autoridade final e definitiva e o Plenário determinou todas essas ilegalidades? Bom, em algum momento os policiais vão ter que fazer escolhas baseadas nas suas consciências**”.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Nessa fala, é possível notar outra tônica que comum em outros conteúdos veiculados pela **JOVEM PAN**: o de que eventual desobediência a ordens judiciais deveria ser pensada, pelas forças policiais, como ato de “heroísmo”, uma escolha que os policiais “em algum momento vão ter que fazer baseada nas suas consciências”. É chamativo, também, que o comentarista até ventila que idealmente decisões que considera ilegais deveriam ser alvo de recurso, mas apenas o faz para, na sequência, sustentar que, como as decisões do Supremo Tribunal Federal são irrecorríveis, seria evidente a possibilidade jurídica de não as obedecer. No ponto, há a normalização de uma subversão do sistema de justiça, pela qual a irrecorribilidade de uma decisão enseja não a estabilização de uma lide, mas a abertura de espaço para a desobediência.

Nestes e em tantos outros casos, o que se pode perceber, portanto, é que a JOVEM PAN veiculou, por meio de outorgas de serviço público de rádio, numerosos conteúdos incitando a desobediência da legislação legal e infralegal, assim como de decisões e ordens judiciais. Valendo-se de alegações genéricas, por parte de pessoas que não têm sequer formação jurídica, a emissora escalou o enorme volume de conteúdos desinformativos e deslegitimadores de instituições e de autoridades brasileiras, para então conclamar ora a Presidência da Câmara dos Deputados, ora a população em geral, e ora até mesmo forças policiais a não cumprirem determinações vinculantes. Em relação especificamente das forças policiais, os comentaristas da JOVEM PAN valem-se de um discurso (disseminado, frise-se, a milhões de pessoas) que, se acolhido por seus integrantes, coloca em xeque a própria existência do regime de hierarquia e disciplina, e a própria força normativa do sistema de justiça do país – criando um risco severo de irrupção de cenários de desordem social no país.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

E se eles já não fossem absolutamente graves por si só, esse todos esses conteúdos – que configuram, em conjunto, as infrações tipificadas no art. 53, alínea a), da Lei nº 4.117/1962¹²⁷ – ainda turbinaram *um terceiro plano de abusos* à liberdade de radiodifusão, praticados pela **JOVEM PAN**: a incitação à rebeldia, à indisciplina e à intervenção das Forças Armadas brasileiras sobre as instituições e os Poderes civis constituídos.

4.2.3) Terceiro plano de abusos: veiculação de conteúdos incitatórios à rebeldia, à indisciplina e à intervenção das Forças Armadas brasileiras sobre as instituições e os Poderes civis constituídos:

Ao longo de todo o período analisado, os programas jornalísticos da **JOVEM PAN**, como visto, veicularam sistematicamente conteúdos *desinformativos* sobre a higidez do processo eleitoral brasileiro e sobre as instituições civis nele envolvidas, e *deslegitimadores* dos Poderes constituídos e de muitos de seus membros. Por meses e meses, aos ouvintes e espectadores da emissora foram dirigidos discursos que ventilavam, de forma vaga e sem comprovação, mas mesmo assim com tom peremptório, fraudes, arbitrariedades, ilegalidades e inconstitucionalidades em série, e até mesmo supostas condutas criminosas, a diversos atores do sistema de justiça e parlamentares. O cenário que se pintava era, no limite, de anomia, dele emergindo propostas como a exposta no subtópico anterior, de desobediência da legislação e de decisões judiciais no país.

127 Art. 53: Constitui abuso, no exercício de liberdade da radiodifusão, o emprêgo dêsse meio de comunicação para a prática de crime ou contravenção previstos na legislação em vigor no País, inclusive: a) incitar a desobediência às leis ou decisões judiciárias.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Essa desobediência, no entanto, não foi a única medida incitada pela **JOVEM PAN**. Ainda mais grave que ela, **ao longo de meses, a emissora também veiculou sistematicamente falas que incitavam, inicialmente, a rebeldia e a indisciplina nas Forças Armadas, e, em dado momento, a sua efetiva intervenção sobre as instituições e os Poderes civis constituídos.**

O discurso apoiava-se no enorme volume de falas desinformativas e deslegitimadoras feitas em desfavor do Poder Judiciário e do Poder Legislativo, e se apresentava na lógica de que, se o primeiro está impondo uma ditadura no país, e o segundo está se omitindo em exercer o controle devido, não restaria alternativa que não a intervenção moderadora das Forças Armadas. Aqui, os diversos discursos no sentido de que “o Supremo Tribunal Federal está agindo ilegal e inconstitucionalmente todos os dias”, com suas “canetadas tirânicas”, de que “estamos vivendo uma ditadura de toga”, de que “o Senado está se omitindo”, e de que “não vivemos mais em uma democracia”, serviram de terreno fértil para falas que expunham os milhões de ouvintes e espectadores da emissora à ideia de que a rebeldia, a indisciplina e a intervenção das Forças Armadas seria não apenas legítima, mas incontornavelmente necessária.

Como se verá, em alguns momentos os comentaristas procuraram dar ares de suposta regularidade a tais conteúdos incitatórios, chamando medidas de intervenção de “defesa” ou “restauração” da Constituição, referindo o art. 142 da Constituição Federal como autorizador de uma “ação moderadora”, e alegando que a ação de militares, no contexto de anomia pintado, seria “pontual”, “apenas na medida necessária”. Mas para além de ser evidente que esses nada mais são que jogos de palavra para suavizar a subversão do regime civil e democrático do país, em alguns momentos a emissora até mesmo veiculou falas em defesa do regime militar instaurado em 1964, que afundou o país em décadas de ditadura marcada por graves violações de direitos humanos.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Esses conteúdos, que em conjunto configuram infrações tipificadas no art. 53, alínea f), da Lei nº 4.117/1962¹²⁸, são de fato muito numerosos, e serão, a seguir, expostos em caráter meramente ilustrativo, para evitar repetições.

Já em 01/04/2022, no já citado contexto fático das medidas determinadas pelo Supremo Tribunal em desfavor do então Deputado Federal Daniel Silveira, o programa “Os Pingos nos Is” transmitiu trechos de declarações do então Presidente da República, Jair Bolsonaro, segundo as quais, nas palavras do âncora, caberia “aos militares trazer todos que jogam fora das quatro linhas para dentro das leis”. A partir disso, Augusto Nunes passou a sustentar que o então Presidente seria o único chefe de Poder que estaria “cumprindo a Constituição”. E alegando que, “neste momento, a democracia brasileira é ameaçada pelo comportamento do presidente da Câmara, do presidente do Senado e dos ministros, de vários ministros – a maioria deles –, do Supremo Tribunal Federal”, sustentou que “cumpre às Forças Armadas manter a ordem pública”. Vejam-se as transcrições pertinentes¹²⁹:

[Augusto Nunes. 5min42s] “As Forças Armadas têm se comportado impecavelmente todos esses anos. (...) **No momento em que se tem um dos Poderes da República agindo contra a Constituição, faz todo sentido a preocupação do presidente da República e das Forças Armadas.** O Alexandre de Moraes, convém lembrar, vai assumir daqui a poucos meses a Presidência do Tribunal Superior Eleitoral. Imagine-se o Alexandre de Moraes agindo na Presidência do TSE como age agora como ‘superministro’ do Supremo Tribunal Federal, que faz o que ele anda fazendo com um Deputado. (...)”

128 Art. 53: Constitui abuso, no exercício de liberdade da radiodifusão, o emprêgo dêsse meio de comunicação para a prática de crime ou contravenção previstos na legislação em vigor no País, inclusive: f) insuflar a rebeldia ou a indisciplina nas forças armadas ou nas organizações de segurança pública.

129 1min29s a 9min0s do vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=B-tDZfjDYs0&t=88s>, com 592 mil visualizações.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Agora, cumpra às Forças Armadas manter a ordem pública e quem ameaça, neste momento, a ordem pública não é o presidente Bolsonaro, é o ministro Alexandre de Moraes com as suas decisões que são feitas ao arripio da Constituição e do Código Penal. (...) Pois bem. Eu tenho todo respeito pelo Supremo Tribunal Federal como instituição. Não tenho nenhum respeito por vários dos integrantes do STF, nenhum. E isso aí não é crime, é só uma constatação. Amanhã é claro que o ‘consórcio’ vai noticiar que o presidente Bolsonaro veio com alguma ameaça golpista. Não, não. Ele é o único chefe de Poder, no momento, que cumpre a Constituição. Os militares têm cumprido a Constituição, repito, impecavelmente e eles tem todo direito de se sentir preocupados com quem não cumpre a constituição. Neste momento a democracia brasileira é ameaçada pelo comportamento do presidente da Câmara, do presidente do Senado e dos ministros, de vários ministros – a maioria deles –, do Supremo Tribunal Federal.

Já aqui, vê-se aprofundada uma linha de discursos presente em vários programas da **JOVEM PAN**, que procurava ventilar, entre seus ouvintes e espectadores, a ideia de que o Poder Judiciário e o Poder Legislativo estariam agindo “fora da Constituição”, e que apenas o Poder Executivo a estaria respeitando. Esse tipo de fala, disseminada reiteradamente, acabava tornando palatável, sobretudo à ampla maioria do público da emissora, leiga em direito, a tese de que, diante de um estado de inconstitucionalidade generalizada, caberia a um ator *externo* ao Três Poderes o papel de restaurar a normalidade institucional. E esse ator seriam, segundo essa narrativa, as Forças Armadas brasileiras.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Poucas semanas depois, em 19/04/2022, essa linha discursiva aparece novamente. No “Os Pingos nos Is” daquela data, a Jovem Pan repercutia um pronunciamento do então Presidente da República, em cerimônia de comemoração ao Dia do Exército Brasileiro. Na ocasião Jair Bolsonaro, segundo a interpretação exposta pela emissora no programa, fazia críticas à segurança eleitoral e, ao mencionar que as Forças Armadas teriam um papel fundamental na garantia da lei e da ordem, dava “uma mensagem direta”, em nome delas, “para as Cortes Superiores e para todos os brasileiros”. Nesse contexto, a Jovem Pan veiculou ideias para promover a descrença sobre o processo eleitoral brasileiro e legitimar ou naturalizar eventual ação das Forças Armadas diante das “ilegalidades” perpetradas pelos Poderes da República. Veja-se¹³⁰:

[José Maria Trindade. 12m03] “**O Presidente colocou os pingos nos is. Reforçou o papel das Forças Armadas, que não é só a vontade do Presidente, né. Está na Constituição (...). As Forças Armadas são uma exigência constitucional. E lá, exatamente no livro maior das leis brasileiras, está previsto o papel das Forças Armadas, claramente. Quem quiser se aprofundar, está lá, é muito simples**”.

[Guilherme Fiuza. 16min15s] “**O presidente [Jair Bolsonaro] falou das Forças Armadas como aquelas que vão guarnecer a liberdade. Quem é que está atacando a liberdade, especificamente no processo eleitoral? É uma conjunção entre o Poder Legislativo – Congresso Nacional – e o Supremo Tribunal Federal. (...) Eles vão se fazer de desentendidos, vão dizer ‘Não... nós somos os guardiões da Liberdade, nós somos do bem, quem é do bem sabe quem é do bem, eles são do mal etc etc’. [...] A sociedade brasileira já entendeu que existe hoje, entre o Senado, a Câmara e o Supremo, uma ação contra a liberdade. Aí você vai dizer: ‘não, mas será que eles têm um plano?’ Eu não sei o quê que eles têm, eu sei o que eu**

130 Cf. 08m34s a 26min32s do vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=CXhCvUVMBZs&t=975s>, com 828 mil visualizações



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

vejo. **Eles estão juntos num projeto que caça a liberdade no processo eleitoral**, liberdade de expressão. Mas, infelizmente, não é só isso. **A outra liberdade**, que também foi referida pelo presidente, que é ‘a democracia está afirmada por um processo eleitoral seguro’, também está ameaçada, porque **essa segurança foi questionada, a vulnerabilidade foi demonstrada, a violação do sistema foi demonstrada e o TSE continua querendo agir às escondidas colocando sigilo sobre essas medidas que estão lá sendo discutidas por essa comissão de Transparência**. Então é claro, não tenho dúvidas, isso é uma nuvem de incerteza sobre a liberdade, sobre a eleição livre e segura [...] **Eles colocaram – o Supremo, e o Congresso, mais tardiamente, mas colocou também – esse fator de insegurança e de suspeição contra a liberdade da democracia, da eleição. E aí está formado um cenário – que evidentemente nenhum de nós quer que se consuma – que é um cenário de conflito. Se essas instituições não funcionarem, alguém vai ter que fazer elas funcionarem. Alguém vai ter que zelar pelas regras.**”

[Ana Paula Henkel. 22min00s] **“Eu também desconfio das urnas, claro que eu vou desconfiar das urnas**. Eu até poderia não desconfiar, mas **essa força para que o Congresso não deixasse passar outras camadas de transparência no nosso sistema eleitoral**, como voto papel auditável, a contagem sob escrutínio público (...). Isso tudo levanta, né, a pulga atrás da orelha, mas **por que tanta resistência, né?**”.

[Augusto Nunes. 25Min45s] **“A maioria tem a percepção de que o Supremo deixou de ser um tribunal, composto por juizes, para ser um partido composto de militantes**. A maioria dos Ministros se comporta assim. **Estas declarações do Bolsonaro são uma justíssima e compreensível reação à insegurança jurídica e à insegurança eleitoral decorrentes das decisões do Supremo que contrariam escancaradamente o que está na Constituição brasileira. Diariamente. O Supremo não para de desrespeitar a Constituição, não para de invadir a esfera de atribuições do**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Legislativo e do Executivo e não para de mostrar que querem impedir que o presidente Bolsonaro dispute a eleição (...) **O Supremo tem de ser enquadrado pela Constituição** (...) E a Constituição tem solução para isso também. Porque nenhum Poder pode afrontar os outros”.

Nesses comentários, fica especialmente clara a relação entre a torrente de conteúdos desinformativos sobre o processo eleitoral e as instituições por ele responsáveis e de conteúdos deslegitimadores do Poder Judiciário e do Poder Legislativo, de um lado, e a chamada pela atuação, em face deles, das Forças Armadas. É também chamativa a já mencionada menção reiterada e vaga a supostas inconstitucionalidades que estariam sendo praticadas pelo Supremo Tribunal Federal “diariamente”, cujos Ministros estariam contrariando “escancaradamente a Constituição”. Mais ainda: é chamativa a forma peremptória como se fala de supostas falhas das urnas, referindo não apenas que “essa segurança foi questionada”, como até que “a vulnerabilidade foi demonstrada”, “a violação do sistema foi demonstrada”, sem que isso seja comprovado, sem que sequer sejam citadas fontes que corroborariam essas afirmações. Tudo, frise-se, sendo falado por pessoas sem qualquer formação jurídica, e que mesmo assim se apresentam como especialistas falando algo, nos dizeres de José Maria Trindade, “muito simples”.

Dois dias depois, em 22/04/2022, no programa “Os Pingos nos Is”, a emissora repercutia o decreto presencial editado por Jair Bolsonaro, concedendo graça ao então Deputado Federal Daniel Silveira¹³¹.

131 <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-assina-decreto-que-da-indulto-a-daniel-silveira-condenado-pelo-stf/>



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

A partir de dado momento, discute-se o que ocorreria se o Supremo Tribunal Federal, provocado, julgasse inconstitucional o decreto em tela, e a partir daí comentaristas não somente falaram que isso não seria possível (o que de fato é uma posição jurídica sustentável), mas também passaram a defender, com naturalidade, que, caso a Corte o fizesse, as Forças Armadas deveriam intervir para garantir o ato editado pelo Presidente da República. Veja-se¹³²:

[Âncora. 0min25s] “Ives Gandra disse que Bolsonaro tem o respaldo constitucional para não aceitar qualquer imposição do STF”.

[José Maria Trindade. 3min40s] “Muita gente coloca poderes absolutos das Forças Armadas para ser um poder interventor, ou seja, moderador. Não é assim. Mas **existe, sim, a possibilidade de intervenção das Forças Armadas** e ele [Ives Gandra] coloca ali com maior sensibilidade, o maior detalhe, **onde entram as Forças Armadas: em caso de conflito de Poderes. É o caso, por exemplo, de o Supremo mandar prender [o Deputado] Daniel. E aí as Forças Armadas podem chegar e dizer: ‘não, o deputado está livre!’**. E aí é intervenção nesse ponto. Não é um governo paralelo, não é a instalação de um novo governo, o presidente não comandaria esse processo das Forças Armadas, segundo o professor Ives Gandra. **É uma interpretação que eu considero muito boa e muito pragmática. E pronto, faria uma intervenção pontual**. E durante essa entrevista aí de hoje de manhã, no jornal da manhã, ele [Ives Gandra] fala inclusive da plena possibilidade do presidente assinar sim um decreto de graça individual, como fez com Daniel Silveira. [...] Em resumo é isso que ele [Ives Gandra] disse: **se o Supremo insistir em não aceitar o decreto presidencial que a Constituição garante, aí nesse caso**, repito, pontualmente, sem o comando do presidente, **as Forças Armadas poderiam agir**.”

132 Cf. íntegra do vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=fUPS3dcb2mQ>, com 1,9 milhões de visualizações no Youtube.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

[Ricardo Salles. 6min15s] “**De fato a interpretação dada pelo professor Ives Gandra é a única solução possível**, porque diante de um impasse em que o presidente assina um decreto concedendo a graça o deputado Daniel Silveira e, por outro lado, o Supremo, através de algum recurso impetrado por pela oposição, por quem **quer que seja, resolve anular o decreto ou modular os seus efeitos**, enfim, criar algum dispositivo, **alguma decisão com aparência de legalidade, porém que tenha o efeito, efetivamente, de anular o decreto** – não importa como você vai chamar essa eventual anulação ou não cumprimento do decreto [...] Portanto **este impasse tem ser dirimido por alguém**. Não é possível chegar numa situação em que dois poderes – um diz ‘eu faço’, o outro diz ‘não faço’, ‘então faço’, ‘então não faço’ – então alguém tem que dirimir e, conseqüentemente, **a interpretação dada pelo professor Ives Gandra da Silva Martins é a única interpretação possível**. Não tem como haver uma outra Instância decisória que não seja justamente sair do âmbito da discussão do Supremo”.

[Guilherme Fiuza. 12min25s] “**O Supremo Tribunal Federal tem a oportunidade**, volto a dizer, **de perceber que, se ele vier com uma liminar voadora, ele vai estar comprando uma briga deste tamanho aí**, que é o cenário trazido pelo Dr. Ives Gandra: **a democracia, a institucionalidade, ter que ser garantida pela força. É a força legal, é a força constitucional. São as Forças Armadas que tem justamente o monopólio da força**. Mas é dramático. É dramático porque não deveria ser assim. **Os Poderes têm que ter o mínimo de sobriedade**, de responsabilidade, e isso aparentemente está sendo perdido. Então **nós estamos na iminência de uma situação que nós não desejamos. Nós precisamos que surja um raio de luz de responsabilidade, de juízo, sobre aqueles que estão agindo de forma provocativa, para que eles não estendam a provocação a um ponto que, de fato, nós vamos chegar. (...) A gente espera que, nesse momento, eles [STF] entendam que isso não vai bom pro país, e não vai ser positivo para eles também, porque em um cenário de conflagração todos perdem.**”



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

É chamativo que essas falas, embora sejam feitas por comentaristas que em sua larga maioria não têm formação jurídica, induzem o ouvinte e ao espectador a acreditar que a intervenção das Forças Armadas seria óbvia, mencionando-se até se tratar d“a única interpretação possível”. Não há qualquer ressalva, qualquer indicação do entendimento largamente majoritário que aponta que a Constituição Federal não conferiu às Forças Armadas o papel de moderador dos Poderes. No ponto, fica evidente que a **JOVEM PAN** deu espaço apenas e tão somente a uma tese, mobilizada por Ives Gandra Martins, sem ter qualquer preocupação em trazer a voz da esmagadora maioria dos constitucionalistas brasileiros que dele discordam. Essa interpretação, embora francamente isolada, é exposta como uma obviedade¹³³. Essa seletividade, ao cabo, revela a intenção dos envolvidos em legitimar uma medida que, pela esmagadora maioria da comunidade jurídica do país, seria considerada aberrante, até porque inédita na história da Nova República.

Ainda nessas falas, é importante notar o tom de ameaça usado pelo comentarista Guilherme Fiuza, ecoando outras tantas falas dos programas da emissora, no sentido de que os Ministros do Supremo Tribunal Federal precisariam de “juízo”, estariam agindo “de forma provocativa”, e poderiam ser responsáveis por “um cenário de conflagração” que “não vai se positivo para eles também”. Tudo isso, frise-se, dito em um momento em que a constitucionalidade do decreto presidencial em tela nem havia sido judicializada. Nesse contexto todo, é também relevante consignar que a ideia de que a intervenção das Forças Armadas seria algo factível e

133 Em uma fala reveladora, feita no “Os Pingos nos Is” de 22/12/2022, é dito “o artigo da Constituição que trata das Forças Armadas é bem simples, eu li, o Coronel Telhada leu, nós lemos. Não precisa de uma consultoria para ler o art. 142, ele nem é um artigo muito longo, acho que tem dez incisos, algo desse tipo (...) o art. 142 é um artigo simples, uma criança de 14 anos que fosse alfabetizada de forma decente seria capaz de resolver a hermenêutica desse artigo, não há grandes discussões” (cf. minutagens de 1h07m24s e 1h18m00ss do vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=PCEk0OLEIQE>)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

“constitucional” rendeu a essa edição do programa “Os Pingos nos Is” uma de suas maiores marcas em acessos no Youtube, com mais de 1,9 milhões de visualizações.

Essa tônica, de qualquer forma, não se resumiu aos comentaristas do “Pingos nos Is”. Três dias depois, em 25/04/2022, o programa “Morning Show” foi palco de falas que também naturalizavam a intervenção das Forças Armadas, na situação hipotética de o Supremo Tribunal Federal decidir sustar os efeitos do decreto presencial em tela. Na ocasião, comentaristas sem qualquer especialização em direito falaram peremptoriamente como se não apenas conhecessem em detalhes a jurisprudência da Corte sobre o tema, mas sobretudo como se não houvesse, entre casos anteriormente julgados e esse que poderia ser levado a julgamento, qualquer diferença ou nuance que autorizasse uma declaração de inconstitucionalidade do ato. E nessa linha, sugerindo que uma decisão que não o validasse seria necessariamente política, defenderam expressamente que, caso ela fosse proferida, caberia às Forças Armadas intervirem para “manter a Constituição”. Veja-se¹³⁴:

[Adrilles Jorge. 1min30s] **“Eu acho que o Supremo está numa encurralada agora que essa jurisprudência foi feita, colocada e defendida pela própria Corte, deve acatar. Se não acatar, vai declarar uma guerra – e eu acho que aí o juiz Ives Gandra Martins tem toda razão –, eu acho que aí poderia ser o caso, inclusive, de acionar o artigo 142 para que o Exército mantenha a Constituição absolutamente sub judice contra o Supremo que está atropelando todas as suas medidas.”**

[Paulo Mathias. 3min0s] “Quais são os caminhos que o Supremo teria para reverter isso [o decreto presidencial], se é que existem?”

134 Cf. 01min30s a 5min15s do vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=o-Aql4VS5eQ&t=218s>, com 213 mil visualizações.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

[Zoe Martínez. 3min10s] “É claro que existem. Eles podem contestar essa decisão do presidente Bolsonaro. Caso isso ocorra – deve ocorrer agora, essa semana aí, eles devem se reunir para ver a decisão que vão tomar, porque eles podem acatar alguns dos pedidos dos parlamentares – **caso isso ocorra, um grave conflito institucional vai ocorrer e aí muito provavelmente as Forças Armadas vão ter que interferir**, porque tudo que estava ao alcance do presidente da República foi feito. **O STF está esticando a corda**, e com o passar do tempo, **à medida em que esse conflito for se agravando, a única opção que o povo brasileiro tem é de as Forças Armadas interferirem e fazerem alguma coisa, porque Infelizmente o STF não toma mais medidas constitucionais e sim pela cabeça deles**. [...] Então se o STF derrubar essa decisão do presidente da República as coisas vão se agravar muito, e aí vai chegar o momento de as Forças Armadas fazerem alguma coisa”.

Nessa passagem, repete-se o discurso ameaçador, vinculando uma eventual decisão futura do Supremo Tribunal Federal – cujos ministros “não tomam mais medidas constitucionais, e sim pela cabeça deles – a **uma postura de “esticar a corda” e “declarar uma guerra”, que justificaria a intervenção das Forças Armadas para desautorizá-lo**.

Poucas horas depois, naquele mesmo 25/04/2022, o programa noturno “Os Pingos nos Is” veiculou mais uma vez esse tipo de conteúdo. Embora a notícia principal em pauta fosse de que o Supremo Tribunal Federal não tinha sequer previsão, naquele momento, para apreciar uma eventual suspensão do decreto presidencial editado em favor de Daniel Silveira, isso não foi motivo para que os comentaristas seguissem sustentando a possibilidade concreta de as Forças Armadas intervirem sobre a Corte. Segue a transcrição desses comentários¹³⁵:

135 Cf. vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=XJ92wyePago>, com 1,1 milhões de visualizações.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

[Âncora. 0min00s] “Os ministros do Supremo Tribunal Federal analisam que a graça dada pelo presidente, Jair Bolsonaro, ao deputado federal Daniel Silveira não deveria ser suspensa agora e pensam em decidir sobre o decreto quando a tensão entre os poderes se amenizar. Os magistrados querem dar um parecer somente quando se esgotarem as possibilidades de recurso em outras instâncias ou quando o Plenário julgar se o decreto é constitucional. Em entrevista ao UOL o ministro Gilmar Mendes diz que Bolsonaro está muito debilitado e afirmou que as instituições não permitirão um suposto golpe”.

[Ana Paula Henkel. 5min50s] “**Agora parece que [os ministros do STF] apagaram tudo. Rasgaram a Constituição**, rasgaram os seus votos. Eu tava lendo aqui, eles falam que Bolsonaro é debilitado. Então o convite para que eles saiam às ruas para gente fazer um pequeno teste de quem realmente está debilitado, se é a instituição do Poder Executivo ou se é a instituição do STF através desta composição aí completamente inconstitucional. Eles também falam que vão esperar a tensão amenizar. **Não tem como mais amenizar porque o povo já entendeu que a corda não foi apenas esticada, mas arrebentada pelo Supremo Tribunal Federal**. A tensão pode até amenizar entre as instituições, mas **o povo não aguenta mais e sabe muito bem que não tem que amenizar no sentido, nada violento, mas que não tem mais que amenizar**. Nós temos que continuar cobrando, sim, de maneira enfática, o respeito à nossa Constituição”.

[Cristina Graeml. 9min40s] “**Não precisa ser especialista em nada, para entender o que está escrito na Constituição**. E isso é bom frisar: **a Constituição foi escrita para qualquer brasileiro entender, ainda que tenha uma linguagem jurídica, um pouco rebuscada, qualquer um pode ler e entender (...)**. **Se não quiserem [os ministros do STF] que essa graça, esse benefício, seja dado, eles vão ter que ir contra sua própria jurisprudência**. Rolaram na internet, nos últimos dias aí, inúmeros votos desses ministros, que



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

ainda estão na Corte, em análise de outras ações impetradas por outros partidos quando outros presidentes concederam outros indultos e graças a outros condenados. E eles disseram que é prerrogativa do presidente e que a Constituição garante isso. **Então não pode haver qualquer malabarismo aí para tentar dar um duplo carpado e reverterem o que a Constituição diz. Se eles fizerem eles vão estar mais uma vez fazendo o que a gente sabe que eles adoram fazer, que é ignorar a Constituição ou tentar reescrever a Constituição como se legisladores fossem.** Não são! São juízes, eles pertencem a outro Poder, e a Constituição – que nem sempre eles respeitam mas deveriam respeitar – diz muito claramente, lá nos princípios fundamentais, que os Poderes são independentes e harmônicos. Por isso que existe aquele artigo 142 – que tanta gente lembra toda hora –, **que em caso de desarmonia entre os Poderes e de uma avanço de um Poder sobre o outro, que é o que a gente parece estar vendo reiteradamente, aí sim as Forças Armadas podem intervir como se fosse quase um Quarto Poder independente,** porque aí elas teriam que entrar com a Força das Armas, como o próprio nome diz, **para dizer ‘respeite-se a Constituição’, e colocar de novo todo mundo no seu devido lugar”.**

[Augusto Nunes. 12m05] **A tensão só será abrandada quando Supremo começar a cumprir a Constituição,** só. Apenas isso. **É o Supremo o responsável pela insegurança jurídica do Brasil hoje. É o Supremo que todo dia submete a Constituição a uma sessão de tortura selvagem, todo dia,** como eles fizeram nesse julgamento, tentam fazer nesse caso. [...] Então, desta vez, isso que a Cris [Cristina Graeml, sobre possibilidade de intervenção das Forças Armadas] falou é uma possibilidade muito próxima. O Ives Gandra explicar ali, tranquilo. **Se eles ousarem declarar inconstitucional o indulto, que é constitucional, haverá uma crise, um impasse institucional, que segundo o artigo 112 [142] é decidido pelas Forças Armadas, simples assim.** Então, **se houver esse tipo de intervenção, a culpa é de quem? É do Supremo”.**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Aqui, uma vez mais a **JOVEM PAN** disseminou, por meio de suas outorgas de rádio, a ideia de que a Suprema Corte brasileira estaria agindo “rasgando a Constituição”, algo que seus Ministros, segundo dito, “adoram fazer”, e mesmo que sem terem sequer decidido, até então, o tema da inconstitucionalidade do decreto de graça em tela, isso não foi suficiente para evitar que os comentaristas da emissora sentenciassem que “o povo já entendeu que a corda não foi apenas esticada, mas arrebentada pelo Supremo Tribunal Federal”, o qual é apontado como instituição que “submete a Constituição a uma sessão de tortura selvagem, todo dia”. É especialmente chamativo como pessoas leigas em direito fazem afirmações sobre ilegalidades e inconstitucionalidades sem qualquer nuance, até mesmo se chegando a dizer que “não precisa ser especialista em nada para entender o que está escrito na Constituição”, tudo a facilitar a absorção da ideia de que seria óbvio ululante que a cúpula do Poder Judiciário estaria se comportando de forma contrária ao que o ordenamento permitiria. Diante desses discursos virulentos e deslegitimadores, falas sustentando a possibilidade de intervenção das Forças Armadas ganham uma aparente plausibilidade, “para dizer ‘respeite-se a Constituição’, e colocar de novo todo mundo no seu devido lugar”. Essa narrativa reiterada, analisada nesse amplo espectro, torna a ação de Forças Militarizadas contra um Poder civil não uma ruptura do regime, mas uma mera “reação” proporcional ao grau de arbitrariedades que estariam sendo cometidas em série. No fim do dia, “a culpa é de quem? É do Supremo”.

Esses discursos não pararam nisso, no entanto. No programa “Morning Show” de 09/06/2022, a pauta era o encontro entre o Presidente Bolsonaro e o Presidente Biden, na cúpula das Américas. A despeito dela, os comentaristas Zoe Martinez e Adrilles Jorge defenderam com todas as letras a intervenção das Forças Armadas como Poder Moderador a controlar o Poder Judiciário.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Confira-se¹³⁶:

[Zoe Martinez. 15min46s] “Deputado da base, aliado do Presidente Bolsonaro, sendo preso sem crimes. Não tem crime no Código Penal, não tem nada. Eles estão querendo criar uma jurisprudência para conseguir perseguir de forma ‘legal’ com o respaldo da lei. Não tem crime desses deputados. Tem jornalistas que um fugiu para os Estados Unidos que é o Allan dos Santos que a Interpol recusou mandá-lo de volta para o Brasil porque não viu crime. Acho uma babaquice o que o Alexandre de Moraes está fazendo. Outros políticos foram presos, o Roberto Jefferson. Ativistas presos pelo crime de opinião. Numa democracia existe crime de opinião? E quem é o ditador? É o Bolsonaro que pede mais transparência no processo eleitoral, que pede o respeito à Constituição, as leis, que pede para o Supremo, ao invés de agir como políticos, como um órgão político, seguir a Constituição, um órgão técnico. Porque o STF, o papel do STF é de seguir a Constituição, nada mais do que isso. E o que eles está fazendo atualmente é desrespeitar a Constituição, rasgar a Constituição, mas querem colocar a culpa sempre no Bolsonaro, que é o único que vai contra tudo isso e defende a liberdade e o respeito à Constituição”

[Adrilles Jorge. 18min02s] “**O que o STF tem feito é perseguindo liberdades, caçando deputados, prendendo pessoas com processo ilegais**, com crimes que nunca existiram de fake news, coisa que não existia nos EUA. A Zoe mencionou o Allan dos Santos. Cadê a Interpol pegando o Allan dos Santos para devolver ao sistema Judiciário inquisitorial do Brasil. Sabe por que eles não devolvem, Guga? Porque Allan dos Santos não fez outra coisa que não dar opinião, o que ele está sendo processado é por crime de opinião, coisa que não existe nos EUA e em nenhum lugar democrático do mundo (...) Bolsonaro vai ter a oportunidade de (...) dizer que deputados, aliados, políticos aliados ao bolsonarismo e conservadorismo são

136 <https://www.youtube.com/watch?v=Ks2RBYwmEWU>, com 47 mil visualizações.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

inclementemente presos, sem o devido processo legal, baseados em crimes que não existem. **O lado judiciariamente inquisitorial e ditatorial está no Supremo Tribunal Federal.** E Guga, para você acabar com esse assunto de uma vez por todas, **se eventualmente há um ataque frontal, absolutamente irrestrito à democracia, eu acho que as Forças Armadas podem sim ser acionadas para coibir o autoritarismo de um poder que está se colocando acima dos outros em nome de uma falsa democracia. Isso é do princípio democrático. Alguém tenta implementar uma ditadura no Brasil, as Forças Armadas podem dar uma revolução contra esse princípio ditatorial, em nome da democracia**".

Poucos dias depois, em 27/06/2022, conteúdos análogos foram repetidos uma vez mais no "Morning Show". Na ocasião, a comentarista Zoe Martinez sustentou que o Supremo Tribunal estaria interferindo nos demais Poderes, e que "os militares, caso continue, tem que intervir sim", "tem que acontecer alguma coisa para esses Ministros serem destituídos do cargo". Não bastasse, o comentarista Paulo Figueiredo, ao referir uma decisão do Ministro Alexandre de Moraes negando pedido de investigação apresentado pelo Partido Liberal, sob alegação de supostos desequilíbrios nas inserções de propaganda eleitoral em rádio, disse inflamado que "nós já vivemos um estado de ruptura completa", e que "a justificativa, não para o golpe, mas para a restauração da ordem, estava dada". Confira-se¹³⁷:

[Zoe Martinez. 14min57s e 20m38] "**Caso o STF continuar descumprindo a Constituição**, vai chegar o momento que se eles continuarem fazendo o que eles vem fazendo, prendendo Deputado Federal, com imunidade parlamentar, perseguindo jornalista, mandando prender, sem nenhuma lei por trás, que preveja e criando

137 <https://www.youtube.com/watch?v=KRLI0VonOQs&t=861s>, com 487 mil visualizações pelo Youtube.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

crimes que não existem, **pode sim vir a ter uma intervenção para parar os Ministros do STF** (...) Estão tentando colocar na legislação, aprovar perseguição das pessoas que discordam deles. É isso que está acontecendo. **E claro, os militares, caso continuem, tem que intervir sim. E tá na Constituição** (...) O Judiciário está interferindo no Legislativo e no Executivo. **E caso venha a piorar muito, e seja uma situação insustentável, tem que acontecer alguma coisa para esses Ministros serem destituídos do cargo**”.

“O que nós vimos ontem foi uma verdadeira escarrada na cara da sociedade brasileira. **Foi um ato de autoritarismo soberbo que eu não me lembro, na minha vida, de ter visto um agente público no Brasil fazer** (...) **Nós já vivemos um estado de ruptura completa.** Por isso que quando o Presidente convoca uma reunião com o chefe das forças armadas a expectativa de boa parte do país foi a de que foi tudo para o beleleu. **A justificativa, não para o golpe, mas para a restauração da ordem, estava dada**”.

Esses conteúdos que procuravam dar ares de legitimidade, para a população, a uma atuação das Forças Armadas em face de Poderes constituídos, em especial do Poder Judiciário, seguiram sendo veiculados pela **JOVEM PAN** ao longo dos meses seguintes, ganhando contornos ainda mais graves após as eleições nacionais.

No início de novembro, como dito, o Brasil vinha assistindo a bloqueios de vias terrestres e manifestações de grupos que, irrisignados com o resultado das urnas, pediam que estas fossem “auditadas” e que as Forças Armadas interviessem. Dados os prejuízos para o tráfego que tais bloqueios vinham causando, o Supremo Tribunal Federal ordenou que as vias fossem sendo liberadas¹³⁸.

138 <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/stf-forma-maioria-a-favor-da-determinacao-de-desbloqueio-das-rodovias/>



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Nessa esteira, no dia 11/11/2022, quando essa ordem já estava sendo cumprida, o programa “Os Pingos nos Is” noticiou uma nota pública das Forças Armadas, com considerações acerca das manifestações contrárias ao resultado do pleito presidencial¹³⁹. A emissora, por seus comentaristas Paulo Figueiredo, Roberto Motta e Fernão Lara Mesquita, aproveitou a notícia para retomar um relatório do Ministério da Defesa sobre as urnas, e voltar a suscitar desconfiança da população a respeito do processo eleitoral. Mas mais que isso, em dado momento, passou a defender que as Forças Armadas estavam com os grupos manifestantes, e que, se o Congresso não enfrentar o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Superior Eleitoral, elas exerceriam seu “papel moderador”. A transcrição das falas segue¹⁴⁰:

[Paulo Figueiredo. 13min40s] “É um relatório [do Ministério da Defesa] muito mais forte do que originalmente eu imaginava que fosse, e que demonstra **uma fragilidade enorme do nosso sistema eleitoral que me causou espanto**. Eu fiquei assustado. **Sempre soube que qualquer sistema é passível de vulnerabilidade, mas eu não tinha ideia de que o nosso sistema era tão frágil assim. É exatamente o contrário do que dizem as nossas autoridades**. E agora nós temos uma voz dissonante do que o TSE sempre diz, que são as nossas Forças Armadas. **A resposta do Ministro Alexandre Moraes ao relatório e ao ofício enviado pelo Ministro da Defesa é uma resposta esquizofrênica**. Uma pessoa que diz que o relatório não apontou fraudes quando o próprio ofício do Ministro da Defesa diz que o relatório não tinha como objetivo procurar fraudes, ora, só pode agir ou por esquizofrenia ou por má-fé. Eu aposto na esquizofrenia. **A respeito da nota que nós vimos, eu nunca tinha visto uma nota desse tipo**. Eu ainda não tinha parado para me lembrar aqui de um momento onde os nossos comandantes das Forças

139 A íntegra da nota pode ser acessada em <https://www.fab.mil.br/noticias/mostra/40020/NOTA%20OFICIAL%20-%20Nota%20%C3%A0%20Imprensa%20-%202011/11/22>

140 Minutagem de 04min40s a 40min20s do vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=IQNC1caTMg> com 858 mil visualizações.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

emitssem uma nota que tem um tom muito crítico às nossas instituições. **Eu reparei que a carta tem três endereços. O primeiro endereço é muito claro, é só prestar atenção, é o próprio presidente do TSE e ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes.** Quando a mensagem é ‘pare de perseguir o povo brasileiro’. [...] **Há também um recado claro aos manifestantes. Os manifestantes estão no seu direito, podem ir às ruas. Devem, se acharem que estão sendo prejudicados. (...) E há um último destinatário da carta, que é o Congresso.** Quando eles dizem ‘a solução de possíveis controvérsias deve valer-se de instrumentos legais do Estado Democrático de Direito’ (...) **Os legisladores é que são responsáveis por corrigir possíveis caminhos autocráticos que podem colocar em risco o bem da sociedade (...)** Ora, e se as instituições brasileiras não agirem? (...) A carta diz que **as Forças Armadas foram moderadoras em momentos importantes da história.** Ou seja, **naqueles momentos em que as instituições falham em garantir os direitos do povo, as Forças Armadas agem de forma moderadora. É um recado muito bem dado e se ele vai ser entendido pelos destinatários.**”

[Fernão Lara Mesquita. 19min20s] **“O que eles [Forças Armadas] estão dizendo é que tem agentes do processo brasileiro que estão fora da lei, fora da Constituição [...]** Quem está saindo das suas das atribuições legais é propriamente a instituição que tem o papel de zelador pelas instituições legais. E esse é o tamanho do problema do Brasil e o ponto que nevrálgico dessa questão. (...) Então onde que desempata essa coisa? **Desde que cheguei aqui n’Os Pingos nos Is estou palpitando que as manifestações têm se dado nos endereços errados. Elas deviam estar na porta do Congresso.** [...] Então eu acho que o país devia fazer uma pressão sobre o Congresso tão bruta ou mais bruta do que a que o Supremo Tribunal está fazendo sobre o país, porque é disso que se trata: **quem fizer a pressão mais forte vai ganhar essa parada.**”



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

[Roberto Motta. 24min00s] “[após leitura da nota divulgada pelas Forças Armadas] Eu não tenho a mesma leitura que o meu querido Zé Maria [referindo-se ao comentarista José Maria Trindade, que afirmou que a nota sacramentava a posse do candidato Lula]. Eu não acho que essa nota sacramenta posse de ninguém. **Eu vejo aqui um recado direto. Aqui tem um recado para os manifestantes. O recado é: ‘você estão exercendo o seu direito, se você quiserem continuar, podem continuar e reivindicarem os seus direitos legítimos’.** Aqui tem um recado para os jornalistas, para nós: ‘não tenho medo de fazer o seu trabalho’. **Aqui tem um recado para o Congresso Nacional: ‘você precisam se mexer e exercer o seu papel’.** **E aqui também tem um recado para outras autoridades: ‘se o que você estão fazendo é ilegal, é melhor parar e voltar a respeitar o Estado de Direito’.**”.

[Fernão Lara Mesquita. 31min10s] “**Está claro o que as Forças Armadas estão afirmando.** O problema que se apresenta é: **qual é o gatilho para reverter o curso dos acontecimentos?** O quê que pode determinar isso? **Eu só enxergo um possível gatilho** – ainda é uma visão que não dá para ser precisa –, é o primeiro instrumento do sistema: **não obedecer, não acatar uma ordem inconstitucional do Supremo Tribunal, terá o respaldo das Forças Armadas.** Eu entendo que se essa desobediência se referir a uma dessas violências inconstitucionais que eles estão praticando, **esse pessoal é tigre de papel, entendeu? Eles só rugem enquanto você não se decidir a amarrotá-los, como eles merecem ser quando eles mandam uma ordem que não tem nada a ver com a lei,** que não tem nada a ver com a posição deles dentro do sistema, eles não estão autorizados a emitir. **Essa desobediência deveria ter acontecido lá na primeira, e nós não estávamos nesse brejo que nós estamos. Como não foi, agora você tem um momento em que todas as forças do sistema baixam as suas cartas na mesa e a última força de decisão que é a Força Armada [sic] está dizendo que está do lado da ordem constitucional.** Portanto, **quem desobedecer a ordem constitucional deve ser desobedecido, na minha opinião.** Porque se não for, joga o



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

país inteiro nisso que nós estamos, diante de um período de quatro anos em que você vai ficar sempre em face de um governo que vem com a marca da ilegitimidade... **você nunca vai poder decidir essa história, se teve fraude ou se não teve fraude** – já é um ponto passado, porque você teve as outras interferências todas que desequilibraram a campanha eleitoral etc., **a fraude seria só a cereja desse bolo**, uma fraude em cima da máquina, **porque as outras fraudes foram endossadas e praticadas pelo próprio fiscal no jogo, pelo próprio juiz do jogo**. Então, esse seria o gatilho: **a primeira instituição que não obedecer a uma ordem de prisão ilegal ou de interferência ilegal terá um tipo de respaldo que até agora não estava tão claro.**”

[Paulo Figueiredo. 34min10s] “O Fernão colocou três grandes comentários na fala dele. O primeiro é que a população deveria estar pedindo ao Legislativo socorro, e não às Forças Armadas. Ele está correto (...). **O que ocorre é que a população não confia no Poder Legislativo, pela sua inação até esse momento. O Poder Legislativo (...) agiu para permitir esses desmandos autocráticos (...). Então, há uma desconfiança (...). Fernão tem enorme razão quando ele diz que a desobediência de ordem manifestamente inconstitucional ou ilegal, ela é, não só um primeiro passo, mas obrigação de qualquer agente público.**”

Nessas falas, fica muito clara **a interdependência dos três planos de abuso de liberdade de radiodifusão até aqui expostos**. Todos os elementos encontram-se justapostos nelas: **há uma insistência em minar, sem qualquer prova, a confiança da população nas urnas eletrônicas e de sustentar que teria ocorrido fraude nas eleições, e reiteradas afirmações deslegitimadoras tanto do Poder Judiciário, que estaria praticando arbitrariedades de forma contumaz, quanto do Poder Legislativo, “pela sua inação até esse momento”; há também referências a como, nesse cenário, a**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

desobediência a ordens do Supremo Tribunal seria devida, em especial “uma obrigação de qualquer agente público”; e há, ainda, a indicação não apenas de que as Forças Armadas respaldariam quem desobedecesse, como também que estariam legitimadas a agirem “de forma moderadora” sobre os Poderes constituídos.

Não bastasse, também é possível perceber, nessas e em outras falas do período, o tom ameaçador com que os comentaristas da **JOVEM PAN** falam de autoridades públicas, não apenas ventilando o risco de elas serem alvo de ação militar, como também referindo que elas seriam meros “tigres de papel” que “só rugem enquanto você não se decidir a amarrotá-los, como eles merecem ser quando eles mandam uma ordem que não tem nada a ver com a lei”.

Esse tom ameaçador, não fosse em si já bastante grave, foi escalando conforme o fim de ano foi chegando. Em 21/11/2022, o programa “Os Pingos Nos Is”, a emissora achou adequado dar visibilidade à fala de um ex-desembargador que, aparentemente em uma dessas manifestações que ocorriam por grupos radicalizados, defendia “ações contra o Supremo Tribunal Federal”. Na ocasião, foram transmitidos trechos do discurso em que, sem qualquer indicação de fonte, o ex-desembargador alega que “mais de 80% dos juízes e juízas do Brasil” em relação à Suprema Corte brasileira, e deu destaque a um momento em que ele pede a prisão do Ministro Alexandre de Moraes, afirmando que este estaria “em estado de flagrante delito”. Passada a palavra à bancada, os comentaristas Fernão Lara Mesquita e Paulo Figueiredo não apenas *elogiam e congratulam* a fala do ex-desembargador, como ainda apelam aos Poderes constituídos para seguirem na mesma linha, sustentando que ele teria dito “o que todo mundo na rua pensa”.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Veja-se a transcrição¹⁴¹,

[Fernão Lara Mesquita. 16min50s] “**Me congratulo com o desembargador e apelo aos poderes constituídos: ou eles vão reagir agora na mesma linha do desembargador**, se não assumindo individualmente uma atitude como ele – que está numa posição que lhe permite fazer isso sem um custo mais bruto e imediato – **que façam isso como instituição**, que faz isso coletivamente. **Mas se não agirem já, o Legislativo, o Judiciário e o Ministério Público, eles deixarão definitivamente de existir, porque esse jogo que tá aí é um jogo bruto, de violência. Não tem nada a ver com a ordem do Estado de Direito, com a legislação estabelecida e com a constituição**. É a revogação de tudo e dos direitos de cada um de nós”.

[Paulo Figueiredo. 18min20s] “**O desembargador falou o que todo mundo pensa. Se eu pegar o que as pessoas vêm me perguntar nas ruas, o que elas vêm dizer é: ‘quem é que vai parar esse louco? Como é que param esse louco esse do Alexandre de Moraes?’** (...). E ele acha que pode tudo, não há limites, não há limite. Interferência nas polícias, interferência no Poder Executivo, interferência no Poder Legislativo, as decisões são feitas à margem da lei, dá poderes a si mesmo ditatoriais durante a eleição, suspendem a constituição. Cada dia é uma novidade. E todo mundo se pergunta ‘o quê que dá para fazer com ele?’. **Ora, a tese do desembargador é evidente: é claro que o Alexandre de Moraes está em flagrante delito! E, portanto, é claro que ele poderia ser preso, claro que poderia! Mas eu me pergunto: quem vai efetuar essa prisão? Quem efetuaria? Qual seria a autoridade? Quem daria a ordem e quem a executaria? Essa é a pergunta de um trilhão de dólares no Brasil. Depois de preso, quem vai fazer audiência de custódia do Alexandre Moraes? A prisão tem que ser confirmada, né. Quem vai fazer? O**

141 Minutagens de 04min20s a 25min30s do vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=p0tdy7dSvGc> com 586 mil visualizações.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Barroso? O Lewandowski? A Dias Toffoli? Carmem Lúcia? Quem vai fazer? Gilmar Mendes? Quem vai fazer essa audiência de custódia? Quem vai julgar os crimes do Alexandre Moraes? Os outros ministros do Supremo Tribunal Federal? É uma pergunta real. [...] Então, achar que... ‘ah, vamos prender o Alexandre Moraes’... mais poder para vocês! Tem todo o meu apoio! Mas, porém, contudo, isso não resolverá os problemas do Brasil que estão no cerne da forma como o Judiciário brasileiro interpreta e lida com as leis. Há um desequilíbrio.’ .

É impressionante que uma detentora de outorgas de serviço público de radiodifusão sonora tenha chegado ao ponto de veicular, para milhões de pessoas, conteúdos radicalizados como esse. A escalada promovida pela JOVEM PAN, nesse dia, chegou ao ponto de defender a prisão de um Ministro da Suprema Corte brasileira, sem sequer se apontar, para além de uma vaga noção de “flagrante delito”, qual fundamento concreto o autorizaria.

É importante notar que a pergunta feita pelo comentarista Paulo Figueiredo naquela data (“quem vai efetuar a prisão?”) viria a ser respondida por ele mesmo, em falas feitas ao longo das semanas seguintes.

Em 25/11/2022, o programa “Os Pingos nos Is” repercutia declarações do Ministro Luís Roberto Barroso sobre as manifestações ainda presentes em partes do país, no sentido de que o resultado das eleições deveriam ser respeitados e “não adianta apelar a quartéis”. A partir disso, a emissora passou a veicular declarações que claramente legitimavam uma eventual intervenção das Forças Armadas.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Segue a transcrição pertinente¹⁴²:

[Fernão Lara Mesquita. 11min25s] “Adianta menos ainda você apelar para os juízes, né? E principalmente para o Supremo Tribunal Federal. **Porque o golpe do STF que está a serviço da eleição do candidato do PT (...) consiste nisso. O guardião da Lei chuta a cara da Lei e depois diz para o cara que foi vítima desse chute, dessa agressão, dessa violência** [...] se você não gostou, que você recorra a quem violou a lei. É nisso que consiste esse troço. (...) **A ordem jurídica está suspensa. (...) Eles são fora da lei. (...) Está na hora do Brasil e das Forças Armadas especialmente – porque é para esta situação precisamente que existe a previsão legal das Forças Armadas – entrarem no jogo. [...] Quando é o chefe de todas as polícias que viola lei, aí como é que faz? Isso está previsto, essa hipótese está prevista. Nesse momento, as Forças Armadas têm que entrar no circuito e reafirmar o que a Constituição diz. E reafirmar isso com o peso da força que as Forças Armadas carregam** (...). Se não, a gente vai ficar eternamente discutindo, esse jogo de idiota”.

[Paulo Figueiredo. 20min50s] “**Esses pedidos aos quartéis eles estão ficando um pouco inócuos (...) Eles precisam de respaldo. E esse respaldo não é o respaldo mais popular. Respaldo popular já veio. Falta o respaldo da liderança.** E essa liderança ela cabe a alguém que está sumido há bastante tempo. **Cabe ao presidente Bolsonaro.** Por quê? Porque o presidente Bolsonaro ele precisa dar a base legal para qualquer ação militar. Lembrem, **ele é o comandante em chefe das Forças Armadas.** Se você está esperando artigo 142, normalmente o artigo 142 funciona invocado, né, por algum dos poderes, e a gente sabe que não virar nem do Judiciário nem Legislativo – **aliás, por onde andam os chefes do Legislativo? Estão bastante sumidos. Então só pode vir do Poder Executivo.**”

142 Minutagem de 03min50s a 44min45s do vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=eUS4RUlw-yI>, com 786 mil visualizações no Youtube.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

(...) O que não dá – isso realmente não dá – é para certas pessoas ao entorno do presidente ficarem na expectativa de que o Bolsonaro agora será o líder da oposição e que farão oposição normal ao próximo governo. Ora, **não haverá oposição ao próximo governo** [...] **Tem gente muito próxima do presidente que tá de novo naquele ‘tudo bem, deixa disso, agora vamos lá fazer oposição’.** **Talvez as pessoas não estejam nem acompanhando de que não adianta fazer oposição e concorrer de novo com essas urnas que estão aí, com esse sistema eleitoral que tá aí, com esse Tribunal Superior Eleitoral que tá aí.** **Não existe esse caminho, é um jogo de cartas marcadas: você nunca vai ganhar. É isso que o Brasil está vivendo hoje em dia.”**

[Cel. Gerson Gomes. 32min40s] **“Há uma necessidade de que o Presidente da República se manifeste. Existe amparo para o artigo 142, para conseguir coibir essas ações incondicionais do senhor Alexandre de Moraes? Existe, desde que o Chefe do Poder Executivo ou o chefe do Poder Legislativo, que são os dois poderes que estão sendo desconsiderados e estão sendo atacados pela ação inconstitucional do Supremo Tribunal Federal. Eu gosto de reiterar, porque o Ministro Alexandre de Moraes não trabalha isoladamente, ele tem respaldo de seus pares (...).** Então, todo esse contexto que eu observo, é de que **os manifestantes não estão somente insatisfeitos com a eleição, eles estão insatisfeitos com a crise institucional instalada e pedem socorro para as Forças Armadas”.**

[Fernão Lara Mesquita. 40min05s e 59m00] **“Nenhuma das punições aplicadas pelo Ministro Alexandre Moraes e outros do Supremo Tribunal, a quem quer que seja, empresas jornalísticas, pessoas censuradas, desmonetizadas, presas [...] nenhuma dessas punições tem base em lei nenhuma. É tudo violência pura. É o puro exercício da violência.** Não existe lei para fake news, não existe lei que proíba você de pensar e dizer o que você quiser. Não existe, nada disso existe. **Então, o sujeito que atua pela violência e fora da**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

lei, ele só pode ser detido ou coibido pelo exercício de uma força equivalente, pelo menos. Então é isso que eu insisto: não tem como continuar essa discussão em termos que não seja da aplicação de algum grau de força. O Congresso Nacional, que é o canal é a instituição titulada para coibir a extrapolação das funções do Supremo Tribunal, está começando a se articular. Tem um movimento do deputado van Hattem, que esteve aqui ontem, que para montar uma CPI conseguiu em 24 horas 180 e tantas assinaturas. Tem um outro movimento dentro do Senado (...) **Falta o quê? Você tem um lado nessa briga que está dentro da lei – que é esse, o Congresso, os manifestantes, estão fazendo tudo dentro da lei – e tem um outro que tá fora da lei, que é o Supremo Tribunal e para isso está previsto que, no momento em que uma força do estado é que começa a violar a lei, quem tem que desempatar essa parada são as Forças Armadas.** Então não se trata de transferir o poder para as Forças Armadas e cometer burrices que foram cometidas em 64, mas sim de que as Forças Armadas se declarem, claramente, de que lado elas estão a favor e de que lado elas estão contra. Porque se você somar o peso das Forças Armadas mais o peso do único poder eleito, que é o Congresso Nacional, a parada está ganha (...) O que eu enxergo como uma possibilidade boa é uma atuação indireta, quer dizer, você não tolerar a violação da lei, e proteger a pessoa que foi objeto dessa violação da lei, aportando essa força à entidade que está na legalidade, que é o Congresso Nacional (...) **Alguém precisa deter o violador da lei, e esse alguém só pode ser as Forças Armadas. Se a formulação é imprecisa, infelizmente nós não estamos em condições agora de discutir essa firula. Você precisa apagar o incêndio, antes que acabe de queimar tudo. Porque não falta muito. Mais um pouquinho e a democracia brasileira entrou pra história definitivamente**”.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Nessas falas, novamente se amalgamam narrativas minando a confiança das pessoas no sistema eleitoral, narrativas deslegitimando as instituições civis, e narrativas cobrando que elas sejam, então, alvo de ações armadas. É dito expressamente que “não adianta fazer oposição e concorrer de novo com essas urnas que estão aí, com esse sistema eleitoral que tá aí, com esse Tribunal Superior Eleitoral que tá aí”, que “não existe esse caminho, é um jogo de cartas marcadas: você nunca vai ganhar”. É também dito expressamente que, diante das supostas arbitrariedades do Poder Judiciário, o Poder Legislativo “está bastante sumido”, e a partir disso se conclama o Poder Executivo, pelo Presidente da República, a acionar as Forças Armadas para intervirem no país. O cenário de anomia é repisado de forma inflamada, afirmando-se que “a ordem jurídica está suspensa”. E nessa esteira, como autoridades instituídas são vistas como “fora da lei. (...) Está na hora do Brasil e das Forças Armadas especialmente – porque é para esta situação precisamente que existe a previsão legal das Forças Armadas – entrarem no jogo”. Por fim, é importante notar, nessas falas, um componente específico: os comentaristas, nesse dia, transpareceram saberem que a ideia de “aplicação do artigo 142” envolve um uso de *força*, e é vaga em sua aplicabilidade prática. Eles não desenvolvem, em sua defesa, como tal intervenção se daria, quem aplicaria o dispositivo constitucional em tela, por quanto tempo tal medida vigoraria, enfim, quais consequências daí adviriam. Mesmo assim, não abrem mão dela, e deixam claro que, a seu ver, “a formulação é imprecisa, infelizmente nós não estamos em condições agora de discutir essa firula”.

Essa tônica continua sendo veiculada pela **JOVEM PAN** poucos dias depois. Em 28/02/2022, o programa “Os Pingos nos Is” divulga uma carta assinada por “militares *da reserva*” na qual estes fariam de um suposto “risco de convulsão social no país”, na esteira de um “regime de exceção” que o Supremo Tribunal Federal estaria impondo. A carta, narra o âncora, também questiona a segurança das urnas e o resultado das eleições para Presidente da República.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

E embora não seja dado qualquer elemento concreto que permita comprovar isso, os comentaristas José Maria Trindade e Paulo Figueiredo não apenas afirmam que essa carta assinada por militares da reserva (não se sabe quais, não se sabe quantos) refletiria o entendimento também dos militares da ativa, sugerindo que as Forças Armadas em atividade compartilhariam da narrativa de “risco de convulsão” e de que o Supremo Tribunal Federal estaria impondo um “regime de exceção no país”. As falas que se seguem martelam uma vez mais a ideia de que a Suprema Corte teria “arrebentado a corda”, e, como o Senado estaria “se omitindo” (é dito com todas as letras, sem maiores explicações, que o Presidente da Casa Alta estaria, mais do que isso, atuando como “agente dessa facção”, e “trabalha explicitamente para obstaculizar qualquer tentativa de iniciativa do Senado”, de abrir processo de impeachment contra Ministros). Confira-se¹⁴³:

[José Maria Trindade. 7min00s] “Esta é uma carta, sim, de militares da reserva, mas, na verdade, **os militares da reserva acabam falando publicamente o que os militares da ativa não podem falar**. A constituição proíbe o militar de se filiar a partido político e ter posicionamento político. Geralmente, então, **o clube militar acaba levando à população mensagens que, na verdade, são mensagens apoiadas pelos militares da ativa**, mas que vem com assinatura dos militares da reserva. [...] Então, esta carta da reserva, e a possível carta da ativa pedindo posicionamento dos comandantes militares, ambas são importantes porque vão definir uma linha de ação.”

[Paulo Figueiredo. 11min20s] “**Muitas vezes os oficiais da reserva, por poderem se manifestar, externam os sentimentos que não podem ser descritos pelos oficiais da ativa e, portanto, eu apurei, sim, que esta carta, essa manifestação dos oficiais da reserva, será a pauta da reunião do Alto Comando do Exército que começa nesta terça-feira. [...] Serão pauta também dessa reunião essas**

143 Minutagem de 05min35s a 38min50s do vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=uxzvV8crxY4>, com 807 mil visualizações no Youtube.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

manifestações aí, já há mais de três semanas as pessoas ininterruptamente, diariamente nas portas dos quartéis, clamando por socorro. Essas pessoas estão sendo, sim, ouvidas. Às vezes dá a impressão de que não estão, mas estão. E eu apurei que estão. Os militares costumam ser meio surdos quando as disputas são disputas de políticos e tudo mais, mas clamor do povo é algo que eles costumam escutar. [...] Eu também apurei, em relação a esses clamores populares, [que] há articulações em grupos de militares para uma nova manifestação, e essa ser feita por oficiais da ativa. Da ativa! [...] **Parece que essas últimas ações do Supremo Tribunal Federal, elas entonaram o caldo. Xandão [ministro Alexandre de Moraes] arreventou a corda.** Isso aqui, obviamente, é a minha percepção e vamos ser ver se ela vai ser traduzida em alguma manifestação mais explícita. [...] O que eu posso te falar é que esse clima, que é um clima assim de certa divisão, ele também é percebido lá no Alto Comando.”

[Fernão Lara Mesquita. 22min50s] **“A coisa parece que está esquentando, né? Eu tenho batido sempre nessa tecla aqui, de que a receita, o remédio previsto na Constituição brasileira para a situação na qual o Brasil está – que é a de um poder do estado que se põe fora da lei e fora da Constituição, como é o caso do Supremo Tribunal Federal – a receita prevista, ela funciona em duas etapas de tratamento. A primeira deve ser por iniciativa do Senado, que é a instituição que tem a atribuição constitucional de cercear os abusos de poder, especificamente do Supremo Tribunal. E as Forças Armadas também estão lá nomeadas como o último recurso, mas eu entendo essa parte do remédio como uma ação complementar e emparelhada à do Senado. Porque quem tem a titularidade para realmente operar o tratamento é o Senado. Se o Senado não estiver numa situação de força suficiente para impor o seu poder de cerceamento ao Supremo Tribunal pelas razões que já estão postas aí – como é o caso no momento – então as Forças Armadas aportam a sua força coercitiva ao Senado para que ele imponha o seu remédio.** É assim que eu leio esse parágrafo da Constituição.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

(...) o que tá obstaculizando essa operação, hoje, não são só os ministros do Supremo mais envolvidos nessa manobra. É também o presidente do Senado, que é um agente dessa facção e que trabalha explicitamente para obstaculizar qualquer tentativa de iniciativa do Senado de operacionalização desse poder que a constituição atribui ao Senado. Ele trabalha ostensivamente para estrangular essa possibilidade, impedir ela de se tornar operacional. E a conspiração trabalha abertamente também para levar o Lira para esse mesmo lado.”

[Coronel Gerson Gomes. 30min10s] “Eu não poderia me furtar de conversar sobre um tema que me é caro e obviamente que eu tenho ciência dessa iniciativa dos oficiais da reserva porque, como oficial da reserva e frequentando as redes sociais, eu já tive conhecimento do teor desse documento. **Vários amigos assinaram esse documento e eu posso dizer que ele traz, principalmente, a indignação não somente dos oficiais da reserva, mas também do que a gente chama de ‘a grande família militar’** (...) **O nosso texto constitucional atribui às Forças Armadas, além da defesa da Pátria, que a sua missão precípua, também a garantia dos poderes constitucionais.** (...) ela atribui às Forças Armadas não um poder moderador, mas uma ação moderadora, porque se ela tem na sua atribuição constitucional o dever de garantir os poderes constitucionais, **a população, hoje, olha para as Forças Armadas e diz: ‘estamos em uma crise institucional, nós temos um poder que está superdimensionado ou que está hipertrofiado, que avançou sobre o Poder Executivo e sobre o Poder Legislativo e, mais do que isso, esse poder comete atos ilegais. E pior ainda, comete atos inconstitucionais.** Ou seja, nós estamos numa escalada, numa crise (...) **Chega um ponto em que a população só identifica uma força capaz de conter esses atos cada vez mais ilegais, déspotas, autoritários** (...) **Estamos num momento muito crítico, e os comandantes das Forças têm de administrar e gerenciar um momento muito complexo”.**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Chama atenção, aqui, como a emissora faz uma sinalização de apoio aos grupos radicalizados que, ainda então, estavam acampados na frente dos quartéis do país, pedindo que as Forças Armadas interviessem para alterar o resultado das eleições. Seja pelas falas de Paulo Figueiredo (que, neto do ex-Presidente militar João Baptista Figueiredo, se apresenta como tendo acesso a informações do Alto Comando do Exército), seja pelas falas do Coronel Gerson Gomes (militar da reserva¹⁴⁴), a JOVEM PAN disseminava entre seus ouvintes e espectadores a ideia de que as Forças Armadas os estariam apoiando, frisando que “o clamor do povo é algo que eles costumam escutar”. O fio condutor deste programa era nada sutil: as últimas ações do Supremo Tribunal Federal “entornaram o caldo”, o Senado e Câmara estariam “obstaculizando” os meios de controles ordinários, as pessoas na frente dos quartéis “estão sendo, sim, ouvidas”, e as Forças Armadas, nesse contexto todo, estariam se preparando para atuarem “como último recurso”.

Poucos dias depois, a **JOVEM PAN** veiculou conteúdos conclamando uma vez mais seus ouvintes e espectadores a não aceitarem o resultado das eleições, e apontando que a “saída” somente poderia passar pela intervenção das Forças Armadas. No programa “Os Pingos nos Is” de 01/12/2022, noticiava-se que o presidente recém-eleito teria a intenção de reabrir embaixadas que foram fechadas pelo então presidente. Noticiava-se, também, que Jair Bolsonaro havia participado de um evento militar em Brasília, e ficado em silêncio, sem fazer declarações públicas, além de postado, em suas redes sociais, uma foto na qual parecia estar assinando um documento. Diante disso, os comentaristas passaram a repisar que as eleições teriam sido viciadas, que o candidato eleito não teria legitimidade já que as urnas não seriam seguras, e defendido que o então Presidente, que estava em silêncio, deveria acionar o art. 142 da Constituição para as Forças Armadas intervirem.

144 <https://www.linkedin.com/in/gersonpgomes/en>



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Eis a transcrição das falas na ocasião¹⁴⁵:

[Cel. Gerson Gomes. 4min00s] “É uma estratégia, é estratégia já conhecida, ela custa alguma coisa – aliás, várias das políticas públicas que o PT agora retoma elas custam bastante caro. **E nós teremos que aguardar, primeiro, para ver – como eu tenho repetido – se de fato o presidente Lula irá subir a rampa no dia primeiro.** E, se isso realmente ocorrer, como serão as políticas públicas e a política externa.”

[Paulo Figueiredo. 24min15s] “Quase ninguém sabe dizer: qual é a motivação do silêncio [do então presidente Jair Bolsonaro no evento em discussão]. Muita gente ao entorno dele disse que imaginava que, no primeiro momento, o presidente não se manifestou ali de forma oportuna, de forma breve, mas muito eloquente, muito precisa, naquele pequeno discurso que fez após suposta a vitória do Lula (...) De lá para cá algumas coisas mudaram (...) **As vias institucionais se encerraram.** Então, ora, **o presidente, além do representante maior da coligação, o candidato da coligação, ele é o comandante em chefe das Forças Armadas, a mais alta autoridade segundo o artigo 142 da nossa Constituição, autoridade máxima é o presidente da República.** A mesma Forças Armadas que apresentaram relatório. **Eu acho que o Presidente tem uma coisa ou duas para falar a respeito desses temas. Isso significa que o Presidente tem que dizer se vai fazer alguma coisa, se vai invocar artigo 142, se não vai? Não é disso que eu estou falando. Essas coisas – eu já disse em outra oportunidade – essas coisas, elas não são ditas, elas não são avisadas, elas são feitas”.**

[Âncora. 32min10s] “Muitos se comenta nas redes sociais que o silêncio de Jair Bolsonaro se justificaria porque ele talvez ainda

145 Minutagem de 01min00s a 37min15s do vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=85W8Eb7VUuo>, com 671 mil visualizações no Youtube.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

aguarde um desdobramento em relação às eleições. Você aposta nisso, Coronel?”

[Cel. Gerson Gomes. 34min20s] “O que nós podemos observar é que tanto o Presidente quanto os manifestantes têm uma postura que de interrogação. Porque os manifestantes – e nós não podemos esquecer o que aconteceu lá na no Senado ontem – eles externam a expectativa de que tudo aquilo que foi levantado de irregular no processo eleitoral tenha uma reação. E a sua pergunta talvez remeta à questão de que existe um amparo constitucional para a apresentação de um embargo se forem reunidas provas de uso do poder econômico ou mesmo de fraude. Há material para isso? Entre os apoiadores do presidente Bolsonaro há muita gente que ainda acredita que sim. Que **o presidente Bolsonaro pode, inclusive, utilizar o artigo 142. Ontem eu apresentei inclusive uma forma de endereçar esse encaminhamento, mas aparentemente não houve nenhuma movimentação para a convocação do Conselho da República ou do Conselho de Defesa, que foi uma sugestão que eu apresentei aqui, que seria uma maneira de colocar numa mesma sala o poder político junto com os comandantes militares e, na expectativa de se chegar uma ruptura institucional ao ponto de ser utilizado o artigo 142, os atores políticos chegarem em algum tipo de concerto, algum tipo de solução.**”

[Fernão Lara Mesquita. 39m00s] “O que o Bolsonaro poderia falar, diante do quadro que está aí. Eu só vejo duas hipóteses: a primeira é que houve fraude, que eu tenho as provas e, portanto, os militares vão tomar o poder ou fazer uma nova eleição, algo nessa linha. Essa hipótese já passou, pelo jeito. A dois é, diante da impossibilidade da hipótese um, é dizer ‘cabe a nós, patriotas, empurrar o Senado, na direção das suas obrigações, porque essa é a única janela que resta. E para uma declaração nessa linha, está me parecendo que está faltando grandeza, o que é terrível (...) **a única janela de saída aberta para o Brasil, fora do quadro da violência aberta, da conflagração, é o Senado assumir sua responsabilidade. E todo o peso das Forças**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Armadas e das forças civis, e dos manifestantes, deveria estar concentrada em remover os quintas-colunas que estão travando a ação do Senado, e forçar o Senado a assumir a sua responsabilidade”.

[Paulo Figueiredo. 1h08min] “Eu acho que o meu sentimento e de boa parte da população não é de aceitação da eleição do Lula, não. Se amanhã o presidente Bolsonaro aparecer e disser: ‘olha, Lula ganhou, aceitem, vamos fazer oposição’ e tudo mais, eu [digo] ‘olha, presidente Bolsonaro, agradeço o serviço prestado à nação’, mas eu vou continuar exigindo que nos resgatem dessa ditadura que nós nos encontramos. **Porque é uma questão de legitimidade. Que o Lula foi eleito é indiscutível. Agora, se ele foi eleito de forma legítima ou não, eu não sei. Não é que eu não sei. Eu não sei, as Forças Armadas não sabem, a Coligação pelo Bem do Brasil não sabe, o movimento lá pelo voto não sabe, o povo que está um mês na frente dos quartéis nas ruas não sabe. Então, é questão de legitimidade. [...] Não vejo legitimidade, eu lamento, não consigo ver. Se você não tem segurança (e não sou eu que digo, são as Forças Armadas), se não há segurança, não há legitimidade (...). Eu não sei onde é que está a solução para o que a gente vive. Está muito claro pra mim onde é que não está: certamente não está no Judiciário. Também - eu acho que as notícias dos últimos dias deixaram claro - que não está no Congresso. Nesse Congresso de Lira e Pacheco. Também não me parece que esteja no Conselho da República. (...) Por outro lado, até agora eu não vi uma saída para o Brasil que não passe pelo artigo 142.** Eu não vejo uma saída para o Brasil que não passe pela figura do presidente da República e por isso a minha exortação pela sua liderança, porque não há outra no momento também. (...) **nós somos os imbrocháveis. Nós somos o exércitos de imbrocháveis. Não desistam! Não desistam! Essas pessoas que estão nas ruas há trinta dias são o exército de imbrocháveis do Brasil. Não, não vamos aceitar não!”.**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Chama atenção, aqui, que um dos comentaristas, embora em tese conversando com outros integrantes da bancada, fez falas inequivocamente voltadas a seus ouvintes e espectadores, bradando para que estes “não desistam!”. É também significativo que outro comentarista tenha ventilado a ideia – já disseminada menos enfaticamente ao longo dos meses anteriores – de que “a única janela de saída aberta para o Brasil, fora do quadro da violência aberta, da conflagração, é o Senado assumir sua responsabilidade”, sugerindo que, se a Casa Alta do Congresso não promovesse o *impeachment* de Ministros do Supremo, a consequência seria a irrupção de violência nas ruas. Pior: o mesmo comentarista chega mesmo a dizer que o Senado deveria ser “forçado a assumir a sua responsabilidade”, não apenas pelos manifestantes e pelas “forças civis”, mas também pelo “peso das Forças Armadas”. Nesse contexto, a fala do terceiro comentarista, de que “nós teremos que aguardar, primeiro, para ver – como eu tenho repetido – se de fato o presidente Lula irá subir a rampa no dia primeiro”, comunicava ao público nada menos que a possibilidade de a transição na Presidência da República ser obstada por uma ação militar.

Esse tipo de conteúdo grave, é importante consignar, também estava presente de forma muito clara em outros programas daquele período. No programa “3 em 1” de 07/12/2022, a pauta era a decisão do Ministro Alexandre de Moraes determinando o afastamento do Prefeito de Tapurah/MT, após este fomentar as manifestações contra o resultado das eleições presidenciais, e sobretudo “tomar o Congresso, o STF”¹⁴⁶. E na oportunidade, os comentaristas seguiram defendendo a necessidade intervenção das Forças Armadas, naturalizando-a como uma medida óbvia para “reequilibrar os Poderes”.

146 A decisão, embora tenha sido tratada por vários comentaristas da JOVEM PAN como ato unilateral e arbitrário do Ministro, foi proferida a pedido da Procuradoria-Geral de Justiça do Mato Grosso, em petição apresentada no bojo da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº nº 519-DF: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=498721&ori=1#:~:text=O%20ministro%20Alexandre%20de%20Moraes,de%20subverter%20a%20ordem%20democrática>”.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Segue a transcrição pertinente¹⁴⁷:

[Âncora, Paulo Mathias. 43min00s] **“Quem é que vai fazer o controle ou a fiscalização da atuação do ministro Alexandre de Moraes?** Ao meu ver, isso não é um debate de direita versus esquerda. Isso é um debate civilizatório, do que nós queremos. **Nós queremos uma sociedade que seja livre ou nós queremos uma sociedade que seja ditatorial?** E eu vejo a necessidade, por parte da direita, inclusive, nós que estamos aqui, de trazermos a sociedade para um debate e não isolarmos a direita nessa discussão dizendo que ‘olha somente a direita é que vai pregar a liberdade, todos os outros não pregam la liberdade’. **Nós precisamos convencer a sociedade que esse é o debate do século.”**

[Marco Antônio Costa. 44min22s] **“(…) a estrutura das Forças Armadas existem [sic] para restabelecer ordem e legalidade. Que nem a polícia existe para reprimir o criminoso, o bandido, o vagabundo, você tem as Forças Armadas para restabelecer o equilíbrio entre Poderes desequilibrados. É para isso que você tem esse poder coercitivo das Forças Armadas: para você pinçar um, dois, três, cinco fulanos que causam problemas estruturais à nossa República, e falar ‘agora vocês vão ficar quietos, vocês vão ficar aqui no cantinho, vocês abusaram demais do poder que eles foi conferido e confiado dentro do nosso ambiente institucional, então chegou a hora de vocês ficarem quietos, acabou para vocês. Vocês erraram. Vocês vão ser devidamente julgados por isso’.”**

[Âncora, Paulo Mathias. 48min00s] **“Como é que se defende liberdade com Forças Armadas? Me expliquem.”**

147 Minutagem de 43min00s a 49min20s do vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=1xm-ebjKJJc>, com 116 mil visualizações no Youtube.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

[Rodrigo Constantino. 48Min15s] “**Quando houve rompimento total das instituições, quando não há mais harmonia e independência dos poderes e existe uma ditadura implantada por uma elite unguida do Supremo** e que destitui político eleito, que cala parlamentar, que censura pessoas nas redes sociais, que manda polícia atrás de empresário que não cometeu crime nenhum. Isso é um abuso flagrante. **Alguma coisa tem que ser feita. O Senado é omissso porque tem um cúmplice que senta na cadeira, e existe prerrogativas constitucionais para a ação das Forças Armadas nesse cenário. Agora, achar que a liberdade é incompatível com a atuação rigorosa das Forças Armadas é desconhecer um pouco a história. Como eu disse, as liberdades nunca foram conquistadas por licença de unguídos. Elas são defendidas no mundo por homens fardados.**”

[Marco Antônio Costa. 53m03] “**A gente fala sobre a importância do ativismo judicial**, e de como isso é prejudicial para nossa República. E quando vem um problema sério, **o diagnóstico que eu faço é: isso é um câncer. Dá para debater com câncer? Dá para dar uma aspirina para o câncer? Câncer você tem que arrancar, extirpar. O câncer está tomando a pessoa lá, você tem que resolver o problema (...)** Desde quando você debate com um **autocrata, com um autoritário?**”

Não se deve deixar de sublinhar a analogia feita pelo comentarista Marco Antônio Costa, nessa passagem, sugerindo que os Ministros do Supremo, por ele entendidos como ativistas, seriam um “câncer” e que, como não seria possível “debater com câncer”, já que “câncer você tem que arrancar, extirpar”, o mesmo tipo de providência deveria ser adotada “com um autoritário”. Ainda que se trate de uma metáfora, é evidente que essa fala podia ser entendida como senha para destituição forçada de uma autoridade judiciária, quando não para ações violentas contra ela.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Naquele mesmo dia 07/12/2022, a **JOVEM PAN** veiculou, no programa “Os Pingos nos Is”, algumas das falas mais graves que já tinham sido feitas pela emissora até então. A pauta era, ainda, o afastamento do Prefeito de Tapurah/MT, que a emissora entendeu adequado entrevistar, convidado, dando espaço para que ele conclamasse novamente a população a ir às ruas e pedir por intervenção das Forças Armadas. Não bastasse tudo isso, sucedeu uma aparente divergência entre os comentaristas Fernão Lara Mesquita e Paulo Figueiredo, a respeito do tipo de intervenção das Forças Armadas que cada um considerava cabível para o país. Embora um defendesse uma “intervenção limitada”, e o outro claramente defendesse uma intervenção ampla, ao ponto de dizer que “não tem a menor dúvida” de que o regime militar de vinte e um anos que o Brasil viveu a partir de 1964 “é muito melhor do que está acontecendo agora”, ambos concordavam e defendiam que a intervenção das Forças Armadas no país era uma medida inquestionavelmente necessária, por supostamente ser “absolutamente intolerável o estado das coisas no Brasil”.

Recomenda-se que transcrições sejam lidas com a atenção devida, considerando a enorme gravidade de falas assim serem divulgadas na esfera pública por uma detentora de outorgas de serviço público de comunicação social¹⁴⁸:

[Fernão Lara Mesquita. 30min30s] “**Destituir um prefeito**, por ordem de um ministro que não tem nenhum voto, não foi eleito por ninguém, **isso é mais um passo do golpe que está acontecendo no Brasil a conta-gotas. Isso é um golpe. Esse Ministro é um fora da lei**. Ele não tem esse poder, ele não tem esse direito, não existe nenhum documento legal brasileiro escrito e aprovado pelos representantes eleitos do povo brasileiro dos quais emana todo o poder, principalmente o do prefeito, que foi diretamente eleito – que

148 Minutagem de 29min30s a 1h16min00s do vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=HSbDg04j5tU>, com 718 mil visualizações no Youtube.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

supera todas as falsificações que afetam os legislativos nas eleições –, é mais um passo do golpe que está acontecendo no Brasil. **E eu acho que as Forças Armadas, por exemplo, deveriam peitar uma ordem ilegal como essa do ministro, impedindo uma ação como essa. Impedindo uma prisão ilegal, impedindo uma destituição ilegal**, que seria uma ação restrita, mas com grande poder de reverberação. **Porque esse ministro só continua fazendo isso porque ninguém faz nada. Porque na primeira vez que ele for peitado por alguma instituição titulada para fazer isso, como é o caso das Forças Armadas nesse caso para repor a lei a ordem – porque o prefeito está sendo destituído fora da lei e fora da ordem – eu queria ver como é que ele [Ministro Alexandre de Moraes] reagiria.** Porque não tem para quem apelar para se contrapor a uma ação limitada como essa. **Então fica minha sugestão.** Não dá mais para tolerar esse tipo de coisa de vindo de um cara que nunca passou perto de Tapurah e revogar toda a votação da população de uma cidade inteira porque ele quer. Isso não existe só em países incivilizados e governados por trogloditas.

[Fernão Lara Mesquita. 1h09min30s] **“Está na hora de alguém desafiar alguma dessas ordens ilegais, né. E eu acho que a oportunidade mais conveniente, porque proporciona uma intervenção limitada é uma dessas prisões. Que se envie um destacamento para proteger o cidadão visado por uma ordem de prisão legal e inconstitucional, em nome da manutenção da lei e da ordem. Os Alexandre de Moraes e companhia, esses fora-da-lei que estão mandando no Brasil, são tigres de papel. Eles só podem continuar agindo porque ninguém está reagindo.** Mas assim que alguém reagir, que uma força oponente se colocar na proteção de uma das vítimas ilegalmente alvejadas por eles, você vai criar uma situação de fato. **E eu queria ver a quem o Alexandre de Moraes recorreria para fazer prevalecer a ordem ilegal dele sobre o ato de proteção de uma vítima da ilegalidade dele.**”



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

[Paulo Figueiredo. 1h10min20s] “**Bom, o Alexandre recorreria aos capangas dele. E eu me refiro assim aos policiais que hoje obedecem às ordens ilegais do Alexandre de Moraes. Já falei isso: policial é policial quando age sobre a égide da Lei. Quando cumpre uma ordem ilegal, é capanga.** Grupo armado que cumpre ordem fora da lei é grupo de capanga. Tem um monte de capanga disposto a cumprir ordem do Alexandre. [...] **Qual é a linha que não pode ser cruzada?** Essa é uma pergunta que tem que ser feita. **Quem vai agir? Quando vai agir? Como vai agir? (...) É o artigo 142 da Constituição, está tudo lá, para quem quiser ler. O que o Alexandre de Moraes precisa fazer para que alguém faça alguma coisa?**”

[Fernão Lara Mesquita. 1h15m45s] “**Eu fiz minha sugestão**, Paulo. Eu não quero interferir com seus sonhos, mas eu acho (...) que **uma intervenção limitada**, e que provoca um impasse, que é o que me interessa. Qual é o impasse: **o Ministro Alexandre de Moraes não tem argumento legal para contraditar uma atitude como essa**”.

[Paulo Figueiredo. 1h16min34s] “**Ele vai mandar prender. Quem for contra ele vai mandar prender**”.

[Fernão Lara Mesquita. 1h16m35s] “Não vai, pera aí. **Ele manda prender quem está desarmado em casa. Aí ele é muito macho. Agora eu quero ver ele mandar prender se tiver um destacamento cercado aquele cidadão e dizendo ‘olha aqui, este cidadão está dentro da lei e não vai prendê-lo coisa nenhuma’.**”

[Paulo Figueiredo. 1h16min50s] “Sempre tem um capanga! Sempre vai ter um capanga!”

[Fernão Lara Mesquita. 1h16m54s] “Que capanga o quê! **Ele vai peitar as Forças Armadas? Não tem capanga que vai peitar as Forças Armadas.**”



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

[Paulo Figueiredo. 1h17min00s] “**Ah, mas aí você caiu de novo nas Forças Armadas...**”

[Fernão Lara Mesquita. 1h17m03s] “**Claro, mas é isso o que estou sugerindo aqui desde o começo! Mas não do jeito como você sonha, só uma intervençãozinha limitada**, eu estou fazendo uma sugestão só. **A minha linha, uma boa linha, é essa. A sua eu sei qual é, mas, porra, eu não concordo, porque essa daí dá uma doença pior do que o remédio. Eu já vi isso acontecer**”.

[Paulo Figueiredo. 1h17min36s] “**E era pior? E era pior do que isso daí? Você já viu acontecer na sua vida alguma coisa pior do que isso daí?**”

[Fernão Lara Mesquita. 1h17m40s] “**Era pior, levou 21 anos**”.

[Paulo Figueiredo. 1h17min41s] “Ah, então essa é a nossa divisão. É a nossa divisão clara. **Eu acho que o que aconteceu no Brasil em 21 anos é muito melhor do que está acontecendo agora! Eu não tenho a menor dúvida disso! (...)** Não é o ideal (...). **Mas as instituições funcionavam bem melhor. E eu acho que o recall da população é o mesmo. Quando eu encontro as pessoas nas ruas, as pessoas de bem de um modo geral, elas falam assim: ‘era bem melhor do que o que a gente está vivendo agora’. Fernão, é absolutamente intolerável o estado das coisas no Brasil. Nós tivemos durante 21 anos do Brasil homens virtuosos**”.

[Fernão Lara Mesquita. 1h17m45s e 1h29m39s] “**Eu concordo. E acho que quem está nos impondo isso é um bunda-mole, um cara que faz isso porque deixam. E qualquer um que peitar ele, ele encolhe (...)** **E por falar em traseiros flácidos, também no campo militar está assim ó, tá cheio de traseiros flácidos (...)**. Eu acho que tem caminhos muito mais curtos e mais eficazes para resolver essa parada. E acho que nós temos que tentar todos, antes de tentarmos o



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

de 21 anos (...) **A minha sugestão foi essa:** para repor a lei a ordem, as Forças Armadas, ao invés de invadirem o Palácio pelos próximos 21 anos, tomem uma atitude de proteção de um cidadão, e confrontem esse fora da lei que está baixando ordens irresponsáveis, deletérias e conflagrando esse país inteiro, porque está pirado com o poder, e está pirado com o poder porque ninguém contesta. **E eu garanto que, se esse cara for contestado em uma de suas ações, e que ele seja obrigado a discutir essa questão, você desnuda o tigrinho de papel que ele é. E se ele insistir, você dá o passo subsequente (...): pega o cara e mete na jaula.** É isso que se faz com gente que tem esse tipo de piração, e não pode e impor a uma população inteira”.

[Paulo Figueiredo. 1h39m01s] **“Acho que o que todos nós aqui estão pedindo, de uma forma ou de outra, é a restituição dos Poderes e da lei e da ordem. Eu não acho que isso seja um sonho, acho que isso é a lei. Sonho talvez seja ficar esperando que um Congresso de Arthur Lira e Rodrigo Pacheco, a essa altura do campeonato, nus na cama com Lula, vão resolver o problema. Sonho é achar que as outras instâncias do Judiciário vão resolver o problema. Sonho é achar que vai faltar capanga para cumprir ordem de ditador, porque nunca faltou capanga para cumprir ordem de ditador.** E num certo sentido, e eu devo confessar, porque é um sonho familiar (...), de um país sendo governado por seu próprio povo, sob uma Constituição, e em que as liberdades individuais sejam respeitadas. **E eu tenho que dizer aqui que nos 21 anos de governo militar nunca houve um Alexandre de Moraes. Nós tivemos homens virtuosos e patriotas no poder.** Sem dúvida longe da forma de governo que eu idealizo. Mas **comparar com o que nós tivemos em 21 anos e chamar de ‘Alexandre de Moraes 2’ é viajar na maionese, é uma falta de proporções de dar inveja.** Acho que talvez por isso muitos dos militares de hoje evitem agir (...). **É uma tarefa ingrata, mas eu tenho que dizer para vocês: é parte do juramento que vocês fizeram, é a missão. Defesa da pátria, garantia da lei e da ordem e dos poderes constitucionais** (...). Ah, **‘vai aparecer alguém e colocar o Xandão na jaula’.** **Eu acho**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

ótimo, mas quem vai dar a ordem, de que vem a iniciativa? Quem vai julgar depois? O problema é só o Xandão, ou tem toda uma estrutura por trás dele? (...) **O que eu quero é mais do que concreto: reestabelecimento da lei e da ordem** (...) Não é sonho isso”.

Nessas falas, nota-se a sobreposição de diversos tipos de conteúdos abusivos que a JOVEM PAN já vinha veiculando ao longo de todo o ano de 2022. Identificam-se as ideias de que um Ministro da Suprema Corte seria “um fora da lei”, de que “um golpe a conta-gotas está em curso”, de que “sonho é ficar esperando que um Congresso de Arthur Lira e Rodrigo Pacheco, a essa altura do campeonato, nus na cama com Lula, vão resolver o problema”, ou mesmo “achar que as outras instâncias do Judiciário vão resolver o problema”. Também se notam as ideias de que seria impositivo *desobedecer* ordens judiciais, e de que policiais que as cumprem seriam “capangas”. Incitaram-se, uma vez mais, as Forças Armadas a intervirem “para repor a lei a ordem”, e se sugere que, se isso ainda não aconteceu, seria porque “também no campo militar está assim ó, cheio de traseiros flácidos”, evocando que atuarem seria “parte do juramento que fizeram”, “é a missão”. Não fosse suficiente, defende-se abertamente que, caso desobedecida uma ordem judicial sua, o Ministro Alexandre de Moraes (novamente chamado de “tigre de papel”) insistisse em seu cumprimento, “você dá o passo subsequente, que é óbvio (...): pega o cara e mete na jaula”. Mais grave de tudo, fez-se expressa apologia, para uma audiência de milhões de pessoas, a um regime que restringiu liberdades civis, torturou pessoas, cerceou a imprensa, impôs censura prévia e jogou o país em décadas de violações de direitos humanos¹⁴⁹ – em clara sinalização para grupos radicais que estavam, naqueles dias, demandado a ruptura do regime democrático em vigor.

149 Um conjunto de apurações sobre essas e outras graves violações de direitos humanos praticadas pelo regime militar defendido na ocasião, por meio de outorgas de serviço público de rádio, pela JOVEM PAN, pode ser visto em <https://justicadetransicao.mpf.mp.br/>



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Esses conteúdos incitatórios são repetidos poucos dias depois. Em 15/12/2022, nos estertores do mandado do Presidente Jair Bolsonaro, o programa “Os Pingos nos Is” noticiava a deflagração da maior operação até então realizada em face de envolvidos em parte dos atos de contornos golpistas que vinham ocorrendo desde as eleições. Naquela data, eram cumpridos 04 mandados de prisão e 103 mandados de busca e apreensão, em oito estados da Federação¹⁵⁰. Ao analisá-la, os comentaristas passam a tratar a operação como medida claramente arbitrária, mesmo sem apontar concretamente por que elas seriam “políticas”. Mais do que isso, Paulo Figueiredo passou a narrar, sem indicar qualquer fonte ou evidência disso, que os mandados expedidos pelo Ministro Alexandre de Moraes seriam entregues “direto na mão do delegado”, “nada de mandado no sistema”, “dizendo que a operação pode ser feita por policiais descaracterizados”, e sustentar que “você corre o risco de nem saber se você está sendo preso e pelo que você está sendo preso; essa é a situação do Brasil: censura, intimidação etc”, e . A partir disso, retomando a ideia, ventilada ao longo dos meses, de que o Ministro seria não apenas arbitrário, mas criminoso (pois estaria praticando o crime de abuso de autoridade), os comentaristas passam a cobrar uma vez mais a intervenção das Forças Armadas no país.

Veja-se a transcrição pertinente¹⁵¹:

[José Maria Trindade. 4min10s] “É uma indicação e até uma ameaça do que vai acontecer no dia seguinte. Eu nunca vi nada parecido por aqui. Antes os tribunais superiores agiam politicamente. A gente sabe, sempre soube. São indicados politicamente e agiam politicamente. **O que está acontecendo agora, que assusta, é que está muito**

150 <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2022/12/15/pf-faz-operacao-contr-a-envolvidos-em-bloqueios-de-rodovias.htm>

151 Minutagem de 02min00s a 34min20s do vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=taaXZuONaVU>, com 507 mil visualizações no Youtube.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

explícito. Está muito absurdo. As decisões, as ações dos tribunais, estão abertas demais como decisões políticas.

[Paulo Figueiredo. 11m06s] **“Sabe como são feitos os mandados hoje em dia? Os mandados de prisão etc., eles são entregues direto na mão do delegado do Xandão. Eu sei que Polícia Federal era para ser um órgão do Executivo. Mas não é mais. Hoje existe um braço da Polícia Federal respondendo direto pro Xandão. Nada disso de mandado no sistema, aquela coisa de você poder saber pelo que você está sendo preso, nada disso. É mandado direto na mão do delegado, dizendo que a operação pode ser feita por policiais descaracterizados (...). E é isso por todo o Brasil, então você corre o risco de nem saber se você está sendo preso e pelo que você está sendo preso. Essa é a situação do Brasil: censura, intimidação etc.”**

[Fernão Lara Mesquita. 14min40s] **“A responsabilização por qualquer crime tem que ser individual, começa por aí. Tem que se referir a um crime previamente capitulado na lei e só pode ser feita uma prisão depois o devido processo legal. Fora daí, o criminoso é quem prende, não é quem vai preso. É simples assim. Esses caras são foras da lei e estão nos impondo coisas na base da violência sem ter nenhum respaldo em qualquer das ferramentas da civilização. E esse tipo de jornalista que eu vi hoje em algumas televisões concorrentes, que fica ainda procurando nos discursos passados de alguns dos presos alguma coisa que justifique a prisão de hoje, esse tipo de pessoa que se alia ao Leviatã – que esmaga um cidadãozinho desse tamanho e vai lá chutar a cara desse cidadão que tá esmagado no chão – não precisa mais nada para mostrar de que tipo de material ele é feito. Eu cuspo na cara dessa gente. Eu cuspo na cara. E repito: **quando a prisão é feita como tem sido feita no Brasil, o criminoso é quem prende e não quem é preso. Falta polícia, só. A polícia verdadeira, não esses bate-paus que estão a serviço desse golpe que o Brasil está sofrendo.**”**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

[Cel. Gerson Gomes. 18min00s] “[...] **isso que o senhor Alexandre de Moraes faz e vem fazendo é, na realidade, corrupção.** Nós estamos acostumados a falar de corrupção sempre pensando em dinheiro, mas a corrupção do sistema jurídico, a corrupção até mesmo do processo eleitoral, a corrupção de todo marco legal que ampara a vida e os direitos do cidadão, **essa talvez tenha que ser alvo de uma ação urgente de algum dos atores políticos para restabelecer o equilíbrio.** Porque o poder Legislativo e o Poder Executivo estão sendo **estraçalhados por essa ação anticonstitucional do corrupto Alexandre de Moraes.**”

[Paulo Figueiredo. 27min15s] “**O crime descrito para quando uma autoridade age fora do seu poder é o crime de abuso de autoridade. Ele está acontecendo de forma flagrante todos os dias no país.** (...) Nós temos uma legislação muito clara limitando quais são os poderes do estado e nós temos uma polícia – digamos assim – muito descrita. **Uma cláusula na Constituição que determina quem seria a tal da polícia que o Fernão falou que tá faltando, e eu concordei. Em última instância, existe uma instituição descrita no texto constitucional, de forma explícita, para fazer o quê? A garantia dos poderes constitucionais. E o quê que significa esse negócio de garantia de poder constitucional? Que existe essa entidade, essa instituição, que tem o dever, a obrigação – não a possibilidade –, a própria razão da sua existência, a missão dessa instituição é impedir que os poderes não possam nem menos, nem mais do que está escrito na Constituição.** [...] Um juiz [que] conduz um processo de forma não isonômica. Mais: conduz um processo de forma não isonômica de forma a favorecer ou desfavorecer um candidato do grupo político que ele não gosta. Crime de abuso de autoridade! Alguém que viola o devido processo legal, um juiz que viola o foro adequado para o julgamento: crime de abuso de autoridade! **O desembargador Sebastião Coelho fala: ‘quem comete isso tem que ser preso em flagrante’. Por quem? Quem é autoridade policial no caso? Não sei, deixa eu ver: quem é, que diz a Constituição, que deve garantir os poderes constitucionais?**”



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Tá escrito, tá claro, tá evidente. O caminho está dentro das quatro linhas, está descrito. Vou falar pela milésima vez: **ninguém está falando em golpe militar, ninguém tá falando em Junta Militar, ninguém tá falando em golpe, ninguém tá falando em ruptura. Não, está falando em restabelecimento! Ruptura já aconteceu. Já que estamos falando de polícia, tem uma estrutura hierárquica. Quem é o comandante em chefe das Forças Armadas? Líder Supremo? Também está descrito, no mesmo artigo. É o presidente da República. Abaixo dele quem está? O comandante do Exército, o comandante da Marinha e o comandante da Aeronáutica. São os três, os três comandantes de Forças.** Acima deles, o comandante, o líder, **o comandante Supremo dessas Forças é o presidente. Então, o que ele manda, esses três tem que obedecer. Se não obedecem, estes estão violando a Constituição.** A gente chegou num momento onde todo mundo acha que pode violar a Constituição. **Tem togado que acha que pode violar a Constituição. Mas também tem fardado que acha que pode violar a Constituição. Não pode, nem por ação, nem por omissão. Vou repetir: nem por ação, nem por omissão (...)** **É cumprir a missão e o juramento que foi feito.** E está todo mundo de olho (...) **Vamos ver agora quem é homem e quem é menino. Quem batia no peito e dizia que fazia e acontecia, e chega na hora h, e amarela. Ou não: ou vamos ver os heróis**".

É bastante chamativo que a **JOVEM PAN**, naquele contexto de grave instabilidade que o país vivia, tenha veiculado falas tão explícitas cobrando do Presidente da República o acionamento das Forças Armadas, e indicando que elas atenderem a um eventual chamado seria não uma *possibilidade*, mas um *dever*. Indo além, chegou-se mesmo a dizer que “uma ruptura já aconteceu”, e, se em fala dirigida aos integrantes das Forças Armadas, a se afirmar que “togado não pode violar a Constituição, nem por ação, nem por omissão”, e que “agora é a hora de ver quem é homem e quem é menino”, separando “quem na hora h amarela” de quem “é herói”.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Essa virulência desses discursos incitatórios à intervenção das Forças Armadas chegou ao ápice, no entanto, em 22/12/2022. Naquele dia, repercutia-se uma reportagem do site Metrôpoles, que apontava que se o então Presidente da República Jair Bolsonaro expedisse um decreto acionando as Forças Armadas para permanecer no poder, em desrespeito ao resultado das eleições presidenciais de 2022, o Supremo Tribunal Federal o declararia inconstitucional, havendo decisões anteriores da Corte que sustentariam essa posição. Ao comentar a notícia, Paulo Figueiredo passou a sustentar que seria irrelevante eventual declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo, pois ele seria “o autor do crime”, repetindo-se a ideia de que estaríamos diante de “um tigre de papel”, já que “no dia que não cumprirem uma decisão, acabou”, sendo que “a frase lá, de que basta um cabo e um soldado, atribuída ao Eduardo Bolsonaro, ela tem um fundo de verdade¹⁵²”. Veja-se¹⁵³:

“Se o Presidente convocar as Forças Armadas e elas estiverem dispostas a agir, é claro que o STF vai, em quinze minutos, decretar, determinar que o Decreto do Presidente invocando o artigo 142 é inconstitucional, não é válido, etc etc. Mas o fato é que, **se as Forças Armadas estiverem dispostas a agir, o que o STF decide é absolutamente irrelevante. Porque o STF é o autor do crime.** Então, assim, **a posição deles é absolutamente irrelevante** “**um tigre de papel, não tem poder nenhum**”, Um dia, alguém vai explicar que **o Supremo Tribunal Federal é um tigre de papel**. Eles não tem poder nenhum. **Não tem absolutamente poder nenhum. A frase de que ‘basta um cabo e um soldado (...)’**, atribuída ao Eduardo Bolsonaro, **ela tem um fundo de verdade. O Supremo**

152 A fala mencionada foi feita por Eduardo Bolsonaro, em 2018, sugerindo que um cabo e um soldado bastariam para fechar o Supremo Tribunal Federal, pois o poder da corte, restrito “à caneta da mão de um Ministro”, não seria suficiente para fazer frente ao poder armado. A respeito ver <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/eduardo-bolsonaro-diz-que-basta-um-soldado-e-um-cabo-para-fechar-stf>

153 De 29min37s a 36min00s <https://www.youtube.com/watch?v=PCEk0OLEIQQE>, com 497 mil visualizações pelo Youtube.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Tribunal Federal só tem poder, enquanto quem tem o poder de fato, ou seja as Forças Armadas, porque tem armas, todas elas, lato sensu, cumprirem as decisões que eles fizerem. No dia em que o Xandão escrever lá no papel ‘prendam o Bolsonaro’ . E os agentes da polícia federal virarem e falarem ‘não’, ‘acho que não’, ‘acho que isso não tá valendo’, acabou. (...) **No dia que não cumprirem a decisão, acabou** (...) O plano (do STF) vai por água abaixo **no momento em que os militares decidirem que vão cumprir o que está escrito na Constituição** (...). Agora, para isso você precisa de duas coisas. Primeiro, **o comandante em chefe, está no art. 142, a autoridade suprema a quem as Forças Armadas se reportam, a autoridade suprema precisa se decidir.** E a autoridade suprema tem um problema, ela quer chegar na noitada já com a mulher garantida. Que tem que estar tudo certinho. **Como se guerra não fosse precariedade. Não tem um Presidente na história do Brasil que tenha tido mais apoio popular do que o Presidente Bolsonaro, tanto em quantidade quanto em intensidade, e mais apoio entre os militares.** Não existe. **Tem apoio de boas partes das Forças, tem apoio de boa parte das tropas, tem apoio de quem quiser. Se quisesse fazer valer a vontade, ia lá e fazia.** Isso é a primeira coisa, o comandante em chefe tem que decidir. Segunda, o comandante em chefe pode decidir e pode ter gente que pode decidir que não pode cumprir. (...) **Se o Presidente der a ordem e alguém não cumprir, aí essa pessoa vai ter que sofrer as consequências. O que vai fazer? Vai colocar força para lutar contra força? Vai ter motim, não vai ter motim? Isso aí você só descobre quando faz.** Aí hoje fica o Supremo Federal dizendo que se fizer vai impedir, o Presidente diz que não faz porque não tem apoio o suficiente, e os militares dizem que não vão fazer porque o Presidente não disse para fazer. **esse é o problema do Brasil, o Brasil é o país da inércia** (...). Você precisa de força para levantar todo dia do sofá para trabalhar, **você precisa de força para enfrentar as dificuldades da vida.** Uma das virtudes cardinais que falta no Brasil: a fortaleza. **E no final das contas fica todo mundo empurrando, para não fazer nada. E no final quem se ferra é o povo**”.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

A emissora, como se vê, sustentou fortemente que o Presidente da República deveria acionar as Forças Armadas a intervirem no país, argumentando, perante sua audiência, que ele teria apoio entre as tropas se decidisse fazê-lo, e que, embora houvesse risco, “a guerra é precariedade”.

Mas o que veio a seguir foi, de fato, ainda mais sério. Na sequência dessas falas, Paulo Figueiredo¹⁵⁴ discorreu longamente sobre como a intervenção das Forças Armadas sobre os Poderes constituídos não traria quaisquer consequências gravosas para o país, indicando que teria fontes dentro do Alto Comando, e que, se elas interviessem “para defender a pátria”, até poderia haver “reação de vagabundo” (referindo-se a grupos como o Movimento dos Sem Terra), mas que, nesse caso, caberia aos militares “mandar esses daqui para um lugar pior”, concluindo com um gravíssimo comando: “passa cerol, pô, vocês são treinados para isso!”. Veja-se¹⁵⁵:

“O que tem que fazer está muito claro. Eu já dei aqui o caminho. Se o Chefe do Executivo, conforme a Constituição, decretar, as Forças Armadas devem cumprir. E não vai ser um textinho de duas decisões, de dois borrabotas do Supremo Tribunal Federal, dois ativistas que decidiram, que eles são inimputáveis, que vai mudar isso. Não vai. Lamento, mas não vai. Se houvesse determinação do Chefe do Executivo para agir – e eu garanto: a tropa agiria. Tem meia dúzia lá no Alto Comando (e os nomes serão oportunamente citados, eu garanti aqui que eles vão entrar para a história, como heróis, ou como vilões, como frouxos. No tempo oportuno). Tem meia dúzia lá que não querem. ‘Ah, não sei bem, deixa disso, talvez o remédio seja pior que a doença’. Frouxidão

154 E nesse ponto foi secundado pelo comentarista Coronel Telhada, que estava na bancada do programa naquele dia (cf. minutagem 48m00 e seguintes e 1h02m00 e seguintes do vídeo disponível no link citado na nota de rodapé abaixo).

155 Minutagens de 43min34s a 48min03 e de 54min00s a 58min07s a 1h01min49s <https://www.youtube.com/watch?v=PCEk0OLEIQE&t=1709s>, com 497 mil visualizações pelo Youtube.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

para a inatividade! Mas também tem a responsabilidade do Presidente. Ele tem que agir, pô! Não tem que agir porque o Paulo quer. Porque o povo quer. **Tem que agir porque ele jurou cumprir essa porcaria dessa Constituição (...)** **Eu tenho que chamar as Forças Armadas. É claro que eu tenho que chamar as Forças Armadas.** Por quê? **Porque está escrito no texto constitucional. Não é uma opção.** Vou apelar pra quem? Se não for as Forças Armadas? O texto constitucional diz que há elas. Vou apelar ao Supremo Tribunal Federal? É uma loucura. (...) **Se não der certo, não deu certo. Mas vai entrar para a história como herói. Meu bisavô fez a Revolução de 1932. Perdeu. Perdeu! E daí? Faz parte. Se não der certo, não deu certo. Mas foi herói. Entrou para a história como herói.** General Euclides Figueiredo (...) O que estou propondo aqui é isso. Um protesto constitucionalista, sem revolução, sem junta militar, sem golpe, (...) O que eu não aceito é o que o Supremo Tribunal Federal é quem decide. (...) Eu quero que o Presidente Bolsonaro cumpra a Constituição. (...) Olha só, esse negócio de que isso aí [intervenção das Forças Armadas] é um devaneio, ‘isso nunca vai acontecer’, porcaria nenhuma! Essa é uma coisa em discussão o tempo inteiro, até agora. Estou falando isso porque essa matéria do Metrô só aconteceu porque, obviamente, eles têm ouvidos dentro do Palácio e sabem que esse assunto foi bastante discutido essa semana, e vem sendo discutido há bastante tempo. Então, essa coisa da velha imprensa de dizer que isso é um devaneio, ‘hahaha’... Esse é o primeiro ponto. Segundo ponto: **essa história de que ‘ah, se fizer vai ter derramamento de sangue, não vai ter derramamento nenhum. Eu sei muito bem quais são os Comandantes das Forças Armadas, um por um. Sei a posição de cada um deles (...)** O dia inteiro eu me informo a esse respeito (...) **eu até hoje não sei de quem vai ser o sangue derramado.** Porque eu sei muito bem que, **se o Presidente for, as pessoas que estão com ele vão fazer. E eu duvido que os frouxos, que não foram corajosos o suficiente para fazer, vão ser corajosos o suficiente para enfrentar. E é por isso que eu digo que o Presidente Bolsonaro conta com mais instrumentos nesse**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

momento do que qualquer outro Presidente já contou. Ele tem mais apoio popular e mais apoio dentro das Forças Armadas. Se não fizer – mesmo, claro, sob risco – também tem a sua parcela de responsabilidade (...). **Quem vai reagir?** To falando de força. Vai ter notinha do New York Times, vai ter a Globo rasgando os pentelhos à pinça, vai ter jornalista na redação do Globo fazendo harakiri, a Miriam Leitão vai ficar chorando no canto. (...) Me diz o nome de um grupo. **As minhas fontes militares falam que vão reagir o PCC, o Movimento dos Sem Terra, as FARC.** Eu falo ‘po, que reajam! **As Forças Armadas existem justamente para mandar esses...daqui para um lugar pior (...).** **Vocês (Forças Armadas) estão aí para quê? Não é para pintar meio fio e árvore, né. Se vocês vão defender a pátria, e vai haver reação de vagabundo, ué, passa o cerol, pô! Vocês são treinados pra isso. Vocês passam a vida dizendo que vão fazer isso. E eu duvido que haja reação de irmãos de pátria.** Reação que vai ter é essa que eu to dizendo. Tem gente que fala que vai ter reação internacional (...) **O mundo é refém do Brasil. O Brasil alimenta o mundo.** (...) **Retaliação?** Eu sempre falo isso: **não tem retaliação.** E outra. Não é para fazer e perpetuar alguém no poder. É para reestabelecer a Constituição. E quem vai legitimar o novo poder? O voto, po. De uma eleição em que a população confie (...) **Eu acho que o momento de fazer era agora. O momento de fazer era agora. Amanhã**”.

Essa passagem é chamativa por vários ângulos. Embora mencione que o Brasil teria o problema “da inércia”, há todo um discurso voltado a incitar as Forças Armadas a serem acionadas pelo Presidente da República (“Ele tem que agir, pô!”), e a aderirem a um tal acionamento. O comentarista Paulo Figueiredo, que se apresenta para uma audiência de milhões de ouvintes e espectadores se como tendo acesso a bastidores de militares, e garante que, se houvesse determinação de intervenção, “a tropa agiria”, embora, segundo ele, alguns teriam de se decidir se vão “entrar para a história como heróis, ou como vilões, como frouxos”.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

A não intervenção é exposta, no programa, como “frouxidão”, a qual, de qualquer forma, ele afirma que tenderia a ser diluída caso o Presidente acionasse os militares a agirem (“se o Presidente for, as pessoas que estão com ele vão fazer, e eu duvido que os frouxos, que não foram corajosos o suficiente para fazer, vão ser corajosos o suficiente para enfrentar”).

Não bastasse, os riscos relacionados a uma ação armada são minimizados em várias frentes. Há uma ideia de que “se não der certo, não deu certo, mas vai entrar para a história como herói”, e quando aventados perigos de conflito, de derramamento de sangue, a emissora veiculou falas que expressamente indicam que as Forças Armadas poderiam “passar o cerol” (ou seja, matar¹⁵⁶) caso alguns grupos – como o Movimento dos Sem Terra – reagissem. Os ouvintes e espectadores da emissora ora demandada ouvem que “as Forças Armadas existem justamente para mandar esses ... daqui para um lugar pior!”. Ao final dessa fala, não satisfeito, o comentarista da emissora sentencia: “eu acho que o momento de fazer era agora, *amanhã*”.

De todo o exposto, nota-se que a JOVEM PAN veiculou sistematicamente, ao longo do período analisado, conteúdos legitimando e incitando a rebeldia, a indisciplina e mesmo a intervenção das Forças Armadas sobre os Poderes constituídos. Em alguns momentos, isso era feito com verniz de regularidade e de discussão de uma tese jurídica (sobre a qual, repita-se, os comentaristas sequer tinham formação para debater), mas em vários outros isso cai e ganha explícita conotação de *convocação* de atores militares a agirem em face do Poder Judiciário e do Poder Legislativo brasileiros. Chega-se mesmo a defender o regime militar instaurado em 1964 como algo “muito melhor” do que o regime sob o qual os brasileiros vivem hoje, e a incitar que as Forças Armadas, intervindo, “passassem cerol” em grupos que tentassem resistir.

156 https://pt.wiktionary.org/wiki/passar_o_cerol



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

O que se vê, portanto, é que, ao veicular ao longo de meses e meses esses conteúdos gravíssimos, que em conjunto configuram infrações tipificadas no art. 53, alínea f), da Lei nº 4.117/1962¹⁵⁷, a **JOVEM PAN** comunicou – a seus ouvintes/espectadores em geral, e ao Chefe do Executivo e a integrantes das Forças Armadas em específico – ideias instigadoras que, se tivessem virado ato concreto, imporiam ao país uma ação militar, em desfavor do regime democrático, que colocaria fim à história da Nova República.

Mas já não fosse tudo isso absolutamente inadmissível, a emissora praticou ainda um quarto e último plano de abusos à sua liberdade de radiodifusão: a veiculação de conteúdos que incentivaram e legitimaram a subversão da ordem política e social e manifestações ilegais.

4.2.4) Quarto plano de abusos: veiculação de conteúdos incentivadores e legitimadores da subversão da ordem política e social e de manifestações ilegais:

Como visto, ao longo de todo o período analisado, os programas jornalísticos da **JOVEM PAN** foram veiculando, sistematicamente, *desinformação* sobre a lisura do processo eleitoral brasileiro, e também discursos insistentes de *deslegitimação* dos Poderes constituídos e de muitos de seus membros.

157 Art. 53: Constitui abuso, no exercício de liberdade da radiodifusão, o emprêgo dêsse meio de comunicação para a prática de crime ou contravenção previstos na legislação em vigor no País, inclusive: f) insuflar a rebeldia ou a indisciplina nas forças armadas ou nas organizações de segurança pública.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Falas reiteradas, ventiladas sem comprovação, mas com ares de verdade, apontavam que o país estaria vivendo um cenário absolutamente permeado por fraudes, por arbitrariedades, por ilegalidades e por inconstitucionalidades, praticadas sobretudo por autoridades do Supremo Tribunal Federal, e não controladas, como seria devido, pelo Congresso Nacional.

Esse cenário, como apontado, foi mobilizado como supedâneo de discursos instando a *desobediência* da legislação e de decisões judiciais, tanto pela população em geral, quanto por integrantes de forças policiais. No mais, foi mobilizado como supedâneo de discursos *incitando* a *rebeldia* e a *indisciplina* nas Forças Armadas, e, em dado momento, a sua efetiva *intervenção* sobre as instituições e os Poderes civis constituídos.

Paralelamente a isso, no entanto, **a JOVEM PAN também foi veiculando, de forma insistente, conteúdos que incentivaram seus ouvintes e espectadores a se engajarem diretamente em processos de subversão da ordem social e política, e que legitimaram parte deles que já estavam, em dado momento, inseridos em manifestações ilegais.**

De fato, em diversos dos conteúdos já acima transcritos, foi possível ver falas no sentido de que “isso não vai acabar bem”¹⁵⁸, que, se as instituições seguissem funcionando como estavam, haveria riscos de “conflagração”¹⁵⁹ e de “violência aberta”¹⁶⁰.

158 Essa a a fala de Guilherme Fiuza, na minutagem 01h46min04s do video <https://www.youtube.com/watch?v=G2HbM-aO91Q&t=13s>: “O Presidente da máxima Corte faz o que quer (...) Isso não vai acabar bem, senhoras e senhores”.

159 Por exemplo, a fala de Guilherme Fiuza, na minutagem 12m25s e ss do video em <https://www.youtube.com/watch?v=fUPs3dcb2mQ>: “a gente espera que, nesse momento, eles [STF] entendam que isso não vai bom pro país, e não vai ser positivo para eles também, porque em um cenário de conflagração todos perdem.”.

160 Nesse mesmo sentido, a fala de Fernão Lara Mesquita, na minutagem 39m00s e seguintes do video em <https://www.youtube.com/watch?v=85W8Eb7VUuo>: “a única janela de saída aberta para o Brasil, fora do quadro da violência aberta, da conflagração, é o Senado assumir sua responsabilidade. E todo o peso das Forças Armadas e



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

A **JOVEM PAN**, assim, colaborava para naturalizar a ideia de que, no cenário de completa anomia que sistematicamente apresentava à sua audiência, poderiam irromper atos de violência e de insurgência.

No dia 18/05/2022, por exemplo, durante o programa “3 em 1”, após comemorar que o canal da Jovem Pan no Youtube havia chegado a 5 milhões de seguidores, noticiava-se que o então Presidente da República Jair Bolsonaro havia formulado notícia-crime em face do Ministro do Supremo Alexandre Moraes. Na ocasião, o comentarista Rodrigo Constantino afirmou que haveria “um golpe em curso”, que “todo brasileiro sensato honesto já percebeu”, conclamou a população a se insurgirem contra o resultado da eleição presidencial, caso o candidato concorrente fosse eleito, ao fundamento de que tal resultado não seria fruto de fraudes, e sustentou que “essa turma pode até dobrar a posta, achando que vai ficar todo mundo observando”, mas concluindo: “vamos ver”:¹⁶¹

“Eu vou fechar falando mais uma vez o óbvio: **todo brasileiro sensato e honesto já percebeu que há um golpe em curso** . Esse golpe envolve, por exemplo, a parcialidade, o viés, a postura partidária de um Supremo Tribunal Federal (...) O golpe está em curso. As Forças Armadas se manifestam, dão sugestões, fazem críticas, apontam os pontos fracos e são recebidas com escárnio, com ironia do Presidente do TSE Fachin, com trocadilho infame e a insinuação de que está abaixo do Presidente. A instituição que goza de maior prestígio no Brasil, segundo as pesquisas. Então está tudo muito claro o que está acontecendo. **Essa turma pode tentar dobrar a aposta, achando que vai todo mundo ficar passivo, observando. Vamos ver**”.

das forças civis, e dos manifestantes, deveria estar concentrada em remover os quintas-colunas que estão travando a ação do Senado, e forçar o Senado a assumir a sua responsabilidade”

161 Minutagem de 57min 00s a 58min20s do vídeo <https://www.youtube.com/watch?v=SRTWlVqkJys>, com 70 mil visualizações pelo Youtube.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

No dia 27/06/2022, durante o programa “Morning Show”, o comentarista Paulo Figueiredo, também ressoou a ideia de que “nós devemos manter, até os limites das nossas capacidades, as nossas instituições funcionando”, mas indicou apoiando-se em uma leitura de um trecho de obra de Thomas Jefferson, que legitimaria a abolição de formas de governo quando o povo se vê diante de uma tirania, que o Brasil estaria vivendo uma situação como essa, e sugeriu que estariamos rumando para algo “insuportável”. Veja-se¹⁶²:

“Instituições se corrompem. E hoje, o que nós vivemos no Brasil é inquestionavelmente uma corrupção das instituições. Eu acho que, enquanto for suportável, nós devemos manter até os limites das nossas capacidades as nossas instituições funcionando (...). Agora, para que elas (as democracias liberais) continuem funcionando, nós precisamos que as nossas autoridades respeitem seus limites constitucionais. Caso contrário, se tornará insuportável”

Essa noção de que estariamos rumando para algo “insuportável” fazia parecer, à audiência dos programas da **JOVEM PAN**, que, se as instituições constituídas não entregassem os resultados que os comentaristas defendiam, seria de se esperar, da população, **reações extremas**.

Isso fica claro, por exemplo, no programa “3 em 1” de 08/08/2022, quando Rodrigo Constantino, mais uma vez ventilando uma suposta omissão do Presidente do Senado Rodrigo Pacheco em deflagrar processo de *impeachment* em desfavor do Ministro Alexandre de Moraes, e diante da notícia de andamento de uma notícia-crime apresentada perante a Procuradoria-Geral da República contra referido magistrado, sugeriu que, se as instituições não agissem como ele entendia devido, a alternativa que se descortinaria seria uma “guerra civil”.

162 Minutagem de 18min47s a 19min35s do vídeo <https://www.youtube.com/watch?v=ZcCOVhSXNPU&t=859s>.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Segue a transcrição pertinente¹⁶³:

“Olha, finalmente nós estamos começando a ver algum tipo de tentativa de conter o abuso de poder desse Ministro (...). Eu espero que as instituições encontrem mecanismos para conseguir reverter esse quadro. Porque a única alternativa que eu vejo, sendo muito sincero – e aqui é análise, não é torcida, porque ninguém torce por uma coisa dessas – é isso produzir um quadro de convulsão social no país. Se continuar assim, talvez eles consigam a guerra civil que eles estão provocando”.

Com o avançar do calendário eleitoral, aquilo que era uma sugestão mais sutil (de mera “análise”, para usar as palavras do comentarista Rodrigo Constantino na transcrição acima) passa a ganhar peso de **efetivo chamamento à revolta e à subversão**, em especial apoiada em falas no sentido de que as instituições não estão demonstrando que atenderão às cobranças que lhes estariam sendo dirigidas.

No já citado programa “Pingos nos Is” de 26/09/2022, por exemplo, discutiam-se supostos abusos praticados pelo Ministro Alexandre de Moraes. Nessa esteira, contudo, Guilherme Fiuza não se limitou a criticar decisões do magistrado (o que seria legítimo e parte de um debate democrático), mas foi além e, dizendo que, apesar dos vários “chamados”, “as instituições estão desmanchando”, com influência “de dinheiro, de poder”, razão pela qual estaria esperando “a reação da sociedade como um todo”, e que “**tem uma anestesia geral que precisa desaparecer**”.

163 Minutagem de 34m25 a 36m48 do vídeo <https://www.youtube.com/watch?v=ckCFm4PYXhQ&t=2201s>, com 179 mil visualizações no Youtube.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Na ocasião, ele afirmou textualmente o seguinte¹⁶⁴:

[Guilherme Fiuza. 31min09s a 35min03s] “Evidentemente que nós falamos aqui **várias vezes já, nós fizemos aqui esse chamado**, se posso dizer assim, **para as instituições, incluindo a Polícia Federal**. A Polícia Federal é uma instituição muito respeitada, ainda, no país. Ela tem uma ala, não sei se é uma parte, que estão sancionando esse tipo de ação, e que não ficará de pé (...). **As instituições estão se desmanchando. Com influência de que? De dinheiro, de poder**. Não tem ideologia nenhuma (...). É influência, é grana, é comunicação. É aliciamento dos meios, dos novos meios para censurar. Para fingir que o que o Alexandre de Moraes faz é uma coisa comum. Ai vem uma imprensa fajuta, com complacência dessas redes sociais que saem cortando língua. É esse o esquema. Isso é um esquema. Isso não é um momento ideológico, institucional. Isso é um esquema vergonhoso. E a gente não está falando isso porque a gente torce para um determinado partido não. **A gente está aqui chocado, perplexo. Há muito tempo esperando, a reação da sociedade como um todo, da Polícia Federal**, do Ministério Público. **Estão aparecendo com algumas reações aqui e ali. E isso tem que virar uma reação**. Não estamos falando que fulano tem que sofrer. A gente não pensa nisso. Você sanciona a covardia dessa maneira, daqui há pouco você vai ser a vítima, todos vocês que estão aí sancionando. (...). **tem uma anestesia geral que precisa desaparecer**”.

Logo após o segundo turno das eleições, como sabido, o Brasil viu eclodirem bloqueios de rodovia, por grupos em protesto contra o resultado das urnas.

164 Cf. íntegra do vídeo em <https://www.youtube.com/watch?v=7bRXC402lCk&t=1866s>, com 1 mi de visualizações pelo Youtube.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Nesse contexto, ainda em 31/10/2022, o programa “Pingos nos Is” comentava essas diversas paralisações das rodovias, e Paulo Figueiredo, na ocasião, fez falas no sentido de que o que teria levado a todo esse movimento seria “a forma autoritária como o Tribunal Superior Eleitoral conduziu esse processo”. Segundo o comentarista, “as pessoas estão vendo as arbitrariedades”, e “quando a população percebe que as suas instituições não a respeitam”, ela “se revolta”. Para ele, naquele momento, “quem tem poder para se revoltar são os caminhoneiros”, mas era de se esperar até um alastramento dos protestos, pois “nós não sabemos quantos setores da sociedade estão revoltados o suficiente para tomarem outras atitudes”. Veja-se a transcrição pertinente¹⁶⁵:

“A forma autoritária como o Superior Tribunal Eleitoral conduziu esse processo todo mundo está vendo. É como o Fernão diz: uma parte está vendo e se importa e outra parte está vendo e não se importa. (...) as pessoas estão vendo as arbitrariedades, estão vendo a censura (...) A população está vendo esse tipo de coisa. O TSE falhou miseravelmente em explicar a forma como os dados se comportaram durante a apuração de ontem. Eles não acham que devem satisfação à população. E olha, quando a população percebe que as suas instituições não a respeitam, o que essa população faz? Essa população se revolta. E agora quem tem o poder para se revoltar? São os caminhoneiros (...) Eu espero que não se alastrem, mas os protestos estão, sim, se alastrando. E nós não sabemos quantos setores da sociedade estão revoltados o suficiente para tomarem outras atitudes (...) Quem planta vento colhe tempestade. Plantaram muito vento, e agora estão colhendo tempestade”.

165 Cf. de 54min26s a 57min00 do vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=unOgwCrXXVA&t=2997>, com mais de 2 milhões de visualizações no Youtube.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Essa ideia de “**quem planta vento colhe tempestade**”, imputava a autoridades civis da República a culpa pelas ações *diretas* que pessoas contrárias ao resultado das urnas vinham praticando, ganhou ainda mais tração nas semanas seguintes. De fato, cada vez mais se disseminava a noção de que prejuízos causados ao tráfego viário, os acampamentos de grupos radicalizados na frente de quartéis Brasil afora, *entre outros*, eram resultado imediato de erros, de vícios e de arbitrariedades que teriam sido cometidos pelas instituições civis do país, notadamente por membros do Poder Judiciário e do Poder Legislativo.

Em 01/11/2022, por exemplo, no programa “Os Pingos nos Is”, noticiava-se a primeira declaração dada pelo então presidente da República, Jair Bolsonaro, após ter sido derrotado nas urnas. Naquela ocasião, havia manifestações bloqueando mais de duzentos trechos de as rodovias em todo o país, contra o resultado das eleições¹⁶⁶, e o então Presidente declarou, a respeito, que “os atuais movimentos populares são fruto de indignação e sentimento de injustiça de como se deu o processo eleitoral”. Na esteira dessa fala, os comentaristas do programa passaram a afirmar que a população viria sendo ignorada por muitas autoridades da República, as quais “ não dão a menor bola para manifestações do tipo mais quietas, mais pacíficas”, sendo “ talvez por isso até é que as pessoas tenham acabado recorrendo, desesperadas e revoltadas, a esses bloqueios: para mostrarem que, no final das contas, é o povo que manda”. Segue a transcrição pertinente¹⁶⁷:

[Paulo Figueiredo. 9min45s e 28m32] “Presidente Bolsonaro não tem a menor obrigação de reconhecer derrota, elogiar o trabalho do TSE, falar sobre o adversário... não tem que reconhecer um pleito que foi conduzido de forma tão injusta e pouco transparente, pelo menos na

166 Detalhes podem ser vistos: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/manifestacoes-contr-a-vitoria-de-lula-em-rodovias-seguem-ativas/>

167 Minutagem de 02min50s a 24min45s do vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=INQDodeRYGs>, com 1,2 milhão de visualizações no Youtube.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

visão dele e daqueles que o apoiam. (...) **Também poderia falar sobre a falta de transparência do processo: não foi bem explicado a forma como aconteceu a apuração; muitas pessoas ficaram com dúvidas na forma como os números foram contabilizados no primeiro e no segundo turno. Antes disso, não acolher as sugestões das Forças Armadas, convidar depois desconvidar. (...) O caos que o Brasil [vive] hoje, é caos causado por essas pessoas que conduziram o processo eleitoral dessa forma e no final das contas ainda escarraram na cara do povo com decisões sem pé nem cabeça (...)** Eu sei que amanhã é feriado no Brasil, e eu sei que muita gente quer aproveitar o feriado para se manifestar de alguma forma. O que me parece é que **as pessoas estão um pouco cansadas das formas de manifestação que nós tivemos no 07 de setembro e em outras oportunidades, porque ficaram com a impressão de que o Supremo Tribunal Federal, que é o principal alvo, o principal foco das manifestações, eles não dão a menor bola para manifestações do tipo mais quietas, mais pacíficas. Talvez por isso até é que as pessoas tenham acabado recorrendo, desesperadas e revoltadas, a esses bloqueios: para mostrarem que, no final das contas, é o povo que manda**”.

[Fernão Lara Mesquita. 20min40s] **“A continuação da política é a guerra. Se uma falha, é a outra que se instala. E se os equipamentos fundamentais da democracia deixam de funcionar, ou passam a ter um uso pervertido, o que se instala é o caos. E nós andamos muito perto disso, né. O Supremo Tribunal Federal e a imprensa estão entre as duas principais válvulas essenciais de escape da pressão social, da panela da sociedade. Se essas válvulas entopem (ou pior: passam a funcionar como válvulas de injeção de pressão adicional para dentro do sistema), você caminha na direção da suspensão da política e da reinstalação da guerra. Foi isso que nós vimos se iniciar por aí (...). O que o Supremo Tribunal Federal tem a ver com greve de caminhoneiro? Esse sujeito, esse Alexandre Moraes, ele saiu da delegacia de polícia mas a delegacia de polícia não saiu dele. Ele continua achando**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

que ele é um chefe de polícia, que é ele que manda da porrada, ele é que manda dar multa de não sei quantos milhões. Tudo não tem nada a ver com a lei, com a ordem, com nada, com a constituição. É tudo em violação flagrante de tudo que ele deveria estar zelando por, como um ministro Supremo Tribunal Federal. Então cada vez que ele se mete, cada vez que ele se me imiscui sem ter mandado de ninguém para isso, ele acrescenta ao ambiente de insegurança geral que está na base da ação desses caminhoneiros, e que pode voltar a eclodir por aí com outra cara. A mesma coisa eu digo da imprensa. A imprensa nas democracias é a voz dos sem voz. Se ela passa aplaudir a cassação dessas vozes, só sobra para o sem voz o caminho da violência, o caminho da pancada, da greve, do bloqueio, do que for. Entra no canal do desespero. Então quando esse pessoal aplaude censura (...), quando eles exibem com orgulho essa vergonha que eles se tornaram nas redes sociais, eles não estão só desmoralizando a profissão – profissão símbolo da Democracia –, eles estão desmoralizando a própria democracia e jogando gasolina na fogueira da insegurança nacional, estão fechando as saídas institucionais das crises e deixando abertas apenas as portas da violência.”

[Ana Paula Henkel. 32min48s] “Olha, qualquer caos em democracias, começa quando há destruição das Constituições. Quando há um desrespeito absurdo das constituições, pelo Executivo em países, ou pelo Judiciário no Brasil, isso destrói por completo a confiança da população nas instituições (...).”

Nessas falas em específico, é chamativo como a emissora chama o contexto que está sendo comentado, literalmente, de **caos**, mas o faz, de fato, *legitimando-o*, abordando-o como uma resposta esperada, e atribuindo a responsabilidade pelos problemas daí advindos não aos próprios manifestantes, mas sim a autoridades da República contra as quais eles estariam se voltando.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Realmente, falas no sentido de que “o caos que o Brasil [vive] hoje é causado por essas pessoas que conduziram o processo eleitoral dessa forma”, de que “a continuação da política é a guerra. Se uma falha, é a outra que se instala, e se os equipamentos fundamentais da democracia deixam de funcionar, ou passam a ter um uso pervertido, o que se instala é o caos”, e de que “qualquer caos em democracias começa quando há destruição das Constituições”, estavam comunicando à audiência da **JOVEM PAN** que a emissora não via qualquer problema nas ações diretas que vinham surgindo no país. Naquele mesmo dia 01/11/2022, já se sabia de diversos casos de intimidação e medo instalados nas manifestações nas rodovias Brasil afora¹⁶⁸, e ao menos uma pessoa já havia morrido em um acidente causado pelos bloqueios¹⁶⁹. Para a emissora ora demandada, no entanto, tudo era forma de alguns grupos “mostrarem que, no final das contas, é o povo que manda”.

No dia seguinte, em 02/12/2022, o programa “Linha de Frente” seguiu legitimando movimentos contra a ordem pública. Fala-se que os protestos pós-eleições seriam um suposto fruto direto de um inconformismo compreensível da população com a atuação do Tribunal Superior Eleitoral naquele ano. O âncora do programa, Tiago Pavinatto, e um dos comentaristas, Caio Mastrodomenico, fizeram, nessa linha, discursos que usavam do instituto da desobediência civil para legitimar os movimentos, e disseram com todas as letras que, “quando há uma certa ruptura institucional, quando nós temos aí o estado de direito com uma certa subversão, a única maneira de restaurar a ordem é através do caos”.

168 <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/11/01/a-gente-se-sentiu-intimidado-a-todo-momento-os-impactos-causados-pelos-bloqueios-bolsonaristas-nas-rodovias.ghtml>

169 <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/11/empresario-morre-ao-bater-em-carreta-que-bloqueava-estrada-em-mt.ghtml>



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Confira-se¹⁷⁰:

[Âncora. 0min20s] “[...] **a gente não consegue responder, diante da conjuntura atual do país, sobre um eventual abusividade [das manifestações que questionavam o resultado das urnas]**. Porque como nós acabamos de comentar no último bloco que nós estivemos, a coisa está muito incerta no Brasil. E é nesse ponto que eu quero passar para o Caio Mastrodomenico, que **existe um instituto no direito, que nunca se viu aplicado aqui no Brasil, mas ele se chama desobediência civil. A desobediência civil é um instituto, previsto na teoria do direito, que legitima uma ação contra a ordem de uma autoridade quando a ordem dessa autoridade é ilegal ou inconstitucional. E aí, será que é um caso de desobediência civil, Caio? Como é que você enxerga a relação dos manifestantes com as decisões do Judiciário que nós vimos ao longo dessas eleições?**”

[Caio Mastrodomênico. 1Min35s] “**Eu acho que essa ligação ela é quase que direta. Essas manifestações decorrem justamente das insatisfações do povo quanto às decisões do Judiciário. Nós vimos aí um processo eleitoral que pode não ter sido, mas o que pareceu, o que ficou para a população, é justamente essa parcialidade nesse protagonismo do TSE durante as eleições. E isso, sem dúvida nenhuma, é o que motivou as pessoas a questionarem esse pleito, o resultado desse pleito. Então eu acho que essa atuação do TSE, durante esse pleito eleitoral, foi quase que desastrosa. E por que desastrosa? Porque olha o que nós estamos tendo na rua hoje. Nós estamos tendo movimentos que questionam ou se opõem ao resultado eleitoral justamente porque as decisões tomadas não estão com a lisura que o processo de fato exige. Outro ponto – que a história nos diz, isso não é uma opinião minha – é que, quando há uma certa ruptura institucional, quando nós temos aí o estado de direito com uma certa subversão, a única maneira de restaurar a**”

170 Minutagem de 00min10s a 5min45s do vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=gJDotg3aZiE>, com 506 mil visualizações no Youtube.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

ordem é através do caos. Isso é um desejo meu? Não, isso é o que a história nos diz. Então, **uma espécie de revolta civil acredito que seja um uma das ferramentas possíveis para restauração da ordem**. Então eu acho que... nós não estamos enxergando uma guerra civil, **nós não estamos enxergando nenhuma manifestante partindo para ilegalidades**, ninguém quer isso, não é o desejo de ninguém. É preciso deixar claro, a população não quer isso. **O que a população quer é restauração da ordem e a restauração da ordem vem historicamente – também não é um desejo meu – através do caos**”.

É chamativo (não apenas nessa passagem, mas também em outras expostas nesta inicial) que comentaristas da **JOVEM PAN** usam frases como “não é um desejo meu”, “ninguém quer isso” para suavizar seus discursos, mas a mensagem central que fica para quem os assiste e os ouve segue claramente uma linha de endosso, pois as análises são sempre peremptórias, sem quaisquer nuances ou críticas às tendências que se desdobram diante de todos ao longo dos meses.

Seja como for, **em alguns programas essa suavização não foi nem mesmo tentada**. Em 05/12/2022, por exemplo, o programa “Os Pingos nos Is” noticiava que o então Presidente da República Bolsonaro havia chorado durante um evento das Forças Armadas. Ao comentar o tema, Paulo Figueiredo passou a sustentar que o choro de Jair Bolsonaro se devia ao cenário de supostas arbitrariedades que o país estaria vivendo, empurrado pelo Supremo Tribunal Federal. A partir daí, sucedem-se **falas elogiando os manifestantes que estão nas ruas, a quem o comentarista declara “sua admiração”, e diz que eles estavam, até então, “no endereço certo” ao acamparem na frente de quartéis** (pedindo, recorde-se, a intervenção das Forças Armadas¹⁷¹).

171 <https://www.poder360.com.br/eleicoes/bolsonaristas-pedem-intervencao-militar-em-frente-ao-qg-do-exercito/>



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Não fosse o bastante essas falas legitimadoras dos atos que vinham se agravando país afora, sucedem-se ainda falas que conclamam a população a ações “duras”. Afirmando-se que “todo mundo, no fundo, está se perguntando ‘não é possível, ninguém vai fazer nada?’, Paulo Figueiredo passa a sustentar que “essa é uma semana decisiva no Brasil”, que “ninguém mais pode se dar ao luxo de permanecer em silêncio, nenhum de nós, em casa, esperando o tempo passar”, e que “não pensem que vai resolver isso no jeitinho. Vamos resolver isso do jeito duro, todos nós vamos ter que fazer sacrifícios, todos nós teremos que ter coragem”.

Mas mais grave ainda, em dado momento, o comentarista coloca perante os milhões de ouvintes e espectadores da JOVEM PAN um dilema de “ou a gente aceita uma eleição sem transparência, sem legitimidade, sem confiança da população, ou a gente aceita tudo isso, e abaixa a cabeça, ou a gente vai ter guerra civil”, e defende, de forma exaltada e aberta, “então que tenha guerra civil, pô!”, perguntando, a quem discorda, “que porcaria de frouxidão é essa?”.

Abaixo segue a transcrição pertinente, que merece ser analisada com atenção¹⁷²:

“Não dá para a gente fingir que o Brasil vive uma situação de normalidade, que essa foi mais uma cerimônia da qual o Presidente participou. Que a transição segue normalmente, que o Lula vai assumir em primeiro de janeiro, vida que segue. Não dá. Está todo mundo vendo uma escalada incessante do Supremo Tribunal Federal, que está gradativamente fechando o Congresso no Brasil, passando por todo o sistema acusatório, perseguindo politicamente as pessoas. A eleição é um sintoma, os questionamentos que nós temos em relação à eleição são um sintoma de algo maior, de uma disfunção maior. E está

¹⁷² Minutagem 45m27s e 1h26m00s e seguintes do vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=H7V-bBUutAA>, com 673 mil visualizações no Youtube.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

todo mundo vendo. As pessoas de bem (...) elas estão ansiosas, deprimidas. Não estou falando como figura de linguagem não. As pessoas estão tomando remédio, as pessoas estão sem dormir, estão com uma angústia no peito (...). **Todo mundo, no fundo, está se perguntando ‘não é possível, ninguém vai fazer nada?’.** **‘A república vai ruir, um grupo de tiranos vai calar o povo brasileiro, sob os aplausos de uma imprensa vendida, e ninguém vai dizer nada?’(...).** **‘Será que o Presidente Bolsonaro vai deixar isso acontecer sem fazer nada?’ (...).** **Essa é uma semana decisiva no Brasil. Ninguém mais pode se dar ao luxo de permanecer em silêncio, nenhum de nós, em casa, esperando o tempo passar (...).** **Não pensem que vai resolver isso no jeitinho. Vamos resolver isso do jeito duro,** todos nós vamos ter que fazer sacrifícios, todos nós teremos que ter coragem (...). **O povo na rua, a quem eu presto aqui minha enorme admiração, está fazendo um papel lindo.** Povo sim, muita gente, **diante de quartéis em todo o Brasil.** Não vou minimizar o papel dessas pessoas. **Que foram para o endereço certo. Mobilizaram, comoveram as tropas, criaram, sim, discussões dentro das Forças Armadas (...).** Eu estou trazendo o que foi trazido por militares para mim. (...). Isso não significa que não há divergência em reunião militar, tem divisão, claro que tem (...). Agora, vou dizer ‘ah, ou a gente aceita o Supremo Tribunal Federal dissolvendo o Congresso aos poucos, ou a gente aceita uma eleição sem transparência, sem legitimidade, sem confiança da população, ou a gente aceita um Poder que tudo pode, o fim do sistema acusatório, ou a gente aceita perseguição política, ou a gente aceita o fim da liberdade de expressão, ou a gente aceita tudo isso e abaixa a cabeça...ou a gente vai ter guerra civil?’. Ora, **então que tenha guerra civil, pô! Mas que porcaria de frouxidão é essa! (...)** **As Forças Armadas estão conscientes do momento que estamos vivendo.** Agora, **elas só agem provocadas por um dos Poderes.** Então, nesse ponto, **o novo endereço, para o povo que quer se manifestar, não é mais os quartéis, o novo endereço é a Praça dos Três Poderes”.**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Vale atentar para o fim da fala acima transcrita. Embora, na ocasião, referido comentarista tenha dito que, até então, as pessoas estavam “no endereço certo” por estarem acampando na frente dos quartéis, ele pondera que “as Forças Armadas estão conscientes do momento que estamos vivendo. Agora, elas só agem provocadas por um dos Poderes. Então, nesse ponto, **o novo endereço, para o povo que quer se manifestar, não é mais os quartéis, o novo endereço é a Praça dos Três Poderes**”. Como é amplamente sabido, essa ideia foi convertida em ato, semanas depois, naquilo que foi o episódio mais grave de ataque às instituições da história da Nova República.

Pouco antes disso, a **JOVEM PAN** seguia não apenas *legitimando* manifestações, bloqueios e outras ações diretas de grupos radicalizados, com declarações graves contra autoridades eleitas, mas também *incentivando* as pessoas a aderirem a esses movimentos.

Em 01/01/2023, a emissora transmitia ao vivo, de forma não atrelada a um programa em específico, a posse do Presidente da República eleito, em Brasília/DF, a pretexto de comentar a posse do presidente da república, o comentarista Fernão Lara Mesquita defendeu que a eleição presidencial não foi legítima, e disse expressamente¹⁷³ que “**a Constituição brasileira foi flagrantemente violada, rasgada no meio**. Tudo isso é uma mentira, de cabo a rabo. E **o Rodrigo Pacheco é o carcereiro da vontade popular. Ele é o homem que aceita pagamento para não permitir que o Senado expresse aquilo que o eleitorado pôs lá dentro**”.

173 Minutagem de 04h24min49s a 14min27s do vídeo disponível no seguinte link <https://www.youtube.com/watch?v=6wbv9EGYGEI&t=2360s>, com 917 mil visualizações pelo youtube



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Já no dia 02/01/2023, durante um programa que cobria os protestos pós-eleição presidencial, e comentando que manifestantes seguiam acampados nas portas dos quartéis militares, o comentarista Roberto Motta defendeu expressamente a legitimidade das manifestações contrárias ao resultado das eleições, mesmo reconhecendo que elas poderiam estar pedindo golpe, afirmando¹⁷⁴ “eu não estou dizendo que algumas pessoas ali não estejam pedindo golpe. Eu não sei, eu não estou na cabeça delas. Mas existem pessoas do outro lado do espectro político que pedem a mesma coisa. Então, ou a gente respeita o direito de todo mundo de dizer o que quer, ou a gente proíbe todo mundo de dizer qualquer coisa e aí vamos ficar todos calados”. Naquele mesmo dia, em debate realizado no programa “Morning Show”, o comentarista Fernando Conrado chamou tais manifestações como absolutamente escorregadas¹⁷⁵, afirmando que “tudo o que foi pedido nas ruas estava dentro da Constituição”.

Mas se talvez fosse possível alegar que, naqueles dias, ainda não se podia saber do potencial de violência e de insurgência que tais grupos radicalizados traziam consigo, a série de vandalizações, depredações e invasões das sedes dos Três Poderes, em Brasília/DF, no famigerado 08/01/2023, afastou qualquer dúvida que pudesse haver a respeito. Mesmo assim, a cobertura feita pela **JOVEM PAN** nesse dia evidenciou, em definitivo, que ela estava engajada na veiculação de conteúdos *incentivadores* e *legitimadores* da subversão da ordem política e social e de manifestações ilegais.

174 Minutagem de 10min12s a 10min33s do <https://www.youtube.com/watch?v=mlzuZVQwBvM&t=192s>, com 550 mil visualizações pelo Youtube.

175 Minutagem de 01h10min33s a 01h10min42s e <https://www.youtube.com/watch?v=LxBEAkgpwNw&t=703s>, com 167 mil visualizações pelo Youtube.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Três dias antes, já se sabia que extremistas falavam, em grupos de mensageria e em redes sociais, de um grande ato em Brasília/DF, em que seria invadido o Congresso¹⁷⁶, por vezes usando códigos¹⁷⁷, por vezes falando explicitamente de “partir para cima com sangue nos olhos”, e que “acabou o QG, agora é hora de tomar outra atitude”¹⁷⁸. Veio a se saber, também, que parte desse ato foi inflado com financiamento do transporte de pessoas que queriam se deslocar à capital federal¹⁷⁹, e que já se previa a possibilidade real de confrontos violentos¹⁸⁰. Notícias nesse sentido já circulavam na imprensa.

A despeito disso, durante o programa “Jornal da Manhã” do dia 08/01/2023, a **JOVEM PAN** tratava com grande *normalidade* a chegada de aproximadamente 100 ônibus que haviam desembarcado em Brasília/DF, com aproximadamente 3.900 manifestantes. Na ocasião, o comentarista Rodolfo Mariz fez um discurso altamente elogioso e legitimador do ato que escalava, mais uma vez colocando nas costas da suposta “falta de transparência das eleições”, e do fato de que “o STF não foi sincero nas informações”, a responsabilidade pelo que vinha se desenhando. sinceridade do contra o resultado das eleições.

176 <https://www.terra.com.br/byte/invasao-ao-congresso-estava-sendo-discutida-no-telegram-desde-comeco-de-janeiro.eb32e7542879048f48c82e0f30aa4414av9dzzap.html>

177 <https://apublica.org/sentinela/2023/01/bolsonaristas-usam-codigo-festa-da-selma-para-coordenar-invasao-em-brasil/>

178 <https://www.metropoles.com/colunas/grande-angular/extremistas-falam-em-invadir-congresso-driblar-policia-e-dao-dicas-sobre-gas>

179 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/08/mensagens-bolsonaristas-terroristas-brasil.ghtml>

180 <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/11/mapa-online-onibus-brasil-ato-golpista-8-janeiro-preparacao-confronto.htm>



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Segundo o comentarista¹⁸¹,

“Essas manifestações estão se tornando um ato, um movimento de resistência. Assim como existem vários movimentos no Brasil hoje, eu estou vendo, acompanhando desde o primeiro turno, desde o segundo turno, que a resistência tem sido o grande momento, o grande símbolo dessas pessoas que não aceitam não o Lula (...) não a derrota do Bolsonaro, mas sim o modo de como foi feita essas últimas eleições. A falta de transparência dessas últimas eleições. Nós temos um STF que não foi sincero nas informações. E o povo que está se manifestando se apega a isso. O povo que está se manifestando está criando um movimento no Brasil. (...) Até quando vai essas manifestações é a grande pergunta que não que calar.”

Logo depois do meio-dia, cerca de 4.000 pessoas saíram do Quartel-General do Exército e marcharam em direção à Praça dos Três Poderes¹⁸², iniciando-se um conflito com a Polícia Militar do Distrito Federal, na Esplanada dos Ministérios. Em dado momento, a multidão conseguiu romper a barreira de segurança e ocupou a rampa e a laje de cobertura do Palácio do Congresso Nacional, e parte conseguiu efetivamente *invadir* e *vandalizar* o Congresso, o Palácio do Planalto e o Palácio do Supremo Tribunal Federal¹⁸³.

181 Cf. minutagem de 02h14m22s a 2h15m56s do vídeo <https://www.youtube.com/watch?v=ZxJ5kAL-eHs&t=798s>, com 321 mil visualizações pelo Youtube.

182 <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-01/acampamento-bolsonarista-foi-central-em-ataques-do-dia-8-de-janeiro>

183 <https://www.metropoles.com/distrito-federal/bolsonaristas-extremistas-manifestacao-brasilia>



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Mesmo com a invasão do Congresso Nacional e do Palácio do Planalto já em curso, a transmissão da JOVEM PAN veiculou discursos que imunizavam de responsabilidade os autores desses atos gravíssimos. Na ocasião, o comentarista Coronel Gerson Gomes sustentou que a invasão das sedes dos Poderes seria, na verdade, culpa das instituições que então estavam sendo atacadas, afirmando expressamente que, se fosse para cumprir a ordem dada pelo governador do Distrito Federal, de prender e punir os responsáveis, “a polícia militar terá que prender o Presidente do Senado”, Rodrigo Pacheco, e que “o responsável por essa situação não vai ser encontrado entre os manifestantes”. Nas suas palavras¹⁸⁴,

“De cara, (o Governador Ibaneis) já exonerou o Secretário de Segurança Pública e diz que tomará as providências para prender e punir os responsáveis. (...) Se for cumprido isso que o Governador Ibaneis determinou, a polícia militar terá que prender o Presidente do Senado. Porque o responsável por essa situação não vai ser encontrado entre os manifestantes. Os responsáveis por essa situação são exatamente os atores políticos que se ausentaram das providências que esses manifestantes em Brasília, mas em todas as unidades da federação, tem se manifestando há vários dias. Quem interpreta esse tipo de manifestação como somente uma insatisfação com o resultado da eleição não está sabendo ler o que está sendo falado. (...) Quando nós precisaríamos exatamente das autoridades políticas pacificando a nação. **O próprio Presidente e seus Ministros, começando pelo próprio Ministro da Justiça, já vem escalando essa situação com as suas declarações quando deveriam estar governando para o Brasil inteiro.** Esses manifestantes não podem ser desconsiderados simplesmente ou considerados como manifestantes antidemocráticos. Eles deveriam ser considerados como uma parte substancial da população brasileira que não está satisfeita com a condução do

184 Cf. minutagem de 02h16m a 2h20m do vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=BqUoXWF9IrM>, com 3,6 mi visualizações pelo Youtube.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

processo político. E aí, como eu instei a nossa audiência a fazer, não se precipitem em querer achar culpados, responsáveis, prender pessoas que estão ali. Na verdade, o que precisamos agora é achar os nossos atores políticos.

Cabe consignar, aliás, que duas horas depois, quando os atos de vandalismos já tinham chegado inclusive à sede do Supremo Tribunal Federal, o mesmo comentarista Coronel Gerson mencionou, como também responsáveis pelo ocorrido, o Presidente da Câmara dos Deputados, e indicou que gostaria de ver “o Chefe do Judiciário retraindo-se, contendo-se dentro de sua esfera e saindo do palco político”, repisando, para sua enorme audiência, a ideia de que tudo seria compreensível, fruto de supostas arbitrariedades e omissões de autoridades da República. Disse ele na ocasião¹⁸⁵:

“Estão se procurando culpados para prender, ou seja está se olhando o nível tático, daquilo que aconteceu no dia de hoje. Mas faltam talvez ao Presidente da Câmara dos Deputados (...) Eu gostaria sinceramente de ouvir de um desses três poderes, já que o chefe do Poder Executivo já se manifestou hoje colocando e chamando ao confronto. O chefe do Poder Legislativo (...) eu gostaria de ver esse poder chamando a si a responsabilidade de achar uma solução negociada de pacificação. (...) E, por último, **eu gostaria de ver o chefe do Judiciário retraindo-se, contendo-se dentro da sua esfera e saindo do palco político, porque muito do problema que nós vivemos hoje é porque houve uma hipertrofia do poder judiciário que resolveu avançar sobre a política”**.

185 4h01min20s a 4h02min38s <https://www.youtube.com/watch?v=BqUoXWF9IrM>, com 3.649.883 visualizações pelo Youtube.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Essa tônica de justificação seguiu sendo repetida durante toda a tarde, por vários comentaristas, mesmo diante da depredação de prédios públicos, da violação de patrimônio material e imaterial, e da ampla reprovação internacional desse episódio sem precedentes na história do país. Aqui, serão expostos apenas alguns exemplos, que de forma alguma esgotam as múltiplas falas graves que foram ventiladas pela ora demandada naquele dia.

De fato, mesmo quando passavam imagens de uma turba criminoso invadindo o prédio do Congresso Nacional e o Palácio do Planalto, o comentarista Paulo Figueiredo, por exemplo, fez diversas falas *justificadoras* desses atos, argumentando que “as pessoas estão revoltadas com a forma como o processo eleitoral foi conduzido, elas estão revoltadas com a truculência com que certas instituições têm violado a nossa Constituição. Elas estão revoltadas com as perseguições políticas que têm acontecido, elas estão revoltadas com a inação do Congresso Nacional, principalmente na figura do presidente Rodrigo Pacheco, elas estão revoltadas com a atuação parcial do nosso Tribunal Superior Eleitoral e Supremo Tribunal Federal”¹⁸⁶. Nesse passo, ainda que ele tenha ponderado que “invasão é errado”, imediatamente disse que “esse ato de hoje será utilizado para uma perseguição implacável, implacável, e ampla, de um grupo político”, e pontuou que isso estaria ocorrendo nos Estados Unidos, pois “o único resultado da chamada invasão, porque invasão não houve (...) do Capitólio (...) foi o que se chama de ‘expurgo dos patriotas’, as administrações americanas, a administração do Biden, passaram a perseguir implacavelmente pessoas que, inclusive, agiram de forma pacífica”¹⁸⁷.

186 18min08s a 18min47s do vídeo <https://www.youtube.com/watch?v=BqUoXWF9IrM>.

187 A propósito, Fernando Capez, participando da bancada na cobertura em tela, afirmou que os atos que vinham escalando consistiam em “uma manifestação claramente pacífica”, e que “não se vê aí ninguém armado ou praticando atos de destruição”. No máximo, o comentarista concedeu que havia “um ou outro vândalo que se infiltra”, mas 99,9% são pessoas que estão ali expondo a sua indignação, sua maneira de pensar” (Cf. minutagem 01h27min40s do vídeo <https://www.youtube.com/watch?v=BqUoXWF9IrM>).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Ao cabo, foi o comentarista Alexandre Garcia quem falou de forma mais coerente com a postura da **JOVEM PAN** ao longo dos meses, ao afirmar, mesmo quando a depredação e a invasão já tinham deixado um cenário de terra arrasada na capital federal, como se esse atos fossem absolutamente constitucionais, porquanto legitimados pelo art. 1º da Constituição Federal, que prevê que “todo poder emana do povo”. Em suas palavras¹⁸⁸:

“Nos últimos dois meses as pessoas ficaram paradas esperando por uma tutela das Forças Armadas. A tutela não veio. Então resolveram tomar a iniciativa. Não sou conduzido, mas conduzo. É o que está na bandeira da cidade de SP. Resolveram colocar em prática o parágrafo primeiro do primeiro artigo da Constituição, que diz que todo poder emana do povo, que o exercerá por meio de seus representantes ou diretamente. Aí foram ao ponto. Foram ao Congresso, que é a casa do povo. Foram ao Supremo, onde tem queixas de desrespeito aos artigos 5o e 220 da Constituição, que dizem respeito às liberdades fundamentais, à liberdade de opinião e à censura. Foram à Presidência da República porque estão inconformados com o resultado das eleições. E foram ao Congresso porque não aceitam a omissão do presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco, que sentou em cima de oportunidades para corrigir os desvios cometidos contra a Constituição. Então, o que temos aí, vamos rezar para que não haja derramamento de sangue de brasileiros. Quem está aí é gente que veio do Brasil inteiro representando o povo (...) É o poder do povo”¹⁸⁹.

188 Minutagem de 01h21min37s a 01h23min38s do vídeo <https://www.youtube.com/watch?v=BqUoXWF9IrM>, com 3.649.883 visualizações pelo Youtube.

189 É importante notar que, mais de uma hora depois, mesmo com o agravamento da destruição, o mesmo Alexandre Garcia reforçou essa primeira fala, questionando “cadê as lideranças políticas? Do artigo primeiro da Constituição, parágrafo único, o povo é representado. Tem seus representantes. Os representantes não se apresentaram, o povo se apresentou. Isso que tem acontecido. Omissão do senhor Pacheco lá no Senado, que é um dos responsáveis por isso. Se tivesse recebido requerimentos pra investigar porque fulano e fulano lá no Supremo não respeita a Constituição, isso não teria acontecido. Poderia ter sido evitado.” (cf. minutagem 02h04min08s a 02h04min47s do vídeo <https://www.youtube.com/watch?v=BqUoXWF9IrM>, com 3.649.883 visualizações no Youtube.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

De tudo isso, o que se vê, portanto, é que, durante o período analisado, a **JOVEM PAN** veiculou um grande volume de conteúdos naturalizando cenários de “conflagração”, de “violência aberta”, tratando tudo isso como compreensível e, sobretudo, como algo que, caso se concretizasse, seria culpa não de quem nelas se engajasse, mas de autoridades da República que estariam praticando arbitrariedades, ilegalidades e omissões em série. Mais do que isso, veiculou ideias como, “quando estamos diante de certa ruptura institucional, a única maneira de restaurar a ordem é através do caos”, e chamadas para que “então que tenha guerra civil, pô!”, sustentando que “o novo endereço, para o povo que quer se manifestar, é a Praça dos Três Poderes”. Em várias oportunidades, mesmo o país assistindo a bloqueios e a acampamentos que pediam a intervenção das Forças Armadas sobre os Poderes constituídos, a tônica era de que “tudo o que foi pedido nas ruas estava dentro da Constituição”.

Nessa esteira, a cobertura feita pela emissora no dia 08/01/2023 é reveladora, porque passagens como as acima transcritas são representativas de discursos disseminados por pelo menos um ano, e que não arrefeceram totalmente nem mesmo quando o Brasil assistia ao mais grave evento da história da redemocratização. É verdade que, quando as depredações já estavam bastante escancaradas, com cenas grotescas estampadas nos jornais e na internet, alguns comentaristas, sem deixarem de suavizar a culpa dos autores desses atos (sempre argumentando que elas estavam compreensivelmente revoltadas, e que autoridades da República seriam as grandes responsáveis pelo ocorrido), fizeram falas no sentido de que tais condutas seriam, sim, ilegais (ainda que pontuando que, mais que tudo, elas se mostrariam “um erro estratégico”). No entanto, por todo o exposto nesta inicial, é evidente que tais falas foram de todo contraditórias com os discursos sistemáticos que muitos desses comentaristas fizeram ao longo de meses a fio.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Nessa mesma esteira, é fato que um simples editorial lançado em 28/12/2022 (em contexto, aparentemente, de perda de anunciantes) alegando repudiar intervenção das Forças Armadas após os resultados dos processos democráticos de 2022¹⁹⁰, ou mesmo falas pontuais no sentido de “não compactuar com métodos violentos”¹⁹¹, são absolutamente suficientes e não afastam, em nada, a patente gravidade do grande volume de conteúdos graves veiculado, ao longo de todo o período analisado, pela **JOVEM PAN**, incentivadores e legitimadores da subversão da ordem política e social e de manifestações ilegais.

Tais conteúdos, em conjunto, configuram infrações tipificadas no art. 53, alíneas d) e l), da Lei nº 4.117/1962¹⁹², e, juntamente dos demais planos de infrações expostos nesta sede, devem levar a emissora a por elas responder, na forma legal vigente.

190 <https://www.uol.com.br/splash/noticias/2022/12/28/jovem-pan-lula.htm>

191 A frase fez parte de um comentário de Paulo Figueiredo, por volta das 17h00 do dia 08/01/2023, mas colide com muitas das declarações por ele dadas ao longo dos últimos meses, inclusive várias das quais acima expostas, na presente inicial.

192 Art. 53: Constitui abuso, no exercício de liberdade da radiodifusão, o emprêgo dêsse meio de comunicação para a prática de crime ou contravenção previstos na legislação em vigor no País, inclusive: d) fazer propaganda de guerra ou de processos de subversão da ordem política e social; e l) colaborar na prática de rebeldia, desordens ou manifestações proibidas.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

5) Consolidação: abuso sistemático e multifacetado, em patente violação ao regime de radiodifusão em vigor no país, e a necessidade de adoção de medidas proporcionais à gravidade dos fatos apurados:

Por todo o exposto no tópico 4.2 *supra*, fica evidenciado que a **JOVEM PAN** veiculou, de forma sistemática e multifacetada, conteúdos absolutamente graves, em patente violação do regime jurídico de radiodifusão à qual está submetida por ser detentora de outorgas de serviço público de rádio. Como se viu, tal violação se deu por meio de um enorme conjunto de abusos à liberdade de radiodifusão tipificados em lei, e consumados em quatro diferentes planos:

i) pela veiculação persistente de conteúdos desinformativos que, sem qualquer prova, minaram a confiança de seus ouvintes na higidez dos processos democráticos realizados no país, assim como de conteúdos que deslegitimaram os Poderes constituídos, sobretudo membros do Poder Judiciário e do Poder Legislativo – atos estes que configuram infrações tipificadas no art. 53, alíneas i) e j) da Lei nº 4.117/1962¹⁹³;

¹⁹³ Constitui abuso, no exercício de liberdade da radiodifusão, o emprego desse meio de comunicação para a prática de crime ou contravenção previstos na legislação em vigor no País, inclusive: j) veicular notícias falsas, com perigo para a ordem pública, econômica e social; i) caluniar, injuriar ou difamar os Poderes Legislativos, Executivo ou Judiciário ou os respectivos membros.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

ii) pela veiculação de numerosos conteúdos que incitaram, sem qualquer fundamento idôneo, a desobediência à legislação e a decisões judiciais, não apenas por parte da população em geral, mas até mesmo por parte da Polícia Judiciária e de órgãos de segurança ostensiva – atos estes que configuram infrações tipificadas no art. 53, alínea a), da Lei nº 4.117/1962¹⁹⁴;

iii) pela veiculação persistente de conteúdos que incitavam a rebeldia, a indisciplina e mesmo a intervenção das Forças Armadas brasileiras sobre as instituições e os Poderes civis constituídos – atos estes que configuram infrações tipificadas no art. 53, alínea f), da Lei nº 4.117/1962¹⁹⁵; e

iv) pela veiculação de gravíssimos conteúdos que incentivaram a população à subversão da ordem política e social, e que legitimavam inclusive insurgências *em curso*, como as que eclodiram entre outubro de 2022 e 08 de janeiro de 2023 – atos estes que configuram infrações tipificadas no art. 53, alíneas d) e l), da Lei nº 4.117/1962¹⁹⁶.

194 Art. 53: Constitui abuso, no exercício de liberdade da radiodifusão, o emprêgo dêsse meio de comunicação para a prática de crime ou contravenção previstos na legislação em vigor no País, inclusive: a) incitar a desobediência às leis ou decisões judiciárias.

195 Art. 53: Constitui abuso, no exercício de liberdade da radiodifusão, o emprêgo dêsse meio de comunicação para a prática de crime ou contravenção previstos na legislação em vigor no País, inclusive: f) insuflar a rebeldia ou a indisciplina nas forças armadas ou nas organizações de segurança pública.

196 Art. 53: Constitui abuso, no exercício de liberdade da radiodifusão, o emprêgo dêsse meio de comunicação para a prática de crime ou contravenção previstos na legislação em vigor no País, inclusive: d) fazer propaganda de guerra ou de processos de subversão da ordem política e social; e l) colaborar na prática de rebeldia, desordens ou manifestações proibidas.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

É oportuno consignar que não é porque a emissora ora demandada não segue um modelo *hard news* que não tem uma linha editorial facilmente identificável. De fato, embora a **JOVEM PAN** por vezes alegue, nos intervalos de sua programação, que “*a opinião de nossos comentaristas não reflete, necessariamente, a opinião do Grupo Jovem Pan de Comunicação*”, é evidente a convergência entre os posicionamentos da esmagadora maioria dos comentaristas dos programas jornalísticos em tela, a denotar que o motivo de sua contratação é esse. Mais ainda: há uma patente convergência entre os posicionamentos dessa maioria de comentaristas e a postura dos âncoras e dos apresentadores dos programas, os quais, não sendo comentaristas em sentido estrito, estão ali indiscutivelmente representando a contratante. Assim, quando diversos comentaristas fazem afirmações como as expostas nesta inicial, ilícitas à luz da legislação vigente, eles o estão fazendo em nome da JOVEM PAN, seguindo uma linha editorial muito clara. Assim, ainda que a ora demandada tente usar artifícios para tentar se eximir, é dela, sobretudo, a responsabilidade pelo que veiculou de ilegal ao longo desse mais de um ano analisado.

Também é importante registrar que não se pode aceitar uma alegação que tente apresentar a emissora como “plural” e “aberta à defesa de diferentes ideias”. Primeiro porque, como dito, a esmagadora maioria dos programas da **JOVEM PAN** é marcada por grande alinhamento de posicionamentos (com programas de maior audiência, como o “Os Pingos nos Is” e o “Linha de Frente” não tendo, praticamente, contraponto algum). Mas mais do que que isso, porque mesmo nos programas em que algum contraponto (sempre minoritário, frise-se) é apresentado, o que se tem são, ainda assim, é a veiculação, por meio de outorgas de serviço público, de conteúdos ilícitos, que não poderiam ser apresentados de forma sistemática em hipótese alguma¹⁹⁷. Não se trata, portanto,

¹⁹⁷ Dito com um exemplo, acolher essa alegação de que “na realidade, o que a **JOVEM PAN** promove são debates plurais sobre a conjuntura política e jurídica do país, em que ideias diferentes são postas em discussão” seria o



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

de ignorar o valor do posicionamento das vozes minoritárias que falam na emissora. Trata-se, apenas, de reconhecer ser inadmissível que conteúdos que sistematicamente violem a confiança dos cidadãos e das cidadãs em seus processos cívicos, e que incitem atos violentos e de ruptura democrática, sejam veiculados, via espectro de radiodifusão, como “apenas mais um ponto de vista entre tantos disponíveis e defensáveis”, dados os limites estritos estabelecidos tanto pelo disposto no art. 221 a 223 da Constituição Federal, quanto pelo disposto no art. 53 da Lei nº 4.117/1962.

Por fim, é importante frisar que as demissões que foram realizadas pela emissora, ao longo dos últimos meses, em nada alteram a gravidade dos fatos ora expostos, tampouco a necessidade de sanções proporcionais ao ocorrido. E isso seja porque os fatores que levaram à saída de alguns dos comentaristas podem não ter qualquer relação com uma real mudança de postura da **JOVEM PAN**¹⁹⁸, seja porque outros comentaristas citados nesta inicial continuam, até hoje, ali atuando. Mudanças no quadro da emissora, promovidas voluntariamente, não constituem custos suficientes, até por poderem ser revistas, a qualquer momento, por decisão da própria interessada.

mesmo que aceitar que uma detentora de outorgas públicas veiculasse um programa em que uma maioria sustenta a inferioridade de pessoas negras, e que a escravidão teria sido um modelo aceitável de desenvolvimento econômico, desde que houvesse, do outro lado, uma minoria para sustentar o contrário. Tal modelo transmitiria a ideia de que seria um ponto de vista aceitável a defesa, na comunicação social brasileira, de falas discriminatórias, e não seria admissível à luz do art. 221, IV c/c art. 3º, IV, in fine, da Constituição Federal.

198 A título de exemplo, nota-se que os comentaristas Augusto Nunes e Guilherme Fiuza saíram da emissora apenas após definido o resultado do segundo turno da eleição presidencial (<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/10/5048453-um-dia-apos-eleicao-jovem-pan-demite-4-comentaristas-veja-a-lista.html>), e os comentaristas Paulo Figueiredo, Zoe Martinez e Rodrigo Constantino, entre outros, foram afastados apenas após este órgão ministerial ter instaurado o Inquérito Civil Público em epígrafe, a partir do qual se ajuíza a presente ação (<https://natelinha.uol.com.br/televisao/2023/01/15/apos-afastar-jovem-pan-decide-demitir-constantino-zoe-e-outros-veja-a-lista-192673.php>).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

5.1) Antecipação de tutela: direito de resposta em favor da sociedade brasileira:

O direito de resposta é um instituto típico da regulação da comunicação social em geral, e da regulação da imprensa de países democráticos, em específico. Por meio dele, garante-se a terceiros interessados o acesso a veículos de comunicação, para que possam, em dadas balizas, apresentar conteúdos alternativos ao que neles foi veiculado de forma equivocada ou até mesmo danosa¹⁹⁹. Trata-se de uma fórmula jurídica encontrada para compatibilizar, de um lado, a liberdade de expressão e de editoria, aos detentores dos meios de comunicação e aos que estes voluntariamente dão direito de voz, e, de outro, o direito de terceiros afetados de se contraporem e apresentarem uma versão diversa ao conteúdo por eles veiculado.

Tradicionalmente, o direito de resposta foi entendido como intimamente ligado à dignidade e especialmente à honra de indivíduos concretos que possam ser ofendidos por dado conteúdo veiculado a partir de um meio de comunicação²⁰⁰. Nesse sentido, estaríamos lidando com um mero direito de defesa, exercido por um indivíduo em face de um meio de comunicação social (público ou privado), ou de uma pessoa a quem este tenha dado voz, e que garantiria a ele o acesso temporário a tal estrutura, para responder, com grau similar de alcance, ao agravo sofrido.

Mais recentemente, no entanto, reconhecendo-se que os meios de comunicação têm um papel central na construção das percepções da sociedade sobre sua realidade, o direito de resposta tem sido cada vez mais compreendido em uma outra dimensão: como direito a partir do qual a coletividade pode obter informações qualificadas sobre fatos de importância pública.

199 IGLESIAS KELLER, Clara. *Liberdade de expressão e os mecanismos de promoção do pluralismo nos meios de comunicação social*. Op. cit. Pp. 120-121.

200 Nesse sentido, por exemplo, ver MOREIRA, Vital. *O direito de resposta na comunicação social*. Coimbra: Coimbra Editora, 1994. P. 101.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Essa concepção – que faz com que este instituto deixe de ter uma função meramente *individualista* e passe a englobar também uma função *social* – joga luz para o fato de que, em dados contextos, o direito de resposta, porque atrelado ao direito da sociedade à informação, configura um direito verdadeiramente difuso/coletivo. Como sintetiza Gustavo Binembojm²⁰¹,

“O direito de resposta não pode ser compreendido no Brasil como direito puramente individual, nem tampouco como exceção à autonomia editorial dos órgãos de imprensa. De fato, além de um conteúdo tipicamente defensivo da honra e da imagem das pessoas, o direito de resposta cumpre também uma missão informativa e democrática, na medida em que permite o esclarecimento do público sobre os fatos e questões do interesse de toda sociedade (...) [Nesse aspecto], o direito de acesso à informação deve ser visto como um direito difuso da cidadania de ser adequadamente informada sobre assuntos de interesse geral. Tal direito se traduz no direito do público de obter informação de uma certa qualidade”.

201 BINENBOJM, Gustavo. “Meios de comunicação de massa, pluralismo e democracia deliberativa. As liberdades de expressão e de imprensa nos Estados Unidos e no Brasil”. In: *Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico* nº 5, 2006. Pp. 14/15. Em sentido análogo, também CASTANHO DE CARVALHO, Luiz Gustavo Grandinetti. *Liberdade de informação e o direito difuso a informação verdadeira*. Renovar: Rio de Janeiro 2003. Pp. 121/122: “É primordial que se abandone a concepção do direito de resposta que o configura, apenas, como uma ação de reparação de dano, ou como um instituto afim à legítima defesa. Ele é tudo isso, mas deve ser mais que isso. Ele deve ser deslocado do particular, ofendido pessoalmente, titular de um direito à indenização, para a sociedade, credora de uma informação verdadeira, imparcial, autêntica. Aceita a concepção, forçoso é admitir que o direito de resposta, integrante do direito à informação, é também um direito difuso, que pode ser exercido por qualquer legitimado com o fim de preservar a verdade de um fato. O ofendido cederá parte de seu lugar para o ‘interessado’ na exatidão da notícia – a sociedade”



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Essa compreensão, vale notar, já foi acolhida até mesmo pelo Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Recurso Extraordinário nº 683.751/RS²⁰², ocasião em que assim decidiu:

“O direito de resposta/retificação traduz, como sabemos, expressiva limitação externa, impregnada de fundamento constitucional, que busca neutralizar as consequências danosas resultantes do exercício abusivo da liberdade de expressão, especialmente a de imprensa, pois tem por função precípua, de um lado, conter os excessos decorrentes da prática irregular da liberdade de informação e de comunicação jornalística (CF, art. 5º, IV e IX, e art. 220, § 1º) e, de outro, restaurar e preservar a verdade pertinente aos fatos reportados pelos meios de comunicação social. Vê-se, daí, que a proteção jurídica ao direito de resposta permite identificar, nele, uma dupla vocação constitucional, pois visa a preservar tanto os direitos da personalidade quanto assegurar, a todos, o exercício do direito à informação exata e precisa.

Se é certo que o ordenamento constitucional brasileiro ampara a liberdade de expressão, protegendo-a contra indevidas interferências do Estado ou contra injustas agressões emanadas de particulares, não é menos exato que essa modalidade de direito fundamental – que vincula não só o Poder Público como, também, os próprios particulares – encontra, no direito de resposta (e na relevante função instrumental que ele desempenha), um poderoso fator de neutralização de excessos lesivos decorrentes da liberdade de comunicação (...).

202 RE nº 683751&RS, Relator o Min. Celso de Mello, Julgamento em 24/06/2015, Publicação em 01/07/2015. De se consignar que o autor do referido Recurso Extraordinário mobilizou, ainda, a Ação Cautelar nº 2695, visando a atribuir efeito suspensivo à decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que, por sua vez, havia garantido direito de resposta a ser publicado em jornal impresso do estado. Na prática, a cautelar visada (que argumentava que, com a revogação da lei de Imprensa no julgamento da ADPF 130, a decisão do Tribunal de Justiça, em conceder o direito de resposta, não poderia prosperar), se acolhida, suspenderia a publicação do direito de resposta, até o julgamento de mérito do Recurso Extraordinário sobre o caso. O Supremo, contudo, julgou-a improcedente, e veio depois a negar provimento ao RE nº 683.751/RS, frisando que a eventual ausência de lei regrado o instituto não impede o exercício do direito de resposta, e frisando sua importância *pública* de regulação da comunicação social brasileira.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Desse modo, longe de configurar indevido cerceamento à liberdade de expressão, o direito de resposta, considerada a multifuncionalidade de que se acha impregnado, qualifica-se como instrumento de superação do estado de tensão dialética entre direitos e liberdades em situação de conflituosidade. O exercício dessa prerrogativa fundamental, de extração eminentemente constitucional – que pode ser identificada tanto no plano individual quanto no da metaindividualidade (...), permite qualificá-la (examinado o tema sob uma perspectiva pluralística) como instrumento concretizador do convívio harmonioso entre as liberdades de informação e de expressão do pensamento e o direito à integridade moral e ao respeito à verdade, o que se mostra compatível com padrões que distinguem sociedades democráticas”.

É neste sentido, portanto, que deve ser lido o art. 220, § 1º da Constituição Federal, que, ao mesmo tempo em que prevê a necessidade de garantir “*a plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social*”, também impõe expressamente, *in fine*, a necessidade de que seja observado, dentre outros, o disposto em seu art. 5º, IV - ou seja, de que seja “assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo” que venha a ser causado. A norma constitucional, aqui, nada mais fez que reconhecer uma função pública, para o direito de resposta, no plano da regulação da comunicação social brasileira.

Esta compreensão do direito de resposta, em contextos nos quais esteja em jogo o direito de toda a sociedade em obter informações qualificadas sobre temas de interesse público, tem uma repercussão concreta do ponto de vista processual: tratando-se de um direito difuso/coletivo, emerge daí uma legitimação ampla, de diversos atores, e em especial do Ministério Público, para sua defesa.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Afinal, não estando mais restrito à esfera jurídica de indivíduos concretos ofendidos pelo conteúdo veiculado, e ganhando escopo positivo de garantia de acesso à informação pública qualificada, o direito de resposta passa a ser de titularidade de todos, e pode ser defendido, de forma ampla, por todos os legitimados de tutela coletiva, de que tratam o art. 5º da Lei nº 7.347/1985 e o art. 82 da Lei nº 8.078/1990²⁰³.

É precisamente isso que este órgão ministerial promove nesta ação.

De fato, analisado o presente caso à luz desse quadro normativo, vê-se que a **JOVEM PAN**, ao veicular, na qualidade de concessionária e permissionária de serviço público, de forma sistemática conteúdos desinformativos sobre a higidez dos processos eleitorais e a lisura das instituições responsáveis por conduzi-los, com potencial incitatório à violência e à ruptura democrática, não apenas abusou de sua liberdade de radiodifusão, mas também violou o direito da população à *informação* correta e qualificada sobre temas de inegável interesse público.

Nesse passo, além de promover o devido cancelamento de suas outorgas e de obrigá-la a indenizar os danos morais coletivos causados, ao final presente ação (nos termos expostos nos tópicos 5.2 e 5.3 *infra*), é imperioso que esse d. juízo, desde logo, em sede de antecipação de tutela, também garanta à sociedade brasileira o cabível *direito de resposta*, a fim de *neutralizar e contrabalancear os efeitos danosos que os conteúdos veiculados pela emissora ora demandada, ao longo de mais de um ano, engendraram.*

203 Nesse sentido, ver, por exemplo, SUIAMA, Sergio Gardenghi. “A voz do dono e o dono da voz: direito de resposta coletivo nos meios de comunicação social”. In: *Boletim Científico da ESMPU* nº 5, 2002. Pp. 115/119. Em igual sentido, ver COMPARATO, Fabio Konder. “A democratização dos meios de comunicação de massa”. In: *Revista USP* nº 48, 2000/2001. P. 17.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Tal antecipação de tutela, aqui, mostra-se cabível em termos de tutela de evidência, tendo em conta os graves fatos expostos no tópico 4 supra, com referência a programas de rádio transmitidas a um amplo público, e que são de fácil confirmação por parte desse juízo, a simples cliques nos links trazidos nesta inicial - muitos dos quais, aliás, levam a falas já públicas e notórias, que causaram grande rumor na esfera pública nacional. É para hipóteses como essa, efetivamente, que o art. 311, IV, Código de Processo Civil c/c art. 12 da Lei nº 7.347/1985 autoriza a imposição de medidas, liminarmente, quando a petição inicial for instruída – como nesse plano está - com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito reclamado.

É importante consignar, a propósito, que o direito de resposta visado é fundamental para garantir um resultado útil à presente demanda, enquanto sua instrução segue curso e ainda não se faz possível impor a medida de cancelamento judicial das outorgas da **JOVEM PAN**, bem como impor-lhe a obrigação de indenizar a sociedade pelos danos morais coletivos causados. O Estado brasileiro não pode, diante da gravidade do conteúdo veiculado pela emissora demandada, permitir que ela siga, até o trânsito em julgado desta ação, transmitindo normalmente sua programação, por meio de muitos dos apresentadores e comentaristas envolvidos nos fatos em tela, sem qualquer medida que comunique à sociedade a ilicitude por ela praticada ao longo do período em tela. O direito à informação correta e qualificada, violado pelas práticas da **JOVEM PAN**, deve ser tutelado de imediato, neutralizando-se os efeitos da desinformação por ela disseminada em larga escala, restaurando-se a confiança dos cidadãos e das cidadãs na integridade de seus processos cívicos e democráticos, e minando a força de leituras que fomentem a irrupção de violência na população e a intervenção das Forças Armadas sobre os Poderes constituídos.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Por oportuno, não é demais lembrar que o fato de a Lei nº 5.250/1967, a famigerada Lei de Imprensa, ter sido julgada pelo Supremo Tribunal Federal, na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 130, como não recepcionada pela Constituição Federal de 1988, inclusive seu Capítulo IV, em que previa um rito legal específico para concessão de direito de resposta, não impede este seja promovido por decisão judicial, como visado na presente ação.

Em primeiro lugar, porque o próprio Supremo Tribunal Federal, no âmbito do já referido Recurso Extraordinário nº 683.751/RS²⁰⁴, enfrentou especificamente esse tema, firmando que o direito de resposta, no ordenamento vigente, tem extração constitucional (art. 5º, V), e que a ausência de rito legal específico não pode impedir seu exercício. De fato, na ocasião, foi lembrado que a Corte, mesmo no julgamento da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 130, assentou que a não recepção da chamada Lei de Imprensa não impedia a mobilização do instituto em tela. Confira-se:

“o direito de resposta no Brasil já ganhou ‘status’ constitucional (artigo 5º, V, da CRFB). Por essa razão, eventual ausência de lei, diante da revogação da Lei de Imprensa pelo STF, não impedirá o exercício daquela prerrogativa. (...) Com efeito, o Supremo Tribunal Federal, na decisão final da ADPF 130/DF, Rel. Min. AYRES BRITTO, ao julgar procedente o pedido formulado naquela sede processual, o fez sem prejuízo do regular exercício do direito de resposta previsto no art. 5º, inciso V, da própria Constituição: ‘11. *EFEITOS JURÍDICOS DA DECISÃO. Aplicam-se as normas da legislação comum, notadamente o Código Civil, o Código Penal, o Código de Processo Civil e o Código de Processo Penal às causas decorrentes das relações de imprensa. O direito de resposta, que se manifesta como ação de replicar ou de retificar matéria publicada é exercitável por parte daquele que se vê ofendido em sua honra*

204 RE nº 683751&RS, Relator o Min. Celso de Mello, Julgamento em 24/06/2015, Publicação em 01/07/2015.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

objetiva, ou então subjetiva, conforme estampado no inciso V do art. 5º da Constituição Federal. Norma, essa, ‘de eficácia plena e de aplicabilidade imediata’, conforme classificação de José Afonso da Silva’. O art. 5º, inciso V, da Constituição brasileira, ao prever o direito de resposta, qualifica-se como regra impregnada de suficiente densidade normativa, revestida, por isso mesmo, de aplicabilidade imediata, a tornar desnecessária, para efeito de sua pronta incidência, a interpositio legislatoris, o que dispensa, por tal razão, ainda que não se lhe vede, a intervenção concretizadora do legislador comum. Isso significa que a ausência de regulação legislativa, motivada por transitória situação de vácuo normativo, não se revela obstáculo ao exercício da prerrogativa fundada em referido preceito constitucional. (...) O que me parece relevante acentuar, neste ponto, é que a ausência de qualquer disciplina ritual regedora do exercício concreto do direito de resposta não impede que o Poder Judiciário, quando formalmente provocado, profira decisões em amparo e proteção àquele atingido por publicações inverídicas ou inexatas. É que esse direito de resposta/retificação não depende, para ser exercido, da existência de lei, ainda que a edição de diploma legislativo sobre esse tema específico possa revelar-se útil e, até mesmo, conveniente. (...). De qualquer maneira, no entanto, a ausência, momentânea ou não, de regramento legislativo não autoriza nem exonera o Juiz, sob pena de transgressão ao princípio da indeclinabilidade da jurisdição, do dever de julgar o pedido de resposta, quando formulado por quem se sentir ofendido ou, então, prejudicado por publicação ofensiva ou inverídica. (...) Isso significa, portanto, considerado o que prescreve o art. 126 do CPC, que, em situação de vacuum legis (tal como sucede na espécie), o magistrado poderá valer-se de dispositivos outros – tais como aqueles existentes, p. ex., na Lei nº 9.504/97 (art. 58 e parágrafos) –, aplicando-os, no que couber, por analogia, ao caso concreto, viabilizando-se, desse modo, o efetivo exercício, pelo interessado, do direito de resposta e/ou de retificação”.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

E em segundo lugar, porque, na esteira dessa jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal, há dispositivos legais em vigor que, por aplicação analógica, podem servir de parâmetros para a concessão, por esse juízo, do direito de resposta pretendido. A título de exemplo, o art. 60 da Lei nº 8.078/1990, aplicável às demandas de tutela coletiva por força do art. 21 da Lei nº 7.347/1985, prevê a possibilidade de impor ao infrator *contrapropaganda*, quando este incorrer na prática de publicidade enganosa ou abusiva, e indica que tal medida será divulgada na mesma forma e dimensão, e preferencialmente no mesmo veículo, espaço e horário, de forma capaz de desfazer ou malefício causado.

Sem que seja necessário identificar, em todos os seus termos, os abusos de liberdade de radiodifusão praticados pela **JOVEM PAN** e a figura da publicidade abusiva e enganosa, importa aqui notar que tais dispositivos, conjugados, oferecem parâmetros concretos para guiar a decisão judicial ora visada, garantindo-se operacionalidade ao direito de resposta da coletividade, no presente caso.

Nesse passo, este órgão ministerial formula, ao final da presente ação, pretensões que, observando os parâmetros do art. 5º, V, da Constituição, e do art. 60 da Lei nº 8.078/1990, incluem as **seguintes etapas**: i) no prazo máximo de 30 dias, sejam reunidas informações oficiais, junto ao Tribunal Superior Eleitoral, sobre a confiabilidade dos processos democráticos por ele organizados, seguida de sua transformação em conteúdos de radiodifusão sonora, com duração entre dois a três minutos cada; ii) sejam veiculados, durante 04 meses, os aludidos conteúdos de radiodifusão, ao menos 15 (quinze) vezes por dia, em período das 06h00 às 21h00; e iii) seja feito o monitoramento desta veiculação, com resultados apresentados em relatórios mensais, nos autos.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Tais pretensões, como se verá nos tópicos 6 e 9 *infra*, são deduzidas tanto em face da **JOVEM PAN** quanto em face da **UNIÃO**, tudo a fim de garantir um efetivo direito de resposta à coletividade, neutralizando e contrabalanceando os efeitos causados pelos abusos apurados.

5.2) Cancelamento das outorgas detidas pela **JOVEM PAN**, por abusos sistemáticos de sua liberdade de radiodifusão:

Como exposto no tópico 3 *supra*, aqueles que exploram radiodifusão (tanto sonora quanto de som e imagem) estão submetidos a um regime mais *restrito* de liberdade de discurso, quanto comparadas com outros meios de comunicação. O caráter escasso do espectro de ondas eletromagnéticas que constitui a infraestrutura desse meio explica que ele seja considerado um bem de natureza pública, e que sua exploração por particulares não apenas dependa de uma prévia outorga do Estado, como sobretudo se vincule à observância de princípios e finalidades sociais, como preceituam os arts. 221 e 222 da Constituição Federal.

Para que esses princípios e essas finalidades públicas sejam mais do que normas no papel, e venham a ser *efetivamente observados* pelos detentores destas outorgas, o regime jurídico de radiodifusão brasileiro em vigor previu duas necessárias vias de controle, atribuídas, cada qual, a atores distintos.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Em uma primeira, controla-se a observância de tais princípios e finalidades no momento de *renovação* das outorgas da radiodifusão. O art. 223, § 5º da Constituição de 1988 estabelece prazos de validade para tais outorgas (de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de TV Aberta), após os quais as interessadas em sua renovação devem passar por um *novo* crivo quanto ao atendimento, ou não, das normas vigentes no setor. Nesse plano, caso se conclua pelo não atendimento, o Poder Executivo e o Poder Legislativo, em ato complexo praticado conjuntamente, podem *não renovar* dada outorga²⁰⁵. Aqui, há o reconhecimento de que, como a infraestrutura da comunicação por radiodifusão é escassa, não há direito perene à outorga, podendo ela sair das mãos de quem não a explore de forma qualificada, e passar a mão de uma nova pretendente que demonstre sinais de aptidão para tanto.

Já em uma segunda, controla-se a observância de tais princípios e finalidades *ainda durante o prazo de vigência* das outorgas, por meio do *sancionamento* de seus detentores. Trata-se, de fato, de forma de controle coerente com o disposto no já citado art. 52 da Lei nº 4.117/1962, conhecido como Código Brasileiro de Telecomunicações, que prevê que "*a liberdade de radiodifusão não exclui a punição dos que praticarem abusos no seu exercício*".

O art. 59 da Lei nº 4.117/1962 traz o rol de sanções aplicáveis às emissoras de radiodifusão, em caso de infrações ali previstas, prevendo a possibilidade de imposição, pelo Poder Executivo, de multas, de suspensão de sua programação e, no limite, de *cassação* das outorgas²⁰⁶.

205 Art. 223, § 2º: "*A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal*". A respeito do procedimento de não renovação adotado pelo constituinte, retirando das mãos exclusivas do Poder Executivo a decisão de não renovação, por receio de um recente passado ditatorial, ver WIMMER, Miriam. *Direitos, democracia e acesso aos meios de comunicação em massa*. Tese de doutorado defendida na Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, 2012. Pp. 231-232.

206 Em sentido idêntico, o art. 127 do Decreto Federal nº 52.795/1963, em recente redação de 2017, prevê que as penas por infração ao nele disposto são: I – multa; II – suspensão; e III - cassação.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

A Constituição Federal de 1988, contudo, receosa com o recente período ditatorial que buscava suplantar, tomou por bem condicionar a sanção mais grave aplicável às emissoras – aquela que fulminava os efeitos de sua outorga – à decisão do Poder Judiciário, por estar ele mais distanciado da dinâmica política que marca outros os Poderes eleitos. Nesse sentido, a figura da *cassação*, prevista no art. 59 da Lei nº 4.117/1962, de competência do Poder Executivo, transmutou-se em *cancelamento*, previsto no art. 223, § 4º, da Constituição Federal, *in verbis*:

Art. 223, § 4º. O *cancelamento* da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

No marco constitucional atual, portanto, a extinção dos efeitos de uma outorga de radiodifusão, antes do término de sua vigência, é medida denominada cancelamento, que apenas pode ser implementada por decisão judicial²⁰⁷.

²⁰⁷ De se registrar que, mesmo hoje, o Poder Executivo até pode sancionar uma emissora, no plano administrativo, com a cassação de sua outorga. Contudo, a *eficácia* de tal decisão – isso é, a real extinção dos efeitos da outorga – fica necessariamente condicionada a uma decisão judicial que promova seu *cancelamento*. Nesse sentido, é explícita a recentíssima Portaria MCOM nº 9.018, de 05 de abril de 2023, editada pelo Ministério das Comunicações para consolidar as normas ministeriais pertinentes à radiodifusão, que, em seu Art. 65, dispõe que “A *eficácia da pena de cassação, nos casos de concessão e permissão, depende de decisão judicial que determine o cancelamento da outorga, em conformidade com o disposto no § 4o do art. 223 da Constituição Federal*” (reproduzindo norma já prevista na Portaria GM/MCOM nº 112/2013, em seu art. 22, *caput*), e que, para operacionalizar tal providência, prevê, em seu art. 70, § 3º, prevê que “a *decisão de cassação, acompanhada de cópia integral do processo administrativo, será encaminhada ao órgão competente da Advocacia-Geral da União para fins de ajuizamento da ação de cancelamento da concessão ou da permissão, na forma prevista na Constituição Federal*”. Obviamente, a atuação do Poder Judiciário não depende de prévia decisão administrativa, seja porque lei alguma o exige, seja porque, ainda que o fizesse, o art. 5º, inciso XXXV, da Constituição é claro ao indicar que norma alguma pode excluir da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Não há dúvida de que o cancelamento de uma outorga de radiodifusão é medida drástica, que interrompe o funcionamento de um veículo de comunicação em atividade, devendo tal sanção deve ser mobilizada como *ultima ratio*, ficando restrita a situações extremas. Ocorre que, por todo o exposto no tópico 4 supra, o presente caso envolve precisamente esse tipo de situação extrema, e isso, de fato, à luz dos próprios critérios legais criados para nortear os juízos de proporcionalidade relativos à matéria.

O legislador, ciente da necessidade de aplicação segura e razoável de sanções no plano da regulação da radiodifusão, criou balizas para aplicá-las.

Nessa linha, por exemplo, o art. 61 da Lei nº 4.117/1962 indicou expressamente que as diferentes sanções previstas no art. 59 daquele diploma devem ser impostas de acordo com a infração cometida, e considerados os seguintes fatores: a) a gravidade da falta; b) os antecedentes da entidade faltosa; e c) eventual reincidência específica.

Não bastasse, a Lei nº 4.117/1962 foi além e previu, *especificamente*, hipóteses concretas em que cabível a sanção de cassação de outorgas (as quais, por todo o dito, igualmente servem à análise, pelo Poder Judiciário, do cabimento, em dado caso, da sanção de cancelamento). Com efeito, de acordo com seu art. 64, a pena de cassação poderá ser imposta quando estivermos diante de: “a) *infringência do artigo 53 daquele diploma; b) reincidência em infração anteriormente punida com suspensão; (...) d) superveniência da incapacidade legal, técnica, financeira ou econômica para execução dos serviços da concessão ou permissão; e) não haver a concessionária ou permissionária, no prazo estipulado, corrigido as irregularidades motivadoras da suspensão anteriormente imposta; (...)*”.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

No que aqui importa, nota-se, pelas balizas citadas, que, ao passo que algumas infrações (isoladamente punidas com, no máximo, suspensão²⁰⁸) apenas podem ser punidas com cassação/cancelamento em caso de reincidência da emissora (cf. art. 64, alínea b), outras são consideradas *in re ipsa* como tão graves que, mesmo que praticadas isoladamente, já autorizariam a imposição da mais grave sanção. De fato, ao prever, em seu art. 64, alínea a, que a infringência de seu art. 53, mesmo que não reiterada, já autoriza a cassação/cancelamento, a Lei nº 4.117/1962 já está prevendo que tais condutas são, mesmo que praticadas uma única vez, a tal ponto graves que tornam a emissora indigna de seguir explorando o serviço público de radiodifusão.

Ora, as numerosas condutas praticadas pela JOVEM PAN, expostas longamente no tópico 4 *supra*, enquadram-se precisamente nos tipos previstos no art. 53 da Lei nº 4.117/1962, por ela definidos como abusos da liberdade de radiodifusão. Afinal, como visto, diversos dos conteúdos veiculados pela emissora demandada, no período analisado, consistiram no emprego desse meio, entre outros, incitando a desobediência a leis e decisões judiciais, fazer propaganda de processos de subversão da ordem política democrática, insuflar a rebeldia e a indisciplina das Forças Armadas, caluniar membros dos Poderes Legislativos e Judiciário, e veicular notícias falsas, com perigo (concreto) para a ordem pública e social do país²⁰⁹.

208 Nos termos do art. 63 da Lei nº 4.117/1962, “a pena de suspensão poderá ser aplicada nos seguintes casos: a) infração dos artigos 38, alíneas a, b, c, e, g e h; 53, 57, 71 e seus parágrafos; b) infração à liberdade de manifestação do pensamento e de informação; c) quando a concessionária ou permissionária não houver cumprido, dentro do prazo estipulação, exigência que lhe tenha sido feita pelo CONTEL; d) quando seja criada situação de perigo de vida; e e) utilização de equipamentos diversos dos aprovados ou instalações fora das especificações técnicas constantes da portaria que as tenha aprovado;

209 Apenas para que não se tenha dúvida quanto à força normativa desses parâmetros, o art. 133 do Decreto Federal nº 52.795/1963, em redação dada recentemente pelo Decreto Federal nº 9.138/2017 (já, portanto, sob a égide da Constituição Federal de 1988), repisa as mencionadas hipóteses de cassação de outorgas, fazendo referência às infrações previstas no incisos I a XII e XXIII a XXVII do *caput* de seu art. 122, que espelham, entre outros, o art. 53 da Lei nº 4.117/1962.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Diante desse cenário, **aplicar uma resposta proporcional e razoável, às condutas praticadas pela JOVEM PAN, significa, em estrita observância aos parâmetros legais em vigor, impor-lhe o cancelamento judicial das três outorgas que atualmente detém.**

No ponto, é relevante ter em mente que, à luz dos parâmetros expostos, a prática de um ato isolado de abuso à liberdade de radiodifusão, tipificado no art. 53 da Lei nº 4.117/1962 já seria suficiente para justificar a imposição desta que é a sanção mais grave do ordenamento. Afinal, as figuras típicas em tela encerram condutas de enorme repercussão social, e, quando praticadas, convertem concessionárias e permissionárias de serviço público federal em mola propulsora de caos social, de risco ao regime democrático e de intervenção militar sobre os Poderes Constituídos²¹⁰. Nada obstante, **no presente caso não se está sequer diante de uma conduta isolada de abuso, mas sim, como visto, de abusos sistemáticos e multifacetados, praticados ao longo de meses, reiteradamente, e sem cessar nem mesmo quando diante do mais grave ataque às instituições que corporificam a Nova República.**

Não bastasse, como se apontará em mais detalhes no subtópico seguinte (5.3 *infra*), **as condutas da JOVEM PAN foram praticadas no âmbito de uma rede de radiodifusão com enorme alcance, uma vez que ela, em conjunto, tem potencial de chegar aos ouvidos de dezenas de milhões de cidadãos e cidadãs que vivem em território nacional.**

²¹⁰ Não por outro motivo, parte das condutas previstas no art. 53 da Lei nº 4.117/1962 encontra similitude com tipos penais recentemente incluídos no Código Penal, como os previstos em seu art. 286, parágrafo único (“Incitar, publicamente, a prática de crime. Incorre na mesma pena quem incita, publicamente, animosidade entre as Forças Armadas, ou delas contra os poderes constitucionais, as instituições civis ou a sociedade”), em seu art. 359-M (“Tentar depor, por meio de violência ou grave ameaça, o governo legitimamente constituído”). Note-se que tais figuras foram aprovadas pelo Congresso Nacional recentemente, já sob a égide da Constituição Federal de 1988, a reforçar a reprovabilidade normativa atual a condutas como as expostas nesta inicial.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Por tudo isso, **a sanção estatal que se mostra proporcional à gravidade do quadro apurado é clara: a JOVEM PAN deve ser sancionada com o cancelamento judicial das três outorgas de radiodifusão que detém**, com fundamento no Art. 223, § 4º, da Constituição Federal e observando-se as balizas previstas no art. 64, alínea a c/c art. 53, ambos da Lei nº 4.117/1962.

É oportuno, ainda que óbvio, consignar que não se está, aqui, cobrando uma medida com base em divergências política, ideológica ou de natureza análoga. Deve-se ter em mente que **as condutas praticadas pela JOVEM PAN** – e enquadradas tipicamente como abuso na legislação em vigor – **minaram por ao menos um ano inteiro a confiança dos cidadãos e das cidadãs nos processos democráticos dos quais participam**, afetando, assim, a legitimidade de todo e qualquer resultado que deles advenham. Não fosse isso suficiente, **tais condutas**, no contexto em que praticadas, **dirigiram recados absolutamente graves às Forças Armadas, provocando-as a intervirem sobre as instituições civis**, em um movimento perigoso que poderia resultar em uma ruptura que, a exemplo do já ocorrido em nossa história recente, poderia suspender liberdades públicas fundamentais de brasileiros e brasileiras.

Os ataques de 08 de janeiro de 2023 foram, como exposto, o ponto alto de uma séria escalada de instabilidade democrática que irrompeu no Brasil nos últimos anos. Alimentada por desinformação organizada e pela naturalização de discursos golpistas, essa escalada ganhou tração pela força simbólica de diversos atores, que não cabe elencar exaustivamente nesta sede. Por todo o apurado, no entanto, fica evidente a **JOVEM PAN**, em específico, mobilizou seu forte aparato de comunicação (que inclui suas outorgas de radiodifusão sonora), e veiculou sistematicamente discursos convergentes com esses movimentos que levaram ao limite as instituições e o regime civil do país.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Não se trata, portanto, de responsabilizar a JOVEM PAN por discordâncias próprias do dissenso democrático, que naturalmente existem entre os diferentes espectros políticos. Trata-se, isso sim, de cobrar que esta emissora seja sancionada, proporcionalmente, por ter praticado condutas que a lei considera gravíssimas, em razão de seu potencial de incitação à violência e a atos antidemocráticos, e por ter abusado das outorgas que hoje ainda detém, violando os princípios e as finalidades sociais que regem a comunicação social brasileira. A definição de qual é a resposta cabível ao presente caso tem, invariavelmente, de levar isso tudo em conta.

5.3) Indenização pelos danos morais coletivos causados à sociedade brasileira:

A gravidade dos fatos apurados, no entanto, não pode ser devidamente respondida apenas com o cancelamento das outorgas hoje detidas pela JOVEM PAN. Se é verdade que tal medida é fundamental para evitar que essa empresa siga explorando um bem público escasso em violação a seus princípios e suas finalidades sociais, também é verdade que isso, por si só, teria efeitos somente a partir dali. É preciso, pois, também impor-lhe uma outra sanção, independente dessa, para fins de compensar a coletividade pelo ocorrido²¹¹.

²¹¹ E independente, também, da obrigação de viabilizar direito de resposta, dado que tal providência, visada em sede de antecipação de tutela, tem escopo e vigência temporal mais restritos, servindo apenas, como sustentado, para neutralizar e contrabalançar os conteúdos ilícitos veiculados pela JOVEM PAN na esfera pública. A respeito, ver, por exemplo, MEYER PFLUG, Samantha Ribeiro. “Liberdade de expressão do pensamento”. In: LEITE, George Salomão *et alli* (Org.) *Jurisdição constitucional e liberdades públicas*. Belo Horizonte: Fórum, 2017. Pp. 76/77 (“o direito de resposta é um direito autônomo que não se confunde com a garantia da indenização por dano material, moral ou à imagem a que faz jus o ofendido no caso de violação de seus direitos”).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

A Constituição Federal, em seu Art. 220, § 1º, se por um lado prevê que nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, por outro remete à necessidade de observância, dentre outros, de se observar seu art. 5º, V, que expressamente prevê que ser assegurada indenização por dano material, moral ou à imagem” que dela possa decorrer.

Coerente com esse marco constitucional, o art. 162 do do Decreto Federal nº 52.795/1963, que regulamenta o Código Brasileiro de Telecomunicações, dispõe que, sem prejuízo da ação penal pertinente, é cabível ação civil para reparação do dano moral, respondendo por ele, solidariamente, tanto o ofensor quanto a concessionária.

O dano moral de que tratam essas normas, é importante consignar, não se restringe àquele de natureza individual, pertinente a pessoas físicas. É evidente que também estas podem ter seus direitos individuais – como honra, imagem etc. – violados por condutas praticadas por quem explora os meios de comunicação social, por exemplo por meio de um programa que exponha uma cidadã a situação vexatória, tripudiando de sua deficiência ou de alguma característica física. No entanto, as próprias infraestruturas dos meios de comunicação em massa, pensadas para a difusão de conteúdo para milhares, quando não milhões de pessoas, exigem que reconheçamos que aqueles que os exploram podem causar, além de danos morais individuais, também danos morais coletivos, que afetam grandes grupos ou até mesmo a sociedade como um todo. Pense-se, aqui, em situações nas quais, por exemplo, um meio de comunicação veicula conteúdo discriminatório, que atingem a honra ou a imagem de todos os integrantes de dada minoria, ou um conteúdo de extrema violência, que possa atingir a integridade psíquica da esmagadora maioria daqueles que com ele tiverem tido contado. Em casos tais, a violação coletiva deve ser objeto de indenização, também coletiva.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica neste sentido, reconhecendo a idoneidade de busca de indenização, via ação civil pública, por danos morais coletivos praticados por empresas concessionárias de radiodifusão, e frisando, ainda, que sua aferição é *in re ipsa*, sendo despicienda a demonstração de prejuízos concretos materializados para cada indivíduo afetado. Veja-se o seguinte julgado representativo:

“RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DIGNIDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES OFENDIDA POR QUADRO DE PROGRAMA TELEVISIVO. DANO MORAL COLETIVO. EXISTÊNCIA. 1. O dano moral coletivo é aferível *in re ipsa*, ou seja, sua configuração decorre da mera constatação da prática de conduta ilícita que, de maneira injusta e intolerável, viole direitos de conteúdo extrapatrimonial da coletividade, revelando-se despicienda a demonstração de prejuízos concretos ou de efetivo abalo moral. Precedentes. (...) 3. A análise da configuração do dano moral coletivo, na espécie, não reside na identificação de seus telespectadores, mas sim nos prejuízos causados a toda sociedade, em virtude da vulnerabilização de crianças e adolescentes, notadamente daqueles que tiveram sua origem biológica devassada e tratada de forma jocosa, de modo a, potencialmente, torná-los alvos de humilhações e chacotas pontuais ou, ainda, da execrável violência conhecida por bullying. (...) 6. Nessa perspectiva, a conduta da emissora de televisão - ao exibir quadro que, potencialmente, poderia criar situações discriminatórias, vexatórias, humilhantes às crianças e aos adolescentes - traduz flagrante dissonância com a proteção universalmente conferida às pessoas em franco desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, donde se extrai a evidente intolerabilidade da lesão ao direito transindividual da coletividade, configurando-se, portanto, hipótese de dano moral coletivo indenizável, razão pela qual não merece reforma o acórdão recorrido (STJ, REsp 1517973/PE, 4ª Turma, Relator o Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 16/11/2017, publicado em 01/02/2018).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

É verdade que há diferentes concepções de danos morais coletivos em disputa. Aqui, no entanto, adota-se uma compreensão que a vincula a afetações de valores importantes de dada comunidade, inclusive relacionados à própria ideia de império da lei. Como sintetizam Carlos Alberto Bittar Filho e André de Carvalho Ramos,

“o dano moral coletivo é a injusta lesão da esfera moral de uma dada comunidade, ou seja, é a violação antijurídica de um determinado círculo de valores coletivos. Quando se fala em dano moral coletivo, está se fazendo menção ao fato de que o patrimônio valorativo de uma certa comunidade (maior ou menor), idealmente considerado, foi agredido de maneira absolutamente injustificável do ponto de vista jurídico: quer isso dizer, em última instância, que se feriu a própria cultura, em seu aspecto imaterial.”²¹²

“é preciso sempre enfatizar o imenso dano moral coletivo causado pelas agressões aos interesses transindividuais. Afeta-se a boa-imagem da proteção legal a estes direitos e afeta-se a tranquilidade do cidadão (...) Tal intranquilidade e sentimento de despreço gerado pelos danos coletivos, justamente por serem indivisíveis, acarretam lesão moral que também deve ser reparada coletivamente”²¹³.

212 BITTAR FILHO, Carlos Alberto. “Do dano moral coletivo no atual contexto jurídico brasileiro”. In: *Revista de Direito do Consumidor* n° 12, 1994, P. a

213 RAMOS, André de Carvalho. “A ação civil pública e o dano moral coletivo”. In: *Revista de Direito do Consumidor* n° 25, 1998. P. 83.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

No presente caso, este tipo de afetação é absolutamente evidente.

De fato, por todo o até aqui exposto, a **JOVEM PAN**, ao veicular sistematicamente conteúdos desinformativos e com potencial incitatório à violência e a atos antidemocráticos por meio do espectro de radiodifusão sonora, não apenas abusou das outorgas que detém, como ainda causou sérios abalos pilares da sociedade brasileira. Basta pensarmos, aqui, que durante todo o período analisado nesta inicial, sua programação impulsionou numerosas falas que, entre outros, contribuíram para a radicalização da esfera pública do país, inflaram um clima de desconfiança, na população, sobre a higidez dos processos eleitorais em curso naquele ano, minaram, sem quaisquer provas que as embasassem, a legitimidade das várias instituições que por ele são responsáveis, e, não bastasse, legitimaram movimentos de desordem social – atingindo-se fortemente valores como civilidade, tolerância, cidadania e democracia²¹⁴, fundamentos de nossa República, nos termos do art. 1º da Constituição Federal.

Essa afetação coletiva, aliás, foi de magnitude superlativa, pois tais conteúdos não ficaram, de modo algum, restritos a poucos ouvintes. Pelo contrário, segundo análise técnica produzida pelo Ministério das Comunicações no bojo do Inquérito Civil Público em epígrafe, as emissoras de FM e de AM componentes da chamada “Rede Jovem Pan”²¹⁵ tem potencial para chegar, respectivamente, a 82 milhões e a 26 milhões de pessoas, distribuídas por todas as regiões do país.

214 Não é demais lembrar que a Constituição Federal de 1988, pacto fundamental de nossa sociabilidade, estabelece que a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, entre outros, a cidadania, a dignidade da pessoa humana e o pluralismo político.

215 Cf. NOTA INFORMATIVA Nº 798/2023/MCOM, constante do Documento 84, sobretudo pgs. 04/05, do Inquérito Civil Público nº 1.34.001.000088/2023-11, e juntada, neste momento, como anexo 08.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Ou seja: sem nem precisarmos considerar aqueles que acompanharam a programação produzida pela **JOVEM PAN** por meio de outros veículos (como pela internet e pelo canal de TV por assinatura), o conteúdo abusivo transmitido pela referida rede, apenas via rádio, alcançou potencialmente uma audiência de **dezenas de milhões de brasileiros e brasileiras**.

Neste cenário, cabe ação civil pública, por disposição expressa de lei, para promover a responsabilidade pelos graves danos morais coletivos causados pela **JOVEM PAN** à sociedade brasileira²¹⁶. E tal responsabilidade, é importante frisar, por envolver uma detentora de outorgas de *serviço público* (no caso, o de radiodifusão sonora), há de ser aferida, de forma *objetiva*, independentemente de prova de dolo dos envolvidos nos abusos apurados²¹⁷. É o que diz a jurisprudência assentada do Superior Tribunal de Justiça, a exemplo do seguinte aresto:

“AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC) - AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO AGRAVO INSURGÊNCIA DA DEMANDADA. (...) 3. A responsabilidade da concessionária de serviço público é objetiva, nos termos da jurisprudência pacífica desta Corte Superior. Precedentes. Aplicação da Súmula 83/STJ. 5. Agravo regimental desprovido. (STJ, AgRg no AREsp 415.784/PR, 4ª Turma, Relator o Ministro Marco Buzzi, julgado em 03/02/2015, publicado em 13/02/2015)”

216 Art. 1º da Lei nº 7.347/1985: Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados: IV – a qualquer outro interesse difuso ou coletivo.

217 Aplica-se, aqui, o disposto no art. 2º, II e IV, da Lei nº 8.987/1995, que define concessão e permissão de serviço público como delegações de sua prestação, pelo Poder Público, a quem demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco. Vigora, ainda, a regra prevista no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, aplicável também às concessionárias e permissionárias de serviço público: “*As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa*”.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Reconhecido que a **JOVEM PAN** causou dano moral coletivo à sociedade brasileira, o critério de fixação do montante de sua indenização deve levar em conta **diferentes fatores**, que envolvem não apenas a gravidade dos fatos, como também o patrimônio do autor. Afinal, como ensina a doutrina, o valor a ser indenizado

“deve traduzir-se em montante que represente advertência, ao lesante e à sociedade, de que não se aceita o comportamento assumido, ou o evento lesivo advindo. Consubstancia-se, portanto, em importância compatível com o vulto dos interesses em conflito, refletindo-se de modo expressivo, no patrimônio do lesante, a fim de que sinta, efetivamente, a resposta da ordem jurídica aos efeitos do resultado lesivo produzido. Deve, pois, ser quantia economicamente significativa, em razão das potencialidades do patrimônio do lesante. (...) Com efeito, o peso do ônus financeiro é, em um mundo em que cintilam interesses econômicos, a resposta pecuniária mais adequada a lesionamentos de ordem moral”²¹⁸.

A gravidade das condutas praticadas pela **JOVEM PAN** é, como apontado, de todo inquestionável, seja pelos conteúdos que ela veiculou, seja por tê-lo feito de forma sistemática e não pontual, seja, por fim, pelo alcance potencial de seu sinal de rádio, a atingir dezenas de milhões de brasileiros e brasileiras.

218 BITTAR FILHO, Carlos Alberto. *Reparação civil por danos morais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993. Pp. 220/222.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Isso posto, o patrimônio da JOVEM PAN é não somente de grande vulto, como ainda vem crescendo nos últimos anos.

Com efeito, de acordo com seus últimos balanços divulgados por dever legal no Diário Oficial Empresarial do Estado de São Paulo²¹⁹, seu faturamento, que já havia crescido de 2019 para 2020, subiu cerca de 30% entre 2020 e 2021. E na medida que importa para nortear parâmetros de indenização, os ativos da empresa também aumentaram significativamente nesse período, saindo de R\$ 104.475.065 em 2020, e alcançando, em 2021, quando a empresa lançou seu canal de TV, o elevado patamar de R\$ 134.066.728.

Nesses termos, e tendo em conta a gravidade dos fatos apurados no Inquérito Civil Público em epígrafe, entende-se que **a indenização pelos danos morais coletivos causados pela JOVEM PAN deve ser fixada em R\$ 13.406.672,80 (treze milhões, quatrocentos e seis mil e seiscentos e setenta e dois reais e oitenta centavos)**, correspondente a 10% de seus ativos na última declaração de balanço apresentada à sociedade., a serem pagos em favor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos, na forma do art. 20 da Lei nº 7.347/1985 e do Decreto nº 1.306/1994.

219 Cf. https://www.imprensaoficial.com.br/Certificacao/Certificador.aspx?link=%2f2022%2fempresarial%2fabril%2f15%2fpag_0005_f453870f775a39baf3f51ed6ccc21a78.pdf&pagina=5&data=15/04/2022&caderno=Empresaria, trazido também como anexo 13). De fato, o faturamento da empresa já havia subido de R\$ 74.217.293 em 2019 para 77.882.150 em 2020, e seus ativos, no mesmo período, saíram de R\$ 94.478.795 para R\$ 104.475.065 (cf. http://diariooficial.imprensaoficial.com.br/doflash/prototipo/2021/Março/31/empresarial/pdf/pg_0464.pdf).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

6) A posição da UNIÃO na demanda:

Como indicado, o caráter limitado do espectro de ondas eletromagnéticas que constitui a infraestrutura da radiodifusão levou o constituinte a dar-lhe natureza *pública*, atribuindo sua exploração precípua, nos termos do art. 21, XII, a²²⁰, da Carta da República, à **UNIÃO**. Nesse passo, entes privados até podem explorar serviços de radiodifusão, mas precisam, para tanto, de prévia *outorga* (nas modalidades de concessão ou permissão), pelo Executivo, conforme art. 223 da Constituição Federal²²¹ e art. 32 da Lei nº 4.117/1962²²².

Sendo tais serviços, assim, serviços *públicos* por definição, cabe ao Poder Público não apenas liberar sua exploração privada por meio de outorgas, mas também – e sobretudo – *fiscalizar* o devido cumprimento das obrigações a cargo de quem os explora, como preceitua o art. 10, II, da Lei nº 4.117/1962²²³.

Ciente disso, tão logo instaurou o Inquérito Civil Público nº 1.34.001.000088/2023-11, a partir do qual se ajuíza a presente ação civil, este órgão ministerial oficiou o Ministério das Comunicações²²⁴ (cf. anexo 09), com cópia da portaria instauradora, requisitando que informasse se tinha aberto algum procedimento de fiscalização em face da **JOVEM PAN**.

220 Art. 21. Compete à União: (...) XII - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão: a) os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens.

221 Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

222 Art. 32. Os serviços de radiodifusão, nos quais se compreendem os de televisão, serão executados diretamente pela União ou através de concessão, autorização ou permissão.

223 Art. 10. Compete privativamente à União: (...) II - fiscalizar os Serviços de telecomunicações por ela concedidos, autorizados ou permitidos.

224 Ofício nº 21/2023 (PR-SP-00001030/2023), Documento 09 do Inquérito Civil Público nº 1.34.001.000088/2023-11.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Em resposta²²⁵, contudo (cf. anexo 01), o Ministério das Comunicações, ainda que tenha reconhecido sua competência para apurar e processar infrações administrativas cometidas por concessionárias e permissionárias do serviço de radiodifusão, na forma do art. 29, h, da Lei nº 4.117/1962²²⁶, até então não havia qualquer processo sancionador instaurado em face da **JOVEM PAN**, pelas práticas expostas nesta inicial.

É verdade que, na mesma resposta, o Ministério das Comunicações informou que, ao ser instado por este órgão ministerial, a Coordenação Geral de Fiscalização e de Monitoramento instaurou um Processo de Averiguação de Denúncia (PADE), que recebera o nº 53115.001173/2023-19 e tem caráter preliminar à instauração de Processo para Apuração de Infrações (PAI), que é de natureza sancionadora propriamente dita²²⁷. No entanto, tendo este *Parquet* requisitado acesso ao referido feito administrativo²²⁸ (cf. íntegra constante do anexo 10), o que se constatou é que sua instrução, ao longo dos últimos meses, foi absolutamente *incipiente*, resumindo-se à juntada de informações cadastrais e a um único pedido de informações à emissora fiscalizada (relacionado, vale frisar, tão somente ao conteúdo por ela veiculado nos dias 21/12/2022, 22/12/2022, 29/12/2022 e 08/01/2023)²²⁹. Tal Processo Administrativo, aliás, teve seu último andamento há quase quatro meses, em 28/02/2023, estando desde então *parado*, sem qualquer impulso instrutório, e portanto muito longe de resultar em medidas sancionatórias concretas, da alçada da Pasta.

225 OFÍCIO No 2079/2023/MCOM, Documento 33. pgs. 07/08 do Inquérito Civil Público nº 1.34.001.000088/2023-11.

226 Art. 29. Compete ao Conselho Nacional de Telecomunicações: (...) h) fiscalizar o cumprimento das obrigações decorrentes das concessões, autorizações e permissões de serviços de telecomunicações e aplicar as sanções que estiverem na sua alçada. Vale consignar que, como destacou o Ministério das Comunicações em sua resposta, hoje, “regimentalmente, essa competência pertence à Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento, unidade da Secretaria de Radiodifusão desta Pasta”.

227 OFÍCIO No 2079/2023/MCOM, Documento 33. pg. 08 do Inquérito Civil Público nº 1.34.001.000088/2023-11.

228 Cf. íntegra juntada como Anexo I do Inquérito Civil Público nº 1.34.001.000088/2023-11

229 Cf. pgs. 47/48 do referido PADE nº 53115.001173/2023-19.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Nesse cenário, o que se tem é que, por enquanto, a **UNIÃO** ainda não adotou providências para sancionar a **JOVEM PAN**, pelos abusos de liberdade de radiodifusão praticados ao longo do período em tela, fazendo-se cabível a *intervenção* do Judiciário, a fim de *impor* à consequências devidas que, em sede administrativa, não lhe foram impostas até esta data.

Para tanto, porém, não há como ignorar que **a plena eficácia da imposição, pela via judicial, de sanções e obrigações à JOVEM PAN passa, invariavelmente, pela assunção de obrigações também pela UNIÃO.** E isso por diversos motivos.

i) Em primeiro lugar, a plena eficácia do visado *cancelamento*, por decisão judicial, das outorgas atualmente detidas pela **JOVEM PAN** depende também da adoção de providências fiscalizatórias contínuas pelo Ministério das Comunicações, em especial em face daquelas emissoras que hoje atuam como *afiliadas* da ora demandada.

Como adiantado no tópico 3 *supra*, o conteúdo produzido pela **JOVEM PAN** não é veiculado, via radiodifusão sonora, apenas por meio de suas três outorgas, localizadas em São Paulo/SP e em Brasília/DF, pois é transmitido também por meio das outras outorgas, detidas por ao menos 103 empresas que atuam como suas *associadas*. De fato, a chamada “Rede Jovem Pan” veicula conteúdo tanto a partir da *cabeça de rede* (a **JOVEM PAN**, detentora das referidas três outorgas), quanto por a partir de várias *afiliadas*, sendo somente por isso que seu sinal alcança *centenas* de municípios brasileiros, distribuídos em ao menos 19 estados da federação²³⁰.

230 Conforme Nota Informativa no 68/2023/MCOM, do Ministério das Comunicações, constante do Documento 33, pgs. 04 e 08/09, do Inquérito Civil Público nº 1.34.001.000088/2023-11, e juntada como anexo 01. Detalhes sobre as três outorgas da **JOVEM PAN**, repise-se, constam dos processos de Documentos 65 a 68 do referido feito.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Isso significa, em outras palavras, que, para que o visado cancelamento judicial das três outorgas detidas pela **JOVEM PAN** apenas terá como efeito a interrupção da veiculação de seu conteúdo se, igualmente, forem adotadas providências para que ele não seja retransmitido a partir das outorgas das afiliadas componentes da rede. No ponto, é imperioso consignar que não existe uma relação intrínseca entre os sinais da cabeça e os sinais das afiliadas, de modo que a interrupção daquele não implica, automaticamente, a interrupção destes²³¹. Deste modo, para que a decisão de cancelamento a ser proferida leva, também, à vedação de que as afiliadas obtenham o conteúdo produzido pela **JOVEM PAN** por outras vias técnicas (por exemplo, a partir do áudio dos canais de Youtube controlados pela emissora ora demandada), e o retransmitam, faz-se fundamental que a UNIÃO seja obrigada a promover a fiscalização e a eventual punição daquelas empresas que, por meio de suas próprias outorgas, tentarem fazê-lo.

A esse respeito, é de se ter em conta que a imposição de tal dever de fiscalização e monitoramento contínuo, à **UNIÃO**, em face das afiliadas da “Rede Jovem Pan”, é a única forma segura de dar plena eficácia à decisão de cancelamento das três outorgas hoje detidas pela **JOVEM PAN**. Pois, como esclareceu o Ministério das Comunicações²³², sequer é possível relacionar, sem uma fiscalização detida e contínua do órgão regulador, todas as afiliadas que, nessa qualidade, veiculam conteúdos produzidos pela **JOVEM PAN**, já que os acordos de afiliação entre emissoras de radiodifusão são negociados, pela legislação vigente, sem a intervenção ou aprovação do Poder Público outorgante.

231 Basta aqui pensarmos que, do ponto de vista técnico, cada empresa componente da rede tem sua própria outorga, tanto assim que uma afiliada pode compor sua programação espelhando integralmente a programação da cabeça de rede, ou espelhando-a apenas parcialmente, preenchendo o tempo restante com programações e mesmo publicidade locais, produzidas por si própria.

232 Cf. Nota Informativa no 68/2023/MCOM, do Ministério das Comunicações, constante do Documento 33, pgs. 08/09, do Inquérito Civil Público nº 1.34.001.000088/2023-11, e juntada, para facilitar a consulta, como anexo 01.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Nesse passo, ainda que se tenha hoje uma estimativa de que a chamada “Rede Jovem Pan” seja composta de mais de cem afiliadas²³³, sequer seria possível indicar como demandadas, nesta inicial, todas as empresas que reproduzem o conteúdo da citada cabeça de rede, pois nem mesmo as informações disponíveis hoje pelo Ministério das Comunicações são oficiais nesse sentido. E mesmo que o fossem, nada impediria que, indicadas todas as empresas hoje afiliadas, durante a tramitação da ação ora ajuizada esse rol fosse alterado/ampliado, por novos contratados costurados pela **JOVEM PAN**, a fim de fazer com que seu conteúdo seguisse sendo veiculado via radiodifusão sonora, ainda que não por meio de suas próprias outorgas ou das outorgas das *atuais* componentes de sua rede.

Assim, ao mesmo tempo em que este órgão ministerial pretende que esse juízo promova o cancelamento das três outorgas de radiodifusão sonora que a **JOVEM PAN** detém hoje, também pretende que esse juízo imponha à **UNIÃO** o dever de, por meio do Ministério das Comunicações, continuamente fiscalizar e de eventualmente punir qualquer outra empresa que use de suas próprias outorgas para retransmitir o conteúdo produzido pela emissora ora demandada.

ii) Em segundo lugar, a plena eficácia do visada *direito de resposta em favor da coletividade*, que se pretende obter em sede de antecipação de tutela, depende não apenas da imposição, à **JOVEM PAN**, da obrigação de veiculá-lo, mas também da imposição, à **UNIÃO**, de obrigações de *elaborar seu conteúdo e fiscalizar sua correta transmissão*, no período determinado.

233 Ver, nesse sentido, a planilha apresentada anexa à citada Nota Informativa no 68/2023/MCOM, do Ministério das Comunicações, constante do Documento 33.1 do Inquérito Civil Público nº 1.34.001.000088/2023-11, e juntada, para facilitar a consulta, como anexo 01. Tal número é corroborado, vale frisar, pela página oficial da própria **JOVEM PAN**, no link <https://jovempan.com.br/afiliadas>



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

De fato, como exposto no tópico 5.1 *supra*, pretende-se que esse juízo imponha à **JOVEM PAN** o dever de, desde logo, veicular, por prazo certo, conteúdos que neutralizem e contrabalanceiem os efeitos graves daqueles de caráter desinformativo e incitatório à violência e à ruptura democrática, transmitidos pela emissora demandada ao longo do último ano. Nesse plano, contudo, mostra-se fundamental que a **UNIÃO** não apenas reúna junto ao Tribunal Superior Eleitoral, como ente responsável pela gestão dos processos eleitorais brasileiros, os dados oficiais pertinentes, e *elabore* os materiais a serem veiculados como direito de resposta, como também fiscalize, por meio do Ministério das Comunicações, sua efetiva transmissão pela **JOVEM PAN**. A propósito, cabe consignar que é a **UNIÃO** quem dispõe de estrutura técnica – por exemplo, por meio da Secretaria de Comunicação Social²³⁴, ou da Empresa Brasileira de Comunicação²³⁵ – para reunir os elementos pertinentes e transformá-los em conteúdo radiofônico, a ser transmitido pela emissora demandada. Também cabe ter em mente que é a **UNIÃO**, por meio de seu Ministério das Comunicações, que detém o expertise regulatório para monitorar a correta transmissão do direito de resposta formatado, ao longo da grade de programação da emissora ora demandada.

Deste modo, ao tempo em que se pretende que esse juízo imponha à **JOVEM PAN** o dever de transmitir o direito de resposta visado, também pretende que esse juízo imponha à **UNIÃO** o dever de contribuir para sua elaboração e para sua fiscalização.

iii) Em terceiro e último lugar, é importante consignar que, paralelamente à presente ação civil pública, este órgão ministerial também expediu, nesta data, uma **Recomendação**, à **UNIÃO**, para que ela instaure, com base no Parecer nº 00001/2023/CONSUNIAO/CGU/AGU²³⁶,

234 <https://www.gov.br/secom/pt-br>

235 <https://www.ebc.com.br/>

236 <https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/empresas-e-pessoas-fisicas-responsaveis-por-atos-antidemocraticos-podem-ser-proibidas-de-participar-de-licitacoes-e-de-contratar-com-a-administracao-publica>



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

recentemente por ela editado em caráter *vinculante*, um processo administrativo que pode culminar na declaração da **JOVEM PAN** como *inidônea* para celebrar contratos com a Administração Pública Federal, nos termos da Lei nº 8.666/1993 e da Lei nº 14.133/2021.

Como exposto em detalhes na Recomendação (cuja cópia é trazida no anexo 12), aos olhos deste *Parquet* federal, as condutas praticadas pela emissora ora demandada não somente configuram abusos à liberdade de radiodifusão, a serem processados desde logo nesta sede, como também podem se enquadrar, a princípio, no escopo do referido parecer vinculante. De fato, a **UNIÃO** o editou, na esteira dos graves atos de 08 de janeiro deste ano, sob o entendimento de que *desenvolver* ou *estimular* ações atentatórias aos Poderes da República são práticas com alta carga de reprovabilidade no ordenamento jurídico, representando violações ao Estado Democrático de Direito e ao princípio republicano, e de que seria contraditório, por isso, que a Administração Pública celebrasse ou mantivesse contratos com pessoas físicas e jurídicas que atuaram no sentido de sua desconstrução.

Diante disso, e considerando que ainda não há evidências de mora, da **UNIÃO**, quanto à análise das condutas da **JOVEM PAN**, para fins de declaração de inidoneidade, este órgão ministerial tomou por bem expedir aludida Recomendação, dando chance ao ente federal para tomar as providências cabíveis de forma não compulsória. Entretanto, não há como ignorar que, caso a **UNIÃO** não acate a medida recomendada, caberá, oportunamente, até mesmo aditar a presente inicial, para compulsoriamente se deflagrar o processo administrativo pertinente, ou até mesmo se impor judicialmente a inidoneidade à emissora ora demandada. E nessa hipótese, também seriam formuladas pretensões em face da **UNIÃO**, justificando, também por essa via, ela figurar no polo passivo da demanda.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Por tudo isso, fica evidente que a **UNIÃO**, até por sua qualidade de *outorgante* do serviço de radiodifusão sonora que foi *abusado*, pela **JOVEM PAN**, ocupa uma posição central na presente demanda. Afinal, cabe a ela cumprir diversas obrigações, essenciais à própria eficácia das decisões visadas em face da emissora demandada - de elaboração de conteúdos, de fiscalização do cumprimento dos deveres impostos à cabeça de rede e às afiliadas, entre tantas outras.

De qualquer forma, embora se esteja incluindo a **UNIÃO**, neste momento, no polo *passivo* da presente ação, nada impede que ela, quando citada, entenda procedentes as pretensões deduzidas nesta inicial, e requeira sua *migração* para seu polo *ativo*²³⁷, passando a exercer, assim, o papel de litisconsorte *junto* com este órgão ministerial²³⁸, desde que, é claro, formalmente *assuma*, *desde logo*, todas as obrigações que, nesta sede, podem lhe vir a serem impostas compulsoriamente.

237 A respeito da possibilidade de, em demandas coletivas, entes, órgãos e entidades de natureza pública, embora inicialmente incluídos no polo passivo de uma ação, pleitearem sua *migração* para o polo ativo, por terem compromisso material com o interesse público em jogo, lembra Antônio do Passo Cabral: “À administração pública, direta ou indireta, é dado rever seus atos, desde que o faça fundamentadamente e respeitando interesses de terceiros. Não se trata de uma escolha arbitrária, mas uma opção discricionária que, como qualquer ato administrativo, deve ser motivada. Ademais, se atuam com base no interesse público, alheias e distantes dos interesses materiais em disputa, não faz sentido afirmar que ‘só podem ser réus’ ou ‘só podem ser assistentes’ em qualquer processo, até porque, seja autor ou réu, o INPI não defende um interesse material próprio. Se o conceito legal de citação não impõe a defesa, mas apenas infunde participação, a atuação despolarizada aqui também se impõe. Portanto, é plenamente cabível, para as agências e os órgãos públicos fiscalizatórios, a troca de polo ou o exercício provisório de posições processuais do polo oposto ao que posicionadas as agências, sem que haja qualquer óbice processual para tanto. Aliás, foi essa a ratio dos dispositivos da lei da ação popular e da improbidade administrativa (...) A depender da condição do sujeito, a migração entre polos pode ser sucessiva, ou seja, se e quando o sujeito processual convencer-se do acerto das razões de outros sujeitos e decidir pela atuação conjunta consigo. Essa é a situação dos sujeitos desinteressados, como o *amicus curiae* e os órgãos da administração pública. Tais entes não ficam presos a um polo, podendo migrar novamente se assim se convencerem em prol do interesse público.” (CABRAL, Antonio do Passo. “Despolarização do processo e ‘zonas de interesse: sobre a migração entre polos da demanda”. In: *Revista do Ministério Público do Rio de Janeiro* n° 49, jul./set. 2013. Pp. 24 e 34).

238 É essa a razão de requerimento especificamente feito nesse sentido, no tópico 9 *infra*.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

7) Competência da Justiça Federal para processar e julgar a demanda:

Nesse cenário, a competência material da Justiça Federal para processar os fatos em tela é patente, por diversos motivos.

Em primeiro lugar, porque, pelos motivos indicados no tópico anterior, a UNIÃO figura expressamente como parte da presente demanda, por lhe terem sido imputadas obrigações específicas, derivadas seja de sua qualidade de outorgante (*ex vi* art. 21, XI c/c art. 223 da Constituição Federal²³⁹ e art. 32 da Lei nº 4.117/1962²⁴⁰), seja de seu poder-dever de fiscalizar os serviços de radiodifusão por ela concedidos ou permitidos (*ex vi* art. 10, II, da Lei nº 4.117/1962²⁴¹), fixando-se, assim, a competência prevista no art. 109, IV, da Carta da República²⁴².

E em segundo lugar, porque o autor da presente ação é o Ministério Público Federal, o qual é considerado, para fins de fixação de competência, órgão da UNIÃO, e atraindo, também aqui, referida norma de competência *ratione personae*, nos termos de jurisprudência já consolidada, a exemplo do seguinte aresto representativo:

239 Art. 21. Compete à União: (...) XI - explorar, diretamente ou mediante concessão a empresas sob controle acionário estatal, os serviços telefônicos, telegráficos, de transmissão de dados e demais serviços públicos de telecomunicações, assegurada a prestação de serviços de informações por entidades de direito privado através da rede pública de telecomunicações explorada pela União”.

“Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal”.

240 Art. 32. Os serviços de radiodifusão, nos quais se compreendem os de televisão, serão executados diretamente pela União ou através de concessão, autorização ou permissão.

241 Art. 10. Compete privativamente à União: (...) II - fiscalizar os Serviços de telecomunicações por ela concedidos, autorizados ou permitidos.

242 “Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho”.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

“ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MPF. JUSTIÇA FEDERAL. PROIBIÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO EVENTO GRAMADO SUMMIT. PANDEMIA. COVID-19. CONTRADITÓRIO. IMPRESCINDIBILIDADE. É firme, na jurisprudência, o entendimento no sentido de que a mera participação do Ministério Público Federal na lide, por si só, atrai a competência da Justiça Federal, independentemente da intervenção de outros órgãos federais, por integrar a União (ou seja, a estrutura federativa em nível federal). O que cabe examinar, isto sim, é se o Ministério Público Federal tem, ou não, legitimidade para a defesa do interesse público objeto da lide - pressuposto para sua efetiva atuação no feito -, a qual deve estar adstrita à tutela de interesses nitidamente federais, tendo em vista os bens e valores envolvidos” (STJ, 3a Turma, REsp 1.573.723/RS, Relator Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, julgado em 10/12/2019, DJe 13/12/2019). (...) (AG 5018121-07.2021.4.04.0000, Rel.a Desembargadora Federal Vivian Josete Pantaleão Caminha, j. 04-8- 2021)”

No ponto, é importante frisar que, como exposto no tópico seguinte, a legitimidade deste *Parquet* federal para a causa é evidente, tendo em conta suas *atribuições* constitucionais e legais e os interesses e *direitos fundamentais violados* no cenário ora exposto²⁴³, marcado por condutas praticadas por empresa detentora de outorga de serviço público de titularidade da **UNIÃO**, e em franco prejuízo a seus princípios e a suas finalidades sociais.

243 A esse respeito, é esclarecedora o seguinte recente julgado do Superior Tribunal de Justiça: “(...) 16. A competência da Justiça Federal está fixada no art. 109, I, da Constituição Federal em relação às ‘causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho’. 17. Quanto à definição da atribuição de cada ramo do Ministério Público, o legislador constituinte adotou o critério do interesse jurídico tutelado merecedor da atuação da instituição ministerial. Assim, se a atuação judicial do Ministério Público estiver relacionada à tutela de um bem ou interesse jurídicos pertencentes à União, atrai a competência da Justiça Federal, e exige atuação do Ministério Público Federal” (STJ, 2a Turma, EDcl no REsp 1.760.108/ES, Relator. Min. Herman Benjamin, julgado em 12/11/2019, DJe 19/12/2019)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Isso reconhecido, a competência dessa Subseção Judiciária de São Paulo/SP, em específico, é também patente, não apenas porque as condutas praticadas pela JOVEM PAN irradiaram efeitos em todo o solo nacional, como ainda porque referida demandada tem sede nesta capital paulista²⁴⁴, onde, aliás, estão localizadas duas das três outorgas que hoje detém – tudo a atrair a regra prevista no art. 21 da Lei nº 7347/1985 c/c art. 93, II, da Lei nº 8.078/1990²⁴⁵.

8) Legitimidade do Ministério Público Federal para a demanda e cabimento desta ação:

A legitimidade deste Ministério Público Federal para a presente ação, como adiantado, decorre de diversas de suas atribuições constitucionais e legais.

De partida, o art. 127 da Constituição da República atribuiu ao Ministério Público a relevante atribuição de defesa do regime democrático, colocado em risco, de fato, por condutas como as da emissora ora demandada, em especial de incitação de atos graves de ruptura institucional e de corrosão da confiança dos cidadãos nos Poderes constituídos, como se viu pelos graves atos de 08 de janeiro deste ano.

244 https://www.linkedin.com/company/grupo-jovem-pan/?original_referer=https%3A%2F%2Fjovempan.com.br%2F

245 Art. 21, Lei nº 7.347/1985. Aplicam-se à defesa dos direitos e interesses difusos, coletivos e individuais, no que for cabível, os dispositivos do Título III da lei que instituiu o Código de Defesa do Consumidor. Art. 93, Lei nº 8.078/1990: Ressalvada a competência da Justiça Federal, é competente para a causa a justiça local: (...) II - no foro da Capital do Estado ou no do Distrito Federal, para os danos de âmbito nacional ou regional, aplicando-se as regras do Código de Processo Civil aos casos de competência concorrente.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Essa atribuição geral, não bastasse, ganha expressões *concretas* em dispositivos da Lei Complementar nº 75/1993, que atribuem ao Ministério Público Federal, como ramo do Ministério Público da União, a promover ações necessárias à defesa do regime democrático, especialmente do Estado de Direito e das instituições democráticas (cf. art. 6º, XIV, “a”), e a atuar em proteção à soberania e à representatividade popular, assim como aos direitos políticos (cf. art. 5º, I), afetados gravemente por conteúdos desinformativos sobre a higidez dos processos eleitorais realizados no país, e sobre a isenção das instituições responsáveis por sua organização e condução.

Noutro plano, o art. 129, II, da Constituição da República também estabelece ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública (como são os serviços prestados concessionárias de radiodifusão sonora), aos direitos nela assegurados, promovendo as medidas necessárias à sua garantia.

E nessa esteira, o art. 5º, II, alíneas “d” e “e”, e IV, da Lei Complementar nº 75/1993 dá concretude pertinente ao caso em tela, ao dispor que é função do Ministério Público Federal, como ramo do Ministério Público da União, zelar pela observância dos princípios constitucionais relativos à segurança pública, assim como pelo respeito, por parte dos meios de comunicação, aos princípios e aos deveres e às vedações previstos na Constituição Federal e na lei, relativos à comunicação social – todos sensivelmente afetados, como visto, pela **JOVEM PAN** ao veicular sistematicamente conteúdos que configuram *abusos* à liberdade de radiodifusão, incitando a desobediência a leis e decisões judiciais, fazendo propaganda de processos de subversão da ordem política democrática, insuflando a rebeldia e a indisciplina das Forças Armadas, veiculando notícias falsas que engendraram riscos concretos à ordem pública e social do país, entre outros.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Estando, assim, plenamente legitimado por suas *atribuições* constitucionais e legais, o Ministério Público Federal, ao investigar e aferir as graves condutas praticadas pela **JOVEM PAN**, teve de ajuizar a ação a presente civil pública, para a proteção, nos termos do art. 6º da Lei Complementar nº 75/1993, inciso VII, alíneas *a*, *c* e *d*, dos direitos constitucionais implicados e dos interesses difusos afetados²⁴⁶.

A propósito, é relevante lembrar que não apenas a proteção do regime democrático e do funcionamento das instituições brasileiras, mas também o respeito aos princípios e às finalidades sociais que embasam os serviços de radiodifusão são interesses difusos por excelência, dada sua natureza indivisível e imaterial, de titularidade de todos e todas²⁴⁷ - tornando indubitavelmente cabível o ajuizamento de ação civil pública para tutelá-los, com fulcro no art. 1º, IV, da Lei nº 7.347/1985²⁴⁸.

246 Recorde-se que o mesmo art. 6º da Lei Complementar nº 75/1993, em seu inciso XIV, prevê ser atribuição do Ministério Público Federal, como ramo do Ministério Público da União, também promover outras ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, especialmente quanto ao Estado de Direito e às instituições democráticas, à ordem social, à manifestação de pensamento, de criação, de expressão ou de informação – sendo esta a ancoragem que justifica a expedição da já mencionada recomendação, à **UNIÃO**, na presente data, nos moldes de seu inciso XX (“XX - expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis”).

247 Nesse sentido, ver a lição, por exemplo, de Barbosa Moreira, no sentido de que “Ao interesse em que se observem os mandamentos ajusta-se como luva a qualificação de difuso (...) Com efeito, em primeiro lugar, ele se caracteriza, à evidência, como transindividual, já que não pertence de modo singularizado a qualquer dos membros da comunidade, senão a um conjunto indeterminado – e, ao menos para fins práticos, indeterminável – de seres humanos” (Cf. BARBOSA MOREIRA, José Carlos. “Ação Civil Pública e Programação de TV”. *Revista de Direito do Ministério Público do Rio de Janeiro* nº 02, 1995. P. 76).

248 Ainda segundo Barbosa Moreira (BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Op. cit.* Pp. 77/78), “Este último inciso consagra autêntica ‘norma de encerramento’, cuja função é a de cobrir os casos não compreendidos nos incisos antecedentes, mas havidos como merecedores de igual tratamento. Foi ele, por sinal, acrescentado pelo art. 110 do mesmo Código de Defesa do Consumidor - já, portanto, sob o vigente regime constitucional (...) Se é certo, como se mostrou acima, que encontra lugar entre os interesses difusos o dirigido à observância, pelas emissoras de televisão, dos preceitos constantes do art. 221 da Lei Maior, segue-se, em lógica elementar, que a ação civil



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

9) Conclusão e requerimentos:

Por todo o exposto, a presente ação se resume sobretudo nos seguintes postulados:

- a **JOVEM PAN**, por meio de vários de seus programas, ocupou, ao menos entre janeiro de 2022 e janeiro de 2023, uma posição destacada na comunicação social que minou a confiança cidadãos e cidadãs do país em seus processos cívicos e na própria importância de preservação de nosso regime democrático (tópico 2 *supra*);
- a **JOVEM PAN**, na qualidade de detentora de outorgas de serviço público de radiodifusão sonora, está submetida a um regime jurídico marcado por limites estritos à liberdade de discurso, nos termos dos arts. 221 a 223 da Constituição Federal e do art. 53 da Lei nº 4.117/1962 (tópico 3 *supra*);
- a **JOVEM PAN** praticou, ao menos entre janeiro de 2022 e janeiro de 2023, sistemáticos e multifacetados abusos à sua liberdade de radiodifusão tipificados em lei, veiculando conteúdos desinformativos sobre o funcionamento de instituições públicas nacionais, e conteúdos incitatórios à violência e à ruptura do regime democrático brasileiro (tópico 4 *supra*);
- por conta disso, é impositivo que sejam canceladas as outorgas de rádio atualmente detidas pela **JOVEM PAN**, que ela seja obrigada a indenizar a sociedade brasileira pelos graves danos morais coletivos causados, e que ela seja obrigada a veicular, em sua estrutura, direito de resposta à população (tópico 5 *supra*);

pública, disciplinada na Lei nº 7.347, é instrumento adequado à vindicação de semelhante interesse em juízo. Ela constitui, sem discussão possível, um dos meios legais que, de acordo com o art. 220, § 3º, nº II, devem garantir à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações (...) que contrariem o disposto no art. 221; isto é: que não dêem a indispensável preeminência a 'finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas', ou que não respeitem os 'valores éticos e sociais da pessoa e da família' – para só nos referirmos aos princípios (que aqui mais nos interessam) dos incisos I e IV".



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

E tendo eles em conta, o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** requer:

9.1) **em sede antecipação de tutela**, com fundamento no art. 311, IV, do Código de Processo Civil, e nas razões expostas no tópico 5.1 *supra*, a imposição:

9.1.1) à **UNIÃO**, da obrigação de, no prazo máximo de 30 dias, reunir informações oficiais, junto ao Tribunal Superior Eleitoral, sobre a confiabilidade dos processos democráticos por ele organizados, e *transformá-las*, se necessário com o expertise da Secretaria de Comunicação Social – SECOM ou da Empresa Brasileira de Comunicação – EBC, em conteúdos de radiodifusão sonora, com duração entre dois a três minutos cada;

9.1.2) à **JOVEM PAN**, da obrigação de, tão logo recebidos os conteúdos a serem produzidos pela **UNIÃO**, veiculá-los ao menos 15 (quinze) vezes por dia, em período das 06h00 às 21h00, durante 04 meses, a título de direito de resposta à coletividade, e de modo a neutralizar e contrabalancear os efeitos causados pelos abusos expostos na presente ação;

9.1.3) ainda à UNIÃO, da obrigação de fiscalizar o cumprimento da obrigação a ser imposta à **JOVEM PAN**, apresentando relatórios mensais, nos autos, com os resultados do devido monitoramento;

9.1.4) a imposição, com fundamento no art. 537 do Código de Processo Civil, de multa cominatória diária em valor não inferior a R\$ 100.000,00, para a hipótese de descumprimento das obrigações que se espera sejam impostas em sede de antecipação de tutela.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

9.2.1) a condenação da JOVEM PAN, impondo-se o **cancelamento judicial das três outorgas de radiodifusão sonora que atualmente detém**²⁴⁹, forte no art. 223, § 4º, da Constituição da República e no art. 53 da Lei nº 4.117/1962, e nas razões expostas no tópico 5.2 *supra*.

9.2.2) a condenação da UNIÃO, à obrigação de *fiscalizar* de forma contínua, e de eventualmente punir outras detentoras de outorga de radiodifusão que, na qualidade formal de afiliadas ou não, venham a transmitir conteúdos produzidos pela **JOVEM PAN**, de modo a se garantir a plena eficácia da decisão judicial visada no item 9.2.1;

9.3) no mais, a condenação da JOVEM PAN, à obrigação de pagar, a título de indenização pelos danos morais coletivos causados, o valor de R\$ 13.406.672,80 (treze milhões, quatrocentos e seis mil e seiscentos e setenta e dois reais e oitenta centavos), acrescidos de juros moratórios e de correção monetária a partir de sua citação, e destinados ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos, nos termos do art. 20 da Lei nº 7.347/1985 e do Decreto nº 1.306/1994 e pelas razões expostas no tópico 5.3 *supra*.

9.4) a citação das demandadas, para, querendo, contestarem a presente ação civil pública, sob pena dos efeitos da revelia.

9.5) em específico quando da citação da UNIÃO, sua intimação para, também, nos termos do tópico 6 *supra* desta inicial e forte no art. 5º, § 2º, da Lei nº 7.347/1985, manifestar-se sobre o eventual interesse de migrar para o polo ativo da demanda, caso concorde com seus termos,

249 Nomeadamente, as duas concessões de AM, localizadas em São Paulo/SP, na frequência 620 e em Brasília/DF, na frequência 750, e a permissão de FM, localizada em São Paulo/SP, na frequência 100.9.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

hipótese esta em que deverá, de forma expressa, assumir formalmente todas as obrigações que podem ser impostas nesta sede.

9.6) em específico quando da citação da JOVEM PAN, sua intimação para que se abstenha – em cumprimento aos deveres previstos nos arts. 5º e 6º do Código de Processo Civil, e sob pena de incorrer em ato atentatório de que trata seu art. 77, VI e de seus representantes sofrerem repercussões criminais, nos termos do art. 10 da Lei nº 7.347/1985 – de excluir os vídeos, ou de restringir sua visibilidade, constantes dos canais de YouTube relacionados à Jovem Pan News²⁵⁰, no período entre 01/01/2022 a 09/01/2023, enquanto tramitar a presente ação, tendo em conta a importância que eles podem ter para sua instrução²⁵¹.

9.7) desde logo, a intimação da GOOGLE BRASIL, responsável pela plataforma Youtube²⁵², para que²⁵³:

9.7.1) preferencialmente, disponibilize link para repositório em nuvem (Google Drive ou solução análoga) dedicado a estes autos, e disponível até o término de sua tramitação, igualmente contendo na íntegra todos os vídeos publicados, no período entre 01/01/2022 e

250 A exemplo dos listados em <https://www.youtube.com/@jovempnews/channels>, sem prejuízo de outros: Jovem Pan News, Jovem Pan - 3 em 1, Morning Show, Pingos nos Is.

251 Repise-se que ordem análoga já foi expedida por este órgão ministerial, quando da instauração do Inquérito Civil Público em epígrafe, por meio do Ofício nº 22/2023 – PR-SP-00001034/2023, constante do Documento 08 do referido feito, e juntado, para facilitar consulta, como anexo 12. Assim, o que se pede neste momento é uma mera ordem de reforço, considerando a abertura de uma fase judicial da presente lide.

252 Por meio do endereço juridicobrasil@google.com, dedicado ao recebimento de ordens do sistema de justiça.

253 Como já exposto no tópico 4.1 desta inicial, repisa-se que este órgão ministerial, tão logo instaurou o Inquérito Civil Público em epígrafe, expediu ordem cautelar de preservação, com fulcro no art. 13 da Lei nº 12.965/2014, do referido conteúdo, a GOOGLE comunicou seu pleno cumprimento, ainda em 11/03/2023. Assim, o que se pede a esse juízo é somente a expedição de ordem para a *vinda*, em favor da instrução da ação, do conteúdo já devidamente *preservado* por requisição *ministerial*, dado que tal providência depende, conforme art. 13, § 5º, da Lei nº 12.965/2014, de decisão *judicial*.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

09/01/2023, nos canais controlados pela **JOVEM PAN** relacionados à Jovem Pan News²⁵⁴, organizados em pastas segundo as respectivas datas de publicação (mas mantendo em um diretório *separado*, também organizados em pastas segundo as respectivas datas de publicação, os vídeos que, nesse período, foram apagados ou colocados em visibilidade restrita pela emissora demandada, conforme planilha apresentada ao Ministério Público Federal²⁵⁵, e informando qual o número de visualizações de cada um deles, se necessário em tabela), a fim de facilitar a busca e o acesso, em favor da instrução da presente ação;

9.7.2) subsidiariamente, entregue, na sede desse juízo, mídia física contendo na íntegra todos os vídeos publicados, no período entre 01/01/2022 e 09/01/2023, nos canais controlados pela **JOVEM PAN** relacionados à Jovem Pan News²⁵⁶, organizados em pastas segundo as respectivas datas de publicação (mas mantendo em um diretório *separado*, também organizados em pastas segundo as respectivas datas de publicação, os vídeos que, nesse período, foram apagados ou colocados em visibilidade restrita pela emissora demandada, conforme planilha apresentada ao Ministério Público Federal²⁵⁷, e informando qual o número de visualizações de cada um deles, se necessário em tabela), a fim de facilitar a busca e o acesso, em favor da instrução da presente ação;

9.8) por fim, a isenção dos pagamentos de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, nos moldes da Lei nº 7.347/1985.

254 A exemplo dos listados em <https://www.youtube.com/@jovempannews/channels>, sem prejuízo de outros: Jovem Pan News, Jovem Pan - 3 em 1, Morning Show, Pingos nos Is.

255 Tal planilha encontra-se no Documento 45.1 do Inquérito Civil Público nº 1.34.001.000088/2023-11 (juntada, para facilitar consulta, como anexo 07).

256 A exemplo dos listados em <https://www.youtube.com/@jovempannews/channels>, sem prejuízo de outros: Jovem Pan News, Jovem Pan - 3 em 1, Morning Show, Pingos nos Is.

257 Tal planilha encontra-se no Documento 45.1 do Inquérito Civil Público nº 1.34.001.000088/2023-11 (juntada, para facilitar consulta, como anexo 07).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Ainda que ciente do conjunto probatório robusto já apresentado ao se ajuizar esta ação, protesta-se, desde logo, provar os fatos expostos por todos os meios admitidos no Direito, notadamente pela juntada de documentos, pela oitiva de testemunhas e pela realização de perícias.

Por oportuno, este órgão ministerial consigna que, a princípio, não tem interesse em resolver a presente demanda por meio de conciliação ou de mediação, nos moldes do art. 334 do Código de Processo Civil. Pois qualquer solução consensual que viesse a ser entabulada no caso, até onde se consegue ver, teria efeitos meramente prospectivos e, por isso, se mostraria insuficiente como resposta estatal aos graves fatos apurados. A defesa do regime democrático, colocado em perigo por condutas como as praticadas pela **JOVEM PAN**, é uma tarefa irrenunciável, que não comporta negociações ordinárias. Por maiores que possam ser as promessas de conformidade e de melhoria para o futuro, o passado não se apaga e desafia providências legais severas, proporcionais ao ocorrido.

Dá-se à causa o valor de R\$ 13.406.672,80.

São Paulo/SP, 26 de junho de 2023.

(assinado eletronicamente)

YURI CORRÊA DA LUZ

Procurador da República

Procurador Regional dos Direitos do Cidadão

Adjunto em São Paulo

(assinado eletronicamente)

ANA LETICIA ABSY

Procuradora da República

Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão

em São Paulo



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PR-SP-00080142/2023 PETIÇÃO nº 319-2023**

.....
Signatário(a): **YURI CORREA DA LUZ**

Data e Hora: **26/06/2023 13:11:49**

Assinado com certificado digital

.....
Signatário(a): **ANA LETICIA ABSY**

Data e Hora: **26/06/2023 13:23:37**

Assinado em nuvem

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 751e434b.4cd649ff.49aed144.d8155877